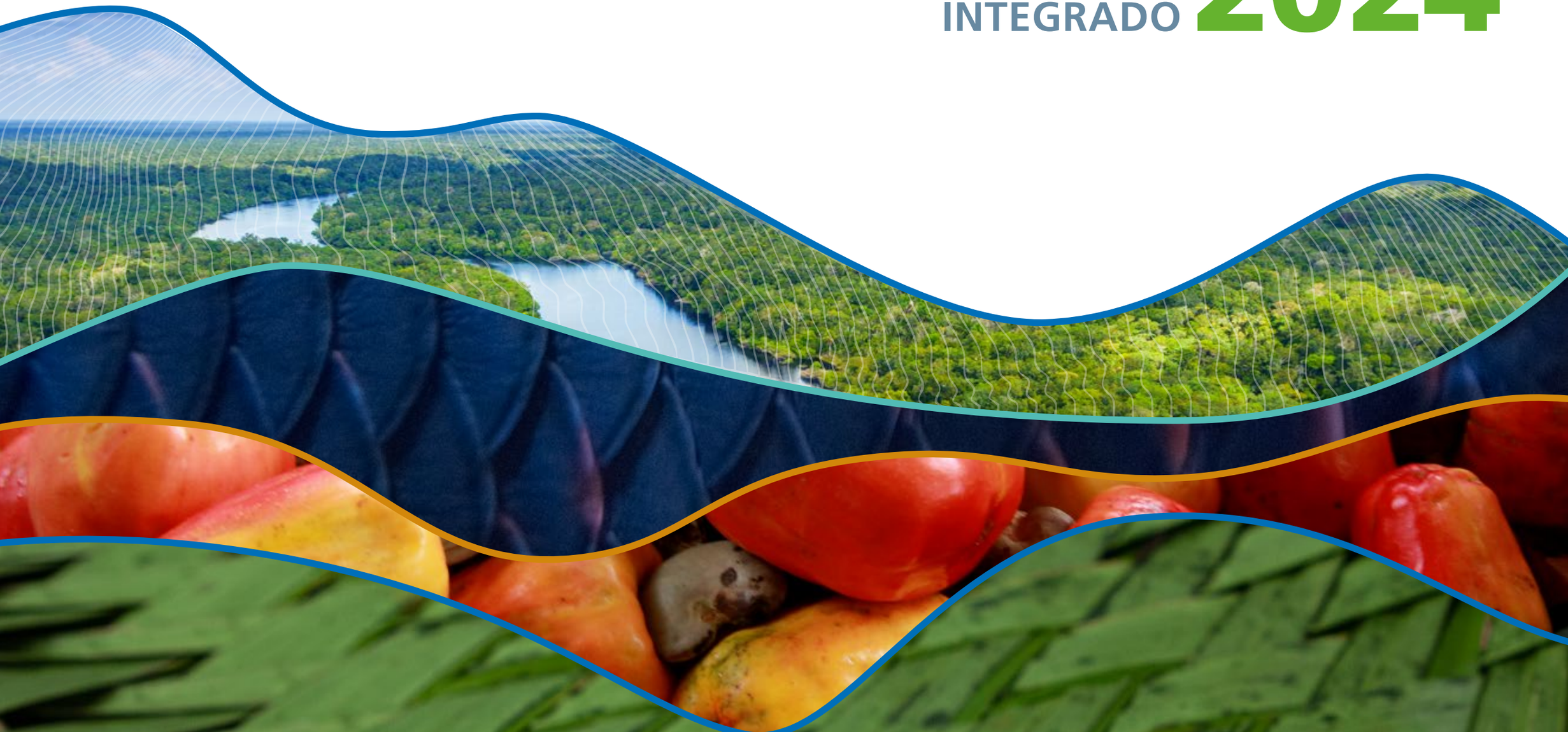
RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO 2024

BNDES



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 3

- Mensagem do Conselho de Administração 4
- Mensagem do presidente 5
- Sobre este relatório 7
- O Brasil e o mundo em 2024 10

COMO GERAMOS VALOR? 11

O BNDES 14

- Perfil 15
- O que fazemos? 17
- Nossa estratégia 23
- Nosso impacto socioambiental e climático 29
- Nossa governança 45
- Nossa equipe 54
- Nossos relacionamentos 66
- Ética, *compliance* e transparência 78
- Gestão de riscos 84

DESEMPENHO E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA 89

DESEMPENHO OPERACIONAL 101

- Destaques em 2024 102
- Infraestrutura 107
- Desenvolvimento produtivo e inovação 115
- Desenvolvimento social e regional e gestão pública 120
- Meio ambiente e clima 128
- Exportação 133
- MPMEs, agropecuária e cooperativismo 135
- Mercado de capitais 141

DESAFIOS E VISÃO DE FUTURO 144

ANEXOS 146

APRESENTAÇÃO

» Mensagem do Conselho de Administração **p.4**

» Mensagem do presidente **p.5**

» Sobre este relatório **p.7**

» O Brasil e o mundo em 2024 **p.10**

MENSAGEM DO **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** [GRI 2-22]

O ano de 2024 apresentou evidências inquestionáveis, no Brasil e no mundo, da urgência climática que enfrentamos. Não há mais como falar em desenvolvimento sem promover estratégias que visem não só a adaptação às mudanças climáticas já irreversíveis, como também o controle do aquecimento global.

Diante desse desafio, o BNDES vem se mostrando um ator relevante em prol da transição energética e da conservação e restauração da biodiversidade brasileira. O Banco participou ativamente, em 2024, de atividades para o recebimento da COP30 na cidade de Belém em 2025, tendo como objetivo contribuir com um legado para a cidade com apoio a projetos de urbanização integrada de áreas periféricas de alta vulnerabilidade social, visando a inclusão social e a resiliência ambiental.

O BNDES também vem incrementando sua atuação, com resultado direto na oferta de crédito do país visando desenvolvimento social, trabalho decente e renda, transição ecológica, descarbonização e resposta a emergências climáticas, uma nova industrialização, diversificação produtiva e inovação e digitalização.

Em 2024, o BNDES ampliou sua participação no crédito nacional, com R$ 212,6 bilhões em operações aprovadas, incluindo crédito direto e indireto, dos quais R$ 92,4 bilhões foram destinados a micro, pequenas e médias empresas, fundamentais para a economia brasileira. Além disso, houve o apoio de R$ 62,3 bilhões por meio de garantias.

Do total de desembolsos, quase 70% foram realizados a taxas de mercado, não incentivadas. E, das incentivadas, parte relevante foi destinada ao Rio Grande do Sul, em uma das ações mais bem-sucedidas para recuperação de áreas afetadas por desastres naturais.

A indústria – um dos pilares para a construção de soluções verdes, inclusivas e inovadoras que contribuem para a descarbonização e geram oportunidades globais para o país – registrou mais de 60% de crescimento em aprovações, resultado dos esforços de retomada do apoio ao setor pelo BNDES e pelo Governo Federal.

O apoio a infraestrutura se manteve em alto patamar (com R$ 74,6 bilhões aprovados). Os investimentos no setor, além de impactarem o crescimento econômico, a produtividade e a geração de emprego e renda, visam a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros e são fundamentais na promoção da resiliência e adaptação climática e na transição energética.

Já a agropecuária apresentou crescimento de 26% em aprovações. O apoio do BNDES – que vai do agricultor familiar até as grandes cooperativas e empresas do agronegócio – foca em ampliar a competitividade da produção e estimular técnicas menos intensivas em carbono. Em 2024, foram R$ 39,4 bilhões em operações de crédito com recursos dos Programas Agropecuários do Governo Federal (PAGF), dos quais o Banco é um dos principais repassadores.

Merece destaque ainda a atuação do Fundo Amazônia, instrumento de referência em financiamento climático do qual o BNDES é gestor. Até 2024, o fundo somou 119 projetos aprovados, com desembolsos da ordem de R$ 1,8 bilhão e mais de 1,1 bilhão em doações internalizadas.

Vale ainda ressaltar as ações do BNDES com uso de recursos dos fundos não reembolsáveis que focaram em inclusão produtiva, preservação cultural, e segurança alimentar. Em 2024, foram lançados editais para periferias, agroecologia, agricultura familiar, catadores de recicláveis, patrimônio histórico e escolas conectadas, além da iniciativa Sertão Vivo para projetos de resiliência climática no semiárido, e da iniciativa Viva Pequena África, de resgate da memória afro-brasileira. Em desenvolvimento urbano e modernização da administração pública, o Banco se destacou aprovando projetos de resiliência climática e melhoria da gestão pública.

Para viabilizar todas essas ações e crescimento, o BNDES vem ampliando suas captações com organismos internacionais, mas também no mercado doméstico, por meio de letras de crédito do agronegócio (LCA) e das recém-aprovadas letras de crédito de desenvolvimento (LCD), além de contar com recursos do Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT).

O BNDES trabalha para transformar a realidade da população, buscando a inclusão social e o fortalecimento da diversidade na promoção de uma transição justa para uma economia verde. Como empresa pública, o BNDES tem ciência de sua responsabilidade de prestação de contas e tem sido reconhecido recorrentemente pelos órgãos de controle por sua transparência.

Destacamos ainda a evolução contínua dos índices de rentabilidade e liquidez bem como a resiliência da organização mostrada no seu índice de solvabilidade, além da baixa inadimplência, que mostra como a gestão da organização tem equilibrado crescimento e retorno conjugados com uma excelente governança.

Nós, do Conselho de Administração, asseguramos a integridade das informações desse relatório, que é um dos mais importantes instrumentos de transparência e prestação de contas do BNDES para a sociedade brasileira. Ele traz um apanhado da atuação do Banco em 2024 e traça sua estratégia para os próximos anos.

Boa leitura!

MENSAGEM DO **PRESIDENTE** [GRI 2-22]

O ano de 2024 marcou o fortalecimento do BNDES como grande vetor da neoindustrialização e do fomento à inovação, à transição energética, à economia verde e aos investimentos de longo prazo. Tivemos um papel fundamental na retomada do crescimento do país, voltando a ser motivo de orgulho e o grande instrumento de financiamento do desenvolvimento nacional. Alcançamos 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB) de aprovações e esperamos atingir 2% até 2026.

Implementamos um conjunto de iniciativas articuladas e inovadoras que fizeram com que, em 2024, alcançássemos recorde histórico de impacto no crédito. Foram R$ 212,6 bilhões de aprovação de crédito e R$ 62,3 bilhões via garantias, para que os agentes parceiros pudessem alavancar o crédito, especialmente para micro, pequenas e médias empresas (MPME). As consultas somaram R$ 327,7 bilhões, um aumento de 21% em relação a 2023, e os desembolsos totalizaram R$ 133,7 bilhões em 2024, aumento de 17%. Já nosso lucro foi de R$ 26,4 bilhões, um crescimento de 20,5% em relação a 2023.

Além do bom resultado apontado, temos aspectos relevantes na qualidade do financiamento. Um dos grandes destaques foi o volume de crédito para MPMEs: foram R$ 92,4 bilhões em aprovação de crédito, mais que 40% do total de recursos aprovados, além do apoio por meio de garantias.

A indústria registrou grande crescimento no número de aprovações, tendo superado a agropecuária, situação que não víamos desde 2017. Foram R$ 52,4 bilhões aprovados em 2024, um crescimento de cerca de 65% sobre os números de 2023. Outro recorde histórico foi o de financiamento à inovação, com R$ 13,6 bilhões.

Esse crescimento está alinhado à política de neoindustrialização do Governo Federal, a Nova Indústria Brasil (NIB), da qual o BNDES participa, operando R$ 259 bilhões.

Ainda assim, a agropecuária também teve forte crescimento. Aprovamos R$ 52,3 bilhões, número muito próximo àquele emprestado ao setor industrial. Em dois anos, já aprovamos R$ 93,7 bilhões para o setor, volume superior aos quatro anos da gestão anterior. Outros setores, como infraestrutura e comércio e serviços, permaneceram com alto desempenho no ano, e seus resultados podem ser encontrados ao longo deste relatório.

O mundo está passando por uma transformação sem precedentes, cujos impactos já estamos vivenciando. Atuar de forma sustentável não é mais uma opção, é uma condição. Nesse sentido, temos contribuído amplamente na agenda de descarbonização, transição energética e enfrentamento da crise climática. Para isso, investimos em energia limpa e renovável, em projetos sustentáveis e voltados para o meio ambiente e o clima, além de prezarmos pelo cumprimento de boas práticas ambientais de nossos clientes.

Em 2024 concretizamos novas formas de atuação para o tratamento de crises atuais, principalmente a climática. O Fundo Clima bateu recorde, com R$ 10,2 bilhões de aprovações e R$ 1,1 bilhão de desembolsos (mais da metade do valor desembolsado nos dez anos anteriores). Se olharmos para as previsões de emissões evitadas pelas operações aprovadas no ano, estima-se que serão 86,6 milhões ao longo da vida útil desses projetos.

Também relevante é nosso esforço de atuação na Amazônia, especialmente com o Fundo Amazônia. Paralisado no apoio a novos projetos por quatro anos no governo anterior, nos últimos dois anos retomamos o processo de doações e alcançamos recorde de aprovações, de cerca de R$ 2 bilhões, desde 2023 até abril de 2025, para projetos que envolvem produção sustentável, ordenamento territorial, monitoramento e controle, além de ciência e inovação.

Ainda nessa agenda de combate às mudanças climáticas, além de atuar na sua prevenção, atuamos também no apoio emergencial para mitigar os efeitos de desastres climáticos ou tragédias ambientais. Tivemos, por exemplo, papel significativo no processo de recuperação da economia gaúcha após a enchente de 2024. No ano, foram aprovados quase R$ 20 bilhões de crédito emergencial para o Rio Grande do Sul, além da concessão de garantias a MPMEs e suspensão de pagamentos de dívidas. O apoio do BNDES permitiu a retomada e a continuidade de serviços essenciais, como energia, saúde e transportes e chegou a 469 municípios, quase a totalidade de municípios do estado.

Iniciamos também o desafio de sermos gestores financeiros dos recursos do Fundo Rio Doce, que vai atender municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Mariana, em Minas Gerais e no Espírito Santo. Essa é uma agenda prioritária para o BNDES e que nos levou a criar, neste ano, uma unidade operacional voltada ao enfrentamento de eventos extremos.

Em 2024, participamos ativamente da Cúpula do G20, que ocorreu no Rio de Janeiro, tendo firmado parcerias com instituições internacionais para captar recursos para financiar investimentos no Brasil. Participamos também da COP29, em Baku, no Azerbaijão, e estamos empenhados na realização da COP30, em Belém, participando na definição das metas e das ambições do Brasil, na construção de uma estratégia que tenha impacto global. Na capital paraense, estamos atuando com investimentos em infraestrutura e na ampliação de serviços públicos, obras de macrodrenagem e urbanização, além de transporte, turismo e patrimônio histórico, com foco na melhoria de vida da população.

Buscamos reconstruir os alicerces que nos têm permitido retomar patamares históricos de atuação, propondo uma arquitetura diferente de *funding*, mais diversificada, robusta e permanente.

Em 2024, mantivemos captações com organismos internacionais e, no mercado doméstico, passamos a emitir letras de crédito do desenvolvimento (LCD) e retomamos a emissão de letras de crédito do agronegócio (LCA). Temos ainda uma parcela importante das fontes provenientes de fundos públicos, destinadas a temas específicos importantes, como o Fundo Clima, em operação, e o Fundo de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS), já aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República em 2024.

Temos demonstrado também nossa eficiência operacional ao longo dos últimos anos. Dos R$ 440,8 bilhões dos recursos emprestados ao Banco pelo Tesouro Nacional entre 2008 e 2014, devolvemos cerca de R$ 700 bilhões, seja em termos de pagamento ordinário de juros e amortização do principal, seja via liquidação antecipada da dívida. Além disso, em 2024, contribuímos com o esforço fiscal do Governo Federal ao transferir para o Tesouro Nacional, sob a forma de tributos e dividendos, o valor de R$ 35 bilhões, perto de 0,3% do PIB.

Todos os números apresentados significam, na prática, recursos que irrigaram a retomada do investimento, a geração de emprego e o crescimento da economia, e são frutos do trabalho da equipe técnica extremamente qualificada do banco. Nesse contexto, em 2024, realizamos um novo concurso público, após 12 anos sem processos de seleção para ingresso no Banco, que permitirá a reposição do pessoal de carreira e a chegada de uma nova geração de funcionários, mais diversa e inclusiva. Pela primeira vez na história, o BNDES reservou uma cota de 30% para pessoas negras, além de ter aumentado de 5% para 15% o percentual de vagas para pessoas com deficiência.

Permanecemos também sendo a estatal não dependente mais transparente da república, reconhecida com o nível mais alto de transparência em *ranking* da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e 100% de cumprimento nos itens de transparência ativa segundo a Controladoria Geral da União (CGU).

Em suma, estamos fazendo muito mais, com mais velocidade, sem onerar o Tesouro Nacional e alinhados com o projeto do novo BNDES, que é um BNDES transparente, comprometido com a economia verde, a descarbonização, a sustentabilidade ambiental, o emprego e a inclusão social. Um BNDES que financia projetos estruturantes para o desenvolvimento do Brasil, sempre prestando contas e permitindo que seja fiscalizado, com total respeito às normas legais e à qualidade do gasto público.

As informações apresentadas neste relatório anual reafirmam nosso comprometimento com o desenvolvimento e o futuro do Brasil. Além dos principais resultados e impactos alcançados pelo Banco em 2024, o documento demonstra de que maneira atuamos e como buscamos gerar valor para a sociedade brasileira em curto, médio e longo prazo.

A publicação segue os princípios do relato integrado, como exigido para prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU), e busca apresentar os principais impactos econômicos, sociais e ambientais do BNDES, com base no modelo da Global Reporting Initiative (GRI). Assegurando a integridade deste relato, convido os leitores a conhecer mais sobre nossa atuação nas próximas páginas.

Aloizio Mercadante
PRESIDENTE DO BNDES

SOBRE **ESTE RELATÓRIO**

Nosso relatório anual abrange todo o Sistema BNDES: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) e a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. (FINAME). [GRI 2-2] O período reportado vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024 e a aprovação do relatório pelo Conselho de Administração (CA), ocorreu em 23 de maio de 2025. [GRI 2-3] [GRI 2-14]

O documento segue o padrão do relato integrado, da International Financial Reporting Standards (IFRS) Foundation, atendendo às exigências estabelecidas em sua Estrutura Conceitual (*framework*), seguindo seus princípios básicos e contendo todos os elementos de conteúdo solicitados.

Aqui, portanto, podem ser encontradas informações sobre nossa visão geral organizacional e do ambiente externo, nossa governança, nosso modelo de negócios – ou seja, como geramos valor ao transformar nossos insumos em resultados e impactos para a sociedade, por meio de nossas atividades –, os riscos e as oportunidades de nossa atuação, nossa estratégia e alocação de recursos, nosso desempenho, nossa perspectiva frente aos desafios futuros e de que maneira determinamos os temas materiais apresentados.

O relatório também responde aos indicadores de sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI), um dos padrões mais utilizados no mundo para relatórios de sustentabilidade. Os indicadores podem ser identificados ao longo de cada capítulo e no sumário de conteúdo da GRI no fim do documento.

Com isso, buscamos mostrar como geramos ou pretendemos gerar valor em curto, médio e longo prazos para nossos diferentes públicos de interesse e dar transparência a nosso impacto ambiental, social e econômico, além de cumprir exigência da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), que atualmente requer a adoção de pelo menos um dos dois modelos.

Assim como no último relatório, indicamos, nas seções relacionadas a nosso desempenho, como nossa atuação se relaciona com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, no Sumário GRI, apresentamos a relação entre os indicadores respondidos, os dez princípios do Pacto Global e os 17 ODS.

A estrutura do relato integrado busca entender como a organização gera valor baseada nos seis capitais que compõem um negócio (financeiro, manufaturado, humano, intelectual, natural e social e de relacionamento). Por isso, tanto na matriz de materialidade quanto no diagrama de geração de valor, os conteúdos estão relacionados aos capitais com os quais estiverem envolvidos.

Este relatório é também o relatório de gestão do BNDES, uma vez que o padrão do relato integrado é exigido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para a prestação de contas anual da instituição, de acordo com a Instrução Normativa (IN) 84/2020 e a Decisão Normativa (DN) 198/2022. Informamos, ainda, que o documento não apresenta omissão de informações obrigatórias.

Nosso relatório de 2024 traz algumas mudanças para facilitar o acesso, a busca e a leitura das informações reportadas. Agora a principal peça se torna digital, interativa e em formato horizontal. Por conta disso, algumas informações foram reorganizadas, podendo ter tido sua localização alterada neste documento.

A versão impressa passa a ser um resumo da versão digital, contendo as principais informações e os destaques do ano.

Acesse também a versão resumida e a versão em inglês deste relatório em www.bndes.gov.br/ra2024.

CONTATO

Para mais informações sobre este documento e seu conteúdo, envie e-mail para relatorioanual@bndes.gov.br. [GRI 2-3] Caso tenha interesse em se tornar assinante, acesse a opção "Pedido de publicações" em: www.bndes.gov.br/bibliotecadigital.

A KPMG Auditores Independentes foi contratada por meio de licitação para realizar a asseguração externa deste relatório. O processo contemplou a apresentação de evidências das informações relatadas pelo BNDES para uma amostra selecionada de indicadores GRI, além de entrevistas com os responsáveis por seu reporte, o que envolveu equipes de diferentes áreas do Banco. A KPMG avaliou também a aderência do relatório ao modelo do relato integrado. A minuta do relatório de asseguração foi submetida ao conhecimento do Conselho de Administração do BNDES com a versão do relatório encaminhada para aprovação. O relatório de asseguração limitada assinado pela KPMG, com uma descrição das normas e dos procedimentos utilizados, está inserido ao fim desta publicação. [GRI 2-5]

Todos os resultados e informações apresentados neste relatório englobam as três empresas que compõem o Sistema BNDES, exceto quando especificado de outra forma. [GRI 2-2]

Como consequência de arredondamentos, a soma dos números nos gráficos pode não ser exata, assim como a soma dos percentuais dos gráficos pode não totalizar 100. Pelo mesmo motivo, pode haver pequena variação entre valores apresentados ao longo deste relatório.

Por fim, reformulações de informações, quando ocorridas, serão mencionadas no texto, assim como seu motivo e efeito. [GRI 2-4]

Para informações mais aprofundadas sobre temas específicos, acesse www.bndes.gov.br/publicacoes e consulte também:

- Outros relatórios publicados pelo BNDES
- Seção Transparência e prestação de contas em nosso *site*
- Portal BNDES Relações com Investidores
- Seção Desenvolvimento sustentável em nosso *site*
- Painel ODS em nosso *site*

MATERIALIDADE [GRI 3-1] [GRI 3-2]

Este relatório apresenta uma matriz de materialidade que busca identificar temas que afetam nossa capacidade de gerar valor a curto, médio e longo prazos e que provocam impacto econômico, social ou ambiental relevante.

Tal identificação nos permite destacar os assuntos mais importantes do ponto de vista de nossos *stakeholders* (partes interessadas) e refletir sobre os impactos da nossa atuação, considerando os capitais envolvidos e relacionando esses temas com indicadores GRI.

Em 2024, os temas materiais permaneceram os mesmos identificados em 2023, quais sejam: agropecuária; apoio a MPME e cooperativismo; economia verde e mudanças climáticas; infraestrutura; e neoindustrialização e inovação.

Para essa definição, foi realizada uma revisão simples, considerando as atualizações realizadas na estratégia corporativa do BNDES e um novo levantamento dos assuntos mais demandados nos principais grupos de interesse.

Esse levantamento envolveu uma consulta aos canais de comunicação e relacionamento do Banco – como atendimento à imprensa, central de atendimento, relações com investidores e governo, entre outros –, que confirmou que os cinco temas validados em 2023 continuaram entre os mais relevantes em 2024. Após esse processo, os temas foram apreciados pela Diretoria Executiva [GRI 2-14], que recomendou que, no âmbito do tema Economia verde e mudanças climáticas, fosse dada ênfase também às ações do Banco diante de crises climáticas e emergências ambientais (tendo em vista nossa atuação nessa frente durante o ano).

Na próxima página, apresentamos nossa matriz de materialidade, relacionando os temas materiais e seus limites aos capitais envolvidos, aos indicadores GRI e ODS associados e aos principais *stakeholders* afetados, bem como a indicação dos capítulos nos quais há menção de conteúdos pertinentes a esses temas.

Conheça nossa matriz de materialidade:

TEMA MATERIAL	LIMITES	CAPITAIS	INDICADORES GRI	ODS	PÚBLICOS PRINCIPAIS	CAPÍTULOS
AGROPECUÁRIA	Agropecuária sustentável, financiamentos e ações no setor, agricultura familiar, agronegócio.	» Manufaturado » Natural » Financeiro	[3-3] [203-2]	1, 2, 6, 7, 8, 10,12, 13, 15, 17	» Clientes » Agentes financeiros » Fornecedores » Governo	» MPMEs, agropecuária e cooperativismo » Nosso impacto socioambiental e climático » O que fazemos » Como geramos valor? » Nossa estratégia » Destaques em 2024
APOIO A MPMES E COOPERATIVISMO	Ampliação do acesso a crédito; desconcentração bancária; atuação de agentes financeiros; participação nas operações e nos desembolsos totais.	» Social e de relacionamento » Financeiro	[3-3] [203-2]	1, 8, 10	» Clientes » Governo » Agentes financeiros	» MPMEs, agropecuária e cooperativismo » Nosso impacto socioambiental e climático » O que fazemos » Como geramos valor? » Nossa estratégia » Destaques em 2024 » Mercado de capitais
ECONOMIA VERDE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	Mudanças climáticas, transição energética, descarbonização, biodiversidade, meio ambiente, atuação perante crises climáticas e emergências ambientais.	» Natural » Social e de relacionamento » Financeiro	[3-3] [203-2] [304-2] [305-1] [305-2] [305-3] [305-4]	1, 2, 6, 10, 12, 13, 14, 15, 17	» Sociedade » Governo » Investidores	» Meio ambiente e clima » Nosso impacto socioambiental e climático » O que fazemos » Como geramos valor? » Nossa estratégia » Destaques em 2024 » Mercado de capitais
INFRAESTRUTURA	Participação em políticas públicas, crédito e financiamento para o setor, principais projetos, transição energética.	» Manufaturado » Financeiro	[3-3] [203-1] [203-2]	6, 7, 8, 9, 11, 13	» Sociedade » Governo » Instituições parceiras » Investidores	» Infraestrutura » Nosso impacto socioambiental e climático » O que fazemos » Como geramos valor? » Nossa estratégia » Destaques em 2024 » Mercado de capitais
NEOINDUSTRIALIZAÇÃO E INOVAÇÃO	Nova política industrial, participação em políticas públicas, atuação do BNDES, crédito e financiamento, principais projetos.	» Manufaturado » Financeiro	[3-3] [203-2]	1, 3, 4, 8, 9, 11, 13, 17	» Instituições parceiras » Academia » Clientes	» Desenvolvimento produtivo e inovação » Nosso impacto socioambiental e climático » O que fazemos » Como geramos valor? » Nossa estratégia » Destaques em 2024 » Mercado de capitais

O BRASIL E O MUNDO EM 2024

O ano de 2024, como o de 2023, apresentou instabilidades políticas, incertezas econômicas e mudanças climáticas. No âmbito nacional, foi marcado pelas enchentes no Rio Grande do Sul e pela elevação de focos de incêndio, principalmente na Amazônia e no Cerrado.

No cenário internacional, 2024 foi caracterizado pela instabilidade geopolítica (tensões no Mar da China, guerra na Ucrânia e conflitos no Oriente Médio), pela expansão de medidas protecionistas em todo o mundo e pela instabilidade política nos principais países da União Europeia (Alemanha e França). A vitória de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos da América (EUA) trouxe incertezas sobre o novo governo – em especial sobre suas políticas fiscais, comerciais e migratórias e suas respectivas consequências inflacionárias – e o contexto geopolítico global. No campo macroeconômico, os EUA deram início a um ciclo de flexibilização monetária, já iniciado e mantido no continente europeu, apesar da resiliência da inflação, principalmente de serviços, em todo o mundo.

No âmbito doméstico, mesmo com a tragédia no Rio Grande do Sul no segundo trimestre, a atividade econômica voltou a surpreender positivamente ao longo do ano, com crescimento de 3,4%, evidência da resiliência da atividade econômica no Brasil no período pós-pandemia. A taxa de desemprego esteve entre as menores desde 2012, com elevação do rendimento médio do trabalho e da massa salarial.

A inflação acelerou em 2024 e acumulou alta de 4,83%, fechando o ano acima da meta (de 3,0%, com intervalo de tolerância entre 1,5% e 4,5%). A alta do dólar ao longo do segundo semestre somada aos eventos climáticos ocorridos, como as chuvas no Rio Grande do Sul e o período de estiagem que afetou parte relevante do território nacional, impactaram os preços, principalmente dos alimentos. O cenário de desinflação ainda incerta, atividade forte, manutenção da taxa de câmbio em patamar depreciado e desancoragem adicional e persistente das expectativas de inflação fez com que o Comitê de Política Monetária (Copom) iniciasse um novo ciclo de elevação da taxa básica de juros em setembro.

Nas contas públicas, foi observado o cumprimento da meta de resultado primário do Regime Fiscal Sustentável em 2024. O governo também apresentou um pacote de controle de gastos no fim de novembro, visando uma economia significativa de recursos, compatível com as metas de resultado primário para os anos seguintes, fortalecendo o arcabouço fiscal.

No âmbito setorial, destaca-se a retomada da indústria brasileira, uma das responsáveis pela elevação dos investimentos no país no ano. O BNDES teve papel fundamental nessa agenda por meio do apoio financeiro ao Plano Mais Produção.

No fim do ano, foram concluídas as negociações do acordo entre o Mercosul e a União Europeia – um marco histórico nas relações comerciais entre os dois blocos econômicos. Costurado ao longo de 25 anos, o acordo vai além da normatização das relações comerciais, envolvendo um conjunto de regulamentações ambientais, institucionais e políticas, harmonização de temas de saúde e fitossanitários, direitos de propriedade intelectual e estabelecimento de padrões procedimentais para compras governamentais.

Destaque para a reunião da cúpula do G20, sediada pelo Brasil em novembro, com foco em assuntos como sustentabilidade e mudanças climáticas. Na ocasião, foram reafirmados compromissos para reforçar ações urgentes contra as crises climáticas com base no Acordo de Paris e limitar a 1,5°C o aumento da temperatura média do planeta. Os países também se comprometeram a zerar as emissões líquidas globais até a metade do século.

Com diferenciais para enfrentar e contornar os desafios atuais, o país pode se beneficiar a médio prazo da maior procura por ativos sustentáveis no mundo, com forte potencial para atração de investimentos externos diretos. Há potencial também para ganho de mercados por meio da promoção da economia verde e de elementos que contribuam para a transição energética, com crescente valorização da observância de marcos de sustentabilidade ambiental e direitos trabalhistas. Nesse contexto, o Brasil tem grande relevância para o sucesso da transição global para a economia verde e do combate às mudanças climáticas, com significativas oportunidades a concretizar.

COMO GERAMOS VALOR?

Um relatório integrado explica como uma organização gera valor ao longo do tempo, não só por suas características, processos internos e formas de atuação, mas também por meio das relações com seus *stakeholders* (partes interessadas) e influências do ambiente externo.

Os estoques de valor que são aumentados, diminuídos ou transformados por meio das atividades e entregas da instituição são identificados como capitais, os quais podem ser classificados como: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, natural, e social e de relacionamento.

O diagrama de geração de valor apresentado a seguir demonstra, de maneira simplificada, como nossos capitais são transformados e traz destaques de resultados e do impacto gerado para a sociedade.

CAPTAMOS

INSUMOS

Financeiros

R$ 28,4 bilhões de recursos do FAT

R$ 35,2 bilhões de captação com fundos governamentais

R$ 11,4 bilhões de entradas originadas da carteira de renda variável

R$ 20,5 bilhões de captações internas e externas

R$ 123,4 bilhões de retorno das operações de crédito

Humanos

2.418 empregados, sendo:

2.393 concursados
2.058 de nível universitário
651 com pós-graduação *lato sensu*
670 com mestrado
88 com doutorado

551 terceirizados (serviços não relacionados às atividades-fim)

368 estagiários

30 jovens aprendizes

Manufaturados

4 unidades operacionais (DF, RJ, SP e PE)

Sociais e relacionais

Rede credenciada com mais de **90** agentes financeiros

+ de 7 milhões de visitas a nosso *site*

Cerca de **800** proposições legislativas acompanhadas

3.373 demandas recebidas e tratadas por nossa Ouvidoria

45 filiações a entidades brasileiras e estrangeiras de diferentes áreas estratégicas e setores da economia

Cerca de **62 mil atendimentos** realizados por nossa Central

Naturais

48,7 megalitros de água consumidos em nossos escritórios

13,1 GWH de energia consumida em nossos escritórios

Intelectuais

Sistemas, plataformas e *dashboards* utilizados para elaboração de dados de efetividade e monitoramento de impactos econômicos, sociais e ambientais

PRODUTOS E SERVIÇOS [GRI 2-6]

- CRÉDITO E FINANCIAMENTOS
- APOIO NÃO REEMBOLSÁVEL
- GARANTIAS
- SERVIÇOS
- PARTICIPAÇÕES E TÍTULOS
- PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS [GRI 2-6]

Corporativos

- Expandir o **desembolso** e a **carteira de crédito** do Sistema BNDES promovendo o desenvolvimento sustentável alinhado às políticas públicas vigentes
- Garantir o **equilíbrio financeiro** do Sistema BNDES

De negócios

- Expandir o apoio a projetos de **infraestrutura**, reduzindo o hiato de investimentos no setor e promovendo resiliência
- Expandir o apoio ao **desenvolvimento produtivo**, abrangendo inovação e digitalização
- Ampliar o apoio a projetos de **desenvolvimento social e regional e gestão pública** buscando reduzir as desigualdades e promovendo cidadania
- Ampliar o apoio a projetos **ambientais e climáticos**, contribuindo para a transição ecológica justa, a descarbonização e a conservação e restauração de biomas
- Ampliar o apoio à **exportação**, promovendo maior inserção das empresas brasileiras em mercados internacionais
- Expandir crédito e garantias para **MPMEs**, promovendo o acesso a crédito, a **agropecuária sustentável** e o **cooperativismo**
- Fomentar o **mercado de capitais** e a atuação internacional do BNDES para contribuir com o desenvolvimento sustentável

De suporte ao negócio

- Acelerar a **transformação digital** do BNDES e aumentar a eficiência operacional, melhorando a experiência dos clientes
- Ampliar a **capacidade operacional** do BNDES para o cumprimento de sua missão

TENDO COMO

GERANDO

RESULTADOS E IMPACTOS*

Financeiros

R$ 133,7 bilhões em desembolsos, um crescimento de quase 17% em relação a 2023

R$ 26,4 bilhões de lucro líquido, sendo R$ **13,2** bilhões de lucro líquido recorrente

R$ 11,2 bilhões em resultados de participações societárias

R$ 5,9 bilhões em tributos

Humanos

755 empregados participaram de treinamentos de curta duração, programas de certificação e eventos

33 novas participações de empregados em cursos de pós-graduação

Realização de concurso público com cota de **30%** para pessoas negras e pardas e **15%** para PCDs

Manufaturados

[GRI 203-1] [GRI 203-2]

1,8 GW de aumento previsto de capacidade de geração de energia renovável

169 mil m² de área prevista de laboratórios e centros de pesquisa e desenvolvimento

1.211 km de duplicação prevista de rodovias

4 km de vias de metrô com previsão de implantação

Naturais

19,4 mil hectares com previsão de recuperação florestal

66,1 milhões de m³ de ampliação prevista de capacidade de aterros sanitários

Impactos negativos

71,14 toneladas/ano de resíduos sólidos urbanos gerados em nosso escritório do Rio de Janeiro

Aumento de **6%**, em relação a 2023, no consumo de água em nossos escritórios

Aumento de **5%**, em relação a 2023, no consumo de energia em nossos escritórios

Sociais e relacionais

[GRI 203-2]

40,7 mil microempreendedores apoiados pelo BNDES Microcrédito

87 mil agricultores familiares apoiados

122 mil indígenas apoiados em projetos de ordenamento territorial

522 mil mulheres apoiadas em projetos de produção sustentável

1,299 milhão de empregos relacionados durante a fase de implementação dos investimentos fixos apoiados

1.531 unidades de escolas conectadas à rede de internet de banda larga

469 municípios apoiados no Rio Grande do Sul, por meio de instrumentos variados, para recuperação econômica e estrutural após o desastre climático (94% do total de municípios do estado)

Intelectuais

1,4 milhão de *downloads* na biblioteca digital do BNDES

+ de 197 mil acessos ao Blog do Desenvolvimento

36 publicações editadas pelo BNDES, como periódicos, estudos especiais e relatórios

**Algumas entregas já foram realizadas, enquanto outras refletem a consolidação dos resultados previstos por projetos aprovados em 2024.*

O BNDES

» Perfil **p.15**

» O que fazemos? **p.17**

» Nossa estratégia **p.23**

» Nosso impacto socioambiental e climático **p.29**

» Nossa governança **p.45**

» Nossa equipe **p.54**

» Nossos relacionamentos **p.66**

» Ética, *compliance* e transparência **p.78**

» Gestão de riscos **p.84**

O BANCO DO **DESENVOLVIMENTO DO BRASIL**

O QUE É UM BANCO DE DESENVOLVIMENTO?

Os primeiros bancos de desenvolvimento (BD) surgiram na Europa em meados do século XIX, mas a maior parte das instituições atuais foi criada após a Segunda Guerra Mundial, em razão dos esforços de reconstrução dos países ou de industrialização de nações em desenvolvimento. Além do Brasil, diversos países (desenvolvidos e em desenvolvimento) mantêm instituições de desenvolvimento fortes, como Alemanha, China, Coreia do Sul, Espanha, Japão, México, França e Rússia.

Essas entidades cumprem um papel relevante no desenvolvimento socioeconômico de países e regiões onde atuam, em cenários tanto de estabilidade quanto de crise. Embora cada uma tenha sua forma de atuar, todas auxiliam a implementação de políticas públicas, complementam as ofertas de crédito do sistema financeiro privado e contribuem para que os setores privado e público assumam riscos e desafios em investimentos estratégicos de longo prazo. Além disso, cumprem uma função anticíclica importante em momentos de instabilidade do mercado de crédito, atenuando a queda da oferta de recursos privados e possibilitando uma recuperação econômica mais rápida. Em geral, contam também com alguma forma de apoio do governo – isenção de impostos, garantias da União, acesso a fundos constitucionais e parafiscais ou subsídios – para implementação de políticas públicas.

Apesar da importância do desempenho financeiro para a manutenção das atividades, os BDs não têm o lucro como medida principal de seus resultados. A maximização do bem-estar social e o desenvolvimento econômico e ambientalmente sustentável são os objetivos primordiais dessas instituições.

QUEM SOMOS? [GRI 2-1]

Somos o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), sendo o principal instrumento do Governo Federal, nosso único acionista, para financiamento de longo prazo e investimento nos diversos segmentos da economia brasileira. Operamos desde 1952 e somos um dos maiores BDs do mundo.

O Sistema BNDES é formado por três empresas: o BNDES e suas subsidiárias – a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), que atua no mercado de capitais, e a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. (FINAME), dedicada ao fomento da produção e da comercialização de máquinas e equipamentos.

Nossa atuação ocorre por meio de financiamento e crédito; concessão de recursos não reembolsáveis; prestação de garantias; serviços; participação e títulos; e produção de conhecimento. Disponibilizamos produtos, programas e fundos, conforme a modalidade e a característica das operações. [GRI 2-6]

Além dos recursos financeiros, estruturais e de pessoas necessários para a realização de nossas atividades, dispomos de processos estruturados de gestão de riscos e sólidas práticas de *compliance* e governança, bem como de nossos relacionamentos e de um conhecimento profundo da economia brasileira.

Avaliamos o apoio a cada projeto com foco em seu potencial de geração de impacto social, ambiental e econômico para o país, direto ou indireto. Nos últimos anos, nossa estratégia de longo prazo tem priorizado a transição para um modelo econômico inclusivo, compatível com as mudanças climáticas e redutor de desigualdades de renda. Esse foco foi consolidado pelo lançamento da Agenda 2030 pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, com a definição dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), que passaram a orientar investimentos na "nova economia".

Nossa governança é composta por regras e padrões de gestão criteriosos e envolve o relacionamento entre instâncias internas, como Conselho de Administração (CA), Diretoria Executiva, Conselho Fiscal (Cofis), Comitê de Auditoria (Coaud) e demais comitês; e externas, como Congresso Nacional, Controladoria-Geral da União (CGU), Banco Central do Brasil (BCB), Tribunal de Contas da União (TCU) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

IDENTIDADE INSTITUCIONAL [GRI 2-6]

Nossa identidade institucional é formada por propósito, visão, missão, valores e princípios. Não houve alteração desse item na Estratégia 2025-2029, que havia sido atualizada e aprovada pelo CA em 2023 [GRI 2-12], permanecendo a seguinte:

PROPÓSITO
Melhorar a vida de gerações, promovendo o desenvolvimento econômico, social e ambiental

MISSÃO
Retomar o protagonismo do BNDES no desenvolvimento econômico, social e ambiental brasileiro

VISÃO
Ser um banco de desenvolvimento verde, digital, inclusivo, inovador, industrializante e tecnológico

VALORES
Ética, espírito público, compromisso com o desenvolvimento e excelência

PRINCÍPIOS
Agilidade, comprometimento, cooperação, diversidade, efetividade, equidade, inovação e transparência

ONDE ESTAMOS? [GRI 2-1] [GRI 2-6]

Atuamos em todo o território nacional. Temos quatro unidades operacionais: a sede, em Brasília (DF); o escritório central no Rio de Janeiro (RJ), localizado no Edifício de Serviços Juvenal Osório Gomes (Edserj), onde cerca de 93% de nossos empregados estão alocados; e duas representações, uma em São Paulo (SP) e uma no Recife (PE).

Para facilitar o acesso de nossos clientes, principalmente das micro, pequenas e médias empresas (MPME), a nossas linhas de financiamento e produtos de garantia, atuamos também de forma indireta, isto é, por meio de parceiros que ofertam nossos produtos. Temos mais de noventa agentes financeiros credenciados, entre bancos comerciais privados e públicos, bancos de cooperativa, cooperativas de crédito, bancos de montadora, bancos de desenvolvimento regionais e agências de fomento.

QUAIS SÃO NOSSOS PRINCIPAIS PÚBLICOS?

[GRI 2-6] [GRI 2-29]

Mantemos relacionamentos com públicos variados, em sintonia com nossa estratégia institucional e com o papel de articulação que desempenhamos na promoção do desenvolvimento do país. Por meio das interações com nossos *stakeholders*, coletamos informações e percepções com o intuito de aprimorar nosso atendimento e ajustar nossa estratégia sempre que necessário. Conheça, ao lado, nossos principais públicos.

- Academia
- Agentes financeiros
- Clientes
- Fornecedores
- Imprensa
- Investidores
- Órgãos de controle e de fiscalização
- Poder público (Executivo, Legislativo e Judiciário)
- Público interno
- Sociedade

O QUE **FAZEMOS?**

Nossas diferentes formas de atuação se complementam de modo a potencializar nossa contribuição para o desenvolvimento do país. Trabalhamos por meio de crédito; participações e títulos; recursos não reembolsáveis; garantias; e serviços. Além disso, nossa produção de conhecimento registra aprendizados e fornece subsídios para aprimorar nossa atuação. [GRI 2-6]

Para cada modalidade, temos soluções e produtos específicos que viabilizam a implantação de nossa estratégia. [GRI 2-24] Buscamos oferecer soluções complementares às do mercado, priorizando a geração de externalidades positivas para a sociedade. Nossos diferenciais incluem a oferta de prazos mais longos, atuação em múltiplos setores, oportunidades de parcerias com atores do mercado, sinergias com nosso portfólio e alinhamento às diretrizes estratégicas e avaliações de impacto existentes.

CRÉDITO

Concessão de financiamentos, limites de crédito, empréstimos e debêntures simples (não conversíveis)

Concedemos recursos por meio de soluções de financiamento diversificadas, com destaque para nossa atuação no crédito de longo prazo. Nossos financiamentos podem ser concedidos a empresas de todos os portes, a entes nacionais e a pessoas físicas, a depender da finalidade, de forma direta ou por intermédio de instituições financeiras credenciadas.

Na **modalidade direta**, as operações são realizadas diretamente com o BNDES e somos responsáveis pela análise dos pleitos e pela negociação das garantias. Para solicitar esse tipo de apoio, o financiamento deve, em geral, ser superior a R$ 20 milhões, no caso das esteiras automáticas e simplificadas, ou R$ 40 milhões, no caso das esteiras corporativas e *project finance*. As operações diretas podem ser realizadas com empresas e entes subnacionais, mas não com pessoas físicas.

Já as **operações indiretas** são realizadas por meio de instituições financeiras credenciadas, responsáveis pela análise do financiamento e pela negociação das condições com os clientes – sempre respeitando regras e limites definidos pelo BNDES –, além de assumirem o risco de não pagamento da operação. Dessa forma, cabe às instituições financeiras a decisão final sobre a concessão do crédito. Essas operações podem ser:

- Automáticas, no caso de operações de até R$ 150 milhões, nas quais o agente financeiro já aprovou o crédito e nos solicita apenas a homologação e liberação dos recursos.
- Não automáticas, quando a instituição financeira credenciada nos encaminha consulta prévia para análise. Os valores mínimos seguem os critérios das operações diretas, e a aprovação do financiamento é feita caso a caso.

Por fim, há as **operações mistas**, que combinam elementos das formas direta e indireta não automáticas. Nesses casos, compartilhamos o risco da operação com a instituição financeira credenciada. As operações mistas geralmente ocorrem por sugestão do BNDES ou por recomendação da instituição financeira.

PARTICIPAÇÕES E TÍTULOS

Realização de operações de mercado de capitais, por meio da subscrição de ações, debêntures conversíveis, fundos, bônus de subscrição, e quaisquer outros valores mobiliários admitidos pela legislação em vigor

Atuamos de modo complementar ao mercado e a nossos produtos de financiamento, fortalecendo os planos de negócios e a estrutura de capital das empresas brasileiras, com incentivos às melhores práticas de governança corporativa e a iniciativas de cunho social e ambiental. Também atuamos para o desenvolvimento do mercado de capitais nacional, oferecendo soluções e instrumentos para fomentar novas operações e ampliar a base de agentes do setor.

Nossos investimentos por meio de ações e/ou debêntures conversíveis ocorrem em empresas de capital aberto ou fechado, constituídas como sociedades anônimas, em ofertas públicas ou privadas. São investimentos transitórios, minoritários e não executivos, sempre com horizonte de longo prazo e em condições de mercado. Assim, operamos em igualdade de condições com outros investidores, sem concessão de subsídios às empresas investidas, que ficam submetidas a prazos, estruturas e dinâmicas comuns a todos os integrantes do mercado de capitais.

No caso de fundos de investimento, selecionamos gestores para fundos voltados ao desenvolvimento de mercados e setores mais carentes de recursos. Esses fundos, em sua maioria, adquirem participações acionárias, debêntures ou direitos creditórios.

Nossa atuação por meio de fundos visa: (i) desenvolver empresas inovadoras, infraestrutura e cadeias produtivas que consideramos prioritárias; (ii) estimular o empreendedorismo e o investimento em infraestrutura; e (iii) ampliar o acesso a produtos alternativos de crédito, em especial aqueles voltados para micro, pequenas e médias empresas (MPME) e pequenos produtores rurais, além de difundir a cultura de capital de risco no país.

RENDA FIXA

Desde 2006, operamos como investidores em ofertas públicas no mercado de títulos corporativos de renda fixa, e, mais recentemente, como coordenadores, com a missão de criar produtos e realizar investimentos visando desenvolver o mercado de capitais de renda fixa. Nosso objetivo é atuar de forma complementar ao mercado privado, oferecendo opções de financiamento para as empresas brasileiras, bem como canalizar recursos privados para elevar o investimento no país, sobretudo nos setores de logística e transporte, mobilidade urbana, energia e saneamento básico.

Nossas condições de financiamento e políticas de crédito são desenhadas para fomentar, ainda, a originação de debêntures. Alguns destaques são o compartilhamento de garantias entre nosso financiamento e as debêntures de mercado, e a previsão de vencimento cruzado entre a debênture e nosso financiamento.

RECURSOS NÃO REEMBOLSÁVEIS

Apoios não reembolsáveis e gestão de recursos de terceiros

Destinamos recursos não reembolsáveis a projetos sociais, culturais, ambientais, científicos e tecnológicos. Os recursos podem ser provenientes de parte do nosso lucro – como no caso do BNDES Fundo Socioambiental – ou de doações externas – como o Fundo Amazônia. São direcionados para o apoio a projetos que visam resolver questões críticas nos setores sociais e econômicos e, também, para o fortalecimento de políticas públicas estruturantes.

Além do incentivo a projetos inclusivos, inovadores, estruturantes e verdes, com capilaridade e escala, buscamos alavancar recursos privados (nacionais e internacionais) e promover a sinergia com outros instrumentos de apoio.

Entre os fundos não reembolsáveis utilizados pelo BNDES, destacam-se:

- **Fundo Amazônia**
  Gerido pelo BNDES para apoio a ações de conservação, combate ao desmatamento e uso sustentável da Amazônia Legal com recursos de doadores internacionais.
- **BNDES Fundo Socioambiental**
  Apoia investimentos de caráter social e ambiental, vinculados ao desenvolvimento regional.
- **BNDES Funtec**
  Apoia projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- **BNDES Fundo Cultural**
  Apoia ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro e de incentivo à economia da cultura.
- **BNDES Fust Não Reembolsável**
  Apoia projetos de conectividade em escolas públicas.

SERVIÇOS

Estruturação de projetos e coordenação de ofertas públicas de distribuição de títulos ou valores mobiliários de renda fixa, em mercado primário

Para enfrentar o gargalo do investimento em infraestrutura no país e atingir o patamar desejado no setor, é fundamental que a capacidade de investimento público seja retomada e o investimento privado seja alavancado. Estruturamos projetos para o Governo Federal e os entes subnacionais em alinhamento com as políticas públicas de infraestrutura econômica, social e ambiental, priorizando a melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados para a população, gerando oportunidades de investimento e renda e favorecendo a melhor alocação dos gastos públicos.

Oferecemos diferentes soluções para nossos clientes do setor público, desde a etapa de planejamento e concepção dos projetos até o leilão e a formalização do contrato de parceria com a iniciativa privada, como: estruturação de projetos de concessão ou parcerias público-privadas (PPP) de serviços públicos, valorização de ativos imobiliários, iniciativas de revitalização urbana e viabilização de parcerias estratégicas.

Para estimular a qualidade na prestação de serviços, a remuneração dos concessionários é influenciada por indicadores de desempenho. Adicionalmente, em se tratando de serviços públicos, é importante destacar o papel fundamental das agências reguladoras, a quem caberá fiscalizar esses contratos e garantir a sua execução visando preservar o interesse social.

Na prestação do serviço de coordenação de ofertas públicas de distribuição de títulos e valores mobiliários de renda fixa apoiamos as empresas na utilização de instrumentos de mercado de capitais que se destinem a financiar investimentos alinhados às nossas diretrizes estratégicas.

GARANTIAS

Provimento de fianças e garantias diretas ou indiretas, neste último caso por meio de fundos garantidores

Oferecemos fianças e garantias diretas ou indiretas, mediante dois fundos: o Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI) – que contempla as modalidades FGI Tradicional, Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (FGI Peac) e FGI Peac Crédito Solidário RS – e o Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC). Em 31 de dezembro de 2024, os cotistas do BNDES FGI eram a União (majoritária), o BNDES e outros 41 agentes financeiros.

Também contamos com o produto direto BNDES Garantias para operações mais estruturadas e de maior volume.

As garantias viabilizam operações de crédito realizadas por meio de diversas linhas e programas de financiamento, tanto de agentes financeiros e outras fontes de recursos quanto de repasses do BNDES. Assim, contribuímos para ampliar as oportunidades de acesso a crédito principalmente para empresas e empreendedores de menor porte, possibilitando que as instituições financeiras aprovem financiamentos em melhores condições, como prazos mais longos, menos exigências de entrada e até taxas de juros mais baixas.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Produzimos regularmente análises setoriais e econômicas, avaliações de efetividade, seminários e publicações que promovem a disseminação do conhecimento e ampliam o debate sobre desenvolvimento, além de informar a sociedade sobre os resultados de nossa atuação.

Publicamos também periódicos como a Revista do BNDES, criada em 1964, e o BNDES Setorial, lançado em 1995. A primeira traz artigos sobre desenvolvimento econômico e social, enquanto o segundo apresenta análises referentes aos setores da economia brasileira que apoiamos ou planejamos apoiar. Ambos têm nossos empregados como autores ou coautores, compartilhando o conhecimento técnico produzido internamente. Além disso, desde 1977, promovemos o Prêmio BNDES de Economia, com o objetivo de premiar e publicar dissertações de mestrado e teses de doutorado na área de economia.

Exportação

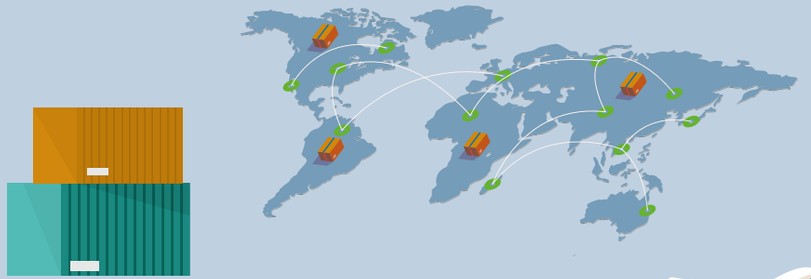
Sistemas públicos de apoio às exportações existem em mais de noventa países. No Brasil, somos um dos principais agentes desse sistema, oferecendo crédito em condições compatíveis com o mercado internacional, por meio de um conjunto de instrumentos alinhados a políticas públicas. Participamos ativamente do debate que visa fortalecer o sistema público brasileiro, com o objetivo de garantir a competitividade das empresas brasileiras no cenário internacional.

Em 2024, com a recriação da Área de Comércio Exterior, voltamos a contar com uma unidade de negócios dedicada à exportação. Com um crescimento de 35% das aprovações no ano, destacam-se, no período, o reposicionamento do produto BNDES Exim Pré-embarque, destinado a financiar a produção de bens para exportação; a concretização de operações inovadoras e estratégicas no setor aeronáutico; e a retomada do financiamento à exportação de produtos do segmento de defesa.

Desde sua criação, nossas linhas de apoio à exportação são voltadas para segmentos de maior valor agregado, que demandam financiamentos a médio e longo prazo. O objetivo é viabilizar condições de financiamento compatíveis com o mercado internacional, permitindo que empresas brasileiras exportem em igualdade de condições com seus concorrentes internacionais, gerando divisas, emprego e renda no Brasil.

Acompanhamos diversos fóruns internacionais que reúnem outras agências de crédito à exportação, com vistas a monitorar a forma de atuação e as condições de apoio dos concorrentes internacionais. Também acompanhamos as discussões relacionadas às alterações legais e infralegais para implementação de aprimoramentos no ordenamento jurídico brasileiro.

Além de nossos financiamentos, o sistema público de apoio conta com linhas operadas pelo Banco do Brasil com recursos do Tesouro Nacional (Proex Financiamento e Proex Equalização) e com o Seguro de Crédito à Exportação (SCE), lastreado no Fundo de Garantia à Exportação (FGE), para dar lastro às garantias prestadas pela União para riscos comerciais, políticos e extraordinários.



Como o BNDES apoia a exportação?

Em linhas gerais, oferecemos duas modalidades de financiamento à exportação:

PRÉ-EMBARQUE:

- Financiamento à produção de bens destinados à exportação.
- Capital de giro para a empresa brasileira produzir e exportar.

PÓS-EMBARQUE:

- Financiamento à comercialização no exterior de bens e serviços produzidos por empresas brasileiras.
- Pagamento do bem ou serviço exportado à vista para a empresa brasileira, à medida que as exportações são realizadas e comprovadas.

O crédito sempre é desembolsado no Brasil, em reais, para a empresa brasileira exportadora. Não há remessa de recursos para o exterior.

O BNDES não financia países nem obras no exterior, e sim a exportação de bens e serviços brasileiros.

FLUXO OPERACIONAL

Nosso processo de concessão de crédito para operações diretas, mistas e indiretas não automáticas é baseado na utilização de esteiras de crédito padronizadas. Após a etapa de habilitação, na qual verificamos a aptidão do cliente com base em análises de crédito, cadastro e *compliance*, as operações seguem para diferentes esteiras, conforme suas características e seu grau de complexidade.

ESTEIRAS AUTOMÁTICA E SIMPLIFICADA	Mais ágeis para soluções com maior padronização, com objeto pré-determinado ou simplificado – como a compra de um equipamento – e com critérios e procedimentos pré-aprovados. Na esteira simplificada, em razão do tipo de objeto financiado, a validação é um pouco mais complexa e o acompanhamento mais detalhado do que na automática.
ESTEIRAS CORPORATIVA E *PROJECT FINANCE*	Associadas a soluções financeiras mais customizadas para projetos complexos, como *greenfields* de infraestrutura. Diferem principalmente em relação à estruturação financeira e às garantias da operação. Durante a análise, equipes multidisciplinares especializadas no setor avaliam diversos aspectos da proposta, como viabilidade do projeto, aspectos socioambientais, impactos esperados, estratégia e governança do cliente, análise do mercado e garantias oferecidas.
ESTEIRA NÃO REEMBOLSÁVEL	Fluxo customizado para operações com recursos exclusivamente não reembolsáveis. Dependendo de seu objetivo, a solicitação de apoio pode passar pela avaliação de um comitê consultivo antes de ser analisada por nossa equipe técnica.
ESTEIRA DE CRÉDITO EMERGENCIAL	Operacionalização de programas específicos que têm como objetivo o enfrentamento de consequências sociais e econômicas de calamidade pública, por exemplo, decorrentes de eventos climáticos extremos.

Independentemente da esteira de crédito, todos os pedidos de financiamento são analisados com base em nossas políticas operacionais e de crédito, sendo encaminhados ao Comitê de Crédito e Operações (CCOp) e à Diretoria Executiva para deliberação, segundo critérios de alçada previamente definidos.

ACOMPANHAMENTO

Todas as operações diretas aprovadas e contratadas passam por acompanhamento, garantindo que os recursos sejam liberados conforme o cronograma preestabelecido. Uma equipe do BNDES verifica o cumprimento das obrigações contratuais e a evolução do investimento apoiado, realizando ajustes na operação, sempre que necessário.

Nas operações indiretas automáticas, o acompanhamento é realizado pelas instituições financeiras credenciadas e verificado pelo BNDES a partir de técnicas de amostragem que consideram quesitos como materialidade e risco.

Realizamos, ainda, o cruzamento de informações com bases de dados internas e externas, incluindo imagens de satélites, para melhor direcionar os esforços de verificação de conformidade e prevenção de fraudes, e seguimos orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) para verificar a correta aplicação dos recursos e o cumprimento das exigências normativas.

O BNDES não credencia consultores (pessoas físicas ou jurídicas) como intermediários para facilitar, agilizar ou aprovar operações de crédito, não realiza qualquer tipo de recadastramento de cartões, nem entra em contato por telefone, SMS ou *e-mail* para solicitar o preenchimento dos dados de identificação da empresa, do Cartão BNDES ou de qualquer outro produto do Banco.

CREDENCIAMENTO FINAME (CFI)

O financiamento direcionado à compra de máquinas, equipamentos, componentes, sistemas industriais e serviços tecnológicos exige o credenciamento prévio desses itens no CFI-FINAME. Além de indicar a capacidade de fornecimento local, esse credenciamento contribui para a geração de empregos e para o desenvolvimento industrial brasileiro, permitindo a concessão de crédito de forma automatizada e segura por meio de uma ampla rede de agentes repassadores de nossos recursos.

Saiba mais sobre o credenciamento em nosso *site*.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE [GRI 3-3]

Contamos com um conjunto de atividades de monitoramento e avaliação (M&A) que tem como principais propósitos avaliar nossos impactos, prestar contas de nossos resultados e gerar aprendizados que possam aprimorar nossa atuação.

Para a análise da eficácia e da efetividade do nosso apoio, contamos com um sistema de monitoramento e avaliação de efetividade, estruturado em três pilares: i) atividades de M&A associadas ao processo de concessão do apoio; ii) avaliações de efetividade aprofundadas; e iii) uso das informações geradas (consolidação).

Na fase de análise de operações, são identificados os objetivos do apoio e definidos indicadores de eficácia e de efetividade, que são posteriormente monitorados e embasam uma autoavaliação de resultados (realizada pelas próprias equipes operacionais). Essas informações servem de base para nossos painéis de indicadores de resultados. Nessa etapa, são também identificadas as principais políticas públicas para as quais os projetos contribuem e é elaborado um *scoring* de impacto, com base em um questionário que permite identificar impactos econômicos, sociais e ambientais potenciais.

Em 2024, os impactos potenciais mais frequentemente identificados nas operações em que o *scoring* foi aplicado foram os associados à mitigação às mudanças do clima ou contribuição para a adaptação a elas; à geração de emprego; e ao impacto sobre as cadeias produtivas.

As avaliações de efetividade são estudos aprofundados sobre determinados tipos de apoio, conforme prioridades estabelecidas pela administração. Essas avaliações podem ser executadas internamente, contratadas ou realizadas em parceria com avaliadores externos. [GRI 203-2]

Cada avaliação é documentada em um Relatório de Avaliação de Efetividade (RAE), que contempla as perguntas centrais da avaliação de resultado, os métodos aplicados, os resultados obtidos e suas respectivas causas, podendo conter, ainda, recomendações sobre como nossa atuação pode ser aprimorada para potencializar a geração de efeitos positivos e minimizar efeitos negativos. Em 2024, publicamos o RAE Avaliação do impacto do BNDES em inovação.

Na consolidação dos resultados dos demais processos, nosso principal produto é o Relatório de Efetividade, elaborado bienalmente e aprovado pelo CA, que consolida os resultados dos indicadores e as evidências geradas pelas avaliações de efetividade, além de incluir recomendações para o aprimoramento de nossa atuação. [GRI 2-12] Em 2024, foi publicada a sexta edição do relatório, referente ao biênio 2022-2023.

O QUE NÃO APOIAMOS [GRI 2-24]

Como empresa pública, seguimos integralmente as restrições legais e normativas, entre as quais se destacam as seguintes vedações ao apoio financeiro para clientes:

- que tenham cometido as infrações previstas nos arts. 54 e 54-A do Decreto 6.514/2008, conforme prevê o art. 6º do Decreto 11.687/2023, e tenham sido notificados de qualquer sanção restritiva de direito, nos termos dos incisos I, II, IV e V do art. 20 do Decreto 6.514/2008;
- inadimplentes com órgãos ou entidades da administração pública federal ou com o FGTS, ou cujos dirigentes tenham sido condenados por exploração de trabalho infantil ou trabalho análogo à escravidão, crime contra o meio ambiente, assédio moral ou sexual, violência contra a mulher, idoso, pessoa com deficiência ou crime resultante de discriminação racial, de etnia ou de gênero, conforme determina o § 1º do art. 127 da Lei 15.080/2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias); [GRI 408-1] [GRI 409-1]
- que não atendam aos requisitos presentes no Manual de Crédito Rural;
- que não atendam aos requisitos constantes do art. 12 da Lei 8.429/1992 (Lei Anticorrupção); e
- que não cumpram a Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Também não apoiamos investimentos no segmento de motéis, saunas e termas, exploração de jogos de azar, apostas e clubes. Há, ainda, um rol de atividades, empreendimentos e itens de alguns setores – agropecuário, defesa, bancário, energia, imobiliário, madeira, mineração, saneamento e resíduos sólidos, siderurgia e sucroalcooleiro – que estão sujeitos a condições específicas para recebimento do apoio.

No caso do setor agropecuário, por exemplo, não apoiamos a aquisição de animais para revenda, a pesca em período proibido ou em lugares interditados pelo órgão competente. Não são apoiáveis empreendimentos do setor de mineração que incorporem processo de lavra rudimentar ou garimpo, bem como localizados em unidades de proteção integral.

Nossa lista de exclusão e apoio condicionado passa por aprimoramentos sucessivos ao longo dos anos, com a inclusão de vedações e/ou condicionantes para setores com potenciais impactos negativos.

NOSSA **ESTRATÉGIA**

Em conformidade com o art. 23 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), atualizamos anualmente nossa estratégia de longo prazo, com base em uma análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos, e definimos nosso plano de negócios para o exercício seguinte.

A estratégia de longo prazo, a análise de riscos e oportunidades, o plano de negócios anual e as conexões com políticas públicas são documentos aprovados pelo Conselho de Administração (CA). [GRI 2-12] As informações sobre o desempenho da estratégia são apreciadas periodicamente pelo Comitê Gerencial (atual Comitê Gerencial e de Sustentabilidade), pela Diretoria Executiva e pelo CA.

Em dezembro de 2024, revisamos, de forma estruturada, a nossa estratégia corporativa, considerando os próximos cinco anos (estratégia 2025-2029), tendo como base a estratégia 2024-2028, aprovada em 2023, e a atualização de aspectos domésticos e internacionais.

ALINHAMENTO ÀS DIRETRIZES GOVERNAMENTAIS

O mapeamento das políticas públicas e diretrizes governamentais relacionadas a nossa atuação é realizado ao longo do processo de revisão da estratégia de longo prazo. O objetivo dessa ação é promover o alinhamento da estratégia a tais políticas e diretrizes, buscando potencializar seus resultados. O documento Conexões e contribuições para políticas públicas apresenta o resultado desse mapeamento para a estratégia 2025-2029. Ao todo, foram identificadas quarenta políticas e diretrizes governamentais e feitas suas vinculações a nossa estratégia para o período de 2025 a 2029. As políticas e diretrizes foram segmentadas em oito políticas norteadoras e 32 políticas associadas. O documento ainda aponta indicadores que expressam nossas contribuições para as políticas públicas.

O Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) anual, aprovados no Congresso e sancionados pelo Presidente da República, são duas das políticas norteadoras que seguimos, sendo referências fundamentais para a formulação de nossa estratégia.

A LDO destaca a preservação e a geração de empregos como diretrizes gerais para a aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento e, especificamente para o BNDES, inclui o "estímulo à criação e à preservação de empregos com vistas à redução das desigualdades, à proteção e à conservação do meio ambiente com foco na redução dos efeitos das mudanças climáticas, ao aumento da capacidade produtiva, ao incremento da competitividade da economia brasileira e ao incentivo ao turismo", o que é contemplado em nossa estratégia.

As políticas norteadoras conectadas à estratégia do Banco também incluem os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), o plano estratégico do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD), a Nova Indústria Brasil (NIB), o Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) e o Plano de Transformação Ecológica (PTE), todos diretamente conectados à nossa atuação de desenvolvimento sustentável.

AMEAÇAS E OPORTUNIDADES

O mapeamento das ameaças e oportunidades é elemento fundamental de nosso planejamento estratégico e uma determinação da Lei das Estatais, sendo aprovado pelo CA. Em complemento à verificação dos fatores ambientais externos que impactam o Banco, gerando oportunidades e ameaças, também levantamos fatores ambientais internos, ou seja, nossas forças e fraquezas.

A identificação das ameaças visa prevenir o BNDES em relação a possíveis eventos, desafios e incertezas que possam dificultar o cumprimento da estratégia. A prospecção de possíveis oportunidades, por sua vez, visa potencializar nossa atuação.

Para fins de priorização quando da formulação da estratégia 2025-2029, foram avaliadas as probabilidades de ocorrência de cada ameaça ou oportunidade mapeada e seu potencial impacto sobre a estratégia, categorizando-as nos níveis alto, médio e baixo. Foram priorizados os fatores ambientais externos (ameaças ou oportunidades) considerados de impacto alto, independentemente da probabilidade; e de impacto médio, com probabilidade média ou alta. Eles foram analisados e classificados em cinco dimensões: (i) política/legal; (ii) econômica; (iii) sociocultural; (iv) tecnológica; e (v) ambiental e climática.

Os quadros a seguir apresentam exemplos de ameaças e oportunidades de alto e médio impactos:

AMEAÇAS

DIMENSÃO	DESCRIÇÃO	PROBABILIDADE	IMPACTO
Política/legal	Decisões judiciais, legislativas ou de órgãos de controle que afetem a atuação do BNDES	Média	Alto
Econômica	Efeitos econômicos e sociais de um evento climático extremo	Alta	Alto
Econômica	Fragmentação das relações de poder entre os atores globais; dificuldade de solução de conflitos; e menor cooperação econômica entre os países, aumentando a instabilidade dos mercados	Alta	Alto
Sociocultural	Aumento da desigualdade e da pobreza extrema	Baixa	Alto
Sociocultural	Aumento do desemprego e/ou precarização das relações de trabalho	Média	Alto
Ambiental e clima	Aumento de frequência e severidade de emergências climáticas e desastres ambientais, baseados em cenários internacionais	Alta	Alto

OPORTUNIDADES

DIMENSÃO	DESCRIÇÃO	PROBABILIDADE	IMPACTO
Política/legal	Reestruturação do sistema público de apoio às exportações	Média	Alto
Econômica	Direcionamento de investimentos em países com disponibilidade de energia limpa (*powershoring*)	Alta	Alto
Econômica	Inserção das empresas brasileiras nas cadeias globais de valor	Média	Alto
Sociocultural	Valorização da diversidade sociocultural	Média	Médio
Tecnológica	Novas tecnologias de automação (inclusive de operações financeiras) e uso das inteligências artificiais generativas	Alta	Alto
Ambiental e clima	Transição para energias renováveis e descarbonização das indústrias e cadeias de valor	Alta	Alto

Os fatores ambientais internos, por sua vez, foram classificados em quatro dimensões: financeira; física e de tecnologia da informação; humana; e organizacional. Cada um desses fatores foi qualificado como força ou fraqueza e avaliado em relação a seu impacto sobre nosso desempenho nos próximos cinco anos. Os graus de impacto foram categorizados nos níveis baixo, médio e alto, sendo que aqueles avaliados como impacto médio ou alto foram definidos como prioridade. Por serem características inerentes ao BNDES, a esses fatores não é aplicável a avaliação de probabilidade de ocorrência.

As oportunidades e ameaças advindas do ambiente externo foram avaliadas considerando as forças e fraquezas identificadas no ambiente interno. Os fatores classificados como oportunidades que podiam ser associados a forças internas foram levados em conta na definição dos temas ou diretrizes estratégicas. Já nas situações em que a oportunidade mapeada não estava associada a forças internas, buscou-se identificar, entre as fraquezas, aquelas que poderiam interferir negativamente na capacidade de aproveitamento das oportunidades. Também foram identificadas forças que poderiam ser utilizadas para ajudar a superar as ameaças mapeadas. Esses diagnósticos foram úteis, sobretudo, na definição dos projetos corporativos e ações estratégicas.

Em relação à estratégia 2024-2028, houve mudanças em algumas ameaças e oportunidades. No ambiente externo, há maior destaque para ameaças como a falta de cooperação internacional para a solução de problemas globais, os efeitos econômicos e sociais de um evento climático extremo e o cenário geopolítico menos favorável a práticas de sustentabilidade.

No ambiente interno, a dimensão financeira foi expandida, com destaque para as considerações relativas a *funding* e captação. A dimensão organizacional também foi ressaltada, com o reconhecimento do elevado grau de transparência do BNDES por órgãos de controle, bem como da necessidade de se aumentar a estrutura do Banco para o cumprimento de sua missão e estratégia.

ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO [GRI 3-3]

Nossa estratégia é resultado de um processo de planejamento que envolve reflexões sobre os desafios do desenvolvimento brasileiro e o papel do Banco no estímulo a setores e temas relevantes para a economia do país. Assim como nos outros anos, o processo de formulação da estratégia 2025-2029 contou com a escuta de todas as áreas do BNDES. O documento foi aprovado pelo CA em sua reunião de 06.12.2024.

Temas estratégicos

Os temas estratégicos contemplam os tópicos priorizados na formulação da estratégia. Na estratégia 2025-2029, passamos a adotar uma nova categorização dos temas estratégicos com a criação dos temas norteadores, os quais destacam as agendas transversais que norteiam a atuação de todo o Banco. Já os temas de negócios deixaram de ter a qualificação de setoriais ou transversais, passando a ser reportados apenas como temas de negócios. Por fim, os temas de suporte ao negócio completam os temas estratégicos da estratégia 2025-2029.

Diretrizes estratégicas

As diretrizes estratégicas são orientações norteadoras para a formulação da estratégia corporativa, sendo usualmente associadas a temas estratégicos. A elaboração das diretrizes estratégicas tem como fonte primária as políticas públicas e as diretrizes governamentais vigentes, para possibilitar suas devidas conexões com a estratégia desenvolvida.

Na estratégia 2025-2029, além da consolidação e cisão de itens e alguns ajustes de redação, merece destaque a criação de uma diretriz referente à atuação do BNDES em situações emergenciais, tendo em vista o importante apoio do Banco ao Rio Grande do Sul após as históricas enchentes que atingiram o estado em 2024.

Das 45 diretrizes estratégicas, 28 são de negócio e 17 de suporte ao negócio, com destaque para as duas diretrizes gerais:
(i) gerar emprego e renda no Brasil; e
(ii) reduzir as desigualdades sociais e territoriais.
A lista completa das diretrizes pode ser encontrada na Cartilha da Estratégia Corporativa do BNDES 2025-2029.

Objetivos estratégicos

Definimos 11 objetivos estratégicos na estratégia 2025-2029, formulados com base na identidade institucional, nos temas estratégicos e nas diretrizes estratégicas. Em relação à estratégia 2024-2028, houve a criação de um objetivo relativo ao aumento da capacidade operacional do Banco para cumprimento de sua missão.

Os objetivos estratégicos foram agrupados em três perspectivas: corporativa, negócios e suporte aos negócios.

Os objetivos estratégicos de negócios, que se referem a uma atuação focada em setores ou temas específicos, são também utilizados neste relatório como referência para apresentarmos com mais detalhes o desempenho operacional do Banco.

PERSPECTIVA CORPORATIVA

OE1	Expandir o desembolso e a carteira de crédito do Sistema BNDES, promovendo o desenvolvimento sustentável alinhado às políticas públicas vigentes
OE2	Garantir o equilíbrio financeiro do Sistema BNDES

PERSPECTIVA DE NEGÓCIOS

OE3	Expandir o apoio a projetos de infraestrutura, reduzindo o hiato de investimentos no setor e promovendo resiliência
OE4	Expandir o apoio ao desenvolvimento produtivo, abrangendo inovação e digitalização
OE5	Ampliar o apoio a projetos de desenvolvimento social e regional e gestão pública, buscando reduzir as desigualdades e promovendo cidadania
OE6	Ampliar o apoio a projetos ambientais e climáticos, contribuindo para a transição ecológica justa, a descarbonização e a conservação e restauração de biomas
OE7	Ampliar o apoio à exportação, promovendo maior inserção das empresas brasileiras em mercados internacionais
OE8	Expandir crédito e garantias para MPMEs promovendo o acesso a crédito, a agropecuária sustentável e o cooperativismo
OE9	Fomentar o mercado de capitais e a atuação internacional do BNDES para contribuir com o desenvolvimento sustentável

PERSPECTIVA DE SUPORTE AO NEGÓCIO

OE10	Acelerar a transformação digital do BNDES e aumentar a eficiência operacional, melhorando a experiência dos clientes
OE11	Ampliar a capacidade operacional do BNDES para o cumprimento de sua missão

Modelos de negócios

A figura a seguir apresenta os modelos de negócios do Sistema BNDES, que permanecem os mesmos em relação a 2024, com pequenos ajustes na descrição de "participações e títulos".

A descrição e detalhes sobre cada um, bem como explicações sobre como atuamos, encontram-se no capítulo O que fazemos? deste relatório.

Indicadores estratégicos e metas

Os indicadores estratégicos são informações quantitativas utilizadas para acompanhar o atingimento dos objetivos estratégicos, e são definidos, junto com as metas, pelo Plano de Negócios Anual. Os indicadores e as metas utilizados pelo BNDES em 2024 fazem parte da estratégia 2024-2028, aprovada pelo CA em dezembro de 2023.

Em 2024, os indicadores estratégicos passaram a ser organizados por perspectivas: a corporativa, que agrega as principais atuações finalísticas do BNDES; a de negócios, que mostra o desempenho do Banco em seus diversos nichos de atuação, como setores ou temas estratégicos; e a de suporte ao negócio, que busca traduzir a atuação do Banco no fornecimento de ferramentas e/ou recursos necessários para a sua operação. Além disso, os indicadores estratégicos passaram de 16, em 2023, para 28, em 2024, contribuindo para uma visão mais completa dos nossos objetivos estratégicos.

Na estratégia 2025-2029, foi definido o plano anual para 2025 com trinta indicadores estratégicos e suas respectivas metas, considerando os 11 objetivos estratégicos estipulados. Detalhes sobre esses indicadores e seus desempenhos serão reportados no próximo relatório anual.

Iniciativas estratégicas

As iniciativas estratégicas são elementos fundamentais para a execução de nossa estratégia. Elas consistem em atividades temporárias, desenvolvidas com o propósito de alcançar um objetivo estratégico, melhorar o desempenho de um indicador estratégico ou tratar um potencial risco da execução da estratégia corporativa adotada.

Quando um conjunto dessas iniciativas têm caráter transversal, envolvendo e/ou impactando diferentes unidades do BNDES e demandando esforços adicionais de gestão matricial, são constituídos projetos corporativos. Nos demais casos, são definidas ações estratégicas no âmbito de cada área.

DESEMPENHO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS 2024

Os 28 indicadores estratégicos definidos para 2024 estão apresentados ao longo deste relatório, com suas metas e resultados alcançados no ano. Importante registrar que esses indicadores não devem ser confundidos com outras metas e valores apresentados ao longo dos mesmos capítulos, mas que dizem respeito ao desempenho operacional.

O desempenho dos indicadores estratégicos das perspectivas corporativa e de suporte ao negócio pode ser conferido nas seções Desempenho operacional - Destaques em 2024 e Desempenho e sustentabilidade financeira. Já os da perspectiva de negócios podem ser encontrados nos capítulos de desempenho dos setores por objetivo estratégico de negócios da seção Desempenho Operacional.

Projetos estratégicos corporativos

A carteira de projetos estratégicos corporativos de 2024 considerou elementos da estratégia corporativa 2024-2028, suas diretrizes, temas e objetivos estratégicos. Seis projetos corporativos estiveram em execução ao longo de 2024:

P1) Diversidade e inclusão:

Induzir práticas de valorização da diversidade e inclusão perante o corpo funcional do BNDES, em sua cadeia de relacionamentos e na construção de soluções de apoio para os eixos de gênero, raça/etnia, pessoas com deficiência (PCD), LGBTQIAPN+ e demais grupos minorizados, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva. Diversas entregas foram realizadas em 2024, tais como os requisitos de diversidade e inclusão para o concurso público realizado, ações de letramento e estudo sobre viabilidade jurídica de implementação de políticas remuneratórias e de benefícios para empregados terceirizados. Em 2025, a agenda segue inclusa no âmbito da Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade (PEGVD) do BNDES.

P2) Diagnóstico de alternativas de alocação de capital:

Diagnosticar alternativas de estruturas que possam aumentar a eficiência na alocação de capital do Sistema BNDES.

P3) Fortalecimento da gestão social, ambiental e climática do BNDES:

Fortalecer a gestão socioambiental do BNDES e induzir melhores práticas socioambientais e climáticas.

P4) Digitalização dos processos do BNDES:

Implantar melhorias nos processos de concessão de apoio financeiro, visando alavancar o alcance de objetivos estratégicos do BNDES por meio de processos mais eficientes, automatizados e digitais.

P5) BNDES Eximbank:

Ampliar o apoio às exportações de produtos brasileiros de alto valor agregado e propiciar a retomada do financiamento às exportações de serviços, em condições compatíveis com aquelas oferecidas pelas agências de crédito à exportação aos concorrentes no mercado internacional.

P6) Resolução CMN 4966/2021:

Implementar os requisitos previstos na Resolução CMN 4966/2021 aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como à designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*).

Os projetos P1 e P2 foram concluídos em 2024, e o restante permaneceu na carteira de projetos estratégicos de 2025 devido a sua execução de longo prazo. Novos projetos podem ser incluídos ao longo do ano, caso sejam necessários à execução do Planejamento Estratégico 2025.

Ações estratégicas

Além das atividades desenvolvidas nos projetos corporativos, ao longo de 2024 foram concluídas 96 ações estratégicas, com destaque para o pacote de medidas emergenciais para o Rio Grande do Sul, o lançamento do BNDES Crédito Digital, a realização do novo concurso público, e a emissão da Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD).

Outras 48 ações estratégicas executadas ao longo de 2024 terão continuidade em 2025. Novas ações poderão ser iniciadas ao longo de 2025 em alinhamento com a nossa estratégia.

NOSSO **IMPACTO SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICO**

A maior parte dos impactos (econômicos, ambientais, sociais e climáticos) de nossa atuação é resultado dos investimentos que apoiamos, realizados por nossos clientes. Por isso, oferecemos condições diferenciadas para investimentos sustentáveis ou que colaborem para a transição para uma economia neutra em carbono e operacionalizamos políticas públicas que contribuem para a transição ecológica justa. Consideramos também o potencial de geração de externalidades positivas tanto em nossa análise dos projetos quanto na elaboração de nossos produtos e soluções. [GRI 3-3]

Buscamos projetos que gerem alto impacto, possam ser escaláveis, tenham o potencial de se tornar negócios sustentáveis e, sempre que possível, consigam atrair fontes externas de recursos para multiplicar nossos recursos próprios, engajando parceiros públicos e privados, nacionais e internacionais.

Em relação ao clima, atuamos de forma transversal, tanto na mitigação das mudanças climáticas, com resultados nos mais variados setores – energia, logística e mobilidade urbana, mudanças de uso da terra e florestas (MUTF), agropecuária, indústria e saneamento –, quanto na agenda de adaptação climática, atuando em ações de resiliência das cidades e de infraestruturas essenciais. Também atuamos de maneira relevante em projetos emergenciais decorrentes de desastres climáticos.

Nossas diretrizes climáticas reafirmam nossa contribuição para uma transição justa em direção a uma economia neutra em carbono. O documento Diretrizes do BNDES para mudança climática: compromissos e desafios para uma transição justa apresenta nossas frentes de atuação, oportunidades de investimentos e diretrizes transversais e setoriais de nossa rota para transição justa. Além disso, destaca nossas ações climáticas e histórico do seu impacto positivo, bem como a agenda em implementação.

Tendo em vista nosso amplo espectro de atuação, além dos impactos positivos esperados, é necessário gerir potenciais impactos negativos associados aos apoios financeiros. Para mitigá-los, além dos requisitos legais e de nossa lista de exclusão e apoio condicionado, são incluídas eventuais condicionantes e recomendações elaboradas durante a avaliação socioambiental e climática das operações de crédito diretas e indiretas não automáticas e das operações de investimentos diretos em instrumentos de renda variável. [GRI 3-3]

Neste capítulo, explicamos a estrutura de governança e os mecanismos de gestão dos impactos socioambientais e climáticos de nossa atuação, além das principais ferramentas, normativos e procedimentos que utilizamos para avaliar, medir e mitigar esses impactos.

Também aqui podem ser encontrados os dados referentes ao nosso impacto no meio ambiente e no clima, incluindo nossos números de consumo de água e energia e de geração de resíduos em 2024, bem como nossas emissões de gases do efeito estufa (GEE) administrativas e financiadas, e as emissões evitadas e removidas da carteira dos projetos de mitigação climática.

Informações sobre programas e projetos ambientais e climáticos apoiados podem ser encontradas no capítulo Meio ambiente e clima deste relatório.

GOVERNANÇA DO TEMA

[GRI 2-24] [GRI 2-9] [GRI 2-12]

Contamos com uma estrutura de governança robusta para tratar dos aspectos econômicos, sociais, ambientais e climáticos de nossas operações, que inclui diversos colegiados e áreas do BNDES, englobando desde nossos empregados até o Conselho de Administração (CA).

Nosso Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (CRSAC) tem como objetivo assessorar o CA no monitoramento da nossa Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e das ações relativas à sustentabilidade derivadas dela.

O comitê recebe informações sobre as matérias relacionadas à política que são apreciadas no Comitê Gerencial e de Sustentabilidade (CGS), instituído em 2024 por meio da fusão do Comitê Gerencial (CG) e do Comitê de Sustentabilidade (CS). Com a unificação desses comitês, a temática de sustentabilidade passou a fazer parte de colegiado permanente de deliberação e acompanhamento de assuntos estratégicos e corporativos do Sistema BNDES, composto por todos os superintendentes e com periodicidade maior de suas reuniões.

Desde abril de 2023, o CRSAC é composto por dois membros do CA e dois membros da Diretoria Executiva, e se reúne ordinariamente, de forma bimestral, com previsão de reporte anual ao CA. Suas atividades devem ser coordenadas com o Comitê de Riscos (CRI), que também assessora o CA em aspectos relacionados aos riscos sociais, ambientais e climáticos.

O diretor executivo de Planejamento e Relações Institucionais é responsável pela PRSAC perante o Banco Central do Brasil, em cumprimento à Resolução CMN 4.945, de 15 de setembro de 2021, e o diretor executivo de *Compliance* e Riscos foi designado *Chief Risk Officer* (CRO) do BNDES, conforme Resolução CMN 4.557/2017, sendo responsável pelo gerenciamento de riscos no Sistema BNDES, o que inclui os riscos sociais, ambientais e climáticos.

NOSSO COMPROMISSO SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICO [GRI 3-3]

Nossa principal diretriz climática é o alinhamento contínuo ao Acordo de Paris, para limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C, contribuindo para a neutralidade de emissões do Brasil em 2050 e potencializando investimentos para a transição climática justa no país. Considerando os principais fatores do contexto nacional e mundial, identificamos oportunidades de investimentos alinhados ao Acordo de Paris em mitigação climática, adaptação climática, perdas e danos e biodiversidade.

Algumas de nossas diretrizes climáticas e frentes de atuação nessa agenda são:

- Promover o alinhamento ao Acordo de Paris sobre o clima, à NDC Brasileira, e à transição climática justa, através da estruturação e apoio a projetos, de parcerias e do engajamento de clientes (e suas cadeias produtivas) para descarbonização e mitigação de emissões de gases de efeito estufa, e adaptação às mudanças climáticas.
- Atuar em situações emergenciais provenientes de desastres climáticos ou de saúde pública, por meio de apoio financeiro e em estruturação de projetos, buscando promover adaptação e resiliência social e econômica.
- Promover a adaptação e a resiliência do país a eventos climáticos extremos ou desastres naturais, através do apoio, em cooperação com órgãos de governo, a ações preventivas e emergenciais de remediação e reconstrução.
- Disponibilizar o financiamento e o engajamento de clientes (e suas cadeias produtivas) para transição climática justa, contribuindo para evitar emissões e reduzir emissões de nossa carteira.
- Articular com diversos atores nacionais e internacionais e desenvolver competências, dando continuidade à produção de conhecimento, como a elaboração de publicações e a realização de seminários e eventos, bem como estabelecer parcerias e cooperações técnica.

A partir das discussões estratégicas, há desdobramentos que incluem desde a ampliação do apoio a projetos com foco climático, até novas captações para o Fundo Amazônia e discussões para ampliação do Fundo Clima, entre outras atividades.

Mitigação

Utilizamos nossos instrumentos para colaborar com a mitigação das mudanças climáticas, o que implica reduzir ou remover as emissões de GEE na atmosfera. Nossos esforços contribuem para expansão de energias renováveis, aumento da eficiência energética, descarbonização da indústria e do transporte, entre outras frentes. Essa agenda de descarbonização inclui, ainda, incentivos para o desenvolvimento de máquinas e equipamentos mais eficientes que contribuam para o processo de transição energética, bem como esforços para promover a restauração florestal, que captura e estoca carbono.

Entre os diversos produtos e iniciativas de mitigação de que dispomos, podemos destacar o Fundo Amazônia, Fundo Clima, Floresta Viva, BNDES Parques e Florestas, BNDES RenovaBio e Programa ABC+.

Vale mencionar também nossa atuação na produção de estudos e na realização de seminários setoriais com diferentes atores do mercado, bem como nossa contribuição com o poder público para formulação e implementação de políticas públicas que contemplem a agenda de descarbonização.

Nesse contexto, em 2024 lançamos a publicação Descarbonização da indústria de base, que sumariza os debates do ciclo de seminários realizado em 2023 no BNDES sobre o tema e aborda a contribuição das indústrias de base para a transição para uma economia de baixo carbono, bem como descrições aprofundadas de rotas, desafios e experiências de descarbonização por setor.

Adaptação

Os compromissos assumidos por nós na temática de adaptação preveem a atuação em linha com o Plano Nacional de Adaptação (PNA), com o direcionamento de capital para setores e tecnologias de adaptação prioritários, incluindo ações com municípios e estados em projetos de infraestrutura, em especial nas áreas urbanas mais vulneráveis, e na promoção de um desenvolvimento urbano resiliente, com foco em soluções baseadas na natureza. Além disso, mitigantes de riscos climáticos vêm sendo incorporados nas modelagens de projetos de infraestrutura, sobretudo para os riscos físicos relacionados a enchentes, inundações e deslizamentos.

Perdas e danos

Com as mudanças climáticas, episódios como inundações e desmoronamentos tendem a ocorrer com mais frequência e severidade, com impactos negativos tanto econômicos quanto socioambientais. Por isso, o BNDES vem trabalhando para combater emergências relacionadas a eventos extremos climáticos. Em 2024, atuamos na resposta às enchentes no Rio Grande do Sul, com recursos do Fundo Social e a criação de novos produtos de crédito, bem como a facilitação do acesso a garantias e suspensão de pagamentos para clientes na região afetada.

FUNDO RIO DOCE

Em 2024, foi homologado pelo STF um novo acordo judicial firmado pelo Governo Federal, pelos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, pelos ministérios públicos, pelas defensorias públicas e pelas empresas mineradoras responsáveis pelos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG). Os recursos, a serem depositados pela Samarco Mineração S.A. e/ou por suas controladoras Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda. no valor total de R$ 100 milhões, destinam-se à execução de medidas reparatórias ambientais e socioeconômicas na região atingida, que abrange 38 municípios mineiros e 11 capixabas, afetando uma população de aproximadamente 2,4 milhões de pessoas.

Deste valor, R$ 49,1 bilhões serão executados pela União. Os recursos serão depositados em um fundo privado, denominado Fundo Rio Doce, que será administrado e gerido pelo BNDES, e observarão as finalidades previstas nos anexos do acordo judicial.

Além de ser gestor do fundo, o BNDES executará, direta e indiretamente, uma parcela desses recursos. Para isso, criamos, neste ano, uma unidade operacional específica, a Área de Enfrentamento de Eventos Climáticos Extremos e Gestão do Fundo Rio Doce (ARD), responsável por coordenar ações institucionais e operacionais relacionadas ao fundo e por preparar o Banco para contribuir com o enfrentamento de crises ambientais e climáticas e outras emergências.

Biodiversidade

Também nos comprometemos a fomentar a conservação, o uso sustentável e a restauração da biodiversidade, apoiando políticas e projetos voltados para preservação e oferta de água, tratamento de esgoto, controle da poluição industrial, gestão de resíduos, conservação e uso sustentável de recursos naturais e microfinanças para produtores rurais sustentáveis. Ações relacionadas a esse tema podem ser encontradas ao longo deste capítulo ou em Meio ambiente e clima.

Compromissos

Somos signatários de diferentes pactos, protocolos e acordos de cooperação, além de participarmos de fóruns setoriais e multissetoriais relacionados ao desenvolvimento sustentável. A seguir, são apresentados alguns destaques de nossos compromissos socioambientais e climáticos. Outros podem ser encontrados ainda no capítulo Nossos Relacionamentos deste relatório e no nosso *site*.

Pacto Global

Desde agosto de 2021, participamos do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), que propõe o alinhamento de operações e estratégias das empresas a dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Ao aderir à iniciativa, passamos a integrar a Rede Brasil do Pacto Global, que articula projetos e ações comuns entre mais de 1.900 membros no país. Em 2024, reiteramos nosso compromisso com os princípios do Pacto Global por meio da declaração de apoio continuado. [GRI 2-23]

Principles For Responsible Investment (PRI)

Desde 2023, somos filiados ao PRI, uma rede internacional de signatários que trabalham em conjunto para colocar em prática seis princípios para o investimento responsável. [GRI 2-23]

Código Brasileiro de *Stewardship*

Desde 2017, a BNDESPAR é signatária do Código de *Stewardship* da Associação dos Investidores no Mercado de Capitais (Amec). Com a adesão, nos comprometemos a buscar o cumprimento de uma série de princípios de governança corporativa, em linha com as melhores práticas do mercado.

Programa Brasileiro GHG Protocol

Reportamos nossas emissões de GEE administrativas no programa desde 2020.

Partnership for Carbon Accounting Financials (Pcaf)

Aderimos à iniciativa em 2024, com o objetivo de acompanhar e participar das discussões sobre as metodologias de cálculo de emissões de GEE que estão sendo utilizadas pelo setor financeiro tanto no Brasil quanto globalmente.

Climate Action in Financial Institutions Initiative

Desde 2017, somos membros da iniciativa, uma coalisão de instituições financeiras públicas e privadas do mundo com perspectiva de integrar a agenda das mudanças climáticas em suas atividades e operações.

Desde 2021, participamos também do Carbon Disclosure Project (CDP) na categoria de Investors Club. Também somos filiados, desde 1995, à Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep-FI), ação global que conta com mais de 350 membros e busca mobilizar financiamento para o desenvolvimento sustentável. Cooperamos, desde 2019, com o Programa de Finanças Verdes do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, de início no âmbito do Prosperity Fund, que tem como objetivo reduzir a pobreza em países em desenvolvimento.

Em 2024, assinamos novo memorando de entendimento com o governo do Reino Unido, no âmbito do programa UK Pact, com o objetivo de aprimorar as metodologias e ferramentas de cálculo de emissões de GEE das operações do BNDES e as metodologias de avaliação de risco climático, bem como criar ferramentas que permitam alinhar o portfólio do Banco à meta de 1,5°C do Acordo de Paris.

Participamos ainda de diversos grupos de trabalho da Iniciativa LAB, capitaneada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), com o intuito de promover inovação e finanças sustentáveis no país. Ainda integramos o fórum da Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD), grupo de instituições ao redor do globo que apoiam a iniciativa.

POLÍTICAS [GRI 3-3]

Entre as políticas e normativos que orientam a gestão de nossa atuação e de nossos impactos relacionados à sustentabilidade em suas dimensões corporativa, operacional e setorial, destacam-se:

Política de responsabilidade social, ambiental e climática (PRSAC) [GRI 2-23]

Nossa PRSAC é uma norma de caráter transversal e abrangente, que estabelece as bases e o direcionamento para nossa atuação em sustentabilidade. Nossos compromissos estão sintetizados nos princípios e nas diretrizes da política, que devem orientar nossas práticas e responder às demandas de partes interessadas. Entre suas diretrizes está o estímulo à adoção de melhores práticas de responsabilidade social, ambiental e climática por nossos clientes, instituições financeiras credenciadas, fornecedores e demais parceiros, contribuindo para o avanço do desenvolvimento sustentável.

A política também define o alinhamento de nossa atuação com as normas e políticas públicas brasileiras, considerando pactos e acordos internacionais que promovem o desenvolvimento sustentável e a transição para uma economia neutra em carbono, tais como os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), no âmbito da Agenda 2030, e a contribuição nacionalmente determinada (NDC) do Brasil, no Acordo de Paris.

A atual PRSAC foi aprovada em 2022 pelo CA, após o terceiro processo de revisão desde 2010, para adequação à Resolução CMN 4.945/2021. Em 2024, lançamos uma consulta pública para atualizar essa política diante dos novos desafios e oportunidades da agenda social, ambiental e climática. A ampla participação social ocorreu a partir de campanha de divulgação da consulta e da disponibilização de um formulário no *site* entre outubro e novembro de 2024. As contribuições recebidas estão sendo avaliadas para proposição da nova política perante as instâncias decisórias competentes, que será divulgada em 2025.

PROJETO CORPORATIVO SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICO [GRI 2-24]

Em 2024, mantivemos um projeto estratégico corporativo dedicado ao fortalecimento da gestão social, ambiental e climática do BNDES. Ao longo do último ano, este projeto viabilizou diversas entregas, tais como a publicação de nossa contribuição com a biodiversidade, aprimoramentos do inventário de GEE da nossa carteira, implementação da metodologia do risco climático de nossas operações e aprovação de uma nova taxonomia de sustentabilidade.

O projeto segue vigente em 2025, para conclusão de outras ações relacionadas aos temas de estratégia e políticas, processos, gestão de riscos, capacitação e comunicação, e mobilizando diferentes áreas do BNDES para a incorporação da sustentabilidade em nossas práticas de negócios e para a efetivação da PRSAC, enquanto um novo plano de ação dessa política está sendo estruturado para o triênio 2025-2027.

Em 2024, o BNDES publicou o Relatório de Avanços da PRSAC, destacando ações que concretizaram as diretrizes da política durante o ano de 2023, contemplando também eventuais desdobramentos no primeiro semestre de 2024. O documento apresentou ainda os resultados da apuração dos indicadores de efetividade da PRSAC relativos a 2023, dando mais visibilidade e transparência sobre a atuação do Banco no tema.

Política de equidade de gênero e valorização da diversidade [GRI 2-23]

A política foi aprovada pelo CA em 2015 e atualizada em 2024, tendo sido incluída a vertente de atuação em prol da inclusão social e econômica de prestadores de serviços terceirizados. O documento reafirma nosso compromisso permanente de contribuir para a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação em nosso ambiente de trabalho e nas instituições que participam de nossa cadeia de relacionamentos.

Definimos na política que a valorização da diversidade abrange o respeito à vida e à dignidade de todos os seres humanos, considerando todas as manifestações das diferenças, nos gêneros e orientações sexuais, nas raças e etnias, nas religiões, nas culturas, nas convicções políticas, entre outras.

Lista de exclusão nas políticas operacionais [GRI 2-24]

Nossas políticas operacionais (PO) definem nossos principais instrumentos de apoio, refletindo nosso planejamento estratégico e nossas prioridades, e regulamentam as condições, os critérios e as diretrizes de apoio, estabelecendo condições diferenciadas para os instrumentos priorizados, com o objetivo de potencializar nossa atuação.

Nossa lista de exclusão veda o apoio a determinados setores e empreendimentos críticos em termos de riscos socioambientais. Um exemplo é o setor elétrico: não apoiamos usinas térmicas a combustíveis fósseis, incluindo, além daquelas movidas a carvão, as térmicas a óleo derivado de petróleo. Outro caso é o setor de mineração, em que não são passíveis de apoio projetos de mineração de carvão para abastecimento de térmicas nem empreendimentos que utilizem práticas de lavra rudimentar ou garimpo, além da extração e do beneficiamento de amianto. Empreendimentos que dependem da madeira como principal matéria-prima podem ser apoiados quando a madeira for proveniente de floresta plantada. Nos casos em que a madeira é derivada de floresta nativa, o apoio é condicionado à existência de um plano de manejo florestal sustentável. Contamos também com diretrizes consolidadas para o apoio financeiro a frigoríficos, recentemente atualizadas, contendo exigências de rastreabilidade socioambiental da cadeia de fornecimento.

Em 2024, a ferramenta MapBiomas continuou sendo utilizada e houve o aprimoramento de aspectos de natureza socioambiental no crédito rural, ampliando a vedação de crédito a clientes com embargo por desmatamento ilegal, sem medidas de reparação, mesmo que em imóveis não diretamente associados a financiamentos. Assim, expandiu-se o controle sobre operações para além das exigências estabelecidas pela legislação brasileira de crédito rural.

Seguimos, ainda, restrições impostas por acordos multilaterais – relativos a temas como espécies ameaçadas, camada de ozônio, poluentes, armas, entre outros – que regulam o financiamento de atividades e projetos. Mais detalhes sobre o que não apoiamos podem ser encontrados no capítulo O que fazemos? deste relatório e em nosso *site*.

Saiba mais sobre outros regulamentos clicando aqui.

TREINAMENTO [GRI 2-24]

Em 2024, investimos R$ 724 mil reais em 101 treinamentos ligados a temas socioambientais, incluindo quatro cursos de pós-graduação. Também disponibilizamos para o corpo funcional, em nossa intranet, cursos, bases de dados e periódicos relacionados ao tema. No âmbito do Projeto Estratégico Corporativo de Fortalecimento Social, Ambiental e Climático, foram estruturados perfis de capacitação em temas "SAC", que consideram as atribuições de diferentes unidades envolvidas nesses temas. A partir desses perfis, foram priorizados módulos de capacitação para implementação, já havendo a conclusão de cursos sobre risco climático para empregados lotados nas áreas de infraestrutura, estruturação de projetos e gestão de riscos.

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA DAS OPERAÇÕES

[GRI 3-3] [GRI 2-24]

Dispomos de um Regulamento de Gestão Socioambiental e Climática de Operações, que representa o desdobramento da PRSAC em termos de riscos operacionais. O regulamento vigente foi aprovado pela Diretoria Executiva em 2024, incorporando melhorias à norma anteriormente existente desde 2021, destacando-se o desenvolvimento e implementação de uma metodologia para avaliação de riscos climáticos de operações, integrada ao fluxo de classificação operacional do BNDES.

Em relação à avaliação de risco socioambiental, o regulamento estabelece os procedimentos de identificação e tratamento dos impactos sociais e ambientais das operações financiadas e está alinhado a boas práticas internacionais.

Os **riscos climáticos físicos** se referem à possibilidade de perdas associadas a intempéries ou alterações ambientais de longo prazo causadas por mudanças em padrões climáticos, podendo ser classificados como agudos, quando ocorrem com alta intensidade em um curto período, ou crônicos, quando surgem em menor intensidade ao longo do tempo. Os eventos climáticos físicos incluem enchentes, tempestades, elevação do nível do mar, secas, temperaturas extremas, deslizamentos e incêndios. Os **riscos de transição**, por sua vez, decorrem da necessidade de adequação das empresas à transição para uma economia de baixo carbono e podem se materializar na forma de perdas associadas a alterações regulatórias ou legislativas, surgimento de novas tecnologias, mudanças de mercado e questões reputacionais.

Já com relação à avaliação de risco climático das operações, são verificados, conjuntamente, fatores de risco climático físico e de risco climático de transição.

No início da etapa de análise da operação, buscamos identificar riscos socioambientais por meio do levantamento de informações de bases de dados públicas e as fornecidas pelo cliente. Para operações com maior nível de sensibilidade, também realizamos uma avaliação socioambiental e climática para além dos aspectos de regularidade, que inclui a avaliação da gestão socioambiental e climática dos clientes. Como consequência dessa avaliação, podem ser estabelecidas obrigações socioambientais e/ou climáticas complementares às obrigações legais ou ações previstas no processo de licenciamento.

Adicionalmente, na análise dos clientes, é verificado o atendimento de exigências sociais e legais e de nossas diretrizes e procedimentos relativos à manutenção de emprego e direitos humanos, como a proteção de pessoas com deficiência e a inexistência de condenação, judicial ou administrativa, por práticas de discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil ou trabalho escravo, assédio moral ou sexual. [GRI 408-1] [GRI 409-1]

Em 2024 destaca-se, entre outras melhorias, a incorporação na avaliação de riscos socioambientais e climáticos das operações diretas de renda variável. Dessa forma, passamos também a classificar as operações de mercado de capitais, considerando o setor, o tipo de atividade econômica, a localização e a magnitude dos impactos socioambientais e climáticos.

CLASSIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA DA OPERAÇÃO

Nossas operações são classificadas em uma escala ABC para os riscos social, ambiental, socioambiental (consolidado), climático de transição e climático físico. Em 2024, passamos a classificar as operações por modalidades socioambiental e climática, substituindo o critério anterior de nível de sensibilidade socioambiental. A modalidade socioambiental, assim como o antigo nível de sensibilidade socioambiental, é definida, principalmente, por meio da ponderação da categoria socioambiental ABC e o valor da operação. Já a modalidade de avaliação climática é definida, principalmente, pelo valor da operação.

No início de 2024, uma nova reestruturação organizacional resultou na criação de uma unidade dedicada ao tema, responsável pelas avaliações dos riscos social, ambiental e climático, uma medida de aperfeiçoamento de nossa governança, em consonância com as melhores práticas.

Até a vigência do regulamento anterior (7 de junho de 2024) foram classificadas, conforme seu nível de sensibilidade, 143 operações diretas, indiretas não automáticas e mistas [GRI 413-2]:

- 10 de alta sensibilidade
- 47 de média sensibilidade
- 86 de baixa sensibilidade

A partir do novo regulamento, foram classificadas, conforme a modalidades de classificação socioambiental, 305 operações diretas, indiretas não automáticas e mistas [GRI 413-2]:

- 31 na modalidade abrangente
- 36 na modalidade padrão
- 238 na modalidade automática

As operações classificadas como de média ou alta sensibilidade socioambiental ou na modalidade abrangente (88, no total) passaram por uma análise mais detalhada do que a avaliação de regularidade ambiental, abarcando também a avaliação das medidas mitigatórias já exigidas pelo órgão ambiental no âmbito do licenciamento e considerando a gestão socioambiental do cliente e sua capacidade de lidar com os principais riscos e impactos identificados para a operação, além de boas práticas adotadas nos aspectos relacionados ao tema.

Cerca de 28% (25) dessas 88 operações contaram com estudos de impacto ambiental (EIA), em atendimento ao processo de licenciamento ambiental – o que envolve avaliação de impactos sociais e ambientais, divulgação pública, elaboração de programas e, muitas vezes, realização de audiências públicas. [GRI 413-1]

Impacto na biodiversidade

[GRI 304-2]

Para projetos apoiados por meio de operações de crédito nas modalidades direta, indireta não automática e mista são analisadas questões como proximidade a unidades de conservação (UC) e sítios Ramsar (lista de áreas úmidas de importância internacional), intervenções em áreas de preservação permanente (APP), bem como ocorrência de supressão de vegetação e de bombeamento de águas subterrâneas em larga escala. Para identificar esses possíveis riscos e impactos, contamos com um sistema de georreferenciamento, além de consultarmos estudos, licenças, autorizações ambientais e imagens de satélite, entre outros documentos. As informações coletadas servem de insumo para a classificação ABC da operação.

Em 2024, 55 operações (62%) das 88 classificadas como de alta ou média sensibilidade ou modalidade socioambiental abrangente apresentaram fatores de risco potencial associados a aspectos da biodiversidade. Para alguns desses casos, estabelecemos obrigações socioambientais que foram incluídas como atividades de acompanhamento da operação ou como obrigações não financeiras nos contratos de financiamento, podendo causar situação de inadimplemento não financeiro caso não sejam cumpridas.

Entre as medidas de prevenção e mitigação associadas a esses riscos, destaca-se a recomendação de se comprovar contratação de sociedade ou profissional responsável pela gestão de riscos de impactos socioambientais relacionados às atividades do projeto, incluindo as condicionantes do licenciamento ambiental.

Além disso, utilizamos produtos financeiros reembolsáveis e não reembolsáveis para apoiar projetos socioambientais que visam gerar impactos positivos na restauração, manutenção e expansão da biodiversidade.

Em 2024, publicamos um documento consolidando nossas contribuições para a biodiversidade, seja investindo recursos próprios, gerindo recursos de terceiros ou estruturando novos projetos. O documento foi lançado na COP 16 de Biodiversidade, em Cali, na Colômbia.

Impacto nas comunidades locais [GRI 203-1] [GRI 203-2] [GRI 413-1] [GRI 413-2] [GRI 403-7]

Com o objetivo de identificar possíveis impactos adversos nas comunidades do entorno dos projetos apoiados por meio de operações de financiamento nas modalidades direta, indireta não automática e mista, verificamos se o projeto está sendo executado em região entendida como de escassez hídrica, se envolve emissões de poluentes atmosféricos em região já saturada de poluição do ar, bem como se há outros riscos à saúde e à segurança das comunidades por ele afetadas.

Avaliamos também se o projeto implica em reassentamento populacional, se pode impactar o acesso das comunidades afetadas ou do entorno a recursos necessários para suas atividades produtivas ou de subsistência e se há risco de migração de quantidade significativa de trabalhadores para municípios pequenos. É realizada, ainda, uma busca pela ocorrência de manifestações contrárias ao projeto ou à atuação da empresa.

Em 2024, 37 operações (42%) das 88 classificadas como de alta ou média sensibilidade ou modalidade socioambiental abrangente apresentaram fatores de risco potencial relacionados às comunidades locais, a maioria na região Sudeste do Brasil, em que se verificaram 16 operações nessa situação. No Nordeste e no Centro-Oeste, foram dez operações classificadas dessa forma em cada uma das regiões. No Norte, foram seis e, no Sul, apenas uma operação apresentou risco potencial relacionado às comunidades locais (é importante registrar que a soma das operações por localidade é maior do que o número de operações classificadas, dado que uma mesma operação pode englobar mais de uma região).

Para alguns desses casos foram estabelecidas obrigações socioambientais classificadas como atividades de acompanhamento da operação ou como obrigações não financeiras nos contratos de financiamento, cujo descumprimento pode causar situação de inadimplemento não financeiro.

Entre as medidas de prevenção e mitigação associadas a esses riscos, destaca-se a recomendação de manter ativo um mecanismo acessível para recebimento de denúncias e reclamações (preferencialmente por meio de número de telefone), obrigatoriamente com possibilidade de anonimato, e divulgá-lo aos trabalhadores e às comunidades do entorno do projeto.

Quanto aos impactos positivos desejados para as comunidades locais, nossa atuação socioambiental visa a inclusão produtiva com geração de trabalho e renda aliada à preservação ambiental, com apoio à agricultura familiar e à agroecologia, o acesso a recursos hídricos, e a promoção de uma alimentação saudável nas escolas, com aquisição de alimentos produzidos localmente.

Impacto nos direitos humanos e pressão sobre terras e comunidades indígenas, quilombolas e/ou patrimônio cultural [GRI 408-1] [GRI 409-1]

Durante a análise cadastral de empresas que solicitam financiamento direto, avaliamos a conduta da companhia em direitos humanos, bem como incluímos cláusula social padrão em nossos contratos, com menção explícita ao combate a discriminação de raça e gênero, a exploração irregular, ilegal ou criminosa do trabalho infantil e a prática relacionada a trabalho em condições análogas à escravidão no Brasil.

Isso permite, uma vez constatado desrespeito à legislação em qualquer um desses aspectos, suspender os desembolsos e, em caso de decisão condenatória definitiva, exigir o vencimento antecipado do contrato. Em 2024, a cláusula foi atualizada, com maior clareza sobre a hipótese de vencimento antecipado mediante o ingresso de clientes na "lista suja" (cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão) e para inclusão também da previsão de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos que importem em proveito criminoso da prostituição. Também foram aprimorados os procedimentos operacionais para aplicação da cláusula.

Além disso, buscamos identificar, em todos os projetos apoiados por meio de financiamento nas modalidades direta e indireta não automática, a ocorrência de potencial impacto adverso sobre povos e comunidades tradicionais, em especial, populações indígenas e comunidades remanescentes de quilombos, bem como sobre sítios arqueológicos ou espeleológicos e sobre patrimônio histórico e cultural.

Em 2024, das 88 operações classificadas como de alta ou média sensibilidade socioambiental, 26 (29%) apresentaram proximidade a terras indígenas ou áreas remanescentes de quilombo, ou ainda potencial de impacto adverso sobre sítios arqueológicos ou espeleológicos e sobre patrimônio histórico e cultural. Para alguns desses casos, foram estabelecidas obrigações socioambientais classificadas como atividades de acompanhamento da operação ou como obrigações não financeiras nos contratos de financiamento, podendo causar situação de inadimplemento não financeiro, caso não sejam cumpridas.

Entre as medidas de prevenção e mitigação associadas a esses riscos, destaca-se a recomendação de se estabelecer procedimentos específicos para o relacionamento com essas populações, como a criação de comitês de diálogo, que incluam plano de ações e relatório de execução dessas ações.

Por outro lado, além de gerirmos o potencial impacto negativo de nossos apoio, procuramos atuar diretamente para o fortalecimento dos povos tradicionais e seu direito a livre determinação, apoiando o ordenamento territorial em terras indígenas e quilombolas, bem como a elaboração e a implementação de planos de gestão territorial para esses povos, incluindo fortalecimento institucional, geração de trabalho e renda e capacitação para vigilância e defesa dos territórios sempre observando seu livre e prévio consentimento informado.

Reparação de danos [GRI 2-25]

As minutas padrão do nosso contrato de concessão de crédito preveem os compromissos dos clientes no caso de eventuais danos ambientais causados, constando nesse documento obrigações como, por exemplo, a de notificar o BNDES sobre a ocorrência de dano ambiental que possa comprometer o(s) projeto(s), indicando medidas e ações em andamento ou já adotadas pelo cliente para corrigir e/ou sanar tais danos, e fornecendo eventuais documentos produzidos/emitidos relacionados ao citado evento; e declarar que cumpre o disposto na legislação referente à Política Nacional do Meio Ambiente e adota medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ou violações ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados em decorrência da finalidade prevista no instrumento contratual.

INTELIGÊNCIA TERRITORIAL APLICADA A AGENDAS SOCIOAMBIENTAIS

As tecnologias de geoprocessamento e sensoriamento remoto oferecem subsídio às áreas operacionais nas atividades de acompanhamento físico de empreendimentos e nas análises de contexto e impacto territorial dos projetos apoiados.

Em 2024, foi intensificada a incorporação de análises territoriais em agendas sociais e ambientais. Entre elas, vale destacar:

- projetos de investimento em adaptação climática realizados por estados no âmbito do Programa BNDES Invest Impacto, em que a perspectiva territorial permite uma visão mais integrada sobre o perfil dos investimentos, as populações a serem beneficiadas e os efeitos esperados, com o objetivo de focar as ações nos territórios que mais precisam;
- projetos no âmbito do programa BNDES Periferias, com o objetivo de priorizar como beneficiárias áreas de baixas condições de vida, visando reconhecer e impulsionar as potências de populações periféricas e promover redução de desigualdades sociais; e
- projetos no âmbito do programa Restaura Amazônia – que busca além dos benefícios ambientais, a melhoria das condições de vida de povos e comunidades tradicionais, com geração de emprego e renda – com o objetivo de priorizar áreas para restauração ecológica.

A inteligência territorial também foi utilizada na construção de metodologias para identificação de territórios prioritários em projetos como as iniciativas Sertão Vivo e Sertão + Produtivo, que visam o fortalecimento da capacidade produtiva e de comercialização da agricultura familiar no semiárido brasileiro e o aumento da resiliência climática da população rural.

Outro exemplo de aplicação dessas tecnologias é a utilização do MapBiomas Alertas, rede colaborativa formada por organizações não governamentais (ONG), universidades e *startups* de tecnologia, para impedir a contratação de operações indiretas de crédito rural em propriedades com indícios de desmatamento ilegal. O sistema valida e refina alertas de desmatamento utilizando imagens de satélite de alta resolução, identificando desmatamentos em propriedades rurais pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR) e fornecendo laudos detalhados.

Caso seja identificado desmatamento sem a devida comprovação sobre a regularidade da situação, podemos vedar a solicitação de crédito ou suspender a liberação de recursos. Caso a comprovação de regularidade não ocorra em até 12 meses a contar da data de notificação pelo BNDES, a instituição financeira credenciada deverá liquidar antecipadamente a operação perante o Banco.

Desde o início da nossa parceria com o MapBiomas, em fevereiro de 2023, as informações geradas pela plataforma serviram como base para o BNDES bloquear, até 31 de dezembro de 2024, 3.461 solicitações de crédito em imóveis rurais com indícios de desmatamento ilegal em 25 estados, o que corresponde a 1,1% do total de solicitações de contratações analisadas no período.

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA DAS OPERAÇÕES INDIRETAS AUTOMÁTICAS [GRI 3-3] [GRI 2-24]

Para as operações indiretas automáticas, a análise dos aspectos socioambientais dos empreendimentos é realizada pelos agentes financeiros credenciados, responsáveis pela contratação dos financiamentos com os clientes finais, observando os normativos internos expedidos pelo BNDES e os normativos externos aplicáveis. Eles também são responsáveis por avaliar os riscos e realizar o acompanhamento dos financiamentos.

Avaliamos a conformidade dessas operações por amostragem, levando em conta fatores de risco e materialidade, em observância às orientações contidas nos manuais de auditoria do TCU. No acompanhamento das operações da amostra, nossa equipe analisa a documentação e a execução física e financeira do objeto financiado, verificando a conformidade em relação às finalidades previstas e ao cumprimento, por parte dos agentes financeiros, de obrigações estabelecidas pelo Banco e por entes externos.

Em caso de descumprimento, são impostas penalidades às instituições credenciadas e, existindo indícios de ilícito penal, os fatos são comunicados às autoridades competentes para apuração.

De forma preventiva, consultamos para todas as operações indiretas automáticas, por meio de serviços informatizados, a existência de alertas ou exigências pendentes relativas aos solicitantes de financiamento, realizando um bloqueio automático da contratação de novas operações por pessoas ou empresas que estejam em situação irregular – por exemplo, constem na lista de trabalho escravo emitida pelo Governo Federal ou realizem atividades que não apoiamos. [GRI 409-1]

Também utilizamos informações de cadastros públicos, a exemplo de condenações e inserções em listas que contenham punições ou restrições, como o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), da Controladoria-Geral da União (CGU), e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Contamos com processos internos de monitoramento para identificação automatizada de clientes das operações indiretas automáticas que sejam incluídos na lista de trabalho escravo posteriormente à contratação, para tomar as medidas contratuais cabíveis. [GRI 409-1]

Monitoramos, nas operações indiretas automáticas de crédito rural, a existência de áreas embargadas ou com sobreposições com áreas vedadas nos projetos financiados. Com isso, visamos acompanhar de forma mais efetiva os financiamentos que potencialmente possam descumprir as normas socioambientais vigentes, como os embargos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e de outras instituições responsáveis.

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA NA ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS [GRI 3-3] [GRI 2-24]

No âmbito da atividade de estruturação de projetos, temos, desde 2022, um Regulamento de Gestão Social, Ambiental e Climática da Estruturação de Projetos (Regulamento SAC), com os objetivos de estabelecer as diretrizes e orientações relativas à classificação de risco socioambiental e climático (risco SAC) dos projetos e fortalecer, padronizar e orientar a incorporação das dimensões SAC no âmbito da atividade e das etapas envolvidas na estruturação de projetos (projeto referencial, edital de licitação e minuta de contrato de concessão).

Além dessa abordagem diretamente relacionada à preparação dos projetos, a contribuição da atividade de estruturação de projetos à gestão social, ambiental e climática é medida pelo indicador estratégico Marcos de estruturação de projetos com foco ambiental e climático, que mensura a quantidade de contratos de estruturação celebrados, estudos concluídos, editais lançados e leilões realizados em setores que contribuem para a transição ecológica, em especial de concessões para recuperação e preservação de florestas e administração de parques nacionais.

TAXONOMIA DE SUSTENTABILIDADE [GRI 3-3]

Nossa taxonomia de sustentabilidade formaliza como identificamos o impacto positivo esperado de nossas operações, sendo composta pelos indicadores Economia verde e transição, Desenvolvimento social e os 17 ODS.

Em 2024, foi realizada uma ampla revisão da metodologia de nossa taxonomia de sustentabilidade, incluindo o aperfeiçoamento da apuração dos indicadores, de sua governança e dos sistemas de gestão. Com isso, buscou-se aprimorar a identificação do nosso apoio sustentável, por meio de um processo individualizado de classificação para as operações diretas, indiretas não automáticas e mistas.

Até 2023 nosso modelo baseava-se principalmente na lista de setores da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (Cnae), do IBGE. Com a nova metodologia, estabelecemos nossa própria lista de atividades sustentáveis, que foram previamente cadastradas e relacionadas a um ou mais indicadores de sustentabilidade. Isso permite que cada operação direta, mista ou indireta não automática seja classificada pelas equipes operacionais, no seu fluxo de aprovação, conforme as características dos projetos apoiados.

Já as operações automáticas continuam sendo apuradas *ex-post*, ou seja, baseadas em classificação a partir dos nossos produtos e dos setores Cnae, porém com uma nova parametrização dos indicadores.

Economia verde e transição

Nossa metodologia de apuração do indicador Economia verde e transição é estruturada com base em duas vertentes complementares, que asseguram uma análise abrangente e detalhada das iniciativas apoiadas, identificadas como "escala de cor" e "categorias".

A "escala de cor" classifica as iniciativas em tons "verde forte", "verde médio" e "transição", dependendo de sua contribuição para a economia verde.

Já a segunda vertente classifica os projetos com base em 11 categorias específicas, como "energia", "eficiência energética", "transporte público de passageiros", "gestão de água e esgoto", entre outras.

O indicador Economia verde também se desdobra em três finalidades complementares:

1) Mitigação das mudanças climáticas, com foco na redução das emissões de gases de efeito estufa.
2) Adaptação às mudanças climáticas, baseado na capacidade dos projetos de ajudar comunidades e ecossistemas a se adaptarem às mudanças climáticas.
3) Biodiversidade, que considera a contribuição para a preservação e recuperação da biodiversidade.

Essa abordagem nos permite classificar melhor o impacto ambiental e climático dos projetos, vislumbrando práticas alinhadas aos desafios globais de desenvolvimento sustentável.

Em 2024, foram aprovados mais de R$ 38 bilhões para economia verde:

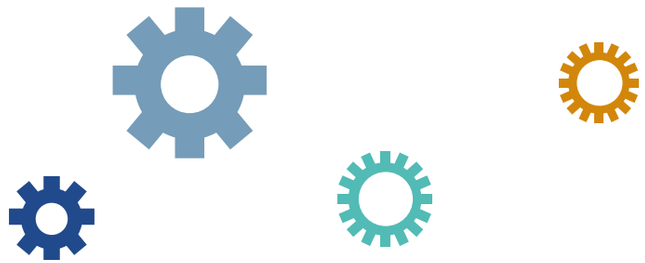
CATEGORIA	VALOR DAS APROVAÇÕES
Energia	R$ 14,2 bilhões
Agropecuária sustentável e pesca	R$ 6,7 bilhões
Transporte de carga e outros transportes	R$ 5,4 bilhões
Gestão de água e esgoto	R$ 3,3 bilhões
Manufatura de baixo carbono	R$ 2,5 bilhões
Transporte público de passageiros	R$ 1,9 bilhão
Florestas e outros ecossistemas	R$ 1,1 bilhão
Inovação e P&D verde	R$ 1 bilhão
Eficiência energética	R$ 825,2 milhões
Outros - Economia verde	R$ 671,7 milhões
Gestão de resíduos sólidos	R$ 657,4 milhões
Total	**R$ 38,2 bilhões**

Desenvolvimento Social

Este indicador busca contemplar nosso apoio à melhoria da qualidade de vida da população, em consonância com nossas diretrizes estratégicas de fomentar projetos e parcerias que estimulem a inclusão, a redução das desigualdades, o desenvolvimento social e regional e o aprimoramento da gestão pública para a oferta de serviços públicos essenciais e promoção da cidadania.

Para melhor identificar nossas contribuições para o desenvolvimento social, o indicador desdobra-se em categorias específicas, como "saúde", "educação", "gestão pública", "inclusão produtiva", entre outros.

Com a revisão da taxonomia ocorrida em 2024, a lista de atividades apoiadas foi classificada à luz dessas categorias, possibilitando melhor aferição da nossa atuação nesses temas.



Em 2024, foram cerca de R$ 82 bilhões aprovados para projetos que contribuem com o desenvolvimento social:

CATEGORIA	VALOR DAS APROVAÇÕES
Desenvolvimento urbano e regional	R$ 40 bilhões
Transporte	R$ 30 bilhões
Saneamento	R$ 4,3 bilhões
Outros	R$ 3,2 bilhões
Energia	R$ 2,5 bilhões
Outros - Social	R$ 20,2 bilhões
Inclusão produtiva e agricultura familiar	R$ 16,3 bilhões
Saúde	R$ 4,4 bilhões
Gestão pública	R$ 805,8 milhões
Educação	R$ 335,6 milhões
Total	**R$ 82,1 bilhões**

Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)

A Agenda 2030, lançada em 2015 na sede das Nações Unidas, estabeleceu 17 ODS, visando erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir a paz e a prosperidade. Os ODS estabelecem metas que compõem um plano de ação integrado e indivisível nas três dimensões do desenvolvimento sustentável – econômica, social e ambiental.

Na atualização da nossa taxonomia, todo o nosso apoio foi revisto considerando as metas dos 17 ODS, permitindo uma melhor apuração dos esforços direcionados ao desenvolvimento sustentável.

Em nosso *site* é possível acompanhar, por meio de painel interativo, as aprovações de operações do BNDES relacionados aos ODS, de acordo com a nossa taxonomia de sustentabilidade.

Na tabela ao lado, seguem os valores aprovados em 2024 para cada ODS. A soma deles não reflete o valor total aprovado pelo Banco no ano porque diferentes ODS podem estar relacionados a uma mesma aprovação.

ODS		VALOR DAS APROVAÇÕES
ODS 1	Erradicação da pobreza	R$ 24,3 bilhões
ODS 2	Fome zero e agricultura sustentável	R$ 19,4 bilhões
ODS 3	Saúde e bem-estar	R$ 8,1 bilhões
ODS 4	Educação de qualidade	R$ 332,3 milhões
ODS 5	Igualdade de gênero	R$ 41,1 milhões
ODS 6	Água potável e saneamento	R$ 5,7 bilhões
ODS 7	Energia limpa e acessível	R$ 18,7 bilhões
ODS 8	Trabalho decente e crescimento econômico	R$ 158,1 bilhões
ODS 9	Indústria, inovação e infraestrutura	R$ 84 bilhões
ODS 10	Redução das desigualdades	R$ 27,1 bilhões
ODS 11	Cidades e comunidades sustentáveis	R$ 16,5 bilhões
ODS 12	Consumo e produção responsáveis	R$ 11,8 bilhões
ODS 13	Ação contra a mudança global do clima	R$ 35,7 bilhões
ODS 14	Vida na água	R$ 3 bilhões
ODS 15	Vida terrestre	R$ 2,4 bilhões
ODS 16	Paz, justiça e instituições eficazes	R$ 831,2 milhões
ODS 17	Parcerias e meios de implementação	R$ 20,5 bilhões

EMISSÕES

[GRI 305-1] [GRI 305-2] [GRI 305-3]

Em 2024, publicamos no GHG Protocol, segundo metodologia da plataforma, nossas emissões administrativas (escopos 1, 2 e parte do 3), detalhadas a seguir.

GHG PROTOCOL

Escopos 1, 2 e 3 são parâmetros usados pelo GHG Protocol:

- Emissões de escopo 1 são decorrentes de fontes que pertencem ou são controladas pela empresa, ou seja, emissões resultantes da operação direta da instituição.
- Emissões de escopo 2 são indiretas, derivadas da energia elétrica comprada para uso na operação direta da empresa.
- Emissões de escopo 3 são todas as demais emissões indiretas.

EMISSÕES ADMINISTRATIVAS:
(Em tCO_2e)

ESCOPO	2020	2021	2022	2023	2024
Emissões diretas (escopo 1) de GEE (incluindo todos os GEE)	55,4	54,8	59,66	83,5	154,32
Emissões indiretas (escopo 2) de GEE provenientes da aquisição de energia (incluindo todos os GEE)	795,7	73,8	557,58	476,4	707,76
Emissões indiretas (escopo 3) de GEE (considera apenas deslocamentos casa-trabalho e viagens a trabalho)	260,2	291,8	2.005,54	2.098,9	2.941,21
Total	**1.111,3**	**420,4**	**2.662,78**	**2.658,8**	**3.803,29**

Do total de 3.803,29 tCO_2e emitidos pelo BNDES em 2024, cerca de 77,3% foram geradas por aquelas do escopo 3, sendo que as viagens a negócios responderam por emissões de 1.643,95 tCO_2e (43,2% do total).

Em seguida, as emissões relacionadas ao consumo de energia elétrica (calculadas pelo método GHG Protocol – localização, que considera o fator de emissão do Sistema Interligado Nacional – SIN), apuradas no escopo 2, responderam por 18,6% das emissões totais de GEE. Ressalta-se que o aumento deste valor foi referente ao fator de emissão do SIN, que varia de acordo com as fontes de energia despachadas. Foram consumidos 13.124 MWh no ano de 2024, considerando todos os escritórios ocupados pelo BNDES, e foi realizada uma aquisição de Irec (International Renewable Energy Council Standard – certificação internacional que comprova a rastreabilidade da energia renovável consumida no edifício) correspondente a 12.789 MWh. A compra dos certificados de energia renovável resulta em uma emissão de escopo 2 de 18,21 tCO_2e.

Por último, as emissões do escopo 1 corresponderam a 4,0% das emissões totais.

Boa parte do aumento total das emissões – de 2.658,78 tCO_2e em 2023 para 3.803,29 tCO_2e em 2024 – é devido ao aumento das emissões referentes às viagens aéreas em função da elevação da quantidade de quilômetros percorridos pelos usuários nessa modalidade.

Além disso, no cálculo referente ao ano de 2024, foram consideradas as emissões referentes ao transporte de bens entre as unidades do BNDES e o butano utilizado em soldagens no Edserj, o que contribuiu para o aumento do valor de emissões de escopo 1. Também cabe destacar uma alteração no contrato de locação de veículos para atender a diretoria do BNDES, que até maio de 2024 previa o abastecimento dos veículos exclusivamente com gasolina, mas que a partir de junho passou a indicar a utilização do etanol como combustível preferencial.

Ressalta-se que se encontra em andamento certificação do inventário de GEE do nosso escopo administrativo, realizada por organismo de verificação cadastrado no Inmetro, o que poderá gerar ajustes nos números reportados. Assim que disponível, o resultado será publicado em nosso site.

INTENSIDADE DE EMISSÕES: [GRI 305-4]
(Em tCO_2e por pessoa)

ESCOPO	2020	2021	2022	2023	2024
Escopo 1	0,02	0,02	0,03	0,02	0,04
Escopo 2	0,32	0,03	0,25	0,12	0,19
Escopo 3	0,10	0,12	0,67	0,55	0,79

Nota: considerando o total de empregados ao fim de cada ano. Em 2024, foram considerados 3.711 usuários (empregados, estagiários, terceirizados, jovens aprendizes e transitórios).

Inventário de emissões financiadas, emissões evitadas e removidas de GEE [GRI 3-3]

Com o objetivo de avançar em nossa agenda de ação climática, continuamos a realizar o inventário de emissões de GEE das nossas operações de crédito e de investimento, além de quantificar as emissões de GEE evitadas e removidas dos projetos de mitigação climática apoiados pelo BNDES. Realizamos aprimoramentos nos cálculos e revisamos o cálculo do ano-base 2022 para aplicar a mesma metodologia utilizada para o ano-base 2023. As alterações realizadas, bem como os resultados dos cálculos estão publicados em nosso *site*. Com o monitoramento do perfil de emissões do portfólio financeiro é possível identificar aspectos de descarbonização setoriais em que o Banco poderá ser mais efetivo, considerando também as políticas públicas pertinentes à agenda.

Adotamos a metodologia da Partnership for Global Carbon Accounting Financials (PCAF). A PCAF é reconhecida globalmente e aplicável ao setor financeiro. Essa abordagem permite maior transparência e comparabilidade dos dados reportados, uma vez que as demais instituições financeiras do Brasil e do mundo também utilizam esta metodologia.

O cálculo das emissões de GEE financiadas levou em consideração análise de materialidade para a seleção dos setores a serem inseridos no inventário, a partir da exposição financeira e das emissões associadas a cada setor. Essa análise permitiu identificar os setores com maior potencial de impacto em termos de emissões de GEE e alcançar a maior abrangência possível da carteira de crédito e de investimento. O inventário de emissões de GEE nos permite compreender e direcionar nossos esforços na gestão de riscos climáticos e nas oportunidades de investimento sustentável. Também marca um passo importante rumo à transparência, à responsabilidade climática e ao alinhamento com o Acordo de Paris.

Em 2024, diversos aprimoramentos foram realizados nos cálculos das emissões financiadas, evitadas e removidas. Relatórios explicando mais detalhadamente o que foi modificado e o inventário recalculado do ano-base 2022, considerando essas alterações, podem ser encontrados em nosso *site*.

A seguir, apresentamos as emissões de GEE financiadas, evitadas e removidas para o ano-base 2023. As emissões referentes ao ano-base 2024 ainda estão sendo calculadas e serão publicadas em nosso *site* e no próximo relatório anual.

Emissões de GEE financiadas – carteira de crédito não automática (2023)

A cobertura do cálculo das emissões de GEE para a carteira de crédito não automática atingiu 71%, somando 13,46 MM tCO_2e, com foco nos setores mais impactantes em termos de emissões.

SETORES	% COBERTURA DA CARTEIRA*	EMISSÕES (MM tCO_2e)	INTENSIDADE ESCOPOS 1 E 2** (tCO_2e/R$MM)	*SCORE***
Energia	42,5%	1,04	7,01	3,00
Transporte terrestre	6,4%	0,34	12,60	2,92
Embarcações	4,5%	1,16	35,04	2,58
Aeronaves	5,8%	2,00	93,52	1,00
Agroindústria	2,9%	4,50	311,75	3,48
Biocombustíveis	1,2%	1,49	273,48	2,89
Rodovias	3,6%	0,07	1,98	1,61
Papel e celulose	1,3%	0,13	26,21	2,73
Saneamento	1,9%	0,47	48,13	1,57
Mineração, metalurgia e siderurgia	0,9%	2,26	280,79	2,14
Total	**71,0%**	**13,46**	**38,15**	**2,69**

* Carteira de operações não automáticas.

**A intensidade escopos 1 e 2 é calculada com base na razão da soma das emissões financiadas dos escopos 1 e 2 pelo total do saldo devedor das operações.

*** O *score* da metodologia PCAF se refere à qualidade dos dados com os quais os cálculos são realizados e possuem uma escala de 1 a 5, sendo 1 o melhor dado e 5 o pior. O *Score* é calculado por meio da média ponderada do *Score* de cada operação pelo seu saldo devedor.

Emissões de GEE financiadas – carteira de ações listadas e não listadas (2023)

A cobertura do cálculo das emissões de GEE para a carteira de ações listadas e não listadas atingiu 100%, somando 21,34 MM tCO_2e, com *Score* PCAF de 1,31.

Emissões de GEE evitadas e removidas (2023)

As metodologias utilizadas para cálculo das emissões evitadas e removidas do BNDES são baseadas nas metodologias aprovadas e utilizadas pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima para aprovação de projetos vinculados ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que foram incorporadas na calculadora de emissões evitadas e removidas que, desde 2016, vem sendo aperfeiçoada. A ferramenta é utilizada para todos os projetos abarcados no seu escopo.

Em 2024, com apoio da consultoria WayCarbon, no escopo do Programa UK Pact do Governo Britânico, continuamos a atualizar e ampliar esta ferramenta para novas atividades: reutilização de sucata na produção de aço; uso de biomassa como fonte de energia térmica; e aumento de aditivos na composição de cimento. Atualizamos também todos os fatores de emissão e consideramos o período de um ano de projeto para o cálculo, permitindo o reporte anualizado das emissões.

As emissões de GEE evitadas e removidas da carteira dos projetos de mitigação climática, cujas atividades estão contempladas na ferramenta, foram recalculadas para o ano de 2022 e calculadas para 2023 com aprimoramentos na metodologia. Ressalta-se que as emissões evitadas e removidas do BNDES foram corrigidas por um fator de atribuição que representa o saldo devedor do contrato sobre investimento total do projeto, como também é realizado para o cálculo de emissões de GEE financiadas.

EMISSÕES EVITADAS (2023)

ATIVIDADE	EMISSÕES EVITADAS (MIL tCO_2e)
Energia renovável	7.944
Grandes hidrelétricas	15.291
Captura de biogás e aproveitamento energético	8.377
Transporte urbano de passageiros sobre trilhos	86
Aquisição de ônibus elétricos, híbridos, outros modelos com tração elétrica ou movidos a biocombustíveis	1
Apoio a módulo de projetos de *bus rapid transit* (BRT)	3
Produção de biocombustível para uso em aplicações de transporte	2.901
Transporte de carga ferroviário e hidroviário	123
Total	**34.725**

EMISSÕES REMOVIDAS (2023)

ATIVIDADE	EMISSÕES REMOVIDAS (MIL tCO_2e)
Floresta nativa	6
Floresta comercial	8.152
Total	**8.157**

ESCRITÓRIOS EFICIENTES

Nosso principal escritório, o Edserj, possui o certificado Leadership in Energy and Environmental Design (LEED) EB O+M Nível Ouro para operação e manutenção de edificações, obtido em janeiro de 2023.

Em 2024, foi realizada a troca da sinalização dos banheiros acessíveis existentes no Edserj e regionais, bem como a criação de novos banheiros acessíveis em áreas de maior circulação e de vestiários com chuveiro, reforçando o caráter inclusivo e não segmentado por gênero desses espaços. A ação teve como objetivo promover um BNDES mais diverso, equânime e inclusivo, de modo a garantir o respeito à dignidade, à identidade, à individualidade e à autonomia das pessoas que trabalham e transitam na empresa e outras que com ela se relacionam, especialmente as pessoas não-binárias, intersexo, ou que, por qualquer motivo, não se sintam à vontade para usar os banheiros tradicionalmente separados por gênero.

Série comparativa

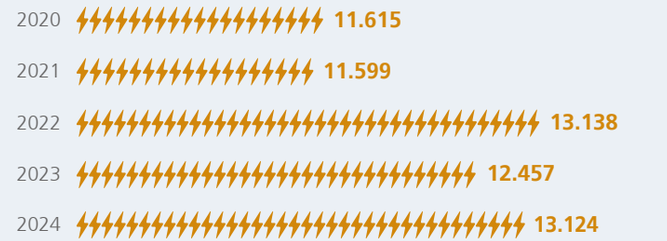
Em 2024 houve aumento do consumo total de energia elétrica e água nas unidades operacionais do Banco em comparação com 2023, decorrente, sobretudo, da elevação da densidade de potência de iluminação (DPL) no Edserj e do aumento no consumo de água do sistema de irrigação do edifício.

Consumo de energia [GRI 302-1]

Toda a energia elétrica consumida no Edserj – que representa mais de 97% do consumo total do Banco – é adquirida no mercado privado de energia elétrica e lastreada em fonte de geração incentivada – pequenas centrais hidrelétricas (PCH). Foram adquiridos certificados de energia renovável (Irecs) correspondentes à totalidade do consumo do edifício em 2024. O consumo de fontes não renováveis das unidades operacionais consiste principalmente em óleo *diesel* para alimentação dos geradores de emergência e gasolina para abastecimento dos veículos que atendem às unidades do Banco.

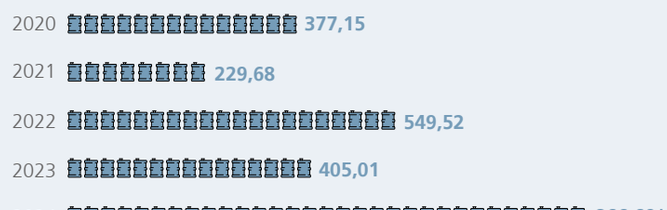
O consumo total de energia das unidades regionais de Brasília, São Paulo e Recife está englobado nos valores divulgados.

CONSUMO DE ENERGIA (MWH) [GRI 302-4]



Aumento de 5,35% em relação ao consumo de 2023, devido principalmente à elevação da densidade de potência de iluminação (DPL) no Edserj.

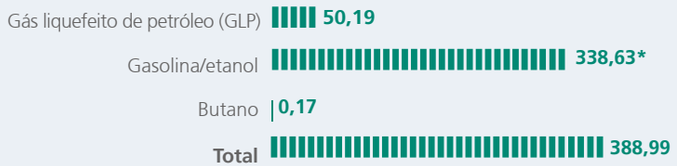
CONSUMO DE ÓLEO *DIESEL* (gigajoules)



* Sendo 762,54 em não renováveis (*diesel*) e 104,16 em renováveis (*biodiesel*), considerando percentual médio de 12,75% de *biodiesel* ao longo de 2024 (Resolução CNPE 3/2023).

Aumento de 113,99% em relação ao consumo de 2023, devido ao aumento do número de testes e manutenções do gerador do *datacenter* do BNDES localizado no Edserj e à inclusão do consumo resultante do transporte de cargas entre as unidades do BNDES.

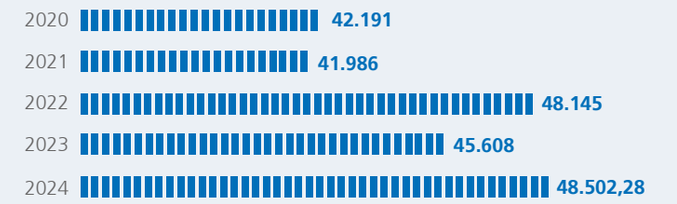
CONSUMO DE OUTROS COMBUSTÍVEIS (gigajoules)



* Sendo 182,41 em não renováveis (gasolina pura) e 156,22 em renováveis (etanol anidro), considerando o percentual de 27% de etanol na gasolina e o abastecimento em etanol a partir de junho de 2024.

O GLP é utilizado em empilhadeiras para movimentação de material no Edserj, o butano em soldagem e o consumo de gasolina/etanol diz respeito ao abastecimento de frota própria do BNDES em todas suas unidades.

CONSUMO TOTAL DE ENERGIA (gigajoules)



Aumento de 6,35% em relação ao consumo de 2023, devido principalmente à elevação do consumo de energia elétrica no Edserj.

Considera o consumo total de combustíveis (GLP, *diesel* e gasolina) e de energia elétrica. Para a conversão das unidades de medida de *diesel*, *biodiesel*, GLP, gasolina e etanol anidro foi utilizado como referência o Balanço Energético Nacional 2023 (EPE/MME).

TAXA DE INTENSIDADE ENERGÉTICA [GRI 302-3]

Aumento de 10,01% em relação a 2023.
Consumo total de eletricidade (MWh)/empregado*/ano.

* Considera ativos no dia 31 de dezembro de cada ano. Não inclui estagiários, devido à menor jornada de trabalho.

Consumo de água [GRI 303-5]

O consumo de água do Edserj representa aproximadamente 98% da água consumida nas unidades do BNDES. A água potável consumida no edifício é proveniente do sistema Paraíba do Sul e é distribuída pela concessionária que atende o Rio de Janeiro. De acordo com o boletim de acompanhamento do Sistema Hidráulico Paraíba do Sul de 31 de dezembro de 2024, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o reservatório equivalente do sistema apresentava volume útil de 64,39%. De acordo com o Aqueduct Water Risk Atlas, a cidade do Rio de janeiro está situada em área classificada como risco baixo-médio de estresse hídrico e a bacia hidrográfica que abastece o sistema (Paraíba do Sul) está classificada como baixo risco.

CONSUMO DE ÁGUA (megalitros)

Aumento de 6,1% em relação ao consumo de 2023 devido principalmente à elevação do consumo de água nas instalações hidrossanitárias do Edserj e no sistema de irrigação do edifício.

CONSUMO DE ÁGUA MINERAL ADQUIRIDA EM RECIPIENTES PLÁSTICOS PELO EDSERJ (megalitros)

Aumento de 43% em relação ao consumo de 2023, devido principalmente à inclusão do consumo das unidades regionais.

Resíduos [GRI 306-3] [GRI 306-4] [GRI 306-5]

O condomínio do Edserj realiza monitoramento e controle de todo o resíduo produzido no edifício, que é compatível com a natureza das atividades exercidas no local e com sua manutenção (papéis, plásticos, sucatas de ferro, orgânicos, eletroeletrônicos etc.). Aqueles passíveis de reciclagem ou reutilização são segregados e destinados a cooperativas de catadores ou a empresas especializadas, conforme o caso. Os demais são encaminhados a aterros. Apesar de não haver monitoramento dos resíduos produzidos nos escritórios regionais, estima-se que o volume seja pouco representativo em comparação ao do Edserj.

PESO TOTAL DE RESÍDUOS (TONELADAS) DISCRIMINADO POR TIPO E MÉTODO DE DISPOSIÇÃO (2024)

Destinados para disposição final	Aterramento	Resíduo sólido urbano (RSU)	71,14	Descarte realizado por empresa contratada.
		Entulho	73,18	Descarte realizado por empresa contratada.
	Outras	Perigosos	0,17	Basicamente resíduos do ambulatório: descarte por meio de empresa especializada que faz a autoclavagem (descontaminação) e posterior encaminhamento a aterro.
Não destinados para disposição final	Reciclagem e reutilização	Não perigosos	83,90	Descarte por meio de cooperativas e/ou empresas especializadas, de acordo com as características dos materiais/produtos, para reciclagem e eventual reutilização.
	Compostagem	Não perigosos	28,99	Basicamente resíduos de jardinagem: descarte por meio de empresa especializada ou doação para projeto educacional, em ambos os casos para compostagem.
	Outras	Perigosos	0,97	Descarte por meio de empresas especializadas, de acordo com as características dos materiais/produtos que requerem tratamento especializado para reaproveitamento parcial, tais como pilhas, baterias, películas com prata, óleo *diesel*, etc.
Total de resíduos gerados			**258,35**	

NOSSA **GOVERNANÇA**

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA [GRI 2-9]

Nossa estrutura de governança tem como objetivo fortalecer nossa gestão, privilegiando um processo transparente e coletivo de tomada de decisão. Essa estrutura engloba as Assembleias, a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração (CA), o Conselho Fiscal (Cofis), o Comitê de Auditoria (Coaud), o Comitê de Riscos (CRI), o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (Cope) e o Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (CRSAC), entre outros comitês de diretores executivos e superintendentes, responsáveis por fiscalizar e acompanhar os atos dos administradores do Sistema BNDES.

As três empresas que compõem o Sistema BNDES têm CA, Cofis e Diretorias Executivas próprios, porém com os mesmos membros, conforme previsão estatutária. Isto é, os membros do CA do BNDES são os mesmos do CA da BNDESPAR e do CA da FINAME. Quando tais colegiados são mencionados neste Relatório, estamos sempre considerando os três, a não ser que especificado de outra forma. Os outros colegiados citados neste capítulo fazem parte da estrutura do BNDES, sendo o CRI, o Coaud, o Cope e o CRSAC únicos para o BNDES e suas subsidiárias.

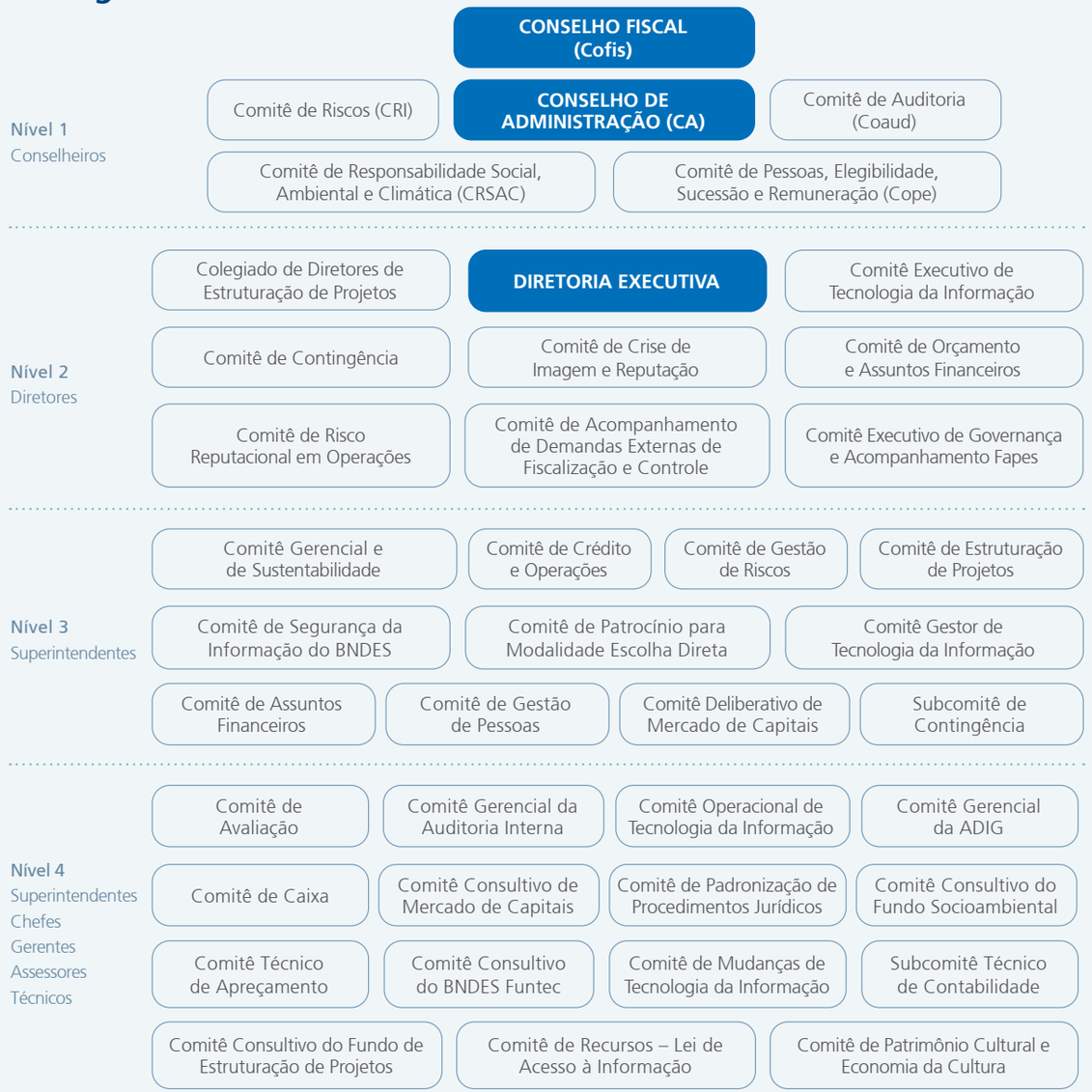
Além desses órgãos, o Estatuto Social do BNDES inclui, entre as unidades internas de governança, a Auditoria Interna, a Área de Integridade e *Compliance* (AIC) e a Ouvidoria. A unidade de Corregedoria é vinculada à AIC, área liderada por diretor estatutário responsável pela gestão de riscos e controles internos.

Os estatutos sociais das empresas do Sistema BNDES definem as competências do CA, da Diretoria Executiva e dos demais órgãos estatutários. Algumas delas podem ser delegadas pelas alçadas originárias por meio de atos normativos relativos ao assunto específico. Há possibilidade, ainda, de subdelegação pelo presidente e por diretores executivos, superintendentes e chefes de departamentos. Os aspectos econômicos, sociais e ambientais são tratados em todas as esferas de nossa governança, sendo também atribuídos a superintendentes e chefes de departamento, conforme previsto em nossa Organização Interna Básica (OIB). [GRI 2-13]

O CA acompanha, diretamente ou por meio de seus comitês de assessoramento, o andamento da gestão de impactos dentro do BNDES. [GRI 2-12] [GRI 2-13]

O relacionamento com *stakeholders* também é realizado por nossas diversas equipes, que se reportam ao CA e dele recebem orientações. [GRI 2-12]

Colegiados do BNDES



Alterações nos colegiados

Em maio de 2024, realizamos atualizações em diversos comitês de nível 2, 3 e 4. A maioria das modificações se concentrou na adequação da composição e/ou coordenação em função de mudanças em nossa estrutura organizacional ocorridas principalmente em 2023 e que impactaram os comitês do Sistema BNDES. Embora a maioria dos regulamentos dos comitês tivessem dispositivo que garantia a sua vigência em caso de modificação na nomenclatura das unidades administrativas ou em nossa estrutura organizacional, buscou-se explicitar os membros, papéis e responsabilidades, assim como seus coordenadores. Dessa forma, os seguintes comitês foram revisados: Comitê Consultivo do Fundo Socioambiental (CCFS), Comitê Consultivo do Fundo de Estruturação de Projetos (CCFEP), Comitê de Patrimônio Cultural e Economia da Cultura (CPcult), Comitê de Estruturação de Projetos (CEP), Colegiado de Diretores de Estruturação de Projetos (CDEP), Comitê de Sustentabilidade (CS), Comitê de Crédito e Operações (CCOp), Comitê Gerencial do Sistema BNDES (CG), Comitê de Assuntos Financeiros (CAF) e Comitê de Orçamento e Assuntos Financeiros (Coaf). No caso do CDEP, houve um ajuste adicional de suas atribuições para prever a fase de homologação dos resultados de procedimento de contratação de consultores.

Em relação especificamente ao nível 3, realizamos a revisão e a consolidação do Regulamento Conjunto dos Comitês de Mercado de Capitais que disciplina o funcionamento do Comitê Deliberativo de Mercado de Capitais (CDMC) e do Comitê Consultivo de Mercado de Capitais (CCMC), conjuntamente denominados Comitês de Mercado de Capitais (CMC), com vistas a aprimorar a estrutura de governança das operações realizadas pelo Sistema BNDES por meio dos instrumentos de valores mobiliários de renda variável e de participação em fundos de investimento.

Também criamos o Comitê Gerencial e de Sustentabilidade do Sistema BNDES (CGS), por meio da fusão do CS e do CG, com algumas modificações em suas atribuições. A fusão objetivou otimizar a governança dos colegiados, evitando a sobreposição de atribuições, além de reforçar a temática de sustentabilidade, que passou a fazer parte de um fórum permanente de deliberação e acompanhamento de assuntos estratégicos e corporativos, composto por todos os superintendentes, e que se reúne com maior periodicidade, preservando-se as atribuições essenciais relativas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e ao seu monitoramento.

Além disso, revisamos o Regulamento do Comitê Técnico de Apreçamento (CTA) para alinhar-se à Política Corporativa de Apreçamento a Valor Justo (PCAVJ), consolidando todas as questões pertinentes aos procedimentos do CTA em um único normativo e refletindo a nova estrutura de governança de gestão de riscos. Em função das alterações no regulamento do CTA, foram necessários ajustes nos regulamentos do CAF e do Coaf com o objetivo de aprimorar processos referentes à Política Corporativa de Gestão do Risco de Liquidez do Sistema BNDES (PCGRL).

Já no nível 4, o Comitê de Assessoramento da Supervisão e Fiscalização da Fapes foi encerrado, após a ampliação da estrutura interna do BNDES para supervisão e fiscalização da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES (Fapes), consolidada ao longo de 2023, com a criação de um departamento exclusivamente dedicado ao tema na Área de Recursos Humanos.

Em atendimento à Instrução Normativa TCU 84, de 22 de abril de 2020, é possível acessar o histórico da composição dos colegiados estatutários desde 2020 em nosso *site*.

Atribuições e composição dos comitês de nível 1 em 31.12.2024 [GRI 405-1] [GRI 2-9]]

Clique aqui para saber mais sobre a composição do CA, os currículos de seus membros, e as atribuições dos comitês de níveis 2 e 3.

Conselho de Administração: representa nosso mais alto grau de governança. Aprova e acompanha os planos de negócios, estratégico e de investimentos, as metas de desempenho e a estratégia de longo prazo apresentadas pela Diretoria Executiva; [GRI 2-12] aprova e revisa periodicamente as políticas do Sistema BNDES, aprova os orçamentos de investimentos e administrativos, inclusive de custeio, anuais e plurianuais; manifesta-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria Executiva, entre outras atribuições. O presidente do CA não acumula outra função executiva no Banco. [GRI 2-11] Entre seus membros, o CA conta com três mulheres, em linha com a Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade do BNDES.

GÊNERO		FAIXA ETÁRIA		RAÇA/COR				
8 (73%)	3 (27%)	3 (27%)	8 (73%)	1 (9%)	7 (64%)	1 (9%)	1 (9%)	1 (9%)
masculino	feminino	de 30 a 50 anos	mais de 50 anos	amarela	branca	parda	preta	não informado

Conselho Fiscal: fiscaliza os atos dos administradores e verifica o cumprimento de seus deveres legais e estatutários; analisa as demonstrações contábeis trimestrais do BNDES; examina e emite parecer sobre as demonstrações financeiras semestrais da instituição, entre outras atribuições.

GÊNERO		FAIXA ETÁRIA		RAÇA/COR
4 (80%)	1 (20%)	3 (60%)	2 (40%)	5 (100%)
masculino	feminino	de 30 a 50 anos	mais de 50 anos	branca

Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração: órgão de caráter opinativo e de assessoramento ao acionista controlador e ao CA nos processos de indicação, avaliação, sucessão e remuneração dos administradores, conselheiros fiscais e demais membros de órgãos estatutários.

GÊNERO		FAIXA ETÁRIA		RAÇA/COR		
4 (80%)	1 (20%)	1 (20%)	4 (80%)	3 (60%)	1 (20%)	1 (20%)
masculino	feminino	de 30 a 50 anos	mais de 50 anos	branca	parda	preta

Comitê de Riscos: assessora o CA na gestão de riscos e de capital; propõe recomendações ao CA sobre políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e capital, programa de teste de estresse, política de gestão de continuidade de negócios e plano de contingência de liquidez e capital; avalia os níveis de apetite por riscos; analisa o ambiente de risco do BNDES; entre outras atribuições.

GÊNERO	FAIXA ETÁRIA		RAÇA/COR
3 (100%)	2 (67%)	1 (33%)	3 (100%)
masculino	de 30 a 50 anos	mais de 50 anos	branca

Comitê de Auditoria: recomenda ao CA a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente; revisa, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais; avalia a efetividade e supervisiona as atividades dos auditores independentes e da auditoria interna, bem como as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno; monitora a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações divulgadas pelo BNDES; e avalia e monitora exposições de riscos do Banco.

GÊNERO		FAIXA ETÁRIA	RAÇA/COR	
4 (80%)	1 (20%)	5 (100%)	4 (80%)	1 (20%)
masculino	feminino	mais de 50 anos	branca	preta

Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática: propõe recomendações sobre o estabelecimento e a revisão da PRSAC; avalia o grau de aderência das ações implementadas à política e, quando necessário, propõe recomendações de aperfeiçoamento; e supervisiona os trabalhos relativos à sustentabilidade e a ações derivadas da PRSAC, especialmente do Comitê Gerencial e de Sustentabilidade, da Diretoria Executiva e do diretor executivo responsável por ela.

GÊNERO		FAIXA ETÁRIA	RAÇA/COR	
1 (25%)	3 (75%)	4 (100%)	3 (75%)	1 (25%)
masculino	feminino	mais de 50 anos	branca	não Informado

Seleção de conselheiros e diretores

Como são selecionados os membros do CA? [GRI 2-9] [GRI 2-10]

O CA é composto por 11 membros, todos eleitos pela Assembleia Geral: três indicados pelo Ministério da Fazenda; um pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; um pelo Ministério das Relações Exteriores; cinco pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (pelo qual o BNDES é supervisionado); além de um representante eleito pelos empregados do BNDES, conforme o disposto na Lei 12.353, de 28 de dezembro de 2010. As indicações ministeriais devem observar o disposto no art. 33 do Estatuto Social do BNDES, sendo, pelo menos, três dos membros indicados conselheiros independentes. Atualmente, o CA tem cinco conselheiros independentes, mais do que o mínimo necessário.

Em 31 de dezembro de 2024, todas as vagas do CA estavam preenchidas. Os membros têm prazo de gestão unificado de dois anos, contados a partir da data da investidura, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

Os indicados ao CA devem cumprir requisitos específicos, como ter notório conhecimento e formação acadêmica compatíveis com o cargo. A nomeação dos membros é precedida de processo de *background check*, executado por equipe de *compliance*, com suporte jurídico e parecer final do diretor executivo responsável pela Área de Integridade e *Compliance* acerca do atendimento aos requisitos previstos na legislação, notadamente a Lei das Estatais (Lei 13.303, de 30 de junho de 2016). O resultado dessa avaliação é encaminhado ao Cope, órgão estatutário responsável por opinar sobre a observância dos requisitos e vedações para investidura dos membros, e ao CA, para que o conselho também se manifeste acerca do enquadramento dos indicados aos requisitos e vedações legais, regulamentares e estatutários, antes que haja a eleição de novos conselheiros pela Assembleia Geral.

No caso dos comitês de assessoramento do CA, os membros são indicados formalmente pelo presidente do Conselho à Secretaria Geral do Gabinete da Presidência. Assim como os membros do CA, a nomeação é precedida pelo processo de *background check*, também executado pelas mesmas equipes acima citadas. O resultado dessa avaliação é encaminhado ao Cope, que envia sua opinião acerca do cumprimento de requisitos e ausência de vedações em relação à indicação para deliberação do CA.

Avaliação do CA [GRI 2-18]

O CA realiza, anualmente, uma autoavaliação coletiva e individual de seu desempenho, por meio de questionário desenvolvido internamente e previamente aprovado pelos membros do Cope. Na autoavaliação referente ao ciclo de 2024, os conselheiros responderam sobre temas como alinhamento ao propósito, práticas ambientais, sociais e de governança (ASG), consecução dos objetivos estratégicos e gerenciamento de riscos corporativos.

Essa avaliação permite identificar oportunidades de melhoria, como a realização de mais reuniões presenciais ou com temas estratégicos e esclarecimentos de dúvidas, e ritos objetivos para questões burocráticas, de modo que o progresso do desempenho do colegiado seja contínuo, inclusive em aspectos econômicos, ambientais e sociais. Como previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração, a referida autoavaliação anual do conselho deve ser encaminhada ao ministério supervisor do BNDES.

Em cumprimento ao previsto na Lei das Estatais, são disponibilizados, aos membros de nossos órgãos estatutários, diversos treinamentos obrigatórios sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, gestão de risco e controle interno, código de conduta, Lei Anticorrupção, desenvolvimento sustentável, entre outros temas, e acompanhada a sua execução, com a realização de cobranças mensais dos treinamentos eventualmente pendentes. [GRI 2-17]

Como são selecionados os membros da Diretoria?

Assim como no CA, os membros da Diretoria Executiva têm prazo unificado de gestão de dois anos, contados a partir da data da posse, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

A Diretoria Executiva do Sistema BNDES é composta pelo presidente e por nove diretores executivos, todos eleitos pelo CA e demissíveis *ad nutum*, isto é, destituíveis a qualquer tempo e sem necessidade de justificativa. Para a investidura, assumem compromissos com metas e resultados específicos aprovados pelo CA, a quem cabe fiscalizar seu cumprimento.

Indicação de membros sucessores para o CA e a Diretoria Executiva

Com base no Regulamento de Indicação de Membros Sucessores para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva, a cada dois anos ou menos, o CA e a Diretoria Executiva, com apoio do Cope, devem mapear as competências esperadas de executivos que possam vir a compor ambos os órgãos, considerando a conveniência de diversidade de formações e experiências, a complementaridade de competências entre seus membros, as perspectivas de negócios e os temas-chave estabelecidos no planejamento estratégico plurianual do Banco.

Em caso de vacância ou previsão de vacância em assento do CA, cabe ao próprio Conselho nomear o substituto, que deverá servir até a primeira Assembleia Geral subsequente, oportunidade na qual o novo membro será eleito para complementar o prazo de gestão. No caso do conselheiro representante dos empregados, deverá haver novo processo de eleição na forma da lei, hipótese em que o conselheiro eleito assumirá a vaga até o término do prazo de gestão, conforme disposto no art. 13, VI da Lei 13.303/2016. No caso de vacância, ausências ou impedimentos eventuais de membro da Diretoria Executiva, fica a cargo do presidente do BNDES designar o substituto dentre os seus membros.

BACKGROUND CHECK

Conforme resolução interna do BNDES, os membros indicados aos órgãos estatutários são submetidos a *background check* para verificar seu atendimento aos requisitos previstos na legislação e normativos aplicáveis. Tal processo visa subsidiar a tomada de decisão relativa à sua eleição, nomeação e permanência no órgão. Além disso, o procedimento é renovado anualmente, assim como pode ser realizado a qualquer tempo, extraordinariamente, por iniciativa da Área de Integridade e *Compliance* ou seu diretor executivo responsável, em caso de ciência de qualquer situação que possa alterar a tomada de decisão quanto à manutenção do membro de órgão estatutário em seu cargo.

Essa verificação abrange: (i) pesquisa sobre os indicados, incluindo mídia negativa, listas restritivas, processos administrativos e judiciais e vínculos, assim como eventuais diligências; (ii) manifestação jurídica; e (iii) manifestação emitida pelo diretor executivo responsável pela Área de Integridade e *Compliance*.

A indicação de sucessores, não vinculante, deve ser orientada por notória experiência profissional, capacidade técnica e gerencial, habilidades interpessoais e amplo conhecimento sobre as atividades do BNDES e sobre a legislação e a regulamentação relativas à responsabilização de qualquer natureza por sua atuação. Deve-se observar, ainda, aspectos de diversidade, conforme diretriz constante da Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade do Sistema BNDES.

Oficializada a indicação pelo ministério responsável, acompanhada dos documentos comprobatórios e de sua análise prévia de compatibilidade, bem como da aprovação da Casa Civil da Presidência da República, conforme o disposto no art. 22 do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, o Cope iniciará seu processo de análise, o qual também contará com subsídio da equipe do BNDES responsável pelo processo de *background check*.

Após a confirmação pelo comitê da presença de todos os requisitos e da ausência de vedações, em se tratando de indicação de membro do CA, a análise do Cope será remetida ao Ministério responsável, que confirmará ou não a indicação. Se confirmada, haverá manifestação do CA sobre o preenchimento de requisitos legais e infralegais, bem como sobre a ausência de vedações, sendo a eleição deliberada, posteriormente, pela Assembleia Geral.

Em se tratando de indicação de membro da Diretoria Executiva, após a análise do Cope, a matéria é encaminhada diretamente ao CA, que delibera sobre a eleição do indicado.

ASSEMBLEIA GERAL

É convocada pelo CA, em casos previstos em lei, pela Diretoria Executiva, pelo Cofis ou pelo acionista único. Ordinariamente, deve ser realizada uma vez por ano, ou mediante convocação, em casos extraordinários. Entre suas competências, estão: aprovação do Relatório Anual da Administração; alteração do capital social e do estatuto social; eleição e destituição de membros do CA e do Cofis; e fixação da remuneração dos administradores e membros do Cofis, do Coaud e do CRI. Os trabalhos da Assembleia são liderados, por delegação, pelo diretor executivo responsável pelas áreas jurídicas. Ao menos um membro do Cofis deve comparecer à Assembleia, a depender da matéria. Ainda, o presidente do Coaud ou um de seus membros deve estar presente em todas as assembleias gerais ordinárias, conforme previsto no regimento interno do colegiado.

As assembleias gerais da BNDESPAR e da FINAME são reguladas por seus respectivos estatutos sociais, que podem ser acessados em nosso *site*.

COMUNICAÇÃO DE PREOCUPAÇÕES CRUCIAIS

O CA segue um plano de trabalho anual, atualizado sempre que necessário, com reuniões ordinárias mensais. Participam periodicamente dessas reuniões membros de seus comitês de assessoramento (CRI, Coaud, Cope e CRSAC), com relatos sobre os aspectos e preocupações mais relevantes em sua esfera de atuação. [GRI 2-13]

O CA também acompanha a execução do plano de negócios aprovado no âmbito da estratégia corporativa do Sistema BNDES, por meio de reportes trimestrais da Área de Planejamento Estratégico e Pesquisa Econômica.

Como previsto nos estatutos sociais, a Diretoria Executiva deve submeter e instruir os assuntos que dependam de deliberação do CA, manifestando-se previamente quando não houver conflito de interesse. Os diretores executivos, como regra geral, são os responsáveis por relatar as matérias perante o colegiado. [GRI 2-16]

A comunicação de preocupações cruciais ao CA é feita, ordinariamente, por meio de relatos, apresentações ou envio de documentos por parte de integrantes da própria administração e de seus comitês de assessoramento. Nesses documentos, frequentemente são feitas recomendações à Diretoria Executiva e ao CA sobre temas afetos às suas atribuições, como plano de saúde, previdência complementar, devolução de recursos ao Tesouro Nacional, desinvestimentos, controles internos, entre outros. O CA também verifica o cumprimento dessas recomendações. Em 2024, mais de cinquenta preocupações cruciais foram levadas ao conhecimento do nosso CA por meio de relatórios de auditoria, documentos de prestação de contas e apresentações sobre estratégia, desempenho e riscos, entre outros. Em relação aos trabalhos de auditoria interna, foram levados 14 apontamentos de criticidade alta e, em relação a recomendações, determinações ou apontamentos de órgãos externos de controle, foram 17 apontamentos de criticidade alta. [GRI 2-16]

O CA também recebe, para análise e aprovação, relatórios semestrais elaborados pela Ouvidoria sobre as denúncias recebidas por ela, contendo informações qualitativas e quantitativas e seus respectivos encaminhamentos. Já o Coaud e a Comissão de Ética do Sistema BNDES (CET/BNDES) recebem da Ouvidoria um boletim quinzenal com as denúncias recebidas no período, as respectivas classificações e os encaminhamentos realizados.

PREVENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES [GRI 2-15]

Nossa Área de Integridade e *Compliance* realiza trabalhos de avaliação do sistema de controle interno do Banco, dos controles de processos, de potenciais conflitos de segregação de funções e de conflitos de interesses institucionais – estes relacionados a nossas atividades finalísticas. Ao identificar potenciais conflitos de interesse, a área propõe ações para sua adequada prevenção.

Em relação aos membros de órgãos estatutários, a análise ocorre no momento da indicação para o cargo, por meio do processo de *background check*, e, anualmente, nas avaliações periódicas ou em eventuais reconduções. É ainda realizado monitoramento contínuo de participações societárias desses membros. Conflitos de interesse também constam das atas do Cope, que, quando necessário, recomenda ao indicado a assinatura de um termo de compromisso. Essas atas são enviadas ao CA e ao Ministério responsável pela indicação, no caso de indicações de membros do CA e do Cofis.

O Regimento Interno do CA estabelece, ainda, que os membros devem se declarar impedidos nas reuniões do Conselho, de forma natural e voluntária, retirando-se da reunião em caso de apreciação de matérias nas quais haja conflito de interesses ou os conselheiros tenham interesse particular, sendo tal fato consignado em ata.

As matérias que configuram conflito de interesses são deliberadas sem a presença do membro impedido, sendo-lhe assegurado o acesso à ata da reunião e aos documentos referentes às deliberações tomadas, no prazo de trinta dias. Caso o membro do CA não se declare impedido, qualquer outra pessoa poderá fazê-lo se tiver ciência do conflito, devendo o colegiado deliberar sobre o fato. Uma vez que o colegiado delibere a existência do conflito, a Secretaria Geral não concederá ou retirará o acesso do conselheiro à matéria em questão.

O conselheiro representante de empregados não poderá participar de discussões e deliberações que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, restando configurado seu conflito de interesse sobre elas. Nesses casos, haverá uma reunião especial sem sua presença.

A Comissão de Ética Pública possui competência para analisar situações de conflito de interesses de presidente, diretores executivos, conselheiros de administração e superintendentes do Sistema BNDES à luz do Código de Conduta da Alta Administração Federal e da Lei 12.813/2013, ao passo que a Comissão de Ética do Banco tem atribuição para analisar situações de conflito de interesses dos demais empregados, nos termos do seu Código de Ética e Integridade.

Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são submetidas às regras e aos procedimentos estabelecidos em política específica, aprovada e revisada anualmente pelo CA, que visa assegurar competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade dessas transações. O processo de captura das transações com partes relacionadas tem sido aprimorado ao longo dos anos. Atualmente, é utilizado o sistema da Declaração Eletrônica de Parentesco, para preenchimento pela alta administração e superintendentes, gerando automaticamente alertas restritivos e informativos nos sistemas operacionais do Banco.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

[GRI 2-19] [GRI 2-20]

A política global de remuneração dos administradores (Diretoria Executiva e CA) e dos demais membros estatutários (Coaud, Cofis, CRI e Cope) é elaborada e analisada pelo Cope do BNDES, com apoio da área responsável pela gestão de pessoas, seguindo as diretrizes da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) e normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional. Posteriormente, é enviada para aprovação do CA e deliberação da Assembleia Geral.

A política disciplina o processo de remuneração dos membros desses colegiados e considera: a adequação às melhores práticas de mercado e às disposições legais; o reconhecimento da responsabilidade, do tempo dedicado à função, da competência e da reputação profissional dos administradores; o incentivo a comportamentos que não elevem a exposição da instituição a riscos acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazo; e a observância às metas e à situação financeira atual e esperada da instituição. A remuneração e os benefícios concedidos a nossos dirigentes podem ser encontrados em nosso *site*.

Remuneração dos conselheiros

A remuneração dos membros dos conselhos e comitês tem como base de cálculo a remuneração mensal média dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios. Os membros de nossos conselhos (Cofis e CA) fazem jus a remuneração mensal equivalente a 10% da base de cálculo. É, ainda, vedado o pagamento aos conselheiros de participação nos lucros da empresa, de qualquer espécie, e o plano de benefícios previdenciários patrocinado pelo BNDES não é extensível a eles.

Remuneração dos diretores

A remuneração fixa mensal dos membros de nossa Diretoria Executiva é estabelecida anualmente pela Assembleia Geral. Os diretores têm direito a remuneração variável anual (RVA), condicionada ao alcance de metas e indicadores de desempenho previamente estabelecidos no programa, não sendo inclusos bônus, gratificações e ganhos baseados em ações. Ressalvando-se eventual deliberação contrária na Assembleia Geral, os membros da Diretoria Executiva fazem jus a auxílio-refeição e auxílio-alimentação; auxílio-moradia; férias anuais de trinta dias, remuneradas com um terço da remuneração fixa mensal; plano de assistência à saúde ou benefício de assistência à saúde; ajuda de custo; assistência educacional; recolhimento de contribuição previdenciária patronal; recolhimento de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); remuneração compensatória (quarentena); e gratificação natalina (13º salário). Os integrantes da Diretoria Executiva não contam com multa rescisória de FGTS (40%), abono pecuniário de férias (venda de um terço de férias), aviso prévio indenizado e auxílio-transporte.

Ao promover a distribuição dos resultados, na forma da lei e do programa de RVA, buscamos incentivar a contribuição dos dirigentes aos nossos objetivos, em especial ao cumprimento de nossa missão e de metas que orientam nossa sustentabilidade financeira. Na RVA 2024, foram considerados mais três indicadores além dos indicadores estratégicos, conforme figura a seguir.

DIMENSÃO	INDICADOR	META	RESULTADO	DESEMPENHO
Exclusivo da Diretoria de Risco e *Compliance*	*Checklist* de conformidade	95,0%	98,7%	103,895%
Governança corporativa	Indicador de conformidade Sest (IC-Sest)	900 pontos	963 pontos	107,000%
Governança corporativa	Indicador de avaliação individual	100%	Variou entre 95,87% e 100,00%	Variou entre 95,87% e 100,00%

Remuneração dos demais membros estatutários

A remuneração fixa mensal dos membros do Coaud equivale a 50% (para o coordenador) ou 40% (demais membros) da base de cálculo, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros. A remuneração dos membros do CRI, por sua vez, equivale a 10% da base de cálculo, também sendo vedado pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros. Já o Cope, cujos membros, até o ano de 2023, também integravam o CA ou o Coaud, sem remuneração adicional, passou a ter, após atualização estatutária, membros externos remunerados, para os quais se pratica a remuneração de 13% (coordenador) ou 10% (demais membros). Os membros do CRSAC que não são integrantes de outros colegiados, empregados ou administradores do BNDES podem ser remunerados, conforme avaliação do CA, desde que observadas as aprovações legais e societárias necessárias.

Rescisão

Não há aviso prévio para diretores ou conselheiros. Quando há rescisão, o membro da Diretoria Executiva tem direito a receber o saldo de dias trabalhados e os valores proporcionais relativos ao 13º salário. Os membros de outros órgãos estatutários têm direito a receber o saldo de dias até a data da exoneração. Conforme legislação pertinente, os membros da Diretoria Executiva ficam impedidos, nos seis meses posteriores à rescisão, de exercer atividades ou prestar quaisquer serviços relacionados à área de competência do cargo ocupado, contados a partir da data da exoneração. Para isso, é paga pelo BNDES – exclusivamente durante o período de impedimento após o término do mandato do membro da Diretoria Executiva – uma remuneração compensatória referente ao cargo que era ocupado, desde que aprovada pela Comissão de Ética Pública (CEP).

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

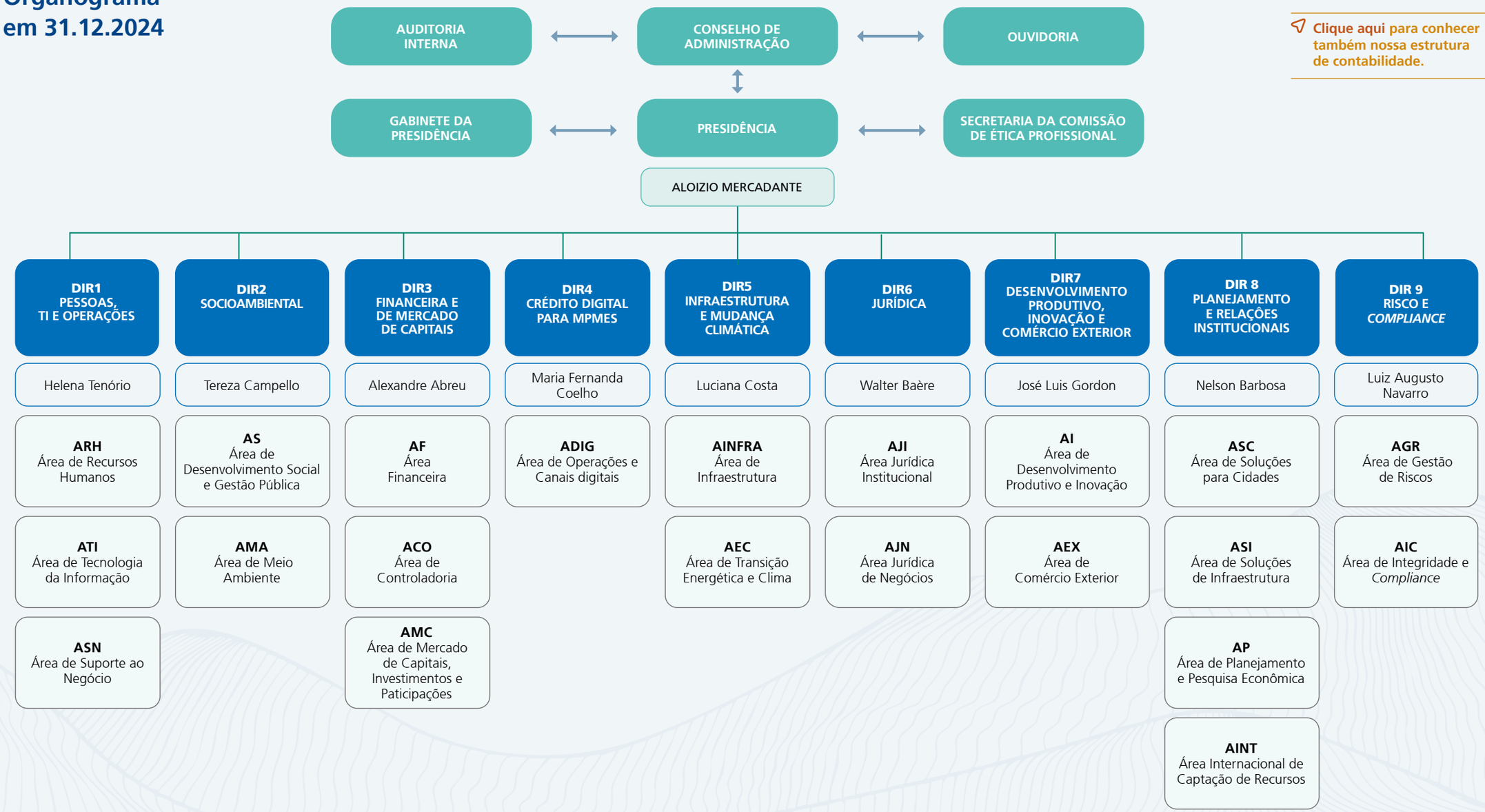
Estamos organizados em Diretorias específicas, compostas por Áreas. Cada Área é de responsabilidade de um superintendente. Em junho de 2024, tomou posse a nova diretora Maria Fernanda Ramos Coelho para comandar a Diretoria de Crédito Digital para MPMEs. Com isso, a Diretoria Executiva passou a ser composta pelo presidente Aloízio Mercadante e pelos seguintes diretores, além de Maria Fernanda: Helena Tenório (Pessoas, Tecnologia da Informação e Operações), Tereza Campello (Socioambiental), Alexandre Abreu (Financeira e Mercado de Capitais), Luciana Costa (Infraestrutura e Mudança Climática), Walter Baère (Jurídica), José Luis Gordon (Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior), Nelson Barbosa (Planejamento e Relações Institucionais) e Luiz Augusto Navarro (Risco e *Compliance*).

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA EM 31.12.2024:
[GRI 405-1]

GÊNERO		FAIXA ETÁRIA		RAÇA/COR	
6 (60%)	4 (40%)	2 (20%)	8 (80%)	9 (90%)	1 (10%)
masculino	feminino	de 30 a 50 anos	mais de 50 anos	branca	parda

Para refletir as novas prioridades e estratégia, foram feitos ajustes no organograma do Banco. Foi recriada a Área de Comércio Exterior (AEX) e a Área de Estruturação de Projetos foi dividida em duas: a Área de Soluções para Cidades e a Área de Soluções de Infraestrutura. Além disso, a antiga Área de Mercado de Capitais 2 foi convertida na Área Internacional e de Captação de Recursos.

Organograma em 31.12.2024



Clique aqui para conhecer também nossa estrutura de contabilidade.

AUDITORIA INTERNA

Nossa unidade de Auditoria Interna é vinculada diretamente ao CA e tem como missão fortalecer a governança corporativa, a gestão de riscos e o sistema de controle interno, por meio de avaliações e consultorias objetivas e da interlocução com os órgãos externos de controle e fiscalização (OEC): Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU) e Banco Central do Brasil (BCB). No exercício de 2024, foram acompanhados 126 processos no TCU dos quais o BNDES é parte, seis auditorias da CGU e 31 fiscalizações, verificações e auditorias provenientes do BCB. No mesmo período, foram recebidas 112 demandas e 24 novos apontamentos, recomendações e/ou determinações, e foram monitorados 75 apontamentos, recomendações e/ou determinações (incluindo os novos) provenientes dos referidos OECs.

Em decorrência dos trabalhos de auditoria interna realizados em 2024, foram emitidas 178 novas recomendações aos gestores de processo, resultando na implementação de ações mitigadoras de risco. Ao longo do ano, foram atendidas 164 recomendações, de 2024 e anos anteriores. A implementação das ações mitigadoras de risco pelas unidades auditadas é acompanhada pela Auditoria Interna, que reporta trimestralmente a situação ao Coaud, ao CA e ao Cofis, bem como ao CRI. As principais atividades de controle realizadas pela unidade são divulgadas anualmente no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (Raint).

Em 2024, a CGU validou o alcance do nível 2 do grau de maturidade da atividade de auditoria interna, com base no Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (Internal Audit Capability Model - IA-CM) para o Setor Público, do Instituto dos Auditores Internos (The Institute of Internal Auditors – IIA), o que demonstra o compromisso da área com a melhoria contínua dos seus processos internos, contribuindo para o fortalecimento e aperfeiçoamento de processos de governança, gestão de riscos e controles internos do Sistema BNDES.

Os resultados das auditorias anuais de contas conduzidas pela CGU, das inspeções e auditorias realizadas pelo TCU e os acompanhamentos das providências das respectivas recomendações ou determinações proferidas por esses órgãos de controle, assim como o Raint, são disponibilizados em nosso *site*.

REVISÃO E ALTERAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Sempre que necessário, atualizamos as cláusulas de nossos contratos para se adequarem a alterações normativas e a revisão de processos e políticas operacionais. Entre as principais alterações ocorridas em 2024 nas minutas de instrumentos contratuais padronizados de nossas operações diretas, destacamos:

- Aprimoramento e atualização de cláusulas contratuais referentes aos procedimentos de execução extrajudicial da alienação fiduciária de imóveis e da hipoteca.
- Inclusão de disposições relacionadas aos crimes contra o Estado Democrático de Direito na minuta contratual, em equiparação ao tratamento dispensado aos crimes contra administração pública.
- Criação de minutas contratuais tratando da Suspensão Emergencial de Pagamentos *(stand still)* para operações no Rio Grande do Sul.
- Atualização de obrigações advindas da alteração do Regulamento de Inadimplência do Sistema BNDES e da internalização do fluxo aplicável ao vencimento antecipado referente à cláusula social.
- Revisão das cláusulas de juros para inclusão dos novos indexadores FAT.
- Criação de minutas contratuais referentes aos programas BNDES Fornecedores SUS; Fundo Clima – Modalidade Máquinas Verdes; e FGTS – Pró-Transporte.

GOVERNANÇA NO MERCADO DE CAPITAIS

Reforço da governança interna para atuação em mercado de capitais

A partir de 2023, no contexto da retomada do papel histórico do BNDES, foi iniciado processo de reforço da governança e controles internos da Área de Mercado de Capitais, para inserção nos normativos internos relacionados ao tema de todas as recomendações oriundas de órgãos externos de controle e para viabilizar maior transparência e segurança a essa modalidade de atuação. Em 2024, foi aprovada pelo CA uma estratégia de investimentos de renda variável, baseada em cinco pilares estratégicos, com destaque para a estratégia orientada, que direciona a realização de novos investimentos diretos em empreendimentos com foco na transição ecológica justa e em investimentos "limpos" sob o ponto de vista climático e energético.

Estímulo a boas práticas de governança em companhias investidas

Sempre buscamos incentivar as companhias investidas a atingir padrões de governança corporativa cada vez mais elevados, seja por meio do exercício do direito de voto em seus colegiados, seja por meio de direitos contratualmente previstos em nossos acordos de acionistas, em linha com o Código Brasileiro de *Stewardship*, do qual a BNDESPAR é signatária. Buscamos promover inclusão e diversidade nas nossas indicações de conselheiros e fomentar essas boas práticas em nossas investidas, de acordo com a Política de Indicação do Sistema BNDES em Colegiados, aprovada em abril de 2023.

NOSSA **EQUIPE**

PERFIL DO CORPO FUNCIONAL [GRI 2-7]

Contamos com uma equipe comprometida, que está sempre em busca da excelência, um de nossos valores. Todos são contratados com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por tempo indeterminado e por período integral. Não há diferenciação na admissão de homens e mulheres – todos participam de concurso público e são selecionados em função de seu desempenho. Contamos também com contratados de forma transitória e com servidores cedidos de órgãos estatais para ocuparem cargos comissionados vinculados à alta administração. Nossa equipe encerrou 2024 com 2.418 empregados, não havendo variação significativa em relação ao quantitativo de 2023, que foi de 2.430 empregados.

2.418 EMPREGADOS

40 (1,7%) pessoas com deficiência (PcD)

2.393 (98,9%) CONCURSADOS

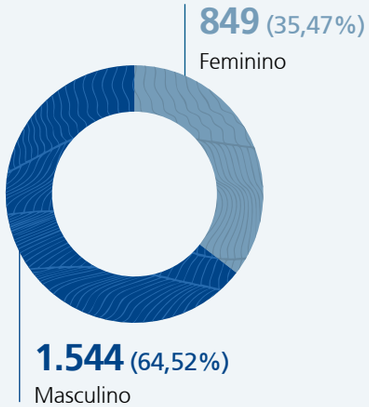
25 (1,03%) TRANSITÓRIOS
(17 contratos transitórios e 8 cedidos)

MÉDIA DE TEMPO DE TRABALHO
16,54 anos

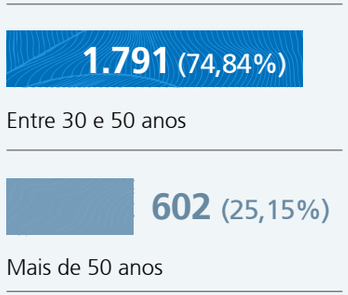
Detalhamento do perfil do corpo funcional [GRI 2-7] [GRI 405-1]

Concursados

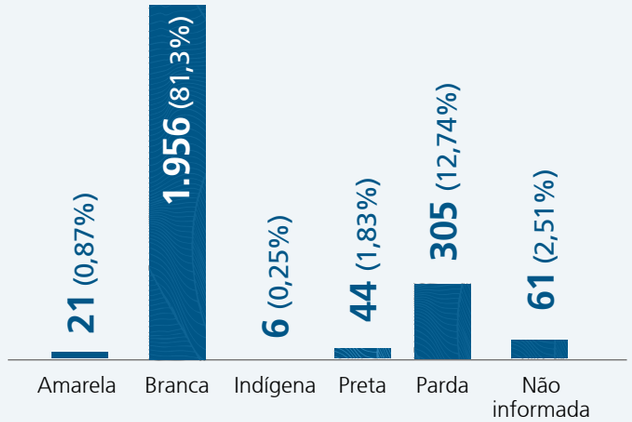
GÊNERO



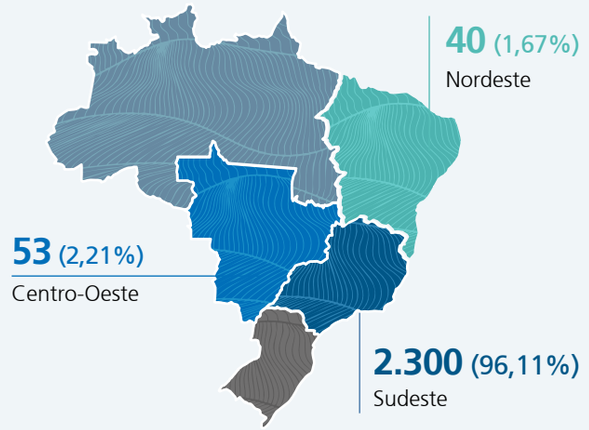
FAIXA ETÁRIA



RAÇA/COR

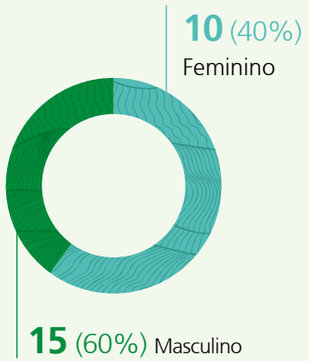


POR REGIÃO

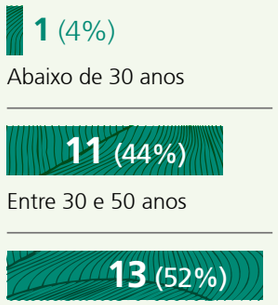


Transitórios

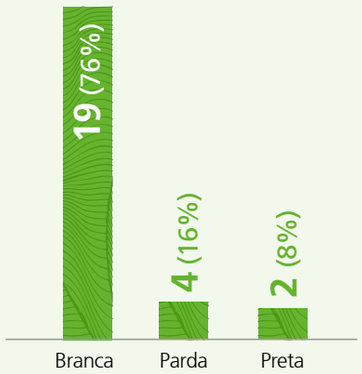
GÊNERO



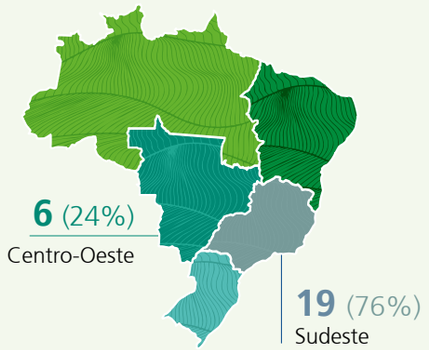
FAIXA ETÁRIA



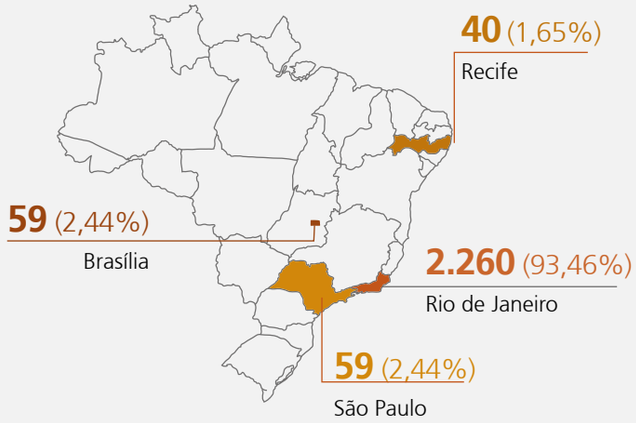
RAÇA/COR



POR REGIÃO



Por unidade operacional
(concursados + transitórios)

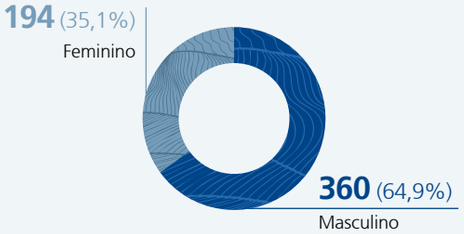


Por categoria funcional

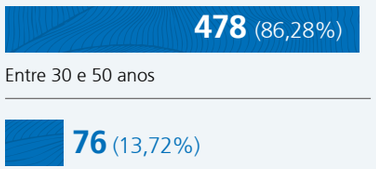
Para informações sobre a Diretoria Executiva e os conselhos, veja o capítulo Nossa Governança.

Média gerência
(superintendentes, chefes de departamento e gerentes)

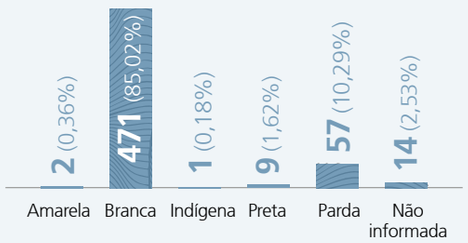
POR GÊNERO



POR FAIXA ETÁRIA

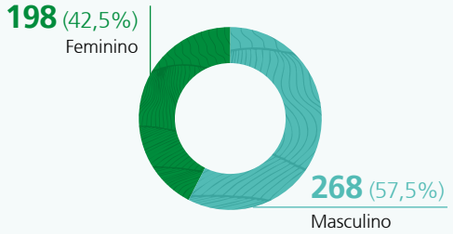


POR RAÇA/COR

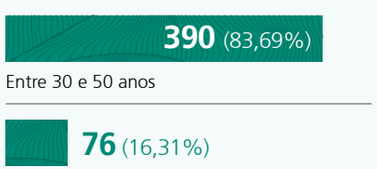


Outras funções
(coordenadores, encarregados, secretários e assessores)

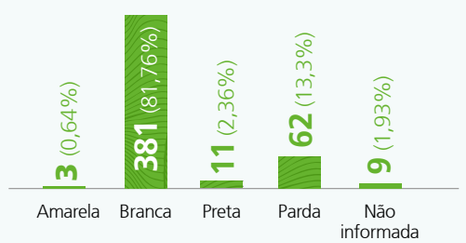
POR GÊNERO



POR FAIXA ETÁRIA

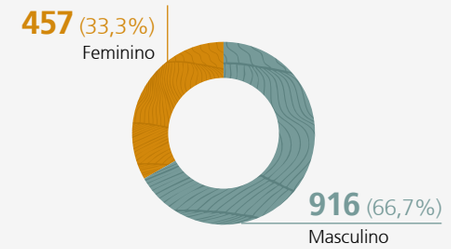


POR RAÇA/COR

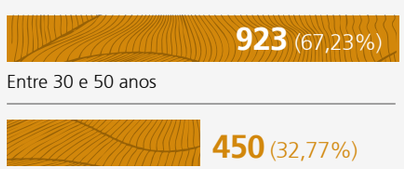


Sem função

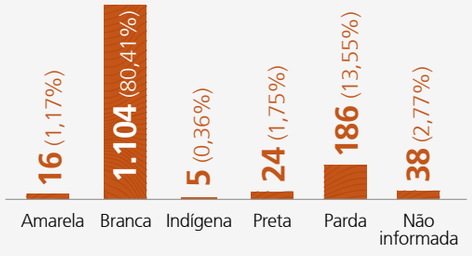
POR GÊNERO



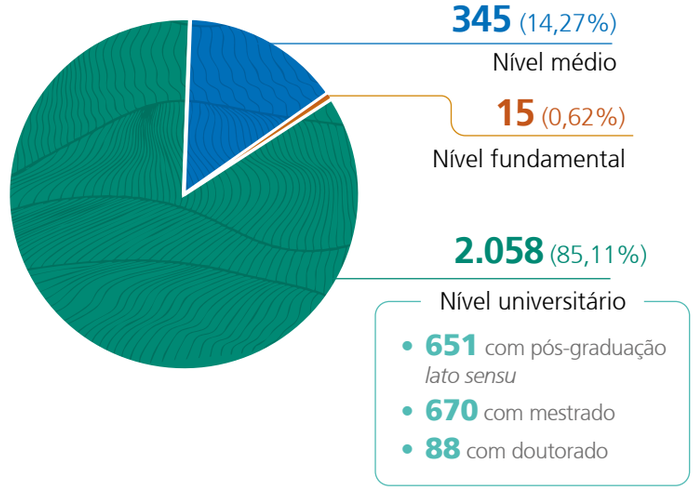
POR FAIXA ETÁRIA



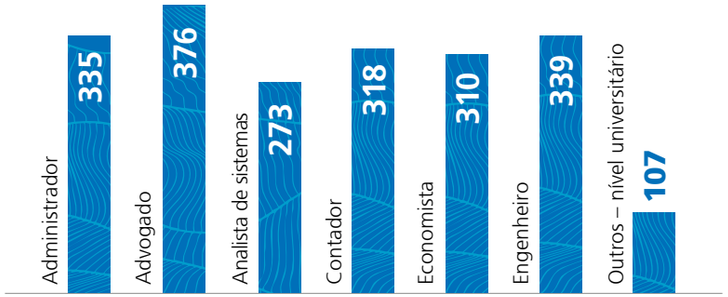
POR RAÇA/COR



Por segmento funcional



Por formação universitária



Contratações [GRI 401-1]

CONTRATAÇÕES DE CONCURSADOS		QTD.	TAXA
Tipo	Concursados	2	100,00%
Gênero	Masculino	1	50,00%
	Feminino	1	50,00%
Faixa etária	Mais de 50	2	100,00%
Região	Centro-Oeste	1	50,00%
	Sudeste	1	50,00%

Observação: referente a uma readmissão e uma reintegração.

CONTRATAÇÕES DE TRANSITÓRIOS		QTD.	TAXA
Tipo	Transitórios	8	100,00%
Gênero	Masculino	3	37,50%
	Feminino	5	62,50%
Faixa etária	Menos de 30	1	12,50%
	30 a 50	6	75,00%
	Mais de 50	1	12,50%
Região	Centro-Oeste	2	25,00%
	Sudeste	6	75,00%

Desligamentos [GRI 401-1]

DESLIGAMENTOS DE CONCURSADOS		QTD.	TAXA
Tipo	Concursados	17	100,00%
Gênero	Feminino	4	23,53%
	Masculino	13	76,47%
Faixa Etária	30 a 50	5	29,41%
	Mais de 50	12	70,59%
Região	Nordeste	2	11,76%
	Sudeste	15	88,24%

DESLIGAMENTOS DE TRANSITÓRIOS		QTD.	TAXA
Tipo	Transitórios	4	100,00%
Gênero	Feminino	1	25,00%
	Masculino	3	75,00%
Faixa Etária	30 a 50	3	75,00%
	Mais de 50	1	25,00%
Região	Centro-Oeste	1	25,00%
	Sudeste	3	75,00%

Nota: Dos 21 desligamentos ocorridos no ano, oito aconteceram por motivo de aposentadoria, dois por término de contrato de transitórios ocupantes de funções de confiança, oito a pedido, e dois por término de cessão, além de uma aposentadoria por invalidez.

Taxa de rotatividade [GRI 401-1]

ROTATIVIDADE DE CONCURSADOS		TAXA
Tipo	Concursados	0,71%
Gênero	Feminino	0,17%
	Masculino	0,54%
Faixa etária	30 a 50	0,21%
	Mais de 50	0,50%
Região	Nordeste	0,08%
	Sudeste	0,63%

ROTATIVIDADE DE TRANSITÓRIOS		TAXA
Tipo	Transitórios	16,00%
Gênero	Feminino	4,00%
	Masculino	12,00%
Faixa etária	30 a 50	12,00%
	Mais de 50	4,00%
Região	Centro-Oeste	4,00%
	Sudeste	12,00%

Nota: A taxa de rotatividade considera o número de desligamentos sobre o total de empregados em cada categoria, sendo 2.393 concursados e 25 transitórios. Considerando a média entre as admissões (10) e demissões (21) em 2024, e o quantitativo em 31 de dezembro do mesmo ano, a rotatividade ficou em 0,66%.

SELEÇÃO PÚBLICA 2024

Em 2024, realizamos seleção pública para provimento de pessoal. A seleção contou com a participação de 42.912 candidatos, dos quais 7.053 eram negros, 1.643 pessoas com deficiência (PcD) e 271 se declararam negros e PcDs. Novecentos candidatos foram aprovados, sendo 249 negros e 111 PcDs. Desses candidatos, 150 foram aprovados para vagas fixas e 750 para vagas de cadastro de reserva.
A previsão é contratar, ao longo de 2025, seiscentos novos empregados.

TERCEIRIZADOS [GRI 2-8]

Além do quadro de pessoal próprio, mantemos alguns contratos de terceirização, apenas para serviços não relacionados a nossas atividades-fim, tais como limpeza, suporte técnico, segurança e mensageria, celebrados com base nos normativos pertinentes. Para mitigar os riscos trabalhistas e previdenciários dos terceirizados, realizamos acompanhamento com as empresas contratadas para verificar o cumprimento da legislação trabalhista associada. Não ocorreram variações significativas do número de prestadores em 2024.

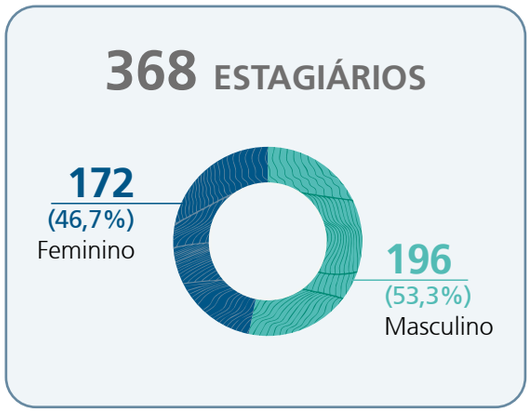
TERCEIRIZADOS BNDES*	QTD.	%
Masculino	376	68,24%
Feminino	175	31,76%
Total	551	100%

*Contratos administrativos com alocação de mão de obra.

Todo o pessoal de segurança que atua no BNDES atende aos requisitos de formação e reciclagem periódica estabelecidos pela Portaria 3.233/2012-DG/PF. O curso de formação inclui as disciplinas "Legislação aplicada e direitos humanos" e "Relações humanas no trabalho", e o de reciclagem busca atualizar e reforçar o conteúdo das disciplinas do curso de formação. [GRI 410-1]

ESTÁGIO NO BNDES [GRI 2-8]

Em 2024, demos continuidade ao Programa de Desenvolvimento de Estagiários, com o objetivo de contribuir para a conscientização e futura atuação dos estudantes em defesa das questões socioambientais, além de estimular seu engajamento com nosso propósito e com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), e de ampliar seu grau de empregabilidade futura, por meio da capacitação em competências técnicas e comportamentais requeridas no mercado de trabalho. Em relação a 2023, houve um aumento de 4,55% no número total de estagiários. Podemos atribuir esse crescimento à necessidade das áreas e à oscilação natural desse grupamento, mais suscetível a saídas repentinas em virtude da duração limitada do contrato.



PROGRAMA JOVEM APRENDIZ [GRI 2-8]

Mantemos também o Programa Jovem Aprendiz, que oferece formação técnico-profissional metódica a adolescentes, visando sua inserção no mercado formal de trabalho.

A iniciativa busca contribuir para a diminuição da principal causa de desemprego juvenil: a falta de experiência profissional. A condição para ingresso no programa, que atualmente conta com trinta jovens aprendizes, é a inscrição no Cadastro Único (CadÚnico), no intuito de oferecer oportunidades a jovens de famílias com algum grau de vulnerabilidade econômica.

Houve aumento de 25% do número de aprendizes em 2024, tendo como base uma decisão do Banco de contratar uma turma maior no ano.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Temos compromisso com a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação em nosso ambiente de trabalho e nas instituições que participam de nossa cadeia de relacionamento.

Nossa Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade (PEGVD), cuja primeira versão data de 2015, foi revisada em 2024 para incorporar diretrizes para a promoção da inclusão socioeconômica das pessoas que trabalham no BNDES em regime de terceirização.

No ano, aderimos a três importantes iniciativas de diversidade e inclusão no âmbito do Governo Federal: (i) 7ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça; (ii) Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão nas Estatais Federais; e (iii) Pacto pela Igualdade Racial. Além dessas adesões, firmamos parcerias com a associação civil Movimento de Equidade Racial (Mover) e com a Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial (Iere), ambos movimentos formados por uma rede de empresas que atuam pela construção da igualdade racial no mercado corporativo.

Recebemos, ainda, o selo "Mais Mulheres na Liderança", concedido pela Associação Brasileira de Bancos, para instituições financeiras que promovem a igualdade de gênero e têm, pelo menos, duas mulheres em cargos de direção, e o selo "Parceiro de Inclusão", concedido pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

Em alinhamento a exigências legais, o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2024-2026 passou a incorporar a previsão de afastamento especial em casos de internação hospitalar da mãe e/ou do recém-nascido, garantindo respaldo formal a situações já previstas em norma.

De forma a promover a diversidade no corpo funcional, realizamos concurso público com cota de 30% para pessoas pretas e pardas – 10% a mais do que o determinado pela legislação vigente – e 15% para pessoas com deficiência (PcD).

Em relação ao programa de estágio, desde 2021 estabelecemos pontuação maior na pré-seleção de candidatos que atendem a critérios objetivos do histórico de desenvolvimento: (i) família inscrita no CadÚnico, sendo beneficiária de algum programa socioassistencial do governo; (ii) beneficiário do sistema de cotas; (iii) beneficiário do Programa Universidade para Todos (Prouni) ou do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies); (iv) beneficiário de projetos sociais (como pré-vestibular comunitário); e (v) ensino médio integralmente realizado na rede pública, ou em rede privada com a comprovação de bolsa integral.

Em 2024, foram contratados 244 estagiários, dos quais 60% pontuaram no critério histórico de desenvolvimento. Cabe destacar que 10% das vagas de estágio são reservadas para PcDs, sendo que houve sete contratações no último ano. Para auxiliar o preenchimento dessas vagas, é realizado recrutamento contínuo de candidatos com deficiência para formação de cadastro antes mesmo da oferta de vagas. Ao ingressarem, esses estagiários passam pelo processo de facilitação da inclusão de PcDs, recebendo suporte da equipe de apoio à gestão de pessoas e do Serviço Especializado de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT).

Em relação ao Programa Jovem Aprendiz, busca-se a composição equalitária de gênero nas turmas: a turma atual, iniciada em março de 2024, é composta de 15 jovens do sexo masculino e 15 do sexo feminino. Do total de jovens aprendizes, sete deles são PcDs.

De forma complementar, em 2024 foram ainda realizadas as seguintes ações para promoção da equidade e valorização da diversidade no BNDES:

- Cursos e eventos de sensibilização com temáticas relativas a gênero, raça, LGBTQIAPN+ e PcDs, com ampla adesão do corpo funcional. Um destaque foi o desenvolvimento interno do curso *online* Trilha de Diversidade – construindo ambientes de trabalho cada vez mais inclusivos, voltado para o letramento do corpo funcional. Entre os eventos, destacamos Mulheres em ação: transformando realidades, desenvolvendo o Brasil; Orgulho de ser: acolhimento e empregabilidade LGBTQIAPN+; Jornada pela diversidade – avançando juntos em raça e gênero; e eventos da frente LideraRH, voltados para lideranças (Liderar sem barreiras e Importância das cotas raciais).

Evento Mulheres em ação: transformando realidades, desenvolvendo o Brasil, ocorrido em março de 2024 no BNDES. Foto: Acervo BNDES/Rossana Fraga.

- Desenvolvimento de programas como o de aprendizagem de jovens aprendizes com cotas para PcD e o programa de mentoria para estagiárias negras.
- Ações resultantes da parceria com a Mover: indicação de empregados do BNDES para participarem do programa Pró-líder e do programa de mentoria da Mover; divulgação para os colaboradores terceirizados de cursos de inglês do Programa Mover Hello; e realização de treinamentos *online* em conjunto com outras empresas integrantes da Mover.
- Outros destaques foram a elaboração e divulgação da cartilha "Cotas raciais – por que as políticas de cotas são importantes"; a iniciativa "Despertando sonhos", ação voltada para oferecer orientação profissional aos jovens aprendizes; e a proposição e a aprovação de alteração do código de vestimenta do Condomínio do Edifício de Serviços do BNDES (Cedserj), para favorecer a inclusão de todos os gêneros.

DIVERSIDADE NA DIRETORIA E NAS SUPERINTENDÊNCIAS

Em 2024, 40% dos cargos da Diretoria Executiva e 39% das posições de superintendência eram ocupados por mulheres, mantendo-se o percentual de 2023.

Do total de superintendentes, 67% têm mais de 45 anos de idade e 43% têm mais de 20 anos de casa.

TRABALHO HÍBRIDO E A AGENDA DE DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO

Nosso Programa de Trabalho Híbrido, lançado em julho de 2022, busca adotar um modelo flexível que atenda às necessidades organizacionais e promova uma gestão eficaz. Os empregados que participam do programa podem realizar até dois dias de trabalho remoto.

Alinhado ao compromisso com um ambiente inclusivo e motivador, a partir de 2023 o programa foi fortalecido pela agenda de diversidade, equidade e inclusão (DEI).

Naquele ano, foi implementado um modelo especial de trabalho híbrido com maior flexibilidade para empregados com deficiência ou para empregados responsáveis por pessoas com deficiência.

Além disso, no fim de 2024 foi aprovada a possibilidade de trabalho integralmente remoto para mães de bebês prematuros, desde o término da licença maternidade (ou afastamento especial, quando aplicável) até que o bebê complete 6 meses de idade corrigida. Nessa ocasião também foi aprovado, com vigência de 1 (ano), um modelo especial de trabalho híbrido para empregados(as) com fibromialgia.

Já o acordo de jornada de trabalho (AJT) 2023-2025 passou a estender o abono de até uma hora diária para empregadas com filhos menores de dois anos.

Em dezembro de 2024, 96% dos empregados ativos participavam voluntariamente do programa, dos quais 126 empregados, ou seja 5,6%, aderiram aos modelos especiais.

PESQUISA DE CLIMA

Em 2024, foi aplicada, pela empresa Carvalho e Mello, uma pesquisa de clima para todo o corpo funcional. A pesquisa mede a satisfação e o engajamento dos empregados com o ambiente organizacional. Alcançamos 93% no indicador geral de engajamento que avalia orgulho, satisfação e recomendação de se trabalhar na empresa. Em relação à favorabilidade geral, atingimos 69,8%. Os resultados foram apresentados para a alta liderança e disponibilizados para todos os empregados, além de terem sido realizados *workshops* para orientação sobre construção de um plano de ação, estando prevista a criação de grupos focais para melhor compreensão de afirmativas com baixa favorabilidade.

ALOCAÇÃO DE EMPREGADOS

Respeitando os quantitativos de referência estabelecidos para cada uma de nossas áreas, as mudanças efetuadas em 2024 relacionaram-se a alterações de estrutura e de prioridades definidas pela nova gestão. Nesse contexto, no fim de 2024 os empregados estavam alocados por diretoria como mostra a tabela a seguir.

DIRETORIA	QTD.	%
DIRETORIA 1 – Pessoas, Gestão e Operações	482	19,93%
DIRETORIA 2 – Socioambiental	135	5,58%
DIRETORIA 3 – Financeira e de Mercado de Capitais	250	10,33%
DIRETORIA 4 – Crédito Digital para MPMEs	139	5,75%
DIRETORIA 5 – Infraestrutura e Mudança Climática	174	7,19%
DIRETORIA 6 – Jurídica	314	12,98%
DIRETORIA 7 – Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior	175	7,23%
DIRETORIA 8 – Planejamento e Pesquisa Econômica	246	10,17%
DIRETORIA 9 – Risco e *Compliance*	197	8,14%
PRESIDÊNCIA	148	6,12%
Não alocados/outros*	159	6,57%
Total geral	**2419**	**100,00%**

* Em dezembro de 2024, 19 empregados estavam afastados por motivo de doença (0,79%); 44 alocados na auditoria interna (1,82%); 31 cedidos (1,28%); e 65 em licença sem remuneração (2,69%).

REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

Ao serem contratados, os empregados ingressam obrigatoriamente no primeiro nível do plano de cargos e salários, independentemente de experiência prévia, gênero ou posição na seleção, recebendo a mesma remuneração. A progressão salarial ocorre por meio dos reajustes negociados em acordo coletivo de trabalho, pela evolução nível a nível no plano de cargos e salários, conforme o processo de promoção anual, ou pela ocupação de cargo executivo. Não há distinção de gênero nos valores recebidos por empregados de mesmo nível do plano de cargos e salários, ou por mesma função executiva exercida.

Desde 2020, publicamos em nosso *site* as remunerações de todos os nossos empregados nominalmente. Fomos a primeira empresa estatal federal a fazer esse tipo de divulgação.

Para fins de apuração dos dados de proporção salarial entre mulheres e homens, foram considerados todos os empregados concursados, segregados por categoria funcional, além dos transitórios. A proporção entre a remuneração anual total do indivíduo mais bem pago e a remuneração média anual de todos os empregados (excluindo o mais bem pago) é de 213%. Já a proporção entre o aumento percentual da remuneração total anual do indivíduo mais bem pago e o aumento percentual médio da remuneração anual total de todos os demais empregados (excluindo o mais bem pago) é de 96%. [GRI 2-21]

DESCRIÇÃO	CATEGORIA FUNCIONAL	PROPORÇÃO (mulheres/homens) [GRI 405-2]
Salário-base médio anual (1)	Sem função gratificada	99%
	Outras funções gratificadas	102%
	Média gerência	99%
	Transitórios e cedido ao BNDES	89%
Remuneração total média anual (2)	Sem função gratificada	97%
	Outras funções gratificadas	103%
	Média gerência	101%
	Transitórios e cedido ao BNDES	74%

(1) Salário-base: valor fixo e mínimo pago a um funcionário pelo desempenho de suas tarefas. Esse valor não inclui quaisquer remunerações adicionais, como pagamentos de horas extras ou gratificações.

(2) Remuneração: salário-base mais adicionais, como os baseados em tempo de serviço, bonificações, participação nos resultados, pagamento de benefícios, horas extras, horas devidas e quaisquer auxílios adicionais (vale-transporte, auxílio-alimentação, assistência educacional, entre outros).

Nossos pleitos referentes a previdência complementar e política de pessoal, salários e benefícios são analisados e aprovados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Todos os nossos empregados são assistidos por ACT [GRI 2-30], com direito ao mesmo índice de reajuste salarial, assim como a benefícios de assistência médica e odontológica, seguro de vida, programa de assistência educacional (modalidades auxílio-babá, auxílio-creche e auxílio-ensino fundamental e ensino médio), auxílio-refeição e auxílio-alimentação, além de participação nos lucros ou resultados (PLR) e remuneração compatível com o mercado. [GRI 401-2]

As comissões de negociação das empresas e de representantes dos empregados negociam os termos do ACT, buscando solucionar conflitos na mesa de negociação. O ACT é aplicável a todos os empregados, sejam eles do quadro permanente ou transitório de pessoal.

O pagamento da PLR só é realizado caso haja lucro líquido, pagamento de dividendos e atingimento das metas dos indicadores de sustentabilidade financeira, políticas públicas e operacionais. O programa de PLR é aprovado pelo CA e pela SEST, sendo então negociado com os sindicatos.

Contamos com benefício de assistência à saúde na modalidade de autogestão por operadora (Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – Fapes). O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é um plano coletivo empresarial adaptado à Lei 9.656/1998 e que apresenta uma carteira de aproximadamente 10 mil vidas entre titulares (empregados ativos e inativos) e dependentes. Em março de 2018, o plano foi fechado para novos empregados e instituímos o benefício de assistência à saúde na modalidade de reembolso – de até 50% do custo da mensalidade de um plano contratado no mercado de saúde suplementar. O BNDES, na qualidade de mantenedor do PAS, exerce supervisão e fiscalização constantes sobre a operação do plano de saúde, em atendimento à Resolução CGPAR 36/2022.

Oferecemos licença-maternidade ou licença-paternidade a todos os empregados. De acordo com o Programa Empresa Cidadã, a licença-paternidade é de vinte dias corridos, e a licença-maternidade pode ser estendida para até 180 dias. Em 2024, foram concedidas 27 licenças-maternidade e 44 licenças-paternidade, com 100% de retorno daqueles cuja licença terminou até 31 de dezembro. Além disso, foi de 100% a taxa de retenção de empregados 12 meses após retornarem da licença-maternidade/paternidade ao trabalho. [GRI 401-3] [GRI 401-2]

Proporcionamos salas de apoio à amamentação e abono diário de uma hora para a mãe lactante até que o filho complete um ano, além de afastamento especial para mães ou pais de bebês prematuros que necessitem de hospitalização. [GRI 401-2]

Benefício de previdência complementar [GRI 401-2] [GRI 201-3]

O BNDES patrocina dois planos de previdência complementar, administrados pela Fapes: o Plano Básico de Benefícios (PBB), na modalidade benefício definido (BD), que está fechado para novas adesões desde 2018; e o Plano Básico de Contribuição Definida (PBCD), na modalidade contribuição definida (CD), aberto para novas adesões em 2022. A adesão ao benefício de previdência patrocinado pelo Sistema BNDES é voluntária, sendo o nível de participação no PBB de 95%, e no PBCD de 2%; ou seja, no total, 97% do quadro atual de empregados participam de um dos planos oferecidos.

No PBB, o custeio atual abrange contribuições normais e extraordinárias (decorrentes de dois planos de equacionamento de déficit, PED 2015 e 2017, com prazo até fevereiro de 2042 e 2044, respectivamente), sendo paritário entre participantes (ativos e assistidos) e patrocinador. Atualmente, para os ativos, o nível das contribuições normais é de até 11,88% sobre o salário de participação e o das extraordinárias, 0,53%; para os assistidos, é de 6,60% sobre o salário real de benefício para as normais, e de 4,16% para as extraordinárias.

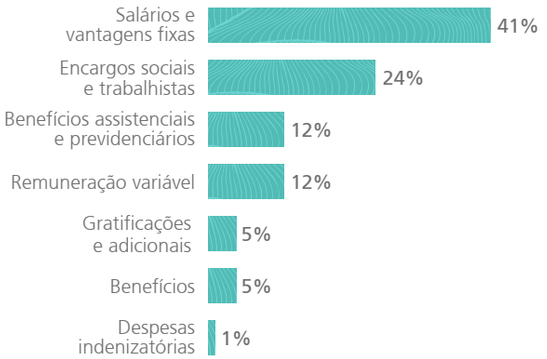
Em atendimento à Resolução CVM 110/2022, o passivo pós-emprego decorrente do benefício definido, correspondente à obrigação patronal das empresas do Sistema BNDES com relação ao PBB, foi estimado em R$ 1,6 bilhão no encerramento do exercício de 2024. Mais detalhes sobre essa estimativa podem ser consultados nas seções de Obrigações de Benefícios a Empregados das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de cada empresa do Sistema BNDES.

No PBCD, a paridade patronal está limitada às contribuições básicas entre 2% e 8,5% do salário de contribuição (conforme alíquota definida pelo participante ativo); o que, diferentemente do PBB, não gera risco atuarial nem obrigação pós-emprego para o BNDES.

Em cumprimento à obrigação legal disciplinada pela Resolução CGPAR 38/2022, o BNDES executa atividades de supervisão e fiscalização sobre a gestão do patrocínio de seus planos de benefícios previdenciários.

Despesa com empregados ativos

R$ 2,6 BILHÕES*



*inclui quadro permanente, cedidos, transitórios, membros da Diretoria Executiva e de conselhos e comitês estatutários.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A avaliação de desempenho no setor público tem sido uma demanda constante da sociedade e importante instrumento de reconhecimento dos empregados. Em 2024, mais uma vez realizamos a gestão de desempenho de nossos empregados por meio do modelo de gestão de desempenho individual (GDI), utilizado desde 2017 para toda a empresa.

Gestor e empregado pactuam e acompanham as seguintes dimensões durante o processo: entregas e atividades a serem executadas ao longo do ano, comportamentos cujo desenvolvimento deve ser priorizado no mesmo período e ações de desenvolvimento que possibilitem o aprimoramento da capacidade de entrega do empregado.

Em 2024, 2.225 empregados receberam avaliação final do gestor sobre as metas acordadas para o ano.

Percentual de empregados que receberam avaliação de desempenho por gênero e categoria funcional (2024) [GRI 404-3]

POR GÊNERO	
Feminino	92%
Masculino	93%
POR CATEGORIA FUNCIONAL	
Média gerência	96%
Sem função	92%

Nota: Considerando o total de 2.393 empregados concursados, conforme relatado pelo indicador GRI 2-7. Ressalva-se que o número total de empregados inclui os que estiveram afastados e licenciados ao longo do ciclo de pactuação e avaliação das metas, impactando o índice percentual dos avaliados.

Recuperação de desempenho

Em 2022, implementamos uma abordagem colaborativa e proativa para a recuperação dos empregados com desempenho abaixo do esperado, por meio de ações de desenvolvimento e acompanhamento mais individualizado.

Em 2023, aplicamos essa abordagem a oito empregados, com a atuação direta de seus respectivos gestores imediatos, por meio da implementação de práticas de gestão e desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, visando suprir as lacunas identificadas e melhorar o desempenho. Os resultados obtidos indicaram a eficácia das ações implementadas, com seis empregados considerados recuperados no primeiro ciclo de avaliação.

Em 2024, apenas dois empregados estão na fase final de acompanhamento.

DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL [GRI 404-2]

Em 2024, demos continuidade às ações de desenvolvimento dos empregados, com treinamentos realizados interna e externamente.

CERCA DE
R$ 4,6 MILHÕES
investidos em treinamentos de curta duração, eventos e programas de certificação

APROXIMADAMENTE
26 MIL HORAS
de treinamento

33 EMPREGADOS
iniciando o Programa de Apoio à Pós-graduação em 2024 (4 doutorados e 9 mestrados)

MÉDIA DE
11h HORAS
de treinamento por empregado
(contabilizando-se todos os concursados, transitórios e cedidos ao BNDES)

1.149 INSCRIÇÕES

755 EMPREGADOS
participantes

CONTRATAÇÃO DE
190 SUBSCRIÇÕES
de plataforma de ensino à distância (EAD)

Média de horas de capacitação por ano, por empregado capacitado, em treinamentos de curta duração, eventos e programas de certificação [GRI 404-1]

POR GÊNERO	NÚMERO DE EMPREGADOS	MÉDIA DE HORAS DE CAPACITAÇÃO
Feminino	859	13h
Masculino	1.560	10h
POR CATEGORIA FUNCIONAL	**NÚMERO DE EMPREGADOS**	**MÉDIA DE HORAS DE CAPACITAÇÃO**
Média gerência	554	15h
Outras funções	491	9h
Sem função	1.374	10h
Transitórios e cedidos ao BNDES	25	1h

Assistência para transição de carreira [GRI 404-2]

Em maio de 2024, lançamos o Programa LongeVIVER, uma iniciativa voltada para a promoção da longevidade ativa, visando a criação de um ambiente de reflexão sobre as diversas dimensões envolvidas no processo de longeviver com bem-estar. O programa, que contou com ampla divulgação interna, foi direcionado a empregados com previsão de aposentadoria até 2026, mas também foi aberto a outros interessados, chegando a 42 inscritos.

Foi criada uma trilha de aprendizado que abordou temas como saúde, bem-estar, sagrados da vida, talentos e prazeres, novas possibilidades e planejamento da nova fase. Além da trilha, foram promovidas melhorias no processo de aposentadoria, trazendo mais humanização ao desligamento. Reforçamos, assim, nosso compromisso com a qualidade de vida e a transição estruturada para a aposentadoria.

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO [GRI 403-3]

Contamos com equipes formalmente instituídas voltadas à saúde e segurança no trabalho (SST): a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa) e as equipes auxiliares de escape (EAE). Embora nossos escritórios estejam localizados em condomínios comerciais com serviços de prevenção de acidentes, a equipe de medicina ocupacional oferece treinamento em primeiros socorros para que empregados estejam capacitados a atuar como socorristas em situações de emergência. Essas equipes apoiam a prevenção e a redução de riscos nos ambientes de trabalho do BNDES e atuam de forma coordenada com o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT). Além disso, os acordos coletivos de trabalho têm englobado temas dessa natureza, como o repasse de informações sobre acidentes e doenças profissionais e a própria constituição do SESMT.

Nosso SESMT atua como canal de recebimento de incidentes, os quais são analisados tecnicamente e encaminhados à área responsável, para que sejam solucionados com apoio das administrações condominiais. Quando é necessário atendimento médico emergencial, ele é prestado pela equipe de saúde coordenada pelo próprio SESMT. Além de um ambulatório ocupacional/emergencial localizado no Rio de Janeiro, os empregados ativos são cobertos por contrato de remoção para hospital. Composto pelo BNDES e pela Fapes, o SESMT conta com quadro mínimo formado por especialista em engenharia de segurança do trabalho, médico do trabalho, técnico de segurança do trabalho e auxiliar de enfermagem do trabalho. As atividades são apoiadas, ainda, por diversos outros profissionais da área da saúde da Fapes (como médicos de especialidades diversas, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais), além de empregados administrativos.
O serviço especializado está previsto em nosso ACT, e suas atividades são validadas pela Cipa, que tem representação dos empregados.

Conforme requisitos legais, mantemos atualizado nosso Programa de Gestão de Riscos (PGR) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), assim como diversos outros programas preventivos de saúde e ações focadas em ergonomia. Em 2024, destacamos programa específico para promoção de saúde mental dos empregados do Banco, com campanhas de prevenção e possibilidade de atendimento especializado no ambulatório médico.

Todas essas iniciativas colaboram para controlar as taxas de absenteísmo e para impedir a existência de atividades que envolvam alta incidência ou alto risco de doenças ocupacionais. A taxa de absenteísmo relativa à SST em 2024 foi de 3,63, sendo calculada pela razão entre dias ausentes e dias programados multiplicada por cem. A taxa considera somente as ausências de saúde e segurança no trabalho, ou seja, licenças médicas, acidentes e auxílios-doença INSS. Por considerar o afastamento em si e não entrar no mérito de nexo causal, todas as faltas são computadas, inclusive acidentes de trajeto.

Realizamos, anualmente, exercício de escape no Edserj, onde se encontra localizada mais de 90% de nossa força de trabalho, e acompanhamos a realização de treinamentos equivalentes nas dependências de nossos escritórios regionais. Além disso, a equipe de medicina ocupacional realizou treinamento de primeiros socorros com os membros da Cipa e prática de uso de desfibrilador externo automático (DEA) voltada para todos os usuários de nossas dependências, em 2024.

Periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes [GRI 403-2]

Segundo os critérios estabelecidos pela legislação, somos uma empresa de grau de risco 1 (GR-1) e seguimos a lógica de PGR por demonstração ambiental. A avaliação quanto à periculosidade e insalubridade de nossas atividades está baseada em consultoria externa, sendo revisada no PGR interno caso haja mudança significativa do perfil de risco da empresa. Essa revisão é feita por profissionais especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.

Do ponto de vista ocupacional, nossas atividades estão caracterizadas como "atividade predominantemente administrativa, de caráter intelectual, realizada em edificações comerciais com condições ambientais devidamente controladas, localizadas em centros urbanos, em expediente de sete horas diárias, na posição sentado, com uso preponderante de ferramentas computacionais". Ou seja, não há exposição a inflamáveis, explosivos ou corrente elétrica. Destaca-se ainda o fato de que, mesmo sendo uma empresa de atividade bancária, não contamos com agências ou atividades correlatas que exponham nossos empregados a roubos ou outras espécies de violência física, sejam relacionadas à segurança pessoal ou patrimonial, nas suas atividades profissionais.

Para fins de demonstração ambiental, em atendimento à legislação previdenciária, nossos empregados se enquadram na situação "não exposto a agente nocivo" prejudicial à saúde ou integridade física. Nesse contexto, os incidentes de saúde e segurança do trabalho estão normalmente relacionados a questões de arranjo físico, acidentes de trajeto ou outros casos atípicos que precisam de tratamento preventivo, como viagens a serviço.

Qualquer empregado pode reportar ao SESMT, diretamente ou por meio da representação da Cipa, situações que considerar perigosas ou insalubres, para que sejam avaliadas tecnicamente.

Acidentes de trabalho

[GRI 403-9] [GRI 403-10]

Nossas atividades, no geral, não contemplam riscos de criticidade alta e consequência grave, tendo em vista a probabilidade de ocorrência e prejuízos causados.

Os acidentes são comunicados: ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), atualmente por meio do eSocial, e, anualmente, ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). As ocorrências são, ainda, investigadas para adoção de medida corretiva com foco em prevenção ou para certificação dos dados do registro.

Em consonância com o perfil de risco do Banco, não foram registradas doenças profissionais em 2024. Considerando a caracterização das atividades do BNDES, não houve nexo de causalidade entre adoecimento e trabalho reconhecido pelo INSS.

Na tabela são apresentadas as taxas de SST, considerando todos os trabalhadores com vínculo que demande controle previdenciário e ocupacional (não sendo contemplados, portanto, estagiários, jovens aprendizes, terceiros e empregados cedidos e movimentados para outros órgãos).

INDICADORES 2024	Nº DE OCORRÊNCIAS	TAXA DE LESÃO*	TAXA DE DIAS PERDIDOS**	PRINCIPAIS TIPOS***	TOTAL DE HORAS TRABALHADAS****
Número e índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho	0	0	0	-	-
Número e índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos)	1	0,21	23,18	-	-
Número e índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (demais CAT)	24	5,18	3,12	-	-
Principais tipos de acidente de trabalho	-	-	-	Trajeto	-
Número e índice de óbitos resultantes de doenças profissionais	0	0	0	-	-
Número de casos de doenças profissionais de comunicação obrigatória	0	0	0	-	-
Principais tipos de doenças profissionais	0	0	0	-	-
Número de horas trabalhadas	-	-	-	-	3.785.320

(1) Os dados são referentes ao período entre 1.1.2024 e 31.12.2024.

(2) Não são computadas ocorrências com terceirizados nas dependências do BNDES. Há orientação para abertura de comunicação de acidente de trabalho (CAT) pela prestadora de serviço.

(3) Os perigos no ambiente de trabalho são identificados por meio do PGR e fiscalização de campo e, uma vez identificados, são tomadas medidas imediatas para mitigá-los. Em função do grau de risco e tipo de atividade, os acidentes, no geral, são de baixa consequência, exceto os de trajeto. Em 2024, houve um acidente típico com afastamento de 51 dias de uma única empregada em viagem a serviço, sendo esse considerado de consequência grave. Foram desconsiderados dois acidentes de trajeto com afastamentos longos que geraram auxílio-doença acidentário, tendo em vista que o meio de transporte utilizado não era de responsabilidade da empresa.

(4) Não há registro de doenças profissionais com nexo causal reconhecido pelo INSS pelas atividades do BNDES.

* Número de ocorrências com lesão/afastamento x 1.000.000/2.000 (NBR-14280) x nº de empregados (31.12.2024).

** Dias perdidos com ocorrências/dias programados do(s) empregado(s) envolvido(s) x 100.

*** Típico, trajeto ou doença profissional.

**** Considera as horas programadas: número de empregados, com localização funcional nas dependências do BNDES (31.12.2024) x 7h diárias x 5 dias x 44 semanas.

Promoção da saúde no BNDES [GRI 403-6]

A estrutura de saúde ofertada a nossos empregados contempla saúde ocupacional e prestação de atendimento assistencial e emergencial nos locais de trabalho. Inclui também adesão a programas preventivos de saúde ligados a endocrinologia e nutrição, incentivo ao aleitamento materno, atualização vacinal e atendimentos em pneumologia, psiquiatria, psicologia, urologia, infectologia e dermatologia. Além disso, os empregados beneficiários do PAS têm acesso a uma extensa rede credenciada de médicos, clínicas, hospitais, serviços diagnósticos e outros atendimentos relacionados à área da saúde. O plano oferece aos beneficiários a possibilidade de participarem de um programa de atenção primária à saúde.

Todas essas ações de promoção de saúde são divulgadas e ofertadas quando da realização dos exames ocupacionais periódicos, os quais, independente do grau de risco da organização, são realizados sob a forma de *check-up* de saúde, buscando diagnosticar precocemente doenças relacionadas ao trabalho ou não.

Dados de saúde de empregados

Com relação ao controle de informações pessoais dos empregados, por contarmos com uma equipe de saúde apartada da estrutura de recursos humanos, o sigilo médico pessoal é preservado de forma consistente. Há separação entre os documentos que são considerados demonstrações ambientais – para cumprimento legal e de normas regulamentadoras, a exemplo do PGR e do PCMSO – e aqueles que são pessoais.

Participação e capacitação de empregados em questões de saúde e segurança [GRI 403-4] [GRI 403-5]

A participação dos empregados nas questões de SST está assegurada pela Cipa (conforme previsto na NR-5), na medida em que ela é uma comissão paritária composta em igual número por representantes do empregador e dos empregados. O processo de composição ocorre anualmente, com indicação dos representantes do empregador e eleição dos representantes dos empregados. Aqueles que compõem a comissão são devidamente capacitados no tema saúde e prevenção, reunindo-se mensalmente para discutir e deliberar sobre questões que afetam todo o corpo funcional. As reuniões são abertas à participação de todos os empregados, e a comissão está apta a receber demandas e tratá-las com a administração e com o apoio técnico do SESMT. Além de capacitação para os integrantes da Cipa, proporcionamos formação para as equipes que apoiam exercícios de escape e combate a princípio de incêndio e oferecemos periodicamente treinamentos de primeiros socorros.

Em 2024, a Cipa também seguiu atuando na prevenção do assédio moral e sexual, em conjunto com as demais instâncias voltadas para essa finalidade no BNDES, a fim de cumprir a Lei 14.457/2022. No âmbito dessa obrigação, o SESMT realizou treinamento com a Cipa, Comissão de Ética, Ouvidoria e Corregedoria para exemplificar as formas de assédio, bem como para capacitar potenciais membros de canais de denúncia no acolhimento psicológico e social dos empregados. Foi também produzido material com a mesma finalidade voltado para os gestores de contratos, visando expandir as práticas de prevenção de assédio também aos terceirizados.

Todas essas capacitações são ofertadas gratuitamente e durante horário de trabalho.

Gestão de saúde e segurança [GRI 403-1]

Realizamos a gestão de saúde e segurança do trabalho em consonância à Norma Regulamentadora 1 (NR-1), com uma dinâmica de gerenciamento baseada na abordagem *plan*, *do*, *check*, *act* (PDCA), refletida no PGR do BNDES. Todos os nossos empregados e estagiários estão incluídos no sistema de gestão de SST, em todas as suas atividades com localização funcional nas dependências do BNDES. No caso de empregados terceirizados, os requisitos de saúde e segurança ficam a cargo de seus empregadores diretos, cabendo ao Banco orientar quanto à necessidade de cumprimento desses requisitos. A única exceção ocorre no que diz respeito ao atendimento emergencial nas dependências no Rio de Janeiro, em que a existência de um ambulatório médico permite o atendimento também do grupo de terceirizados e estagiários, na condição de assistidos. No entanto, ainda não implementamos sistema de gestão passível de auditoria e certificação.

NOSSOS **RELACIONAMENTOS** [GRI 2-29]

Nosso relacionamento com os diferentes públicos com os quais mantemos interlocução é guiado pelos princípios de confiança, ética, integração, proximidade e transparência, conforme estabelecido em nossa Política de Relacionamento. A seguir, são apresentados nossos principais interlocutores e as ações de relacionamento mais relevantes em 2024.

PODER PÚBLICO

Poder Executivo Federal

Estabelecemos relações com diversos ministérios, com o objetivo de captar recursos provenientes de fundos e compartilhar informações gerenciais e financeiras. Além disso, participamos de colegiados, promovemos debates com diferentes instituições e celebramos acordos de cooperação técnica (ACT) e protocolos de intenção.

Em 2024 destacamos os acordos assinados com as seguintes instituições: (i) Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), visando contribuir para a elaboração da Estratégia Brasil 2050, cujo objetivo é garantir o desenvolvimento nacional sustentável e inclusivo, por meio de estudos prospectivos, cenários econômicos e setoriais temáticos estratégicos; (ii) Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), com o fim de aumentar a eficiência da gestão dos imóveis da União e identificar modelagens mais adequadas para a destinação dos imóveis; e (iii) Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasaminas) e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), para realizar estudos que contribuam para diagnosticar e propor melhorias na cadeia de abastecimento gerida pelo MDA.

Nesse período também fizemos parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática (MMA) para contribuir com a territorialização da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

Estados e municípios

Interagimos com estados e municípios visando consolidar nossa atuação em serviços voltados ao setor público, fortalecendo nossa presença em todas as regiões do país. Merece destaque, em 2024, nossa participação em cinco caravanas federativas promovidas pela Secretaria Especial de Assuntos Federativos (Seaf) da Casa Civil, realizadas no Amapá, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Ao todo, os eventos reuniram mais de 20 mil inscritos e representantes de mais de 580 municípios.

Nas atividades de estruturação de projetos, encerramos 2024 com 75 projetos ativos, sendo 53 estaduais e 22 municipais. Nossa carteira de projetos contempla setores como saneamento, rodovias, parques, imobiliário, mobilidade urbana, florestas, resíduos sólidos, segurança pública, gás natural, educação, saúde e iluminação pública. Destacam-se também as intervenções urbanas multisetoriais e integradas destinadas a adaptar as cidades brasileiras aos efeitos do aquecimento global, tornando-as mais sustentáveis e resilientes aos eventos climáticos extremos. Estimamos que os 75 projetos da carteira possam mobilizar aproximadamente R$ 160 bilhões em recursos privados destinados a investimentos, outorgas e aquisição de ativos mobiliários e imobiliários.

Além disso, firmamos acordo com o estado do Pará para cooperar na implementação do projeto Museu das Amazônias, em Belém do Pará. Com o estado do Espírito Santo, foi firmado um protocolo de intenções visando o apoio financeiro a projetos de reciclagem, logística reversa e economia circular.

Poder Legislativo Federal

Monitoramos a tramitação de propostas legislativas no Congresso Nacional que tenham impacto, direto ou indireto, em nossas atividades, buscando contribuir para a formulação e o aprimoramento de proposições prioritárias para o Banco e para a sociedade. Atualmente, acompanhamos uma carteira de aproximadamente 800 proposições legislativas, que abrangem desde temas macroeconômicos, fiscais e orçamentários até questões sobre reformas microeconômicas e setoriais. Em 2024, elaboramos 85 ofícios em resposta às solicitações de parlamentares e respondemos dúvidas por diversos canais, somando 115 atendimentos a parlamentares.

Judiciário

Mantemos interface com o Ministério Público Federal (MPF), a Polícia Federal (PF) e o Poder Judiciário no acompanhamento de processos, no atendimento a requisições de informações e no cumprimento de ordens judiciais.

Em 2024, foi celebrado acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF) para realizar estudo sobre o nível e o estágio da litigância contra o poder público no Brasil, pesquisa conduzida em parceria com a Universidade Federal de São Paulo (USP).

Com o objetivo de incentivar e disseminar o debate sobre mediação, arbitragem e outros métodos consensuais de solução de conflitos, firmamos acordos com o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil e Canadá (CAM-CCBC), o Conselho Nacional de Instituições de Mediação e Arbitragem (Conima) e o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA).

Firmamos também um ACT com a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) para fortalecer a parceria na promoção de estudos sobre demanda de crédito, recuperação judicial de empresas e aprimoramento da segurança jurídica no ambiente de negócios.

Órgãos de controle e fiscalização

Interagimos rotineiramente com órgãos externos de controle e fiscalização, como Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU), Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), prestando informações e esclarecimentos, e desenvolvendo parcerias e acordos de cooperação, com o intuito de aperfeiçoar nossa atuação.

Em 2024, aderimos ao Pacto Brasil pela Integridade, iniciativa da CGU que objetiva estimular empresas que atuam no país a assumir, voluntariamente, compromisso público com a integridade empresarial, fundamentada na ética, na preservação ambiental e no respeito aos direitos humanos e trabalhistas.

A Rede Blockchain Brasil (RBB), lançada em 2022 em conjunto com o TCU, foi ampliada em 2024 com a adesão de mais cinco entidades. Além disso, foi aprovada a primeira aplicação que será hospedada na RBB: a Serpro Badges, que implementa distintivos ou imagens com metadados.

Outro destaque foi a parceria, por meio de acordo de cooperação internacional, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Organização Internacional de Instituições Superiores de Controle (Intosai) presidida, naquela ocasião, pelo TCU. A iniciativa objetiva aprimorar as auditorias realizadas pelas instituições superiores de controle (ISC), por meio da implementação de ferramenta ClimateScanner para avaliação, em nível global, de políticas governamentais relacionadas a mudanças climáticas.

Outros órgãos e entidades

Em 2024, assinamos acordos com: (i) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com vistas a promover o intercâmbio de informações e a realização de estudos e pesquisas de interesse comum; (ii) a Petrobras, para realizar iniciativas e/ou identificar projetos que contribuam para gerar impactos socioambientais positivos para o país em temas específicos; (iii) a Conab, a fim de promover iniciativas que fortaleçam os sistemas socioprodutivos e a geração de informações e dados, com ênfase na sociobiodiversidade e em produtos da cesta básica nacional; e (iv) o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com vistas a viabilizar, apoiar e acompanhar atividades técnicas voltadas à implementação do Projeto Raízes na Amazônia Legal.

CLIENTES

Portal do cliente

O Portal do Cliente integra todas as etapas do relacionamento direto com clientes, desde as etapas iniciais dos procedimentos de *know your client* (KYC) até a amortização e o pagamento da dívida.

Em 2024, a plataforma se consolidou como um de nossos principais canais de relacionamento com o público externo, ultrapassando pela primeira vez a marca anual de 1 milhão de acessos. Nesse período, priorizou-se o desenvolvimento de soluções tecnológicas para automatizar atividades e viabilizar novos modelos de negócio e melhorar a experiência do cliente. Outro destaque foram as adaptações do sistema para atender à demanda pelo Crédito Emergencial para o Rio Grande do Sul. No ano, foram protocolados 1.212 processos de habilitação/análise cadastral, um crescimento de aproximadamente 20% em relação ao período anterior. Também foram recebidas 1.291 solicitações de apoio financeiro, somando aproximadamente R$ 185 bilhões, cifra 12% maior do que a observada em 2023.

Canal MPME

A plataforma oferece soluções que vão do crédito ao apoio na gestão financeira para o desenvolvimento do negócio das MPMEs.

Ao longo de 2024, o Canal MPME recebeu cerca de 3,2 mil visitantes por dia, que originaram 284 mil solicitações de crédito – 88% delas oriundas de microempreendedores individuais (MEI) e microempresas –, e foram contratados R$ 582 milhões em mais de 3 mil operações por meio da plataforma.

POSTO AVANÇADO NO RIO GRANDE DO SUL

Em razão dos impactos provocados pelas enchentes no Rio Grande do Sul, instalamos um posto avançado em Porto Alegre para facilitar a difusão de informações e o acesso às medidas emergenciais. A iniciativa contou com envolvimento direto de 18 integrantes da nossa equipe que atenderam aproximadamente 61 entidades empresariais e 75 empresas, em mais de quarenta setores.

BNDES MAIS PERTO DE VOCÊ

O BNDES Mais Perto de Você (BNDES MPV) consiste em um ciclo de eventos que oferece aos empresários, sobretudo MPMEs, acesso a soluções de crédito, garantia e consultoria, em parceria com agentes financeiros, poder público, federação das indústrias, Sebrae e outras entidades empresariais.

Embora já tenha sido realizado no passado, o BNDES MPV foi retomado em abril de 2024 com algumas inovações importantes, como a presença de agentes financeiros com as maiores carteiras de repasse de recursos do BNDES em cada estado sede dos eventos.

Foram realizadas seis edições ao longo do ano, nas cidades de João Pessoa, Recife, Vitória, Natal, Salvador e Fortaleza, totalizando mais de 1.600 participantes.

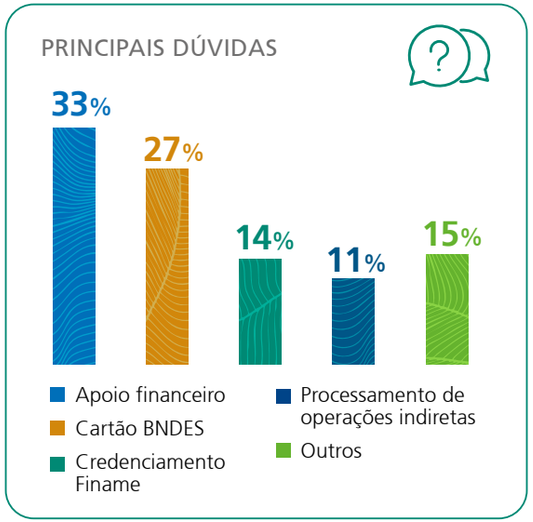
Central de atendimento [GRI 2-25]

Nossa Central de Atendimento tem como objetivo dar suporte a demandas de clientes e do público em geral, prestando informações, em especial, sobre as diversas formas de apoio financeiro do Banco.

Formada por equipe terceirizada, a central realiza os atendimentos de primeiro e segundo níveis (canal telefônico e *web*, respectivamente), registrando todas as demandas em ferramenta de *customer relationship management* (CRM). Utilizando ampla base de conhecimento, desenvolvida pelo BNDES e integrada à ferramenta, em 2024 a equipe solucionou cerca de 85% das demandas em até 12 horas úteis.

Os 15% dos atendimentos não resolvidos, em geral demandas mais específicas e complexas, assim como queixas ou sugestões, são encaminhados por meio do CRM a técnicos do Banco que fazem parte de núcleos de suporte ao atendimento (terceiro nível) e, quando necessário, ficam responsáveis por interagir com interlocutores de cada uma das áreas do BNDES (quarto nível). Essa interação também representa uma oportunidade para atualizar e criar bases de conhecimento.

A central conta com equipe dedicada à monitoria de qualidade — que avalia atendimentos de todos os operadores, aplica *feedbacks* e sugere planos de ação de melhoria. Em 2024, foram obtidas cerca de 26 mil respostas à pesquisa de satisfação após atendimento telefônico, das quais 86% dos respondentes consideraram a demanda em questão atendida já na primeira ligação (*first call resolution*). Em relação à qualidade, 88% avaliaram o atendimento como ótimo, e 6,6% como bom.



A central oferece também atendimento presencial em nossas dependências no Rio de Janeiro. O atendimento inicial é realizado por equipe terceirizada dedicada, que soluciona a maior parte das demandas. Os casos específicos são encaminhados para os núcleos de suporte ou interlocutores. Em 2024, foram realizados 218 atendimentos presenciais, dos quais os principais perfis foram: microempresários (49%) e pessoas físicas (27%).

Campanhas de *e-mail marketing*

A ferramenta de CRM é utilizada também para outras ações de relacionamento, incluindo divulgação de campanhas de *e-mail marketing*, *newsletters*, eventos ou pesquisas. Em 2024, foram realizadas 198 ações, totalizando 317 mil visualizações.

Portal Reclame Aqui [GRI 2-25]

Em 2024, o perfil do BNDES no Reclame Aqui recebeu 46 manifestações, sendo que mais da metade das avaliações tiveram nota máxima, o que levou o Banco a atingir o conceito ótimo de reputação.

SOCIEDADE

Serviço de informação ao cidadão (SIC)

Em 2024, o SIC recebeu 619 pedidos de informação, todos respondidos dentro dos prazos legais. Desses pedidos, 3,0% foram reapresentados como recursos em 1ª instância; 1,3% em 2ª instância; 0,3% foram encaminhados à CGU, e nenhum recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI).

Os temas mais frequentes foram: recursos humanos, em função do concurso realizado em 2024 (24,39%); operações de financiamento (11,95%); produtos, programas e fundos operacionalizados pelo BNDES (8,07%); fontes de recursos (5,65%); e desestatização (5,65%).

Na pesquisa de satisfação do Fala.BR, o Banco atingiu nota média 4,8 em uma escala de 0 a 5.

Saiba mais sobre o SIC no capítulo Ética, *compliance* e transparência.

Ouvidoria [GRI 2-25] [GRI 2-26]

Em 2024, a Ouvidoria recebeu 3.373 manifestações. Desse total, 2.255 foram relacionadas à atuação de pseudoconsultores, ou seja, pessoas que prometem agilizar, facilitar ou mesmo aprovar um financiamento do BNDES, sem nenhuma vinculação com o Banco. A esse respeito, a Ouvidoria prestou auxílio na interlocução com a Polícia Federal, resultante do esforço inédito da Administração do BNDES para sensibilizar os níveis estratégicos do Governo Federal em relação ao problema.

Saiba mais sobre a Ouvidoria no capítulo Ética, *compliance* e transparência.

Site

Reforçando nosso compromisso com a transparência, buscamos constantemente aprimorar nosso portal institucional, expandindo o acesso a dados, conteúdos atualizados e informações relevantes para a sociedade. Em 2024, nosso *site* recebeu o mais alto nível de classificação de transparência em avaliação da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Alcançamos aproximadamente 7,1 milhões de visitas, o que representa um aumento de 9% em relação ao ano anterior, que foi de 6,5 milhões. Cabe ressaltar que esse número difere do reportado em 2023, devido à atualização da ferramenta de medição de acessos (Google Analytics), o que exigiu uma revisão posterior do número. [GRI 2-4]

O acesso a páginas com informações sobre crédito a MPMEs se manteve em destaque, seguindo o padrão de visitação dos anos anteriores, porém com menor predominância. O segundo destaque foi o concurso público para contratação de novos funcionários, indicando o alto grau de interesse da sociedade pelo certame. A página do edital foi a segunda mais acessada, após apenas a *homepage*. Nesse contexto, também se destacaram entre as mais visitadas as páginas Trabalhar no BNDES e Remuneração dos empregados.

Nesse período criamos dois painéis interativos, com *dashboards* automatizados para disponibilizar dados de aprovações e desembolsos do Plano Mais Produção e das medidas emergenciais para o Rio Grande do Sul; além da página sobre a revisão da taxonomia de sustentabilidade do BNDES.

Redes sociais

Em 2024, ampliamos a nossa presença nas redes sociais com o lançamento de um canal no WhatsApp e a abertura de perfis oficiais nas plataformas Threads e Bluesky Além disso, inauguramos um projeto gráfico específico para as redes, buscando uma linguagem dinâmica e versatilidade na construção das mensagens.

Trabalhamos nossos conteúdos por meio de novos formatos, como o boletim de notícias BNDES em Foco e a websérie O futuro acontece com o BNDES, com conteúdo em linguagem documental que destaca os projetos de impacto do Banco.

887.029

SEGUIDORES SOMADOS EM TODAS AS **REDES**

Aumento de **11,4%** em **relação a 2023**

Aumento de **35%** no **número de seguidores** no Instagram na comparação anual

TAXAS DE ENGAJAMENTO:

5,7%	**5,42%**	**5,01%**
no **Instagram**	no **Linkedin**	no **YouTube**

ASSUNTOS EM DESTAQUE:

- **Atuação ambiental** com o Fundo Clima e o Fundo Amazônia
- **Apoio à** inovação, à exportação e às empresas de menor porte
- **Concurso para admissão** de novos empregados
- **Medidas emergenciais** para o Rio Grande do Sul
- Participação em eventos, especialmente **G20 e COP29**

Publicidade

Nossas campanhas foram vistas por mais de 140 milhões de pessoas em todo o território nacional e geraram cerca de 21 milhões de visualizações completas de vídeos e mais de 5 milhões de acessos às páginas do Banco na *internet*.

A principal ação publicitária do ano foi a campanha institucional O futuro acontece com o BNDES, que objetivou gerar *recall* de marca, bem como demonstrar a atuação do BNDES em todos os setores da economia e em todas as regiões do país, e contou com peças em TV aberta e fechada, cinema, *internet* e rádio.

O apoio do BNDES ao setor agropecuário e o produto BNDES Crédito Rural foram temas de campanha mercadológica realizada entre abril e maio durante a Agrishow, e entre julho e setembro, após lançamento do Plano Safra 2024, alcançando mais de 10 milhões de pessoas.

A campanha publicitária Medidas emergenciais para o Rio Grande do Sul divulgou as principais ações do BNDES em favor dos empreendedores e produtores rurais afetados pelas enchentes. Foi veiculada exclusivamente no RS, entre julho e agosto, nos meios TV aberta, *internet*, mídia exterior, jornal e rádio.

A campanha O Futuro acontece com o BNDES buscou demonstrar a atuação do BNDES em todos os setores da economia

Em 2024, trabalhamos a estratégia de sustentação *Always On* (AON) em redes sociais, com mais de cinquenta conteúdos impulsionados, alcançando quase 80 milhões de pessoas ao longo do ano; em jornais (impressos e digitais), com conteúdo voltado para um público formador de opinião, nas editorias de economia, política e finanças; e em portais de notícias na internet, alcançando uma audiência de mais de 60 milhões de pessoas nos principais jornais das dez maiores capitais do país.

Como estratégia complementar às campanhas tradicionais, estreamos o formato *branded content*. Foram realizados projetos de conteúdo de marca com jornais, revistas e veículos digitais, todos focados em um público formador de opinião.

Patrocínio

Ao longo do ano, realizamos 24 ações de patrocínio, consolidando o movimento de retomada dessa atividade iniciado em 2023.

Foram viabilizados projetos em 11 estados brasileiros, nas cinco regiões do país, além de iniciativas no exterior, como o Pavilhão Brasil na COP29, realizada no Azerbaijão.

Destaca-se o patrocínio a três importantes eventos internacionais que, em 2024, foram sediados no país: a 54ª Reunião Ordinária da Assembleia Geral da Alide (Fortaleza, CE); o Global SME Finance Forum 2024 (São Paulo, SP); e o B20 Brasil (São Paulo, SP).

As agendas da diversidade e inclusão também estiveram presentes, a exemplo do apoio à 5ª Edição do Festival Rede Capoeira (Salvador, BA) e ao Fórum Internacional de Equidade Racial Empresarial (São Paulo, SP).

A composição da carteira se caracterizou pela forte predominância de projetos técnicos, isto é, diretamente relacionados à nossa atuação, visando, principalmente, a associação de nossa marca ao desenvolvimento econômico, sem, contudo, perder de vista as dimensões ambiental e social, também expressas no nosso propósito corporativo. O valor global investido somou R$ 5,7 milhões.

Todos os projetos foram acolhidos na modalidade escolha direta e a maioria foi selecionada por meio de chamadas internas, nas quais foram indicadas, pelas diretorias, propostas alinhadas aos objetivos, temas e públicos considerados prioritários.

Eventos

Em 2024, recebemos sessenta eventos corporativos, com 11.450 participantes presenciais e 6.385 *on-line*. Desse total, 23 foram destinados exclusivamente ao público interno e 37 ao público externo ou a ambos.

Entre eles, destaca-se o evento Reconstrução de cidades e mudança climática: experiências internacionais e nacionais para o Rio Grande do Sul e o Brasil, que contou com a participação de prefeitos e governadores, bem como três dos cientistas brasileiros mais citados internacionalmente na área de Ciências Ambientais: Dr. Paulo Artaxo, Dr. Carlos Nobre, e Dr. Jose Marengo, além de outros renomados especialistas em cidades e clima, em um painel moderado pela ex-ministra Izabella Teixeira. A palestra principal coube ao ganhador do Prêmio Oberlander 2023, Dr. Kongjian Yu, arquiteto e paisagista da Universidade de Pequim, pioneiro do conceito de cidades-esponja, ou seja, cidades que se utilizam da vegetação para deter, limpar e infiltrar águas tanto para evitar enchentes quanto para regular a água em momentos de seca.

O evento teve como objetivo destacar nosso compromisso com a sustentabilidade e com a busca de soluções baseadas na natureza para o enfrentamento de desastres naturais, considerando o protagonismo brasileiro na agenda de mudança climática.

O evento Reconstrução de cidades e mudança climática apresentou experiências nacionais e internacionais relacionadas ao tema. Foto: Acervo BNDES/Partners – André Telles

BNDES NO G20

Em novembro de 2024, o Rio de Janeiro sediou a Cúpula Social e a Cúpula de Líderes do G20, sob a presidência brasileira. Principal fórum para a cooperação econômica internacional, o G20 tem grande relevância estratégica na discussão e formulação de políticas sobre desenvolvimento sustentável.

Participamos ativamente do G20 com ações e agendas em ambas as cúpulas. Na Cúpula Social, promovemos uma série de oficinas, painéis de debates, entrevistas e visitas guiadas, além de estar presente com estandes montados na Praça Mauá e no Armazém Kobra, na Zona Portuária do Rio de Janeiro.

Durante a Cúpula de Líderes, no Rio de Janeiro, e a visita do presidente da China, Xi Jinping, em Brasília, firmamos memorandos para viabilizar a captação de R$ 25,3 bilhões em recursos para financiar investimentos no Brasil, com instituições como China Development Bank (CDB), Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB), Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) e Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). Ao longo do G20, captamos mais R$ 348 milhões em doações da Noruega e obtivemos o compromisso de R$ 289 milhões dos EUA para o Fundo Amazônia, bem como anunciamos novos doadores privados para o projeto Viva Pequena África, que proverão R$ 7,3 milhões ao projeto.

Durante o ano, também participamos ou apoiamos a realização de eventos preparatórios para o G20 nas dependências do Banco no Rio de Janeiro. Entre eles se destacam o Finance in Common (FiCS), o States of the Future, o Seminário Internacional Desenvolvimento e Mundo do Trabalho e o Biofuels in the context of the bioeconomy.

No estande do BNDES no G20 Social, no Armazém Kobra, os visitantes tiveram uma experiência imersiva, com óculos 3D, nos biomas da Amazônia e da Caatinga. Foto: Acervo BNDES/Partners – André Bittencourt

No estande do BNDES na Praça Mauá, os visitantes tiveram a oportunidade de se inscrever para visitas guiadas à região da Pequena África. Foto: Acervo BNDES/Partners – Julia Maia

CULTURA NO BNDES

O Espaço Cultural BNDES realizou 93 espetáculos ao longo do ano, após retomada, em outubro de 2023, dos projetos Quintas no BNDES e Sextas Instrumentais. Recebemos 17.300 pessoas nos espetáculos de 2024. Os *shows* também foram disponibilizados no canal do Espaço no Youtube, que em dezembro de 2024 tinha 2,3 mil inscritos e alcançou mais de 52,5 mil visualizações, 36% a mais do que no ano anterior.

A exposição Pretagonismos, em parceria com o Museu Nacional de Belas Artes, destacou as trajetórias de luta, resiliência, transgressão e heroísmo dos artistas negros na sociedade brasileira. Foto: Acervo BNDES/Partners – Vinicius Martins

A exposição Biodiversidade chamou atenção para os impactos da ação humana na natureza e retratou a atuação do BNDES na promoção da biodiversidade brasileira. Foto: Marcos Morteira

Além disso, reabrimos nossa galeria, com a exposição Pretagonismos no acervo do Museu Nacional de Belas Artes. A exposição apresentou o protagonismo do artista negro no acervo do museu, um dos principais detentores do patrimônio artístico do país. Entre agosto e dezembro de 2024, foram 9.710 visitantes, dos quais 3 mil eram crianças e adolescentes, em sua maioria de escolas públicas e projetos sociais, que participaram das atividades educativas organizadas pelo museu.

Em 2024, também foi inaugurada a exposição Biodiversidade no *hall* externo do edifício do BNDES no Rio de Janeiro, que apresentou conteúdos sobre o tema presentes no documento Biodiversidade: compromisso do BNDES com a natureza, publicado pelo Banco.

IMPRENSA

No relacionamento com a imprensa, o ano de 2024 teve como destaque a divulgação das ações do BNDES relativas à cúpula do G20, incluindo a captação de recursos por meio de acordos internacionais e doações ao Fundo Amazônia; o programa emergencial para empresas afetadas pelos eventos climáticos extremos ocorridos no Rio Grande do Sul; e a nova política industrial do Governo Federal, com apoio recorde à inovação. A assessoria de imprensa do Banco trabalhou proativamente na divulgação de pautas e ampliou sua atuação no âmbito regional, realizando eventos com a presença de jornalistas e entrevistas coletivas em diferentes regiões do país.

O BNDES foi citado em um total de 47.848 matérias veiculadas pela imprensa em 2024. Foram respondidas 733 demandas de veículos de comunicação para esclarecimento de dúvidas e atendimento a pedidos de entrevista com porta-vozes do BNDES, o que contribuiu para fortalecer a imagem institucional e dar transparência sobre as ações do Banco.

Durante o ano, foram divulgados 35 avisos de pauta que convocaram os jornalistas para a cobertura de assuntos de interesse público. Foram realizadas ainda quatro entrevistas coletivas para divulgação dos resultados financeiros trimestrais, além de eventos promovidos em parceria com outras instituições e/ou ministérios para divulgar iniciativas e debates promovidos pelo Banco com a presença da imprensa.

A Agência BNDES de Notícias (ABN) teve mais de 760 mil visitas orgânicas, incluindo as visitas ao Blog do Desenvolvimento. Foram publicados mais de 400 conteúdos, entre notícias, notas e comunicados no ano, que tiveram mais de 980 mil visualizações. A partir das matérias veiculadas na ABN, em 2024, lançamos o BNDES em foco, série de vídeos jornalísticos que traduz, com leveza, as pautas do Banco. O conteúdo produzido foi veiculado internamente e nas nossas redes sociais.

INVESTIDORES

Estivemos em contato com distintos tipos de investidores em 2024: investidores financeiros – como fundos de *private equity*, fundos soberanos, fundos ASG, entidades filantrópicas, gestores de investimentos – e investidores estratégicos – empresas interessadas majoritariamente em projetos de infraestrutura.

Além da divulgação das apresentações dos resultados trimestrais, nossas ações de comunicação direcionadas para esse público incluíram a edição da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, o contato frequente com agências de *rating* que acompanham o Banco e encontros com investidores financeiros no Brasil e no exterior.

Nesse sentido, temos atuado em cooperação com entidades financeiras internacionais para promover atração de investimentos ao Brasil e fomentar potencial atuação conjunta em coinvestimentos e cofinanciamentos, destacando-se nossa participação em eventos de investidores internacionais e na organização de recepção de missões desse público.

Ademais, foi dada continuidade à iniciativa de mapeamento e relacionamento com investidores em setores específicos – saneamento, rodovias, mobilidade urbana, parques, florestas, imobiliário e infraestrutura social. A ação compreendeu a organização e a participação em eventos com o foco na visibilidade de projetos estruturados pelo BNDES (*webinars* e eventos presenciais), e a realização de *roadshows* e *market soundings*.

Para dar destaque a esses projetos, mantemos o portal BNDES Hub de Projetos, que conta com uma *newsletter* mensal e uma rede de investidores, e possibilita a conexão entre usuários com interesses comuns em projetos estruturados em diversos setores.

Também mantivemos nossa participação no Latam Projects Hub, plataforma que oferece a investidores uma visão unificada de um conjunto de oportunidades de investimento em concessões, parcerias público-privadas (PPP) e privatizações na América Latina, trazendo informações estratégicas sobre os projetos.

Em 2024, o portal de Relações com Investidores, que apresenta informações relevantes sobre o BNDES, alcançou cerca de 95 mil usuários, dos quais parte considerável (~42%) é composta por estrangeiros. O objetivo é atrair investidores para o mercado brasileiro e estimular parcerias.

FORNECEDORES [GRI 2-6]

Para realizar nossas atividades, utilizamos insumos e serviços adquiridos por meio de diferentes processos de contratação direta ou licitação. A contratação de fornecedores está limitada principalmente à compra de insumos ou à prestação de serviços acessórios à atividade-fim do Banco, de acordo com condições estipuladas pela Lei das Estatais e por resolução de nosso Conselho de Administração, atualizada em 2024. Em relação a fornecedores de serviços, as atividades executadas de forma indireta incluem, preponderantemente: (i) atividades acessórias, auxiliares ou instrumentais, como serviços gerais e de tecnologia da informação; (ii) prestação de serviços técnicos e especializados de natureza intelectual; e (iii) aquelas de apoio às atividades finalísticas do Banco, como serviços relacionados aos projetos de desestatização. Contamos também com fornecedores de materiais e equipamentos para suprir nossas necessidades operacionais.

O somatório dos pagamentos realizados a fornecedores totalizou R$ 502 milhões em 2024. Considerando nossa base de contratos, em 2024 não foram identificadas mudanças relevantes na cadeia de fornecedores que pudessem impactar nossas operações.

O detalhamento das contratações, as alterações contratuais e os procedimentos punitivos realizados no período constam nas tabelas a seguir. Nossos contratos administrativos são públicos e podem ser acessados em nosso *site*.

CONTRATOS ATIVOS E FORNECEDORES

Contratações nas representações	Número de contratos	Número de fornecedores	Porcentagem de fornecedores por localização
Rio de Janeiro (RJ)	205	150	22%
São Paulo (SP)	256	200	30%
Brasília (DF)	63	47	7%
Recife (PE)	22	21	3%
Outras cidades	309	252	38%
Nº total de contratos ativos/ fornecedores	**855**	**670**	**100%**

CONTRATAÇÕES (POR PROCESSO DE ORIGEM)

Alienação de bens	3
Concorrência	3
Concurso	94
Pregão eletrônico	38
Inexigibilidade de licitação	90
Dispensa de licitação por valor	137
Dispensa de licitação (demais hipóteses)	19
Contratações finalísticas (art.28 da Lei 13.303)	24*
Total de contratos	**408**

*24 contratos, sendo 14 RFP (consultorias para desestatizações)

ADITIVOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PUNITIVOS (PAP)

Número de PAPs	3
Aditivos contratuais	108
Aditivos epistolares	99
Encerramentos extraordinários	18
Reequilíbrios econômico-financeiros	123
Total de aditivos e PAPs	**351**

COMPRAS SUSTENTÁVEIS

Nossas licitações e contratos devem seguir parâmetros sustentáveis, levando em conta os diversos aspectos relacionados à execução do objeto contratual, como: não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento de resíduos sólidos; priorização do uso de produtos reciclados e/ou recicláveis; maior eficiência na utilização de recursos naturais; e análise dos impactos sociais decorrentes da execução. A adoção ou não de critérios de sustentabilidade deve, ainda, ser justificada nas contratações, com base nos custos e benefícios associados, além da realidade do mercado fornecedor. Quando aplicáveis, as exigências socioambientais devem estar fundamentadas objetivamente nas especificações técnicas.

No âmbito das contratações administrativas decorrentes de licitação e contratação direta (dispensa ou inexigibilidade de licitação), realiza-se a verificação de condições de participação na licitação, se for o caso, e de contratação para todos os nossos fornecedores. Isso inclui a verificação de alertas quanto à presença em listas restritivas ou impeditivas em âmbito nacional, inclusive no que diz respeito a casos de trabalho análogo à escravidão. Além disso, verificamos mensalmente tais informações por meio de sistemas informatizados para fornecedores com contratos ativos. [GRI 409-1]

Desde 2021, a cláusula social – adotada em todos os nossos contratos de financiamento, com menção explícita ao combate à discriminação racial e de gênero; à exploração irregular, ilegal ou criminosa do trabalho infantil; e à prática relacionada ao trabalho em condições análogas à escravidão no Brasil – está presente também nos contratos com fornecedores e prestadores de serviços, possibilitando a rescisão contratual em casos de descumprimento. [GRI 408-1] [GRI 409-1]

PARCEIROS

Agentes Financeiros

Atualmente contamos com mais de noventa instituições financeiras credenciadas para ofertar linhas de financiamento ou fornecer fianças a operações diretas do BNDES. Se incluirmos os parceiros que operam soluções de garantia (fundos garantidores), microcrédito (Oscips) e *fintechs* que oferecem crédito com linhas próprias pelo Canal MPME, esse número chega a mais de 120 instituições.

O BNDES oferece uma estrutura eficiente de atendimento e relacionamento com os agentes parceiros. Além do contato com os departamentos operacionais, de produtos e de conformidade, os parceiros contam com pontos focais no BNDES, chamados de *officers*, que prestam todas as orientações, tiram dúvidas e auxiliam em eventuais dificuldades encontradas.

Em 2024, ampliamos a realização de apresentações virtuais para divulgação de novos produtos e alterações em linhas existentes, melhorando a comunicação e alinhamento com os parceiros. Além dos 26 encontros virtuais, foram realizados dois eventos presenciais com participação de mais de cinquenta instituições.

Além disso, foram mais de quatrocentas reuniões com agentes financeiros ao longo do ano, incluindo apresentações de fomento e encontros individuais de relacionamento.

Como resultado da melhoria contínua no relacionamento, houve um aumento de 52 para 60 parceiros operando de fato nossas linhas de repasse. Destaca-se a reaproximação com os bancos públicos federais iniciada em 2023. Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Nordeste (BNB), que há anos não operavam as linhas do BNDES, somaram cerca de R$ 1,8 bilhão em 2024. O Banco do Brasil (BB), por sua vez, havia financiado apenas R$ 125 milhões em 2022 e atingiu mais de R$ 10 bilhões em aprovações em 2024.

Instituições de desenvolvimento

Desenvolvimento Regional

Em 2024 assinamos ACT com o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste), com o propósito de apoiar tecnicamente a concepção e estruturação de projetos e políticas públicas, proporcionar intercâmbio de informações e experiências, bem como promover estudos e ações de capacitação conjuntas, por meio da execução de iniciativas coordenadas na região Nordeste. Também foi assinado ACT com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para construir parcerias institucionais e/ou agendas temáticas específicas que visem a implementação de ações conjuntas para o desenvolvimento da região Nordeste. A primeira frente de trabalho dessa parceria tem como objetivo viabilizar o credenciamento do BNDES para operação do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Houve, também, a reativação do Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais (Coriff), com o objetivo de discutir medidas para regionalizar as ações de fomento e oferta de crédito ao setor produtivo da área de atuação da Sudene.

Já com a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), assinamos protocolo de intenções visando viabilizar a participação do BNDES na Rede de Produção de Conhecimento e no Observatório Regional de Políticas Públicas para o Centro-Oeste, formada pela Sudeco, com participação de entidades governamentais, bancos e instituições financeiras de desenvolvimento, e institutos de pesquisa e produção de conhecimento.

Exportações

Celebramos, ainda, ACT com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) que visa estimular as exportações e a cultura exportadora perante as MPMEs, cooperativas e *startups*, e a promover e fomentar investimentos no Brasil.

Bancos de desenvolvimento e agências multilaterais [GRI 2-28]

Interagimos com bancos de desenvolvimento (BD) internacionais de forma bilateral ou por meio da participação em associações e iniciativas que reúnem instituições financeiras.

Entre essas entidades, destacam-se o The Montreal Group (TMG), especializado no apoio a MPMEs; a Alide, que busca estimular o intercâmbio e a disseminação de boas práticas financeiras entre os membros da região; o Long-Term Investors Club (D20-LTIC), entidade de bancos de desenvolvimento para discussão de projetos de infraestrutura sustentável, alinhada à agenda do G20; o International Development Finance Club (IDFC), que promove o desenvolvimento sustentável, a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e as metas do Acordo de Paris; e, finalmente, a Coalizão Verde, entidade internacional proposta conjuntamente pelo BNDES e o BID, em 2023, para a promoção da preservação e do desenvolvimento social da Amazônia, com enfoque em biodiversidade, clima, infraestrutura urbana e investimentos sociais para a população local, com entregas previstas até a COP30, que acontecerá em Belém em 2025.

Entidades representativas [GRI 2-28]

Somos associados a diferentes entidades representativas, com as quais mantemos interação constante visando a construção, implementação e acompanhamento de nossas soluções. Entre elas, destacam-se: Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE), Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Associação Brasileira de Bancos (ABBC), Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei) e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Há ainda ACTs celebrados com entidades setoriais como Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e Sebrae, além de parcerias com cerca de 290 entidades empresariais representativas dos mais variados setores da economia.

Em 2024, destaca-se a assinatura de ACT com a Finep, que tem como objetivo o intercâmbio de informações, conhecimentos técnicos e análises que permitam o aprimoramento de políticas operacionais, programas, produtos e/ou processos internos do BNDES e da Finep relacionados ao apoio à inovação no país, bem como a consecução de ações conjuntas e efetividade das políticas públicas relacionadas.

Filiações [GRI 2-28]

Estamos filiados a 45 entidades sem fins lucrativos, brasileiras e estrangeiras, dos mais variados setores. Entre outros benefícios, as filiações permitem o acesso e o intercâmbio de conhecimentos com outras entidades em diferentes áreas de atuação, bem como a ampliação do relacionamento e de ações institucionais de interesse comum e a participação em espaços e fóruns de debate sobre temas associados à missão do Banco, além de maior visibilidade institucional para o alcance de nossos objetivos estratégicos.

Em 2024, com a presidência do Brasil no G20, o BNDES também assumiu protagonismo nas diversas agendas com outros bancos de desenvolvimento, entes governamentais e agências multilaterais, liderando a proposição de temas em diversos fóruns e iniciativas internacionais.

Aloizio Mercadante, presidente do BNDES, e Celso Pansera, presidente da Finep, assinam ACT para ampliar o apoio das duas instituições aos projetos de inovação no país. Foto: Acervo BNDES/Partners – Rossana Fraga

DESTAQUES DE PACTOS, INICIATIVAS E PROTOCOLOS DE QUE PARTICIPAMOS [GRI 2-28]

Saiba mais sobre os acordos celebrados pelo BNDES em nosso *site*.

Pactos

- Acordo de Cooperação Técnica com a CGU para fomentar ações de integridade
- Acordo de Cooperação Técnica com o MDHC para aperfeiçoar políticas de direitos humanos
- Código Brasileiro de *Stewardship*
- Declaração de Princípios de Financiamento Responsável do Brics
- Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção do Instituto Ethos
- Pacto Global da ONU

Iniciativas

Fóruns setoriais e multissetoriais

- Coalizão Verde dos bancos públicos de desenvolvimento
- Conselho Empresarial Brasil China (CEBC)
- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)
- Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla)
- Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep-FI)
- International Development Finance Club (IDFC)
- Laboratório de Inovação Financeira (LAB)
- Laboratório Global de Inovação Financeira para o Clima (The LAB)
- Long-Term Finance Club (D20 – LTIC)
- Mainstreaming Climate Action in Financial Institutions
- SME Finance Forum (SME)
- The Montreal Group (TMG)
- Uma Concertação pela Amazônia

Parcerias

- Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA)
- Agence Française de Développement (AFD)
- Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB)
- Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide)
- Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW) e KfW IPEX-Bank
- Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF)
- Banco de Exportação e Importação da Arábia Saudita (Saudi EXIM Bank)
- Banco Europeu de Investimento (BEI)
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
- Banco Mundial
- Carbon Disclosure Project (CDP)
- China Development Bank (CDB)
- ClaiFund (China)
- Climate Bonds Initiative
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)
- Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida)
- Governo do Reino Unido
- Iniciativa Brasileira para o Mercado Voluntário de Carbono
- International Finance Corporation (IFC)
- New Development Bank (NDB)
- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)

ACADEMIA E FORMADORES DE OPINIÃO

Produção de conhecimento

Em 2024 reafirmamos nosso compromisso com a valorização da produção de estudos e pesquisas e a aproximação com o meio acadêmico e outras instituições produtoras de conhecimento.

Mantemos acordos de cooperação com instituições de pesquisa como Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fundação Getulio Vargas (FGV), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Universidade de São Paulo (USP) e com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), com foco especial nas avaliações de efetividade de nosso apoio. Adicionalmente, temos uma parceria com o Instituto de Apoio ao MapBiomas, representante do Projeto MapBiomas, com o objetivo de compartilhar dados e informações sobre cobertura vegetal e uso da terra no Brasil, a fim de promover proteção, conservação, recuperação de solos e cobertura vegetal e desenvolvimento sustentável do país.

Em 2024, celebramos acordo com a Advocacia-Geral da União (AGU), tendo como interveniente o Observatório da Democracia da AGU, ligado à Escola Superior da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal, visando a realização conjunta de treinamentos e pesquisas para estudos de temas relativos ao fortalecimento da democracia.

Com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe da Organização das Nações Unidas (Cepal/ONU) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), assinamos um programa executivo de cooperação para o desenvolvimento das economias brasileira e latino-americanas e do Caribe no século XXI. O programa executivo prevê o lançamento da Escola de Desenvolvimento Maria da Conceição Tavares, um programa de capacitação que terá como público-alvo funcionários de bancos de desenvolvimento e de outros órgãos elaboradores de políticas públicas da região.

Também foi relevante a parceria com o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (Cicef), instituição com a qual o BNDES manteve estreita colaboração ao longo de muitos anos. Nessa nova fase, a parceria resultou na realização do congresso internacional Demand Led Growth, em julho de 2024 no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que discutiu o crescimento econômico e seus desafios. Durante o Encontro Nacional de Economia promovido pela Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), foram realizados seminários sobre desenvolvimento e financiamento, com painéis ministrados por acadêmicos de reconhecidas universidades brasileiras (UFMG, UFF, FGV e UnB) que discutiram aspectos do processo de desenvolvimento.

Publicações

Com os objetivos de gerar debate acadêmico e social acerca de temas setoriais ou relacionados ao desenvolvimento, prestar contas à sociedade e compartilhar o conhecimento produzido pelo corpo técnico do BNDES, disponibilizamos gratuitamente diferentes publicações em versão digital e/ou impressa. Todas podem ser acessadas na seção Conhecimento do *site* e na Biblioteca Digital do BNDES, nas quais também é possível se cadastrar para assinatura.

Em 2024, editamos 36 publicações. Além dos periódicos, como a Revista do BNDES, o BNDES Setorial e a série Estudos Especiais, destacaram-se publicações especiais como Descarbonização da indústria de base: um estudo aprofundado, Bioethanol: fast track to mobility decarbonization e Biodiversidade: compromisso do BNDES com a natureza, que também deu origem a uma *newsletter* especial sobre o tema – com mais de 7 mil assinantes – e a uma exposição no edifício do BNDES no Rio de Janeiro. Entre os relatórios, ressalta-se o Relatório Anual 2023, que foi finalista no 26º Prêmio Abrasca de Relatórios Anuais.

Biblioteca

Em 2024, a Biblioteca Digital completou dez anos de existência, somando mais de 1,4 milhão de *downloads* de documentos. Esse repositório institucional, de acesso aberto à população, é uma fonte confiável sobre a história do BNDES e sua contribuição para a memória do desenvolvimento econômico, social e ambiental do Brasil.

Com o objetivo de ampliar o acesso ao acervo, passamos a fazer parte da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) – principal base de recuperação de teses e dissertações brasileiras –, acessível também por meio da Biblioteca Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Os documentos de maior visibilidade são aqueles que analisam a efetividade das ações do BNDES e os que divulgam os processos de inovação nos diversos setores financiados pela instituição: (i) Financiar o futuro: o papel do BNDES (De Negri *et al.*); (ii) Avicultura de postura: estrutura da cadeia produtiva, panorama do setor do mundo e o apoio do BNDES (Amaral *et al.*); (iii) Veículos elétricos: história e perspectivas no Brasil (Baran *et al.*); (iv) Seguro e crédito agrícola no mercado livre no Brasil (De Negri); e (v) O desafio do envelhecimento populacional na perspectiva sistêmica da saúde (Reis; Barbosa; Pimentel).

O periódico BNDES Setorial apresenta textos sobre diversos aspectos da estrutura produtiva brasileira estudados pelos técnicos da instituição

Blog do Desenvolvimento

Divulgamos, por meio do Blog do Desenvolvimento, conteúdos relacionados à produção de conhecimento do BNDES, na forma de artigos, infográficos e entrevistas. Em 2024, houve mais de 197 mil visitas e quase 219 mil visualizações às páginas do *blog*, um aumento de cerca de 68% em relação ao ano anterior. Foram publicados 64 *posts* sobre diferentes aspectos do desenvolvimento, com destaque para a série States of the future, que trouxe entrevistas com participantes do evento paralelo ao G20; e para a série Estudos especiais do BNDES, que traz informações e análises sobre investimento, mercado de crédito, conjuntura econômica e o BNDES.

Os conteúdos do *blog* são divulgados periodicamente para uma base de mais de 8.700 assinantes da *newsletter* BNDES Conhecimento, que registrou aumento de inscritos de cerca de 12% no ano.

PÚBLICO INTERNO

Em 2024, nossa intranet foi reformulada e um novo canal de comunicação interna foi lançado: a lista de transmissão no WhatsApp BNDES CI, de inscrição voluntária, que contava com 630 inscritos no fim de 2024.

No ano, publicamos 281 matérias na intranet, entre notícias exclusivamente internas, adaptações de *releases*, anúncio de iniciativas voltadas aos empregados e cobertura de eventos, e realizamos 129 campanhas internas para divulgar eventos, iniciativas e cursos.

ÉTICA, *COMPLIANCE* E TRANSPARÊNCIA

GESTÃO DE ÉTICA E *COMPLIANCE*

A ética é um dever de nossos empregados, administradores e prestadores de serviço. O compromisso com esse princípio está expresso em nossa declaração de valores e em nosso Código de Ética, que também é aplicável a todos que interagem conosco, incluindo clientes e instituições financeiras credenciados para repasse de recursos.

A Comissão de Ética do Sistema BNDES (CET/BNDES) e sua secretaria-executiva – vinculadas a nossa Presidência – são responsáveis pela gestão de ética no Banco. Entre suas atribuições, estão o esclarecimento de dúvidas sobre condutas éticas e a implementação de ações preventivas internas para a disseminação de valores, como campanhas de comunicação, cursos e eventos.

Para fortalecer a construção de um ambiente íntegro, contamos também com a Área de Integridade e *Compliance*, que atua conforme as diretrizes estabelecidas em nossas políticas e programas. Tais diretrizes são amplamente divulgadas aos empregados, prestadores de serviço, parceiros de negócios e à sociedade em geral, tanto em nosso *site* quanto na intranet. [GRI 205-2]

Para os empregados, diretores executivos e conselheiros, são promovidas, ao longo do ano, ações de comunicação e capacitações sobre valores e normas vigentes, nas quais a participação é obrigatória. Nesses momentos, também ocorre a renovação das declarações de adesão ao nosso Código de Ética. [GRI 205-2]

Para nossos clientes e fornecedores, além da aplicação do Código de Ética e da Política Corporativa de Integridade, destaca-se a inclusão da cláusula social em todos os nossos contratos. Essa cláusula faz referência expressa à Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLDFT) e estabelece o compromisso com o combate à corrupção; à discriminação de raça e gênero; à exploração irregular, ilegal ou criminosa de trabalho infantil; e ao trabalho em condições análogas à escravidão no Brasil. O descumprimento dessas disposições pode resultar na rescisão contratual. [GRI 205-2]

POLÍTICAS E DIRETRIZES DE ÉTICA, INTEGRIDADE E COMPLIANCE

- Código de Ética
- Política Corporativa de Controle Interno e Conformidade
- Política Corporativa de Integridade
- Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLDFT)
- Programa de *Compliance*
- Guia de Conduta e Integridade do BNDES
- Guia de Conduta para Prestadores de Serviço do BNDES
- Ética e Integridade – 10 diretrizes de relacionamento com o BNDES

FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO DA ÉTICA E DA INTEGRIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A CET/BNDES e a Ouvidoria têm participação ativa na coordenação e no planejamento estratégico do Fórum Nacional de Gestão da Ética e da Integridade na Administração Pública.

Em seu novo formato, o fórum passa a permitir a adesão de quaisquer órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal. Além disso, seu escopo de atuação foi ampliado para possibilitar, entre outras medidas, o compartilhamento de modelos e boas práticas de gestão da ética, de ouvidoria e de atividades correlatas no campo da transparência, controle e integridade.

Nesse sentido, em 2024, foram realizadas campanhas de conscientização e produzidos materiais de divulgação para apoiar os órgãos e entidades na implementação da Lei 14.540/2023 e no combate ao assédio moral e sexual.

Além disso, a CET/BNDES e a Ouvidoria apoiaram a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) na organização do XX Seminário do Fórum Nacional de Gestão da Ética e da Integridade na Administração Pública – Ética, Respeito e Comunicação.

CONFORMIDADE

Mantemos mecanismos para mitigar os riscos de não conformidade às diversas normas às quais estamos sujeitos, bem como aqueles que possam acarretar sanções à instituição ou danos a sua reputação.

Algumas de nossas principais práticas de gestão da conformidade incluem:

- avaliação diária das propostas legislativas em tramitação no Congresso Nacional, com monitoramento daquelas consideradas de alta prioridade e impacto para o Banco;
- acompanhamento da emissão de normas externas e fiscalização de seu cumprimento por nossas unidades; e
- realização de avaliações de conformidade rotineiras, destinadas a verificar o grau de aderência às normas internas e externas.

PLDFT

Anualmente, em atendimento à regulamentação vigente, elaboramos o Relatório de Avaliação de Efetividade PLDFT, documento que fornece, ao Comitê de Auditoria (Coaud), ao Comitê de Riscos (CRI) e ao Conselho de Administração (CA), avaliações abrangentes (testes de efetividade) dos diversos aspectos do gerenciamento de riscos de LDFT. Esse relatório avalia a efetividade das políticas, procedimentos e controles internos, além da disseminação da cultura de prevenção e capacitação sobre o tema. O acompanhamento das medidas adotadas para solucionar as deficiências apontadas se dá por meio do Relatório de Acompanhamento dos Planos de Ação de PLDFT, também levado a conhecimento da alta administração.

Eventuais não conformidades identificadas pela unidade de *compliance* são reportadas às unidades envolvidas, às quais cabe corrigir e aprimorar os procedimentos. Os resultados desses trabalhos são reportados periodicamente à Diretoria Executiva e ao CA, bem como aos seus órgãos de assessoramento (comitês de riscos e de auditoria) e ao Conselho Fiscal (Cofis).

Em 2024, segundo o critério de apetite a risco do Sistema BNDES, não houve registro de perdas decorrentes de casos de corrupção ou de multas relevantes relacionadas ao descumprimento de leis e regulamentos.

Os casos de multas restringiram-se a valores pouco significativos, principalmente em razão de atraso no recolhimento de tributos. Em 2024, também não foram registradas penalidades não pecuniárias em processos administrativos ou judiciais. [GRI 2-27]

Ao longo do ano, não fomos alvo de processos relacionados a concorrência desleal, práticas de truste ou monopólio, assim como não registramos nenhum caso de não conformidade com leis e normas relativos a comunicação e *marketing*. [GRI 206-1] [GRI 417-3]

Também não foram registradas queixas relacionadas à violação da privacidade de titulares de dados pessoais ou ao descumprimento de obrigações definidas por agência reguladora, conforme descrito na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Tampouco houve registro de incidentes envolvendo violação da privacidade ou perda de dados pessoais de clientes. [GRI 418-1]

DOAÇÃO A PARTIDOS POLÍTICOS E CANDIDATOS [GRI 415-1]

Desde as alterações à Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997) promovidas pela Lei 13.165/2015 e pela Resolução 23.463/2015, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pessoas jurídicas estão proibidas de realizar doações a partidos políticos ou candidatos.

Nossas políticas operacionais nunca permitiram o financiamento ou doação a partidos políticos ou a candidatos. Além disso, os recursos financeiros obtidos por meio de nossos financiamentos ou empréstimos devem ser aplicados exclusivamente nas finalidades previstas em contrato, não podendo ser destinados a outros fins.

RECEBIMENTO E TRATAMENTO DE DENÚNCIAS [GRI 2-25] [GRI 2-26]

Nossa Ouvidoria recebe denúncias, por meio da plataforma Fala.BR, e as encaminha para as unidades responsáveis pela sua apuração, de acordo com o tema, em especial a Corregedoria e/ou a Comissão de Ética.

A Corregedoria conduz processos de apuração, como procedimentos investigativos e processos correcionais. Atualmente, também está sob sua responsabilidade a fase interna da tomada de contas especial (TCE).

À CET/BNDES compete realizar os processos de apuração éticos (PAE).

Em 2024, deu-se continuidade às iniciativas para fortalecer a atuação integrada, sistêmica e coordenada entre a Ouvidoria, a CET/BNDES e a Corregedoria. Nesse sentido, em março, foi constituído o Grupo de Trabalho de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e Discriminação, cujo objetivo é contribuir para a definição de diretrizes, visando o aprimoramento da cultura de integridade no BNDES. Além de realizar *benchmarkings* e estudos, o grupo de trabalho iniciou a elaboração de uma proposta de política corporativa dedicada à prevenção e ao enfrentamento da discriminação e do assédio.

Especificamente em relação a casos de discriminação, de acordo com a Resolução CA 12/2021, a Ouvidoria deve avaliar o tratamento a ser dado às manifestações, podendo, se for o caso, adequar a tipologia e o assunto indicado pelo manifestante. Em 2024, não recebemos denúncia envolvendo casos de discriminação. [GRI 406-1]

Em paralelo, as três unidades atuaram em conjunto para institucionalizar um fórum permanente de integridade, ética e correição no BNDES, com o propósito de promover debates e compartilhamento de ideias, documentos e informações em relação ao recebimento e tratamento de denúncias. Um primeiro resultado dessa atuação foi a criação do "Glossário de Classificação Uniforme de Denúncias do Sistema BNDES", que permitirá a estratificação das informações e o monitoramento dos casos de maneira integrada.

SISTEMA DE CORREIÇÃO INTERNA

Nosso sistema de correição interna, criado em 2019, tem a seguinte composição: (i) Corregedoria (atualmente vinculada ao presidente do BNDES e liderada pelo diretor responsável por *compliance*); (ii) comissões de apuração instauradas no âmbito dos procedimentos investigativos e processos correcionais; (iii) comissões recursais; e (iv) autoridades ou órgãos colegiados competentes para apreciar e julgar os processos correcionais e seus respectivos recursos. Esse sistema integra o nosso Programa de *Compliance*, com funcionamento supervisionado pelo CA e pelo Coaud. Sua finalidade é prevenir, detectar, apurar e corrigir atividades que possam configurar infração disciplinar – incluindo atos de improbidade administrativa –, enriquecimento ilícito, atos lesivos praticados contra pessoa jurídica integrante do Sistema BNDES e/ou ilícitos penais.

O escopo desse sistema envolve processos correcionais, que devem ser conduzidos com as garantias de ampla defesa e contraditório aos processados, bem como procedimentos investigativos, de caráter sigiloso, não punitivo e facultativo. Estes últimos são instaurados quando verificados elementos mínimos indicativos de irregularidades que não configurem indícios suficientes para a instauração de processos correcionais. As informações correcionais são divulgadas em nosso *site*, na seção Transparência e Prestação de Contas.

PROCEDIMENTOS CORRECIONAIS EM 2024

TIPO DE PROCEDIMENTO	PROCEDIMENTOS INSTAURADOS	PROCEDIMENTOS CONCLUÍDOS
Procedimento investigativo	4	7
Processo correcional	-	2
Processo administrativo sancionador (PAS)	2	-
Termo de ajustamento de conduta (TAC)	3 termos celebrados	-
Tomada de contas especial (TCE)	1	3*

*Refere-se a três TCEs instauradas em 2022, cujos respectivos relatórios foram encaminhados para o Tribunal de Contas da União (TCU).

Nossa Corregedoria integra o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCor) e mantém constante interlocução com a Corregedoria-Geral da União (CRG) da Controladoria-Geral da União (CGU) – órgão central desse sistema –, tendo realizado, em 2020, 2022 e 2024, três autoavaliações no âmbito do modelo de maturidade correcional criado pela CRG, as quais auxiliaram na reflexão interna para aperfeiçoamento das atividades correcionais. No último ciclo, a Corregedoria alcançou o nível três de maturidade correcional, o que representou um avanço em sua estruturação em relação à prevenção de irregularidades e ao desenvolvimento da transparência correcional ativa.

Cabe destacar que, em 2024, não foram registrados na Corregedoria casos de corrupção envolvendo empregados ou parceiros de negócios, não havendo, consequentemente, aplicação de penalidades relativas ao tema. [GRI 205-3]

Em relação a processos judiciais, no ano de 2024 não foram propostas ações contra a organização ou seus empregados pela prática de corrupção. [GRI 205-3]

OUVIDORIA [GRI 2-25] [2-26]

A Ouvidoria é o canal competente para recebimento de denúncias, isto é, para encaminhamento de mensagens com objetivo de comunicar a prática de irregularidade ou de ilícito cuja solução dependa da atuação dos órgãos apuratórios competentes. Cabe a ela, também, receber sugestões, solicitações de simplificação e de providências, mediante relacionamento ágil e eficiente com a sociedade, com a alta administração, com os empregados, com órgãos e entidades do poder público e demais parceiros.

As denúncias ou outras manifestações podem ser encaminhadas por meio da página da Ouvidoria em nosso *site*. A partir dela, o usuário é redirecionado para a plataforma Fala.BR, desenvolvida e gerida pela Ouvidoria-Geral da União, um ambiente sigiloso, hospedado fora de nossos servidores.

A Ouvidoria é vinculada diretamente ao CA, com garantia de condições adequadas para seu funcionamento, competindo-lhe elaborar e encaminhar, à Auditoria Interna, à Diretoria Executiva, ao Coaud e ao próprio CA, relatório quantitativo e qualitativo acerca de sua atuação, contendo recomendações para melhoria de processos e procedimentos, quando aplicáveis.

Deve a Ouvidoria, ainda, encaminhar, para aprovação pelo CA, relatório semestral de denúncias referenciadas nas datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro, contendo, no mínimo, o número de reportes recebidos, suas respectivas naturezas, a(s) unidade(s) de apuração competente(s) para tratamento da denúncia, o prazo médio de tratamento das denúncias e as medidas adotadas, bem como disponibilizar tais relatórios às unidades fundamentais responsáveis pelo *compliance* e pela gestão de riscos e à Auditoria Interna do BNDES.

COMISSÃO DE ÉTICA [GRI 2-25] [2-26]

Em 2024, a CET/BNDES recebeu um total de 87 demandas, assim distribuídas: 27 denúncias, 18 consultas diretas e 42 consultas por meio do Sistema Eletrônico de Prevenção ao Conflito de Interesses (SeCI) da CGU. Entre os temas analisados no ano, destacaram-se: análises de atividades paralelas (31) e casos de licença para trato de interesse particular e de cessão (16).

A CET/BNDES tem uma importante função educativa e orientadora aos empregados do Banco também na solução de conflitos. Nas denúncias mais graves, a CET/BNDES tem a especial preocupação de instaurar procedimento preliminar para apuração dos fatos e, se for o caso, encaminhar a questão para a Corregedoria. Uma das consequências possíveis na seara ética é a conversão do procedimento preliminar em processo de apuração ética, com garantia de contraditório e ampla defesa para o denunciado, que pode culminar na aplicação da penalidade de censura ética, caso a denúncia seja procedente.

AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E CAPACITAÇÕES

Visando disseminar o conhecimento sobre ética, conduta e integridade de forma mais eficiente, desenvolvemos ações e capacitações adaptadas, com linguagem e conteúdo ajustados às necessidades e ao papel institucional dos diferentes públicos-alvo. Além de divulgar as políticas e normas, as ações e capacitações objetivam promover reflexões nos participantes. [GRI 205-2]

Em 2024, lançamos curso obrigatório para membros dos colegiados estatutários do Sistema BNDES que abrangeu os temas solicitados pela Lei das Estatais, pela Lei 14.540/2023 e pela Resolução CVM 161/2022. O índice de participação atingiu 100% do público-alvo (37 membros). [GRI 205-2]

Também foi lançado o curso "Essa informação pode mudar o jogo", que uniu a capacitação avançada em PLDFT e o atendimento aos requisitos do art. 17, inciso III, da Resolução CVM 161/2022, e do item 8.10 do regulamento do fluxo da prestação do serviço de coordenação em ofertas públicas pelo BNDES. O treinamento *online* é obrigatório para colaboradores lotados em unidades de negócios com relacionamento direto com clientes ou em unidades que manipulam informações relevantes e não públicas com potencial para influenciarem o fluxo da prestação de serviço de coordenação em ofertas públicas pelo BNDES. Até a data-base de 31.12.2024, o treinamento havia sido concluído por 75,9% do público-alvo (879 participantes). [GRI 205-2]

Em celebração ao Dia Internacional Contra a Corrupção, foi lançado o *Guia Interativo de Conduta e Integridade*. Destinado ao corpo funcional do BNDES, o guia consolida as principais regras e diretrizes para uma tomada de decisão alinhada com os preceitos éticos que regem o Banco. Disponível na intranet, seu formato *online* foi projetado para permitir atualizações periódicas do conteúdo e possibilitar que o corpo funcional sugira a inclusão de novos temas. [GRI 205-2]

Em 2024, nossa Corregedoria também promoveu capacitações para os empregados do Banco, merecendo destaque temas como prevenção de irregularidades relacionadas a assédio sexual (neste caso, em parceria com a CRG/CGU) e gestão de contratos administrativos.

Realizamos ainda uma iniciativa inédita para distribuir, entre junho de 2024 e maio de 2025, onze edições das revistas do projeto MPT em Quadrinhos. O projeto é uma ação do Ministério Público do Trabalho (MPT) para informar e conscientizar os trabalhadores sobre seus direitos e deveres, abordando temas como discriminação, preconceito e assédio. A distribuição tem como público-alvo mil prestadores de serviço que atuam nas dependências do BNDES no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Pernambuco e no Distrito Federal.

SEMANA DE ÉTICA E INTEGRIDADE (SEI) [GRI 2-26]

A 9ª edição da SEI teve como foco a construção coletiva de um ambiente saudável e seguro, a fim de que cada pessoa possa contribuir para evitar o assédio e a discriminação no Banco. O tema central desta edição foi "Conduta ética e risco comportamental".

O evento contou com palestra e roda de conversa sobre assédio moral no local de trabalho para ocupantes de posições de liderança e alta liderança, promovidas pelo Instituto de Pesquisa de Risco Comportamental (IPRC). Também foram realizadas sessões presenciais para empregados e jovens aprendizes, capacitações *online* para empregados e estagiários, além de uma campanha interna de conscientização sobre comportamentos considerados inadequados no local de trabalho.

TRANSPARÊNCIA

Em 2024, mantivemos o selo diamante de transparência na pesquisa realizada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), em conjunto com o TCU e o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE-MT), alcançando um índice de transparência de 97,41%. Também mantivemos o primeiro lugar do *ranking* de transparência ativa da CGU, atendendo a 100% dos requisitos avaliados pela pesquisa.

Além desse reconhecimento por órgãos de controle, atendemos aos anseios da sociedade em relação à transparência de nossa atividade-fim, divulgando amplamente dados sobre nossas operações e reforçando nosso compromisso com a transparência e com o diálogo aberto com a sociedade.

FERRAMENTAS DE TRANSPARÊNCIA

Site BNDES

Em nosso *site* institucional, é possível consultar todas as operações que contratamos desde 2002, com informações sobre clientes, taxas de juros, prazos, objetivos de financiamento etc. Os dados estão disponíveis em múltiplos formatos, como planilhas, painéis interativos, tabelas, dados agregados ou individualizados. Também divulgamos contratos administrativos, de desestatização, acordos, licitações e contratos de exportação de engenharia na íntegra. Além disso, é possível encontrar a remuneração dos conselheiros, administradores e empregados do BNDES.

Plano de dados abertos

O BNDES aderiu, de forma voluntária, à Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal. Essa adesão é uma ação institucional voltada ao aperfeiçoamento da transparência e da efetividade da atuação do Banco, ampliando o acesso à informação por meio do Portal de Dados Abertos do BNDES.

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

No âmbito da Lei de Acesso à Informação (LAI), nosso Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) atende cidadãos que buscam informações públicas e promove subsídios para melhorar a qualidade dos dados publicados em nosso *site*.

Todas as nossas informações não enquadradas por lei como sigilosas podem ser consultadas pela sociedade, conforme dispõe a LAI. Os principais tipos de sigilo que temos dever de manter são o sigilo bancário e o empresarial.

Os pedidos de informação devem ser encaminhados, preferencialmente, por meio da plataforma Fala.BR, que reúne, em um único local, as manifestações recebidas pelos SICs e ouvidorias dos órgãos federais. Nosso SIC também oferece atendimento telefônico (0800-887-6000) e pelo *e-mail* sic@bndes.gov.br.

BNDES Data

Lançada em 2023, a seção BNDES Data em nosso *site* conta com uma nova organização da navegação que facilita o acesso tanto a dados sobre operações e desempenho do BNDES quanto a estudos produzidos pelo Banco, de forma a complementar à seção Transparência.

Outras ferramentas de transparência

Além de consultas, relatórios e bases de dados divulgados por meio de nosso *site* institucional e SIC, dispomos de várias outras ferramentas de transparência. Uma delas é este Relatório Anual, cuja composição, desde 2012, vem sendo aprimorada, visando o atendimento do modelo de relato integrado e a prestação de contas ao TCU, desde 2018.

Outra publicação importante é o Relatório de Efetividade, que, desde 2015, reúne informações que visam mensurar o resultado de nossa atuação tanto em eficácia quanto em efetividade.

Por fim, também divulgamos regularmente nossas atividades e entregas por meio de outros esforços que compõem nosso conjunto de canais de prestação de contas e transparência, como a Agência BNDES de Notícias, nossos perfis nas principais redes sociais, nosso portal de Relações com Investidores, nossa Central de Atendimento e nossa Ouvidoria.

PRESTAÇÃO DE CONTAS – UNITEC SEMICONDUTORES S.A.*

A Unitec Semicondutores S.A. recebeu financiamento do BNDES, aprovado em 2012, no valor global de R$ 267 milhões, sendo R$ 65 milhões por meio do agente financeiro Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). O projeto contou ainda com financiamento da Finep no valor de R$ 207,2 milhões e com participação acionária da BNDESPAR.

Em que pese as ações judiciais em curso para cobrança da dívida da Unitec com o BNDES e a execução das garantias, detalhadas mais adiante, nossa unidade de recuperação de crédito tem desenvolvido esforços, juntamente com os representantes da empresa, para identificar potenciais interessados na aquisição do ativo.

Com a ausência de interesse de um investidor estratégico para a Unitec e diante do aquecimento do mercado de equipamentos de semicondutores, os esforços evoluíram no sentido de buscar interessados na aquisição dos equipamentos cedidos em alienação fiduciária.

O BNDES e os demais credores e acionistas tiveram negociações com investidores, no entanto, não houve êxito até o momento. Os representantes da Unitec continuam empreendendo esforços para a venda dos equipamentos a potenciais interessados.

No âmbito judicial, em paralelo ao esforço de venda dos equipamentos, o BNDES possui duas ações em face da Unitec Semicondutores S/A, ambas tramitando perante o juízo da 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro:

1) Execução de título extrajudicial (processo 5047703-03.2019.4.02.5101) na qual houve a avaliação do imóvel penhorado pelo BNDES em R$148 milhões e foi designada hasta pública do referido bem.
2) Ação de busca e apreensão (processo 5054344-07.2019.4.02.5101), cuja sentença de procedência transitou em julgado e se encontra em fase de cumprimento para a apreensão e posterior alienação dos bens alienados fiduciariamente.

* Divulgação em resposta ao encaminhamento do TCU ao BNDES, conforme Acórdão 1.952/2024, de 18 de setembro de 2024, do Plenário do TCU.

GESTÃO DE RISCOS

GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS

Nossa estrutura de gestão integrada de riscos visa o adequado tratamento do tema de forma organizada e tempestiva, possibilitando que a informação percorra todos os níveis organizacionais para subsidiar a tomada de decisão.

O Conselho de Administração (CA) é responsável por aprovar e revisar as políticas corporativas de gestão de riscos e controle interno, bem como por determinar e supervisionar a implementação das práticas de gestão decorrentes, com foco na prevenção e mitigação dos principais riscos aos quais estamos expostos. Além disso, cabem ao CA a definição do nível global de apetite a risco e a aprovação do programa de testes de estresse. O CA, bem como a Diretoria Executiva, o Comitê de Riscos (CRI), o Comitê de Auditoria (Coaud), o Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (CRSAC) e o Conselho Fiscal (Cofis), são continuamente informados sobre a gestão de riscos e o controle interno por meio de reportes periódicos que envolvem destaques, principais atividades e monitoramento de indicadores de risco, além da realização de apresentações sobre assuntos específicos.

Para mais informações sobre nossa estrutura de gerenciamento de riscos, acesse nossos relatórios de gerenciamento de risco – pilar 3.

Os principais riscos aos quais nos consideramos expostos são:

MACROECONÔMICOS

Mudanças na conjuntura macroeconômica, que podem afetar a capacidade de pagamento dos clientes e o valor de mercado de nossos instrumentos financeiros.

Ações de mitigação: acompanhamento periódico do desempenho da economia e análise de seu impacto em nossas operações; estabelecimento de limites de risco, monitorados de forma periódica, para subsidiar o processo decisório da alta administração; diversificação da carteira de apoio financeiro.

DE MERCADO

Volatilidade do mercado de ações, que se reflete na volatilidade de nosso capital ao longo do tempo, tendo em vista o volume de nossa carteira de ações e sua alta concentração em poucos ativos.

Ações de mitigação: monitoramento e controle dos riscos por meio de limites e relatórios diários; aplicação da metodologia de quantificação do risco de concentração setorial; revisão do apetite a riscos do BNDES em relação à exposição a operações de renda variável.

DE LIQUIDEZ

Eventos que afetem a entrada e a saída de caixa, impossibilitando a capacidade de honrarmos com nossas obrigações, sem afetar as operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Ações de mitigação: monitoramento e controle dos indicadores de riscos de liquidez por meio de limites e relatórios periódicos; avaliação periódica de impactos nos indicadores de liquidez em função de eventos que possam afetar a entrada e a saída de caixa do BNDES.

OPERACIONAIS

Eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, que possam resultar em perdas.

Ações de mitigação: aplicação de metodologia própria para identificação e análise dos riscos operacionais relevantes; identificação e avaliação dos principais controles que mitigam os riscos; planos de ação das unidades para a mitigação dos riscos.

DE MODELO

Decisões baseadas em modelos com metodologias apropriadas, mas aplicados ou implementados incorretamente, ou modelos usados em desacordo com a teoria e a prática, que possam ocasionar perdas de qualquer natureza.

Ações de mitigação: orientação quanto às melhores práticas de modelagem, em apoio aos desenvolvedores de modelos; validação independente de modelos de alta relevância para a tomada de decisão do BNDES.

DE CRÉDITO

Concentração da carteira de crédito, refletindo a característica de concentração observada no mercado empresarial brasileiro.

Ações de mitigação: aplicação das metodologias de quantificação do risco de concentração de crédito setorial e individual por grupo econômico e de monitoramento das maiores exposições; estabelecimento de limites por segmento de setor econômico; provisionamento para créditos de liquidação duvidosa.

LEGAIS

Inadequação ou deficiência em contratos firmados, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades por nós desenvolvidas, que possam ocasionar perdas.

Ações de mitigação: monitoramento periódico da emissão de atos oficiais e normas externas que possam afetar o BNDES, com encaminhamento às áreas pertinentes para que avaliem o efetivo impacto do novo normativo nas suas atividades e possam criar planos de ação em caso de identificação de eventual não conformidade.

SOCIOAMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Eventos socioambientais e climáticos que, associados à deterioração de nossa imagem e à continuidade e viabilidade econômica da operação, ocasionem perdas.

Ações de mitigação: verificação de conformidade legal e da observância de critérios estabelecidos em nossas políticas e em nossos processos de análise e acompanhamento, bem como estabelecimento de possíveis condicionantes socioambientais e/ou climáticas específicas complementares às exigências previstas em lei; apuração da existência de ações civis públicas e ações penais de cunho ambiental ou de violações a direitos humanos em nome das empresas postulantes, garantidoras e seus controladores.

REPUTACIONAL

Percepção negativa por parte da sociedade, clientes, contrapartes, acionistas, investidores ou reguladores que possa afetar adversamente a atuação do Sistema BNDES em iniciar novos negócios, manter os existentes ou garantir o acesso contínuo a fontes de financiamento.

Ações de mitigação: monitoramento da imagem; devida diligência dos clientes e terceiros; *background check* para membros indicados aos órgãos estatutários; avaliação de riscos reputacionais na criação de novos produtos, na aprovação de operações não reembolsáveis e na concessão de patrocínios; tratamento de denúncias recebidas pela Ouvidoria.

DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CIBERNÉTICOS

Exploração de vulnerabilidades em ativos de informação, com impacto negativo ao BNDES, que gerem perdas.

Ações de mitigação: identificação e análise dos principais riscos de segurança da informação; monitoramento de ameaças cibernéticas e de controles internos de segurança da informação; manutenção de controles para proteção dos ativos de tecnologia da informação; planejamento de ações para o tratamento tempestivo dos incidentes.

Entre as ações realizadas em 2024, merecem destaque: (i) a revisão de nossas políticas de gestão de risco; (ii) a inclusão das seguintes propostas na declaração de apetite a riscos (RAS, na sigla em inglês): ambiental, social e de governança (ASG) e climático; de integridade – no relacionamento com empresas de grande porte; e riscos de modelo; (iii) o estabelecimento de limites de risco de crédito para segmentos prioritários de nosso planejamento estratégico; (iv) a realização do Ciclo 2024 de Identificação e Avaliação de Riscos Operacionais e Controles Internos; (v) a revisão do Procedimento de Gestão de Planos de Ação e do Procedimento de Gestão da Base de Dados de Risco Operacional; (vi) a aprovação da metodologia para classificação de risco de privacidade em dados pessoais; (vii) a atualização do conjunto de planos de continuidade de negócios para os processos críticos; e (viii) a contratação de serviços especializados em segurança da informação para monitoramento de eventos, gestão de vulnerabilidades, tratamento de incidentes e inteligência de ameaças cibernéticas.

Políticas de gestão de risco

Nossas políticas formalizam conceitos, objetivos, princípios e responsabilidades aplicáveis ao processo de gestão de riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, de controle interno, entre outros. São revisadas periodicamente para que se adequem às alterações relevantes nos ambientes interno e externo.

PRINCIPAIS POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO DO BNDES

- Declaração de Apetite a Riscos (RAS)
- Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital
- Política de Gestão de Risco de Crédito
- Política de Gestão de Risco de Mercado
- Política de Gestão de Risco de Liquidez
- Política de Gestão de Risco Operacional
- Política de Segurança da Informação
- Política de Gestão de Continuidade de Negócios
- Política de Gestão de Risco de Modelo
- Política de Controle de Conflitos de Interesse
- Política de Barreiras de Informação
- Política de Divulgação de Informações sobre Gestão de Riscos
- Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo
- Política de Proteção de Dados Pessoais
- Política de Responsabilidade Socioambiental e Climática

Três linhas na gestão de riscos

Adotamos o conceito de três linhas para a gestão de riscos e controles internos:

1ª LINHA

GESTORES DAS UNIDADES

- Gerir riscos dos seus processos
- Definir e manter controles adequados

2ª LINHA

UNIDADES DE INTEGRIDADE E *COMPLIANCE* E DE GESTÃO DE RISCOS

- Apoiar os gestores na identificação e avaliação dos riscos e dos respectivos controles
- Disseminar a cultura desses temas
- Reportar-se à estrutura de governança, especialmente ao Comitê de Gestão de Risco e colegiados estatutários

3ª LINHA

AUDITORIA INTERNA

- Avaliar a adequação e a efetividade dos controles internos, da gestão de riscos e da governança
- Realizar a interlocução com os órgãos externos de controle e fiscalização

APETITE A RISCO

Adotamos políticas de monitoramento de risco de mercado para as carteiras de renda variável e de tesouraria, desde 2013. Tais políticas estabelecem uma governança acerca do monitoramento de limites de riscos.

A prática é comum em bancos privados e públicos, além de ser uma exigência da regulação local. O maior benefício da fixação de limites é fornecer para os tomadores de risco uma diretriz clara de qual é o valor máximo de perda tolerado por nossos gestores. Desde 2018, com a publicação da Resolução CMN 4.557/2017, que regulamenta as estruturas de gestão de risco e de capital das instituições financeiras, emitimos uma RAS.

Nossa RAS define a tolerância ao risco operacional, de crédito, de mercado e de liquidez da instituição em termos qualitativos e quantitativos. A aprovação dos limites globais é de competência do CA, cabendo à Diretoria Executiva distribuir esses limites em nível mais granular.

Em 2024, a RAS foi alterada em conexão com nosso planejamento estratégico, enfatizando e aumentando os segmentos e setores prioritários para o risco de crédito. O apetite a risco continuou sendo quantificado com base no capital econômico e explicitado na RAS. No que tange ao risco operacional, as declarações de apetite foram aprimoradas, simplificadas e ajustadas à nova metodologia de avaliação de riscos. Adicionalmente, o limite gerencial de risco operacional foi ajustado para equivaler ao capital econômico associado (OpVar, na sigla em inglês), provendo maior alinhamento com os demais riscos, tendo sido incluído um limite de disponibilidade dos principais sistemas de TI.

CONTROLE DE RISCOS RELATIVOS À CORRUPÇÃO E INTEGRIDADE [GRI 205-1]

A possibilidade de ocorrência de atos lesivos contra a administração pública por administradores, empregados ou terceiros, em benefício ou interesse próprio, conforme previsto na Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013), é tratada nas atividades de gestão de riscos. A avaliação de riscos operacionais é aplicada periodicamente em todas as áreas da instituição, permitindo que sejam identificadas, nos macroprocessos, vulnerabilidades que possam levar à materialização de eventos de corrupção.

Ainda no que se refere aos riscos de integridade, estabelecemos classificação de risco para clientes, parceiros, fornecedores e empregados. Quanto aos clientes das operações, são motivos que elevam a classificação de risco de integridade: a existência de pessoas expostas politicamente na diretoria ou no controle; a sede em país da lista do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI/FATF) ou em países com tributação favorecida (paraísos fiscais); a impossibilidade de identificação do beneficiário final; a notícia de prática ilícita, incluindo processos judiciais; a inserção em listas de sanções nacionais ou internacionais; a existência de apontamentos em matéria socioambiental e a insuficiência de programa de integridade.

Quanto aos membros dos órgãos estatutários, os indicados são submetidos a *background check* para verificar se atendem aos requisitos previstos na legislação e normativos aplicáveis.

Nas avaliações realizadas em 2024, não foram identificados novos riscos significativos relacionados à corrupção.

RISCO LEGAL – ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

Considerando as normas externas aplicáveis ao BNDES acompanhadas em 2024, destacamos nossa adequação a cinco normas de alta criticidade que apresentavam impacto à instituição:

- Lei 14.973/2024: exigência de regularidade perante o Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin) para concessão de recursos públicos aos que celebram contratos de financiamento e convênios com o Sistema BNDES.
- Lei 14.937/2024: previsão de novas taxas para remuneração dos recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo da Marinha Mercante (FMM).
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 (Lei 14.791/2023): inclusão da proibição de contratar com instituições cujos dirigentes tenham sido condenados por crime de violência contra a mulher e de etnia.
- Lei 14.620/2023 **e** Lei 14.711/2023: execução extrajudicial, alienação fiduciária de imóveis e hipoteca.

INDICADORES DE CAPITAL

INDICADORES PRUDENCIAIS

Os indicadores prudenciais permaneceram em patamares estáveis ao longo de 2024, com o índice de Basileia mantido em valores próximos a 28%, e o índice de Capital Nível I próximo a 24%.

LIMITE DE EXPOSIÇÃO A EMPRESAS DO MESMO GRUPO

Na data-base de 31 de dezembro de 2024, observou-se que não houve excesso na apuração de exposição por cliente, atingindo 24,6%, percentual abaixo do limite máximo de 25% estabelecido pela norma. A Resolução CMN 4.678/2018 estabelece um cronograma de redução de excessos, na hipótese de extrapolação do limite, com total eliminação em 31 de dezembro de 2027.

EXCLUSÃO DO FAT DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

Conforme estabelecido pela Resolução CMN 4.955/2021, os recursos do FAT deixarão de compor o Capital Nível II (capital suplementar de um banco) de forma escalonada. O montante de recursos reconhecido no Capital Nível II será reduzido em dez pontos percentuais ao ano até 2029, quando estará zerado. Em 2025, o valor do Capital Nível II será equivalente a 40% do saldo de 2019.

RECURSOS PRÓPRIOS E ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (R$ MILHÕES)	DEZ. 2019	DEZ. 2020	DEZ. 2021	DEZ. 2022	DEZ. 2023	DEZ. 2024
Patrimônio de referência (PR)	**191.684**	**194.493**	**190.284**	**175.536**	**188.849**	**191.103**
(+) Capital Nível I	139.005	147.082	148.140	138.661	157.241	164.763
Capital Principal (CP)	139.005	147.082	148.140	138.661	157.241	164.763
(+) Capital Nível II	52.679	47.411	42.143	36.875	31.607	26.340
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	**521.228**	**472.197**	**473.670**	**507.728**	**598.939**	**676.591**
(+) de crédito	450.484	404.084	392.982	415.771	503.917	573.470
(+) de mercado	26.847	30.298	21.479	20.212	13.512	32.804
(+) operacional	43.896	37.815	59.208	71.745	81.509	70.318
Índice de Basileia + Adicional de capital principal (ACP) (PR/RWA) (mínimo regulatório - 10,5%)	**36,78%**	**41,19%**	**40,17%**	**34,57%**	**31,53%**	**28,24%**
Índice de Capital Nível I + ACP (NI/RWA) (mínimo regulatório - 8,5%)	**26,67%**	**31,15%**	**31,28%**	**27,31%**	**26,25%**	**24,35%**
Índice de CP + ACP (CP/RWA) (mínimo regulatório - 7,0%)	**26,67%**	**31,15%**	**31,28%**	**27,31%**	**26,25%**	**24,35%**

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Nos últimos anos, houve aumento generalizado de ataques a empresas pela internet, vazamentos de dados e tentativas de fraude por meio eletrônico, o que contribuiu para evidenciar o elevado risco cibernético. Nesse contexto, o aprimoramento contínuo dos mecanismos para detecção, contenção e resposta a ameaças digitais tem sido prioridade em nosso planejamento estratégico de segurança da informação.

Em 2024, realizamos ações para aperfeiçoar as capacidades de monitoramento de eventos e ameaças, bem como para reforçar a prontidão dos empregados e das equipes técnicas a ameaças cibernéticas. Contratamos empresas especializadas no monitoramento, tratamento de incidentes, gestão de vulnerabilidades para operação em regime 24x7; realizamos exercícios e testes para simulação de ataques cibernéticos; e atualizamos procedimentos para o tempestivo tratamento de incidentes.

Além disso, ao longo do ano, realizamos dois testes para simulação de invasão, executados por duas empresas especializadas. Em 2024, 65 vulnerabilidades críticas para segurança de ativos de tecnologia da informação foram identificadas e tratadas tempestivamente pelas equipes técnicas.

Por fim, cabe destacar que não houve qualquer incidente relevante de segurança da informação no período em questão.

DESEMPENHO E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossas demonstrações financeiras consolidadas incluem, além do BNDES e de suas subsidiárias integrais, seus fundos de investimento financeiro de participação exclusiva: Fundo BB Juno (Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior), Fundo BB Gaia (Fundo de Investimento de Renda Fixa) e Fundos BB tGaia II e III (Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa, cujas aplicações se dão exclusivamente em cotas do Fundo BB Gaia). [GRI 2-2]

Em abril de 2024, o Fundo BB Juno foi totalmente resgatado e encerrado junto ao Banco do Brasil (gestor do fundo) e, a partir de então, deixou de fazer parte das demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras do BNDES e da FINAME são preparadas de acordo com as disposições da Lei 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), da Lei 13.303/2016 e do Decreto 8.945/2016, normas do Banco Central do Brasil (BCB) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), e, subsidiariamente, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) não conflitantes com as regulamentações do BCB e do CMN. Essas demonstrações são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). [GRI 2-3]

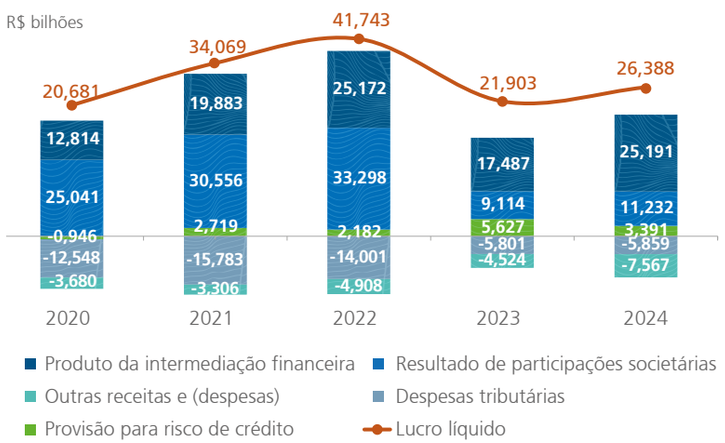
As demonstrações financeiras da BNDESPAR são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações, às normas emanadas pela CVM, aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), conforme aprovado pelo International Accounting Standards Board (IASB). [GRI 2-3]

O período das demonstrações financeiras reportado nesta seção vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024. [GRI 2-3]

Para saber mais sobre nosso desempenho financeiro, incluindo as demonstrações financeiras com parecer dos auditores independentes, acesse nossa Central de Resultados.

RESULTADO

Em 2024, o lucro líquido alcançou R$ 26,388 bilhões, acréscimo de 20,5% em relação aos R$ 21,903 bilhões de 2023. Esse aumento pode ser explicado, principalmente, pelos resultados com intermediação financeira (aumento de 44,0% em relação ao exercício anterior) e com participações societárias (acréscimo de 23,2% em relação ao exercício anterior).



Em 2024, obtivemos desempenho acima da meta em todos os indicadores relacionados ao objetivo estratégico de **garantir o equilíbrio financeiro do Sistema BNDES**. O resultado reforça que o crescimento do valor das operações aprovadas foi acompanhado por bons resultados nos indicadores de resultado operacional bruto por empregado, despesas administrativas e de pessoal por ativo total médio e qualidade relativa da carteira de crédito.

INDICADOR ESTRATÉGICO	META	REALIZADO ATÉ 31.12.2024	DESEMPENHO
Resultado operacional bruto por empregado	3,810 milhões	4,167 milhões	109,370%
Despesas administrativas e de pessoal por ativo total médio*	0,476	0,405	114,916%
Qualidade relativa da carteira de crédito	101,000%	104,920%	103,881%

* Indicador com polaridade invertida: quanto menor, melhor. O desempenho apresentado utiliza a fórmula "100 – ((real-meta)/meta)*100" para padronizar a informação de que indicadores com desempenho maior ou igual a 100% estão dentro da meta estabelecida.

Resultado recorrente

Desde 2020, divulgamos, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, o resultado recorrente do Sistema BNDES e sua conciliação com o lucro líquido.

R$ milhões

	2020	2021	2022	2023	2024
Lucro líquido contábil	20.681	34.069	41.743	21.903	26.388
Efeitos não recorrentes	(13.192)	(16.726)	(9.995)	807	(1.632)
Lucro recorrente	**7.489**	**17.343**	**31.748**	**22.710**	**24.756**
Provisão para risco de crédito (PRC)	946	(2.719)	(2.182)	(5.627)	(3.391)
Receita com dividendos	(2.167)	(7.787)	(19.178)	(8.547)	(10.407)
Tributos sobre PRC e dividendos	133	1.728	2.131	3.319	2.208
Lucro Recorrente Ajustado	**6.401**	**8.565**	**12.519**	**11.855**	**13.167**

Os efeitos considerados não recorrentes, embora relacionados a nossos negócios, não ocorrem necessariamente em todos os períodos, tampouco em montantes comparáveis. Seu destaque, no entanto, possibilita melhor compreensão e avaliação do lucro recorrente. Entre os principais efeitos não recorrentes, ressalta-se o resultado com alienações de participações societárias, notadamente em 2020 e 2021.

A provisão para risco de crédito (PRC) e a receita com dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) de investimentos em não coligadas, embora classificadas como eventos recorrentes, historicamente impactam nosso resultado de forma esporádica. Em relação à provisão, isso ocorre pela constituição em contextos específicos ou pela reversão em virtude da recuperação de créditos. A receita com dividendos e juros sobre capital próprio, por sua vez, aumentou de forma expressiva nos períodos apresentados em função da política de dividendos adotada pela Petrobras. Visando possibilitar a análise de como tais fatores influenciam o resultado recorrente do BNDES, apresentamos também o lucro recorrente ajustado em relação à PRC e à receita com dividendos e JCP.

Em 2024, o lucro recorrente ajustado foi de R$ 13,167 bilhões, acréscimo de 11,1% em relação aos R$ 11,855 bilhões de 2023, destacando o maior resultado com intermediação financeira, ocasionado, principalmente, pelo crescimento da carteira de crédito e debêntures e pelo efeito dos derivativos.

Resultado com participações societárias

É composto por resultado com alienações, receita com dividendos e juros sobre capital próprio (JCP), resultados com equivalência patrimonial, derivativos e fundos de investimento em participações societárias, despesa com *impairment* e outras receitas oriundas, majoritariamente, da carteira da BNDESPAR.

Em 2024, o resultado positivo com participações societárias foi de R$ 11,232 bilhões, superior aos R$ 9,114 bilhões obtidos em 2023, principalmente em função do maior volume de recebimento de dividendos e de JCP de investimentos em não coligadas (R$ 10,407 bilhões em 2024, ante R$ 8,547 bilhões em 2023).

Produto de intermediação financeira

É o resultado das aplicações em disponibilidades e carteiras de crédito e repasses, além de títulos e valores mobiliários.

O crescimento da carteira de crédito expandida impulsionou as receitas de operações de crédito, repasses e debêntures, levando a um aumento de 44% no produto de intermediação financeira em 2024.

Provisão para risco de crédito

Monitoramos continuamente o risco de crédito de nossos devedores. Também adotamos, como prática para nossas operações, a exigência de garantias de crédito, consideradas para fins regulatórios e para precificação do risco da operação.

Conforme exigência do BCB na Resolução CMN 2.682/1999, constituímos provisões de acordo com a classificação de risco das operações e com o período de atraso de pagamentos de obrigações financeiras. Dessa maneira, mantemos capital suficiente para absorver eventuais perdas. O resultado em 2024 foi uma receita com reversão de provisão de R$ 3,391 bilhões (R$ 5,627 bilhões de 2023), refletindo a melhora no *rating* de alguns clientes e recuperações de crédito.

Com a adoção da Resolução CMN 4.966/2021, a partir de 1º de janeiro de 2025, será aplicada uma abordagem de redução ao valor recuperável de ativos financeiros baseada no modelo de três estágios, utilizando informações razoáveis e suportáveis sobre eventos passados, condições atuais, previsões de eventos futuros e de condições econômicas, para determinar se há aumento significativo do risco de crédito desde seu reconhecimento inicial.

A perda esperada é calculada com base na probabilidade de *default* (PD) e na perda, dado o *default* (LGD, na sigla em inglês); ainda, devem ser observados os níveis de provisão estabelecidos pela Resolução BCB 352/2023, para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos. Os impactos estimados sobre o resultado e a posição financeira do BNDES e consolidado estão divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

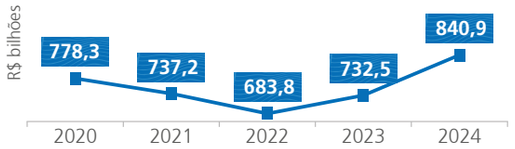
ADOÇÃO INICIAL DA RESOLUÇÃO CMN 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN 4.966/2021, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como à designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*).
A resolução entrou em vigor a partir de 1° de janeiro de 2025 e estamos finalizando a implementação de seus requisitos.

ATIVOS

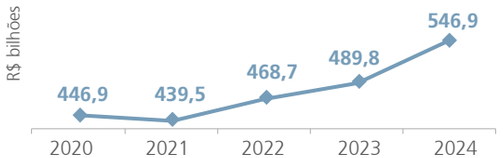
Ativos totais

Em 2024, os ativos totais somaram R$ 840,9 bilhões, com aumento de R$ 108,4 bilhões (14,8%) em relação a 2023. Esse acréscimo está relacionado, principalmente, ao aumento da carteira de crédito e repasses, bem como das disponibilidades.



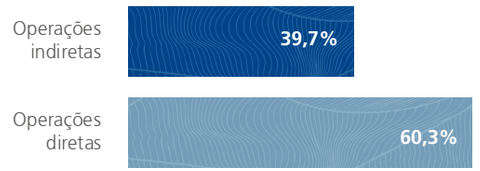
Carteira de crédito e repasses

A carteira de crédito e repasses compreende os financiamentos concedidos de forma direta (operações de crédito) ou indireta (operações de repasses por meio de instituição financeira credenciada), e os líquidos de provisão para risco de crédito.

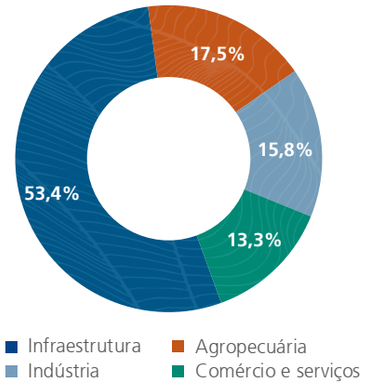


No exercício de 2024, o acréscimo de R$ 57,1 bilhões (11,7%) na carteira líquida foi influenciado pela apropriação de juros e atualização monetária nesse período, e pelo efeito da variação cambial sobre o saldo da carteira em moeda estrangeira.

CARTEIRA POR TIPO DE OPERAÇÃO (2024)

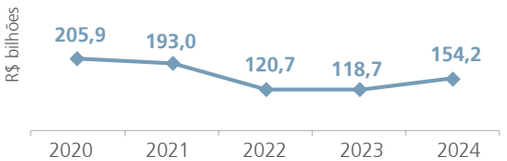


CARTEIRA POR SETOR (2024)



Disponibilidades

A tesouraria é composta, basicamente, por títulos públicos federais e aplicações em operações compromissadas, que representavam 91,8% do saldo em 31 de dezembro de 2024.



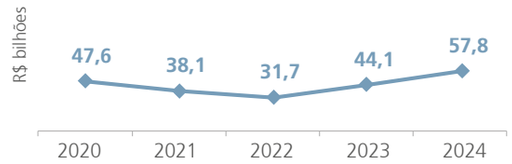
Realizamos aplicações financeiras para preservar o valor dos recursos próprios e de terceiros ainda não desembolsados.

O acréscimo da carteira da tesouraria, em 2024, foi influenciado pela entrada de recursos do Programa BNDES Emergencial para o Rio Grande do Sul, do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) e de captações de Letras de Crédito do Desenvolvimento (LCD).

Outros ativos

Outros ativos compreendem, basicamente, créditos tributários, debêntures e dividendos a receber, que representavam, em 31 de dezembro de 2024, 90,3% do saldo.

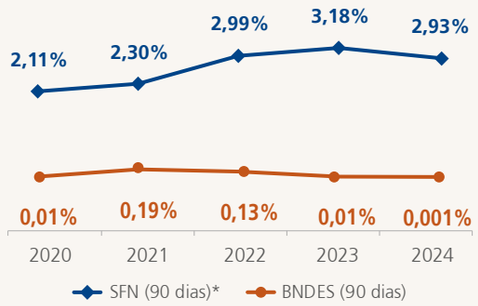
O crescimento de 31,1% em 2024 refletiu, principalmente, o aumento do saldo da carteira de debêntures, especialmente em função de novos investimentos, que totalizaram R$ 9,8 bilhões.



INADIMPLÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

A inadimplência de nossa carteira de crédito e repasses atingiu 0,001% (+90 dias), em 31 de dezembro de 2024, ficando abaixo da média do Sistema Financeiro Nacional (SFN), que registrou 2,93% na mesma data. Em 2024, o indicador apresentou redução, seguindo a tendência de melhora da qualidade da carteira.

Em 2024, o índice de renegociação atingiu 4,98% da carteira de crédito e repasses, ante 4,53% registrados em 2023. O aumento se deve às renegociações no âmbito do Programa Emergencial para o Rio Grande do Sul, no valor de R$ 16,1 bilhões. Desconsiderando tais operações, o indicador seria de 2,09% da carteira.



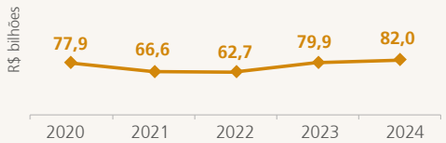
Fonte: *site* do BCB (Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/sgspub. Acesso em: 16 abr. 2025).

*Os valores de inadimplência do SFN são publicados pelo BCB e são revisados periodicamente, incluindo dados históricos. Assim, pode haver pequenas variações em relação aos números publicados em nosso último relatório.

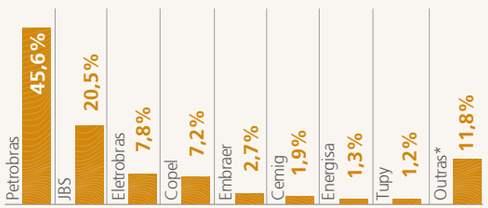
CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A carteira de participações societárias contempla investimentos em sociedades coligadas e não coligadas, realizados de forma direta no âmbito de oferta pública ou emissão privada, ou, ainda, pela integralização de capital no BNDES pelo Tesouro Nacional. Também compreende a participação em fundos de investimento em participações societárias, administrados por gestores de mercado escolhidos mediante rigoroso processo de seleção.

O aumento de 2,6% em relação a 2023 reflete a valorização da carteira de ações em não coligadas, com destaque para a JBS, que teve valorização de R$ 5,281 bilhões.



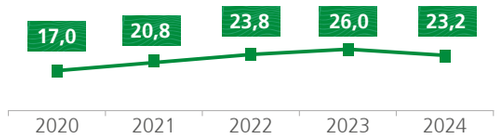
PARTICIPAÇÕES SOsocietárias
(participações em coligadas + não coligadas em 31.12.2024)



* Empresas com menos de 1% de participação e cotas de fundos

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ÍNDICE DE CAPITAL PRÓPRIO (%)



Fontes de recursos

O retorno de nossas próprias operações de crédito, somado à entrada de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), constituem a parcela principal de ingressos do fluxo de caixa do BNDES, que é complementada por outros fundos governamentais, captações no exterior, emissões públicas e instrumentos bancários.

Com a instituição da Taxa de Longo Prazo (TLP), que se equiparou às taxas de mercado em 2023 devido ao fim do fator de desconto, e com as liquidações antecipadas de empréstimos tomados com o Tesouro Nacional, temos nos estruturado para buscar fontes alternativas de recursos.

Fontes governamentais

Os recursos oriundos de fontes governamentais são destinados exclusivamente ao apoio a políticas públicas, programas, projetos, obras e serviços relacionados ao desenvolvimento econômico e social do país, especialmente por meio de financiamentos a empresas.

Não recebemos ajuda financeira do governo, pois somos uma empresa estatal não dependente, com controle direto da União, conforme legislação vigente.

Os repasses de valores a título de equalização decorrem de subsídios, definidos em lei, concedidos pela União a mutuários de determinados programas, por meio da redução das taxas de juros. O subsídio da redução da taxa é integralmente repassado ao tomador final do empréstimo, automaticamente, no momento da contratação da operação de crédito, de modo que, é importante destacar, o BNDES não se apropria de qualquer ganho adicional. [GRI 201-4]

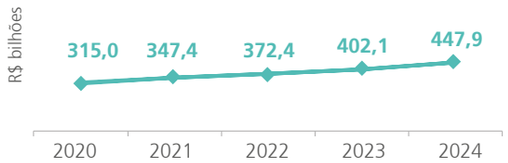
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Conforme instituído na Lei 7.998/1990, a arrecadação do FAT tinha como destinação exclusiva o custeio do Programa Seguro-Desemprego, o pagamento do abono salarial e o financiamento de programas de desenvolvimento econômico a cargo do BNDES. Em 2019, com a Reforma da Previdência, foi incluída também a destinação para outras ações da previdência social (gastos previdenciários).

Desde 2021, observou-se movimentação relevante de recursos do FAT para essa nova categoria, sendo R$ 9,81 bilhões em 2021, R$ 17,63 bilhões em 2022, R$ 20,1 bilhões em 2023 e R$ 17,4 bilhões em 2024.

Ao longo dos anos de 2023 e 2024, a relevância desse tipo de saída de recursos do FAT motivou discussões tanto no âmbito do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) quanto em alçadas superiores do Governo Federal, sem, contudo, ter sido viabilizada, até o momento, alteração ou regulamentação para a nova destinação de recursos do fundo.

Em 2024, o FAT permaneceu como nossa principal fonte de recursos institucionais, com saldo de R$ 447,950 bilhões em 31 de dezembro de 2024, sendo R$ 443,894 bilhões provenientes do FAT Constitucional, que prevê aplicação em programas de desenvolvimento econômico a partir de diretrizes estabelecidas pela sua Política de Aplicação de Recursos, e R$ 4,056 bilhões do FAT Depósitos Especiais, destinado a programas e setores específicos, previamente determinados e aprovados pelo Codefat. Foram captados, ao longo do exercício, R$ 28,361 bilhões de recursos do FAT.



Tesouro Nacional

Em janeiro de 2021, o Tribunal de Contas da União (TCU) declarou a irregularidade dos empréstimos concedidos pela União a instituições financeiras controladas, firmados mediante emissão direta de títulos públicos.

No quarto trimestre de 2022, fechamos proposta com o então Ministério da Economia para um novo cronograma de devolução de passivos ao Tesouro Nacional, após nova recomendação do TCU no âmbito do Acórdão 56/2021. Do valor ainda devido, pagamos R$ 45 bilhões em novembro de 2022, restando aproximadamente R$ 22 bilhões que deveriam ser pagos até 30 de novembro de 2023.

A decisão aprovada pelo Conselho de Administração (CA) do Banco foi construída com base em premissas alinhadas ao plano de negócios em vigor à época e em respeito às condições definidas pelos acórdãos do TCU, que indicavam o não comprometimento da estabilidade da instituição financeira, entre outras ressalvas.

Assumimos também como premissas a não utilização de recursos do FAT, a não realização de captações com a finalidade de amortizar os passivos, a preservação da solidez e do equilíbrio financeiro-patrimonial e da capacidade de desenvolvimento de nossas atividades, e a manutenção dos índices de capital acima dos limites mínimos gerenciais e regulatórios.

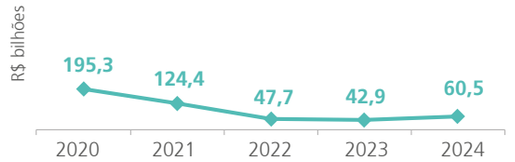
Com base nessas premissas, no entanto, análises financeiras realizadas em 2023 indicaram que não tínhamos recursos próprios suficientes para realizar o pagamento dos mais de R$ 22 bilhões previstos para novembro do mesmo ano. Enviamos, então, proposta de revisão do cronograma de devolução à União dos recursos declarados irregulares. A proposta, validada pelo TCU em novembro de 2023, contempla o pagamento de oito parcelas de amortizações extraordinárias anuais, nos meses de dezembro, entre 2023 e 2030, para amortização integral dos recursos considerados como de origem irregular pelo Tribunal.

A execução do plano foi aprovada pelo TCU e pelo Ministério da Fazenda, e a primeira parcela foi paga em dezembro de 2023, no valor de R$ 1,8 bilhão. Em dezembro de 2024, foi paga a segunda parcela, no valor de R$ 2,1 bilhões.

Considerando as liquidações ordinárias de principal e juros, iniciadas em 2009, além das liquidações antecipadas realizadas desde 2015, as devoluções ao Tesouro Nacional totalizaram aproximadamente R$ 702,26 bilhões ao fim de 2024.

Em 2024, o BNDES recebeu recursos do Tesouro Nacional no montante de R$ 20 bilhões para financiar o Programa BNDES Emergencial para o Rio Grande do Sul.

Em 31 de dezembro de 2024, as obrigações com o Tesouro Nacional totalizaram R$ 60,513 bilhões, equivalentes a 7,2% do passivo total, dos quais R$ 9,079 bilhões correspondem a instrumentos elegíveis ao capital principal e R$ 51,434 bilhões, a operações de repasse.



Outras fontes governamentais

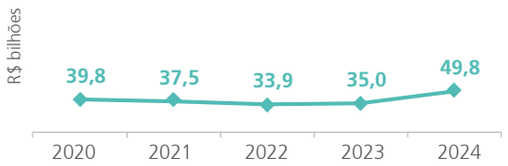
- Fundo da Marinha Mercante (FMM): em 2021, renovamos o convênio com o Ministério da Infraestrutura até 2026 e, em 2024, recebemos repasses de R$ 1,633 bilhão do fundo.
- Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC): em 2024, foi celebrado novo contrato para repasse de recursos do fundo, tendo sido transferidos R$ 10,465 bilhões no ano para aplicação em seis áreas: desenvolvimento urbano resiliente e sustentável; indústria verde; logística de transporte, transporte coletivo e mobilidade verdes; transição energética; florestas nativas e recursos hídricos; e serviços e inovação verdes.
- Fundo Setorial do Audiovisual (FSA): em 2024, recebemos repasses de R$ 1,006 bilhão para o desenvolvimento articulado de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual do país, tendo sido parte dos valores repassados ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust): em 2024, celebramos dois aditivos ao contrato para captação de recursos do fundo, tendo recebido R$ 893,320 milhões.
- Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel): em 2024, firmamos o sétimo contrato com o Ministério das Comunicações e recebemos repasse de R$ 163,870 milhões de recursos para apoiar projetos voltados ao desenvolvimento e à difusão de tecnologia no setor de telecomunicações.
- Fundo Amazônia: em 2024, o fundo recebeu doações que totalizaram cerca de R$ 989,972 milhões.

O BNDES faz a gestão financeira de outros recursos governamentais não considerados como fonte de recursos para suas operações de crédito e suas operações não reembolsáveis, conforme listados a seguir:

- Recursos do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (FNRB): assinamos o quinto termo aditivo ao contrato com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) em 2024, com vigência de seis meses. Foi transferido ao fundo o valor de R$ 1,618 milhão em 2024, chegando-se ao fim do ano com o patrimônio de R$ 9,717 milhões.
- Recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FT): recebemos transferências de R$ 78,043 milhões do fundo em 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de recursos oriundos de outras fontes governamentais era de R$ 49,8 bilhões.



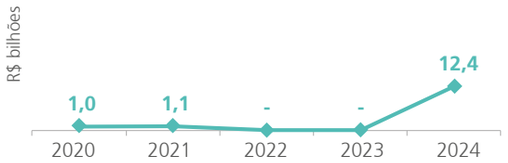
FUNDO NACIONAL DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA SOCIAL (FIIS)

Em 2024, foi sancionada a Lei 14.947/2024, que institui o Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS) e atribuiu ao BNDES o papel de agente financeiro do fundo em suas aplicações reembolsáveis.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) prevê orçamento robusto para o FIIS, com destinação de R$ 10 bilhões em 2025. O novo instrumento financiará equipamentos e serviços em educação, saúde e segurança pública, entre outros.

O FIIS possui desenho semelhante ao do FNMC, e contempla uma governança que permitirá maior coordenação de políticas públicas, guiada por um comitê interministerial e por planos de aplicação de recursos. A partir do FIIS, o país ampliará os investimentos em áreas fundamentais, de forma articulada ao Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e demais políticas públicas, assegurando novos recursos para a melhoria da infraestrutura social e ampliando o acesso da população aos serviços básicos.

Captações internas



Dispomos de instrumentos de captação no mercado local, como Letras Financeiras (LF) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) que são títulos de crédito nominativo, transferível e de livre negociação, emitidos exclusivamente por instituições financeiras e outras instituições com funcionamento autorizado pelo BCB.

Esclarecemos que nossa última captação de LF ocorreu em 2020, com prazo de dois anos e, atualmente, não há nenhum saldo nesse produto.

Em 2024, retornamos ao mercado doméstico de captação, com a emissão, no primeiro trimestre, de R$ 808,4 milhões em LCAs, sendo a primeira emissão desse tipo desde 2016. Ao longo de 2024, captamos R$ 2,408 bilhões com prazo de um ano, por meio de oferta privada para nossos parceiros de negócios.

A partir de 2024, também fomos autorizados a emitir LCDs, que são títulos de crédito emitidos exclusivamente pelo BNDES ou por bancos de desenvolvimento autorizados a funcionar pelo BCB. Instituída pela Lei 14.937/2024, a LCD tem, entre seus objetivos, ampliar os mecanismos de captação de recursos pelos seus emissores, sendo que cada banco poderá emitir até R$ 10 bilhões por ano. Em 2024, captamos R$ 9,8 bilhões em LCDs, com prazos entre um e cinco anos, por meio de oferta privada para nossos parceiros de negócios. Os recursos captados são importantes para reforçar nossa capacidade de financiamento e avançar na diversificação do nosso *funding*.

Essas operações integram a estratégia de desenvolver novos instrumentos de captação de mercado, em complemento a fontes tradicionais de recursos, para fazer frente a nossas necessidades orçamentárias de investimentos e futuros desembolsos.

Captações no exterior

Inclui emissões de títulos externos (como *bonds* e *green bonds*), repasses de instituições multilaterais e outros empréstimos. Em 2024, o endividamento oriundo de captações externas atingiu R$ 33,791 bilhões, apresentando um acréscimo de 42,7% em relação ao exercício anterior, cabendo destacar os ingressos de recursos e o efeito da desvalorização cambial, atenuados por amortizações com destaque para a liquidação de *bonds,* no valor de R$ 2,6 bilhões.

As captações externas com organismos internacionais permaneceram uma importante fonte complementar de recursos em 2024. Dando continuidade a negociações iniciadas em anos anteriores e abrindo novas frentes de cooperação financeira, foram contratados US$ 2,4 bilhões em empréstimos internacionais, segmentados da seguinte forma:

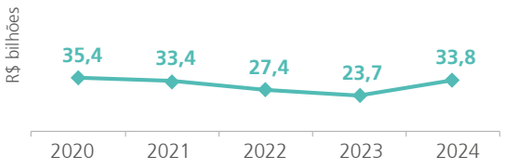
- Instituto Oficial de Crédito da Espanha (ICO): US$ 200 milhões;
- China Development Bank (CDB): US$ 800 milhões e RMB 5 bilhões;
- Agence Française de Développement (AFD): EUR 200 milhões; e
- Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF): US$ 500 milhões.

Nossa política de captação de recursos com os diversos organismos financeiros internacionais tem como objetivo principal compor um orçamento apropriado para nossas operações de crédito, com vistas a manter um endividamento balanceado, em termos de moedas, prazos e taxas de juros, uma vez que tais empréstimos, tradicionalmente, apresentam condições mais atrativas do que aquelas praticadas no mercado. Com o objetivo de diversificar nosso *funding*, buscamos concretizar operações de captação tanto com nossos parceiros institucionais tradicionais quanto com novos parceiros. Ressaltamos ainda que, nos últimos anos, os organismos multilaterais e organismos oficiais de crédito têm priorizado investimentos sustentáveis ou que contribuam para redução das emissões de gases do efeito estufa.

Em termos de desembolsos, em 2024 ingressaram US$ 1,52 bilhões em recursos captados com organismos internacionais.

As operações de captação com organismos internacionais são lastreadas por projetos em diversos setores, como infraestrutura sustentável – incluindo mobilidade urbana e saneamento, segurança alimentar e resiliência climática no semiárido – e operações com micro, pequenas e médias empresas (MPME).

O saldo de nossos empréstimos com agências governamentais e instituições multilaterais totalizou R$ 33,791 bilhões em 2024. Houve ingresso de recursos de R$ 8,635 bilhões no ano e efeito de desvalorização cambial de R$ 5,785 bilhões, atenuados por amortizações de R$1,99 bilhões.



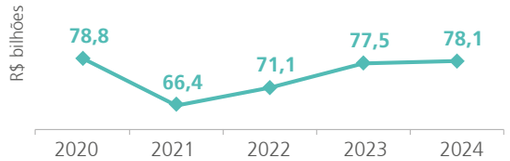
TAXAS DE JUROS

A composição do custo financeiro reflete nossos custos de captação de recursos, sendo que a composição da taxa de juros varia de acordo com a forma de apoio.

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de outros passivos é representado, principalmente, por operações compromissadas *dealer*, tributos diferidos e passivos atuariais.

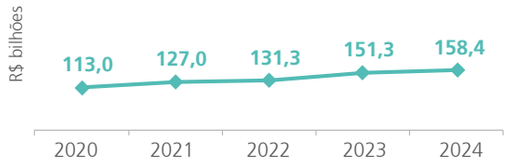
Somos credenciados para atuar como *dealer* do mercado aberto com o BCB, o que nos permite acessar a contratação direta das operações de *go around* e de nivelamento de liquidez bancária. Dado que o nosso volume financeiro transacionado é bastante elevado, as operações efetuadas como *dealer* são importantes para a gestão de nosso caixa, proporcionando flexibilidade diante de imprevistos no fluxo de caixa e redução dos riscos de aplicação. Além disso, ao atuar como *dealer*, desempenhamos importante papel de intermediação entre o BCB e os diversos *players* do mercado aberto, auxiliando o regulador e os demais bancos na gestão de liquidez diária.



Nota: No relatório anterior, o valor correspondente a outros passivos foi informado de modo agregado. Para melhor entendimento das informações, neste relatório os valores de outras fontes governamentais e captações no mercado interno foram reportados em gráficos específicos.

Patrimônio Líquido

O crescimento do patrimônio líquido em 4,7% em 2024 reflete os efeitos do lucro líquido de R$ 26,388 bilhões no exercício, além do ajuste de avaliação patrimonial positivo de R$ 3,384 bilhões, atenuados pela distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R$ 22,660 bilhões.

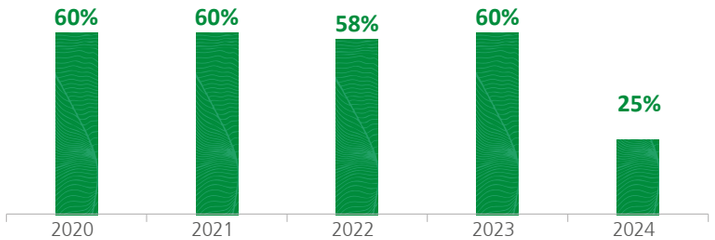


De acordo com a Política de Dividendos vigente, o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio ao Tesouro Nacional está limitado a 60% do lucro líquido ajustado, que é o lucro líquido do exercício diminuído do montante destinado à constituição da reserva legal, conforme determina o art. 202 da Lei 6.404/1976.

Em 2024, realizamos o pagamento de dividendos ao Governo Federal no total de R$ 29,500 bilhões, sendo R$ 5,394 bilhões a título de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao ano de 2023, R$ 16,090 bilhões a título de dividendos complementares referentes ao ano de 2022 e R$ 8,016 bilhões a título de dividendos complementares, referentes ao ano de 2023, contribuindo para o esforço fiscal e a estabilidade econômica do país, sem comprometer nossa capacidade de realizar investimentos em setores estratégicos.

A título de dividendos mínimos obrigatórios de 2024, foi destinado o montante de R$ 6,267 bilhões (25% do lucro líquido ajustado), sendo R$ 782 milhões na forma de juros sobre o capital próprio, a serem pagos em 2025. Outros R$ 8,774 bilhões (35% do lucro líquido ajustado) foram destinados à Reserva para Equalização de Dividendos Complementares, cujo pagamento deve ser objeto de deliberação em assembleia, nos termos do Estatuto do BNDES.

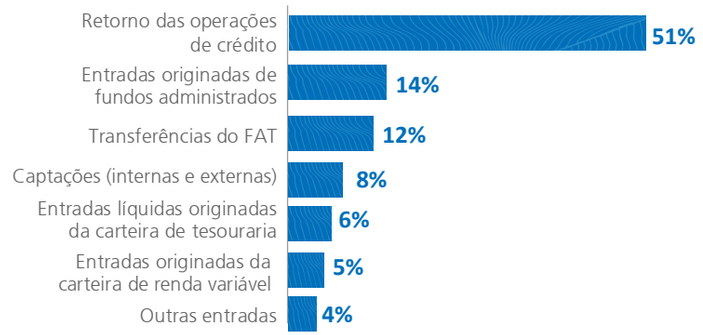
REMUNERAÇÃO AO TESOURO NACIONAL
(dividendos e juros sobre capital próprio)



(percentual em relação ao lucro passível de distribuição, equivalente a 95% do lucro líquido)

FLUXO DE CAIXA POR FONTES DE RECURSOS (2024)

PERFIL DAS ENTRADAS DE RECURSOS

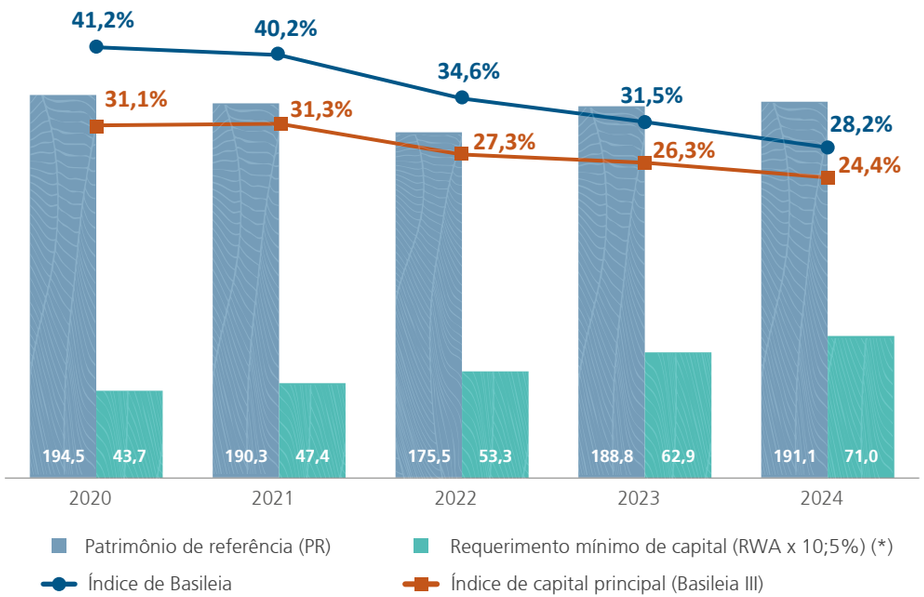


INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

INDICADORES	2020	2021	2022	2023	2024
Retorno sobre ativo total (ROA)	2,93%	4,69%	6,03%	3,19%	3,49%
Retorno sobre patrimônio (ROE)	26,55%	34,23%	35,48%	17,11%	19,50%
Índice de cobertura (provisão/créditos inadimplentes)*	126,83	14,08	25,85	158,95	36,94
Provisão/carteira de crédito e repasses	4,29%	4,30%	3,28%	2,21%	2,03%
Índice créditos AA-C	91,94%	91,26%	93,58%	96,54%	96,99%

*Inadimplência: a partir de trinta dias de atraso.

CAPITAL REGULATÓRIO



(*) Entre 1.4.2020 e 31.3.2021 = 9,25%. Entre 1.4.2021 e 30.9.2021 = 9,625%. Entre 1.10.2021 e 31.3.22 = 10%. A partir de 1.4.2022 = 10,5%.

O patrimônio de referência (PR), base para o cálculo dos limites prudenciais estabelecidos pelo BCB, totalizou R$ 191,1 bilhões ao fim de 2024 (R$ 188,8 bilhões em dezembro de 2023). O acréscimo reflete os impactos já citados no patrimônio líquido, atenuados pela redução de R$ 5,268 bilhões do FAT como capital de nível 2, seguindo cronograma definido pela Resolução CMN 4.679/2018. O Índice de Basileia manteve-se em situação confortável, oscilando de 31,5%, no fim de dezembro de 2023, para 28,2%, em dezembro de 2024, acima dos 10,5% exigidos pelo BCB. A redução reflete acréscimo nos ativos ponderados pelo risco, destacando a parcela para risco de crédito, em proporção superior ao aumento do patrimônio de referência.

RIQUEZA GERADA E DISTRIBUÍDA (2024) [GRI 201-1]

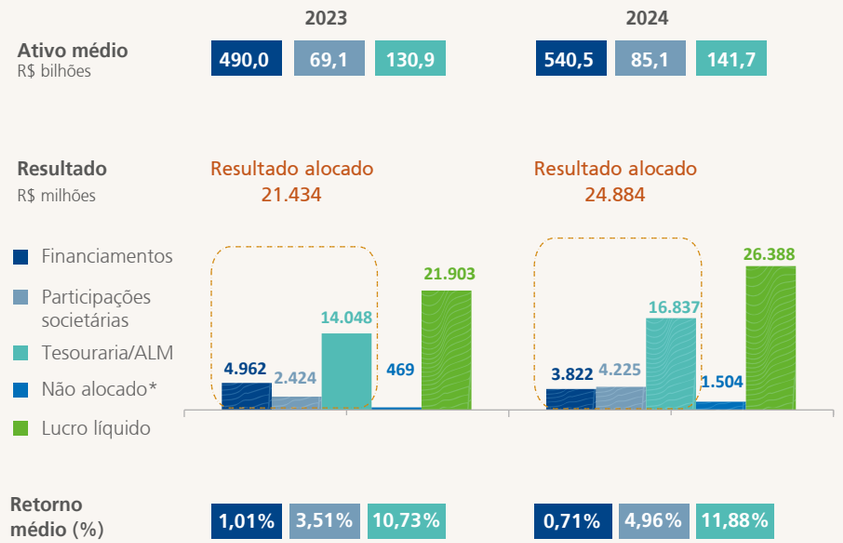
Importante indicador do papel social, a demonstração do valor adicionado (DVA) apresenta, segundo uma visão global de desempenho, a contribuição da empresa na geração de riqueza para a economia na qual está inserida e sua efetiva distribuição entre os empregados, o governo, os agentes financiadores e seus acionistas.

A riqueza gerada e distribuída pelo BNDES em 2024 foi de R$ 35,319 bilhões, desempenho 16% superior ao de 2023, provocado em grande parte pelo maior resultado com receita de dividendos e juros sobre capital próprio.

R$ MILHÕES	FINANCIAMENTOS	PARTIC. SOCIETÁRIAS	TESOURARIA/ALM	NÃO ALOCADO	TOTAL
Distribuição do valor adicionado	11.504	5.162	17.149	1.504	35.319
Pessoal e encargos	2.078	254	84	-	2.416
Remuneração direta	1.287	157	52	-	1.496
Benefícios	686	84	28	-	798
FGTS	100	12	4	-	116
Outros	5	1	-	-	6
Participação dos empregados no lucro	284	35	12	-	331
Impostos, taxas e contribuições	5.315	647	216	-	6.178
Federal	5.280	643	215	-	6.138
Estadual	-	-	-	-	-
Municipal	35	4	1	-	40
Aluguéis	5	1	-	-	6
Juros sobre capital próprio e dividendos	908	1.003	3.999	357	6.267
Lucros (prejuízos) retidos do período	2.914	3.222	12.838	1.147	20.121

INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Definimos nossos segmentos com base na natureza das formas de apoio em relatórios disponibilizados à administração para análise de desempenho e tomada de decisões. A metodologia de elaboração do resultado por segmento de negócios retrata, ainda, a alocação dos custos de captação baseada na gestão integrada de recursos (*asset liability management* – ALM).



*Efeito das diferenças temporárias de IR/CSLL e alteração de alíquota.

Financiamentos: majoritariamente carteiras de crédito e repasses, líquidas de provisão, além de debêntures.

Participações societárias: engloba investimentos, quer em sociedades coligadas (sobre as quais existe influência significativa), quer em outras empresas, mensurados ao valor justo (sobre os quais não há influência significativa).

Tesouraria/ALM: majoritariamente, títulos públicos e aplicações em fundos DI, além da gestão integrada de ativos e passivos financeiros (ALM), o que inclui atividades de captação de recursos e alocação de *funding* entre os segmentos.

Não alocado: inclui os efeitos de mudanças na expectativa de realização de créditos tributários diferidos, incluindo eventuais impactos de alterações de alíquotas.

GESTÃO TRIBUTÁRIA

A governança sobre a questão tributária é distribuída entre nossas diferentes áreas, que ficam responsáveis por sua apuração, pagamento e registro contábil no Sistema Integrado de Tributos [GRI 207-1]. No âmbito da gestão de riscos operacionais, os riscos associados ao processo de gestão tributária são identificados, avaliados e tratados pelos gestores da atividade. Nesse contexto, os controles existentes para mitigação dos riscos operacionais identificados são devidamente mapeados e considerados na avaliação do risco residual. O mecanismo para relato de preocupações em relação a comportamentos antiéticos ou ilícitos e à integridade da organização em relação a tributos é o mesmo adotado para outros relatos – não há um canal específico para o tema. Nossas despesas tributárias, devidamente auditadas, são divulgadas em nossas demonstrações financeiras trimestrais. [GRI 207-2]

Como só atuamos no Brasil, não há recolhimento de tributos em outras jurisdições fiscais. Os principais números relacionados a tributos para o Sistema BNDES, em 2024, foram:

- Resultado antes do imposto de renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro (CSSL): R$ 30,9 bilhões.
- Bens tangíveis que não sejam caixa e equivalentes de caixa: R$ 102 milhões (composto basicamente por imobilizados de uso próprio).
- IR pessoa jurídica pago em regime de caixa: R$ 3,7 bilhões (total do IR e CSLL).
- IR pessoa jurídica incidente sobre lucros/perdas: R$ 4,2 bilhões (total da despesa com IR e CSLL, que inclui o efeito dos tributos diferidos).

Os principais fatores responsáveis pela reduzida alíquota efetiva quando se compara a despesa com IR e CSSL do exercício ao montante que seria devido se a alíquota fixada em lei fosse aplicada para lucros/perdas antes do pagamento de impostos são: (i) remuneração do acionista por meio de juros sobre o capital próprio; (ii) receita de dividendos; e (iii) receita de equivalência patrimonial. [GRI 207-4]

Acompanhamos diariamente as mudanças na legislação tributária, para avaliar eventuais impactos de novos normativos na apuração de tributos. O processo de monitoramento é feito com o suporte da ferramenta que permite desde a captura até o acompanhamento de planos de ação relativos à legislação emitida que possam impactar nossas atividades – além de realizado de forma descentralizada pelas diversas áreas. Os novos produtos são analisados à luz da legislação tributária para que seja dado o tratamento adequado. [GRI 207-1]

Estamos acompanhando as discussões sobre a reforma tributária sobre a renda, que podem modificar a base de cálculo e as alíquotas de IR e CSLL. No entanto, as incertezas sobre as mudanças impossibilitam que sejam apurados eventuais impactos nesse momento. Adicionalmente, acompanhamos ao longo do ano as discussões sobre a reforma tributária de consumo que, entre as principais mudanças, destaca-se a criação do imposto sobre bens e serviços (IBS), da contribuição social sobre bens e serviços (CBS) e do imposto seletivo (IS) que substituirá outros impostos existentes (ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI). [GRI 207-1]

Cooperamos com a administração tributária com base em princípios éticos e de transparência, prestando todas as informações requeridas para o cumprimento de nossas obrigações. Desde outubro de 2021, integramos o Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal da Receita Federal (Programa Confia), que tem como principal objetivo construir um novo modelo de relacionamento do Fisco com os maiores contribuintes, com foco na cooperação, adesão voluntária e boa-fé, buscando melhorar o ambiente, aumentar a segurança jurídica e reduzir a litigiosidade, conforme recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). [GRI 207-3]

Estamos participando do fórum de diálogo do programa, que evidencia a necessidade de melhora da governança corporativa e tributária das empresas de forma geral, com a necessidade de estabelecer uma política fiscal e um modelo de governança tributária. [GRI 207-3]

GESTÃO DE RESULTADO

Em 2024, a gestão para melhoria do resultado teve iniciativas tanto do lado do ativo quanto do passivo, além de ações transversais. Em relação ao passivo, destacam-se:

- Ampliação da captação de fundos governamentais atingindo R$ 33,2 bilhões.
- Continuidade das captações com organismos multilaterais no montante de US$ 1,52 bilhões.
- Criação da LCD com uma captação de R$ 9,8 bilhões.
- Criação de novos indexadores para financeiros (Selic e Taxa Fixa), permitindo maior flexibilidade na concessão de crédito.

No que se refere ao ativo, destacam-se:

- Revisão da meta de rentabilidade do capital do BNDES.
- Adoção de retorno sobre capital requerido (ajustado a risco) como metodologia de precificação.
- Desembolsos de R$ 134 bilhões, o maior dos últimos nove anos, aumentando a carteira de crédito e, por consequência, a rentabilidade.

Sobre a atuação transversal, vale destacar:

- Revisão da política financeira.
- Implantação de *hedge accounting*.

GESTÃO DE CUSTOS

Nossa Área de Controladoria é responsável pela apuração mensal dos custos e resultados dos segmentos de negócio, áreas, departamentos, linhas e programas operados, com os objetivos principais de avaliar a rentabilidade e o desempenho de nossos produtos e fornecer aos gestores informações para análise e tomada de decisões. Nosso processo também possibilita a avaliação de custos incrementais para criação de novas estruturas organizacionais e produtos, por exemplo.

Como instituição financeira, nosso principal custo está relacionado às despesas de pessoal. Em 31 de dezembro de 2024, elas representavam cerca de 87% do total das despesas gerais e administrativas.

Com o objetivo de avaliar o desempenho dos negócios e realização dos custos, a Controladoria faz o acompanhamento mensal das despesas gerais e administrativas e do resultado dos segmentos de negócio, áreas e departamentos em comparação com o orçamento previsto.

O Sistema de Informações de Custos do Governo Federal não é adotado como o principal sistema de apuração de custos, por se tratar de ferramenta voltada para órgãos da administração pública direta, autarquias e fundações.

DESEMPENHO OPERACIONAL

» Destaques em 2024 p.102

» Infraestrutura p.107

» Desenvolvimento produtivo e inovação p.115

» Desenvolvimento social e regional e gestão pública p.120

» Meio ambiente e clima p.128

» Exportação p.133

» MPMEs, agropecuária e cooperativismo p.135

» Mercado de capitais p.141

DESTAQUES EM 2024

Com nossa atuação, buscamos gerar emprego e renda no Brasil e reduzir as desigualdades sociais e territoriais. Para isso, em nossa estratégia de 2024, definimos dez objetivos estratégicos, sendo dois corporativos, sete de negócios e um de suporte ao negócio. Os objetivos estratégicos de negócios estão relacionados a temáticas da atuação do Banco. Detalhes sobre nosso desempenho operacional em cada um deles serão apresentados nos outros capítulos da seção Desempenho operacional.

Em 2024, desembolsamos R$ 133,7 bilhões, quase 17% a mais do que em 2023. Destacam-se, no ano, nossos desembolsos para micro, pequenas e médias empresas (MPME) e cooperativismo, que aumentaram em cerca de 40%. As MPMEs receberam 48% do total desembolsado em 98% das operações realizadas pelo Banco em 2024.

Nas próximas páginas, confira alguns destaques do nosso desembolso em 2024, dos nossos resultados no mercado de capitais, da nossa atuação por meio de garantias e serviços, e saiba mais sobre nosso apoio emergencial ao Rio Grande do Sul.

Em 2024, um dos nossos objetivos estratégicos corporativos foi o de **"expandir o desembolso e a carteira de crédito do Sistema BNDES promovendo o desenvolvimento sustentável alinhado às políticas públicas vigentes"**.

Ao lado, apresentamos os indicadores estratégicos associados a esse objetivo e seus resultados, que superaram as expectativas e tiveram desempenho acima de 100% no ano, o que reforça a atuação do BNDES no acesso ao crédito e na prestação de serviços.

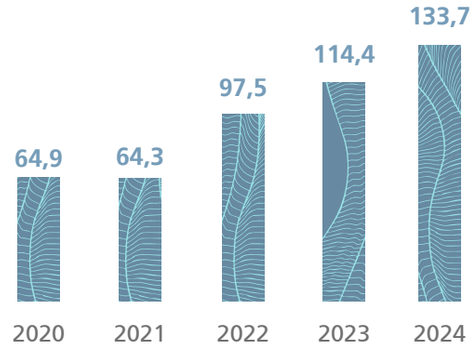
INDICADOR ESTRATÉGICO	META	REALIZADO ATÉ 31.12.2024	DESEMPENHO
Valor das operações aprovadas	R$ 145.074 milhões	R$ 212.635,9 milhões	146,571%
Quantidade de clientes MPMEs e PFs apoiados com crédito	172.380	221.714	128,619%
Marcos de estruturação de projetos	65	69	106,154%
Quantidade de operações não automáticas aprovadas	197	357	181,218%

Na perspectiva de suporte ao negócio, o objetivo estratégico era **"acelerar a transformação digital do BNDES aumentando a eficiência operacional e melhorando a experiência dos clientes"**.

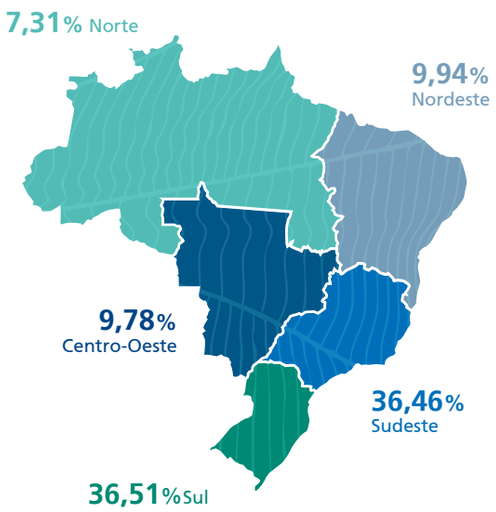
Percentual de operações aprovadas dentro dos prazos de referência das esteiras de crédito	70%	66,54%	95,057%

A meta para o indicador a ele relacionado era de que, em 2024, 70% do percentual das operações aprovadas deveriam ser aprovadas nos prazos de referência. O desempenho alcançado, no entanto, foi de 95% (cerca de 66% das operações foram aprovadas no prazo). Tal desempenho deveu-se à elevada quantidade de operações não-automáticas aprovadas em 2024 (mais de 180% de desempenho alcançado), muitas relacionadas ao apoio emergencial ao RS, o que impactou nos prazos das equipes responsáveis pelas operações de crédito.

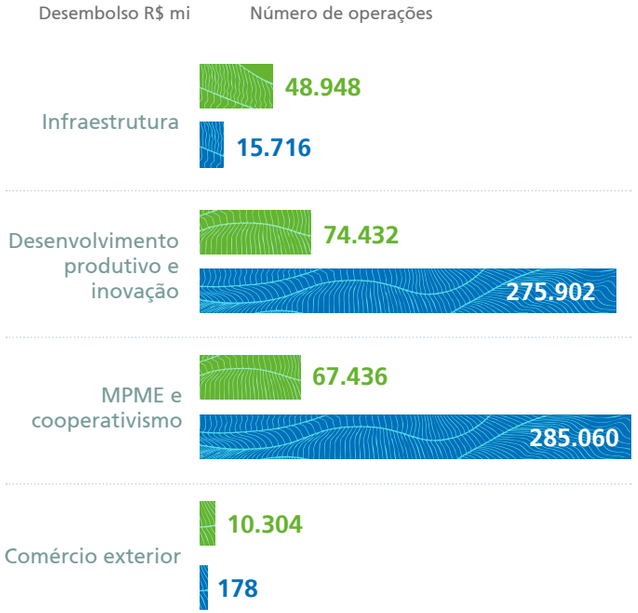
Série histórica de desembolsos totais (R$ bilhões)



Desembolsos por região (% desembolsado)



Desembolsos e quantidade de operações por objetivo estratégico de negócios* [GRI 3-3]

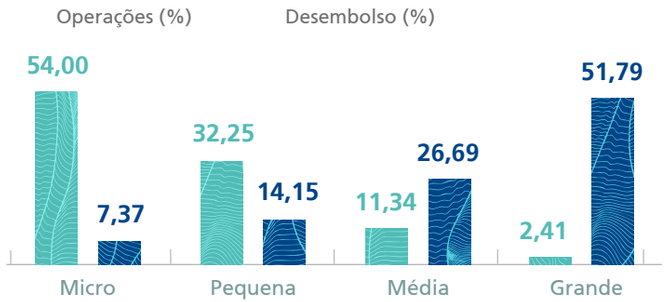


Nota: As somas dos desembolsos e das operações por missão não refletem o total do ano, pois uma operação pode estar associada a mais de uma missão.

* Os números apresentados não incluem os objetivos estratégicos referentes ao apoio a projetos de desenvolvimento social e regional e gestão pública e a projetos ambientais e climáticos, uma vez que, em 2024, nossa taxonomia sustentável revisou e implementou mudanças nos indicadores de economia verde e desenvolvimento social, alterando os parâmetros de comparabilidade. Os resultados desses indicadores e por objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS) para o ano de 2024 podem ser encontrados no capítulo Nosso impacto socioambiental e climático. Já os dados sobre nossa atuação no mercado de capitais são apresentados mais adiante neste capítulo.

Os objetivos contemplados pelo gráfico abrangem: (i) infraestrutura econômica e social: operações em setores de energia elétrica, logística e equipamentos de transporte, saneamento, telecomunicações [GRI 203-1]; (ii) MPME e cooperativismo: operações com MPMEs e com empresas associadas a cooperativas (nesse caso, independentemente do porte); (iii) desenvolvimento produtivo e inovação: operações em setores de agricultura, indústria e comércio e serviços, exceto as operações de comércio exterior; e (iv) comércio exterior: operações de comércio exterior do BNDES.

Participação em desembolsos e operações segundo porte de empresa



Micro: receita operacional bruta anual menor ou igual a R$ 360 mil.

Pequena: receita operacional bruta anual entre R$ 360 mil e R$ 4,8 milhões.

Média: receita operacional bruta anual entre R$ 4,8 milhões e R$ 300 milhões.

Grande: receita operacional bruta anual acima de R$ 300 milhões.

Nota: Número de operações não considera a abertura por subcréditos.

DESEMBOLSO

R$ **133,7** BILHÕES

OPERAÇÕES

291.791

- **635** DIRETAS
- **161** INDIRETAS

(Número de operações não considera a abertura por subcréditos.)

CLIENTES

204.813

(Número de clientes que contaram com alguma liberação em 2024. Inclui pessoa física e pessoa jurídica.)

NOVOS CLIENTES

118.908

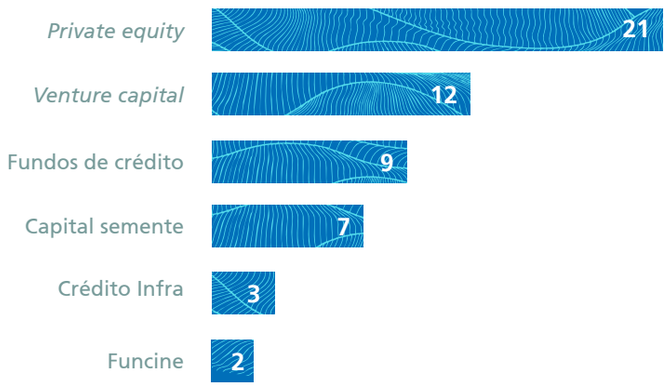
(Não receberam recursos entre 2018 e 2023.)

Nota: Números de clientes e de operações não incluem operações de garantia e medidas emergenciais realizadas com recursos do Governo Federal.

MERCADO DE CAPITAIS

Ao fim de 2024, nosso capital comprometido em fundos de participação em empresas e de crédito totalizava aproximadamente R$ 8,2 bilhões para 54 fundos em estágio operacional. Junto com os recursos de outros investidores, o capital comprometido desses fundos chegava a R$ 35,8 bilhões.

Fundos por classe (em 31.12.2024)



***Private equity*:** investimentos em participações societárias de empresas fechadas.

Venture capital: investimentos em empresas de pequeno e médio portes já estabelecidas e com alto potencial de crescimento.

Fundos de crédito: veículos de investimento coletivo destinados à aplicação em direitos e títulos representativos de crédito, também denominados direitos creditórios.

Capital semente: modelo de investimento destinado ao apoio de empresas e projetos em estágio inicial de operação, buscando viabilizar seu modelo de negócios.

Funcine: fundo de financiamento da indústria cinematográfica nacional.

Destaques da carteira de fundos

Fundos de investimento em participações (FIP):

R$ **4,8** BILHÕES
EM CAPITAL COMPROMETIDO
em diversos setores

PARTICIPAÇÃO EM MAIS DE
280 EMPRESAS
nas cinco regiões do país

R$ **29,7** BILHÕES
ALAVANCADOS PELOS FUNDOS
investidos pela BNDESPAR

TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR)*
dos fundos: 16,8% a.a.

*TIR nominal para a carteira de fundos liquidados, calculada pela média das TIR de cada fundo, ponderada pelo capital investido no respectivo fundo.

Fundos de crédito:

MAIS DE
50 OPERAÇÕES
estruturadas

MAIS DE
20 MIL MPMEs
apoiadas

GARANTIAS

Em 2024, o Banco alavancou **R$ 62,3 bilhões** em crédito com a concessão de garantias para micro, pequenas e médias empresas, incluindo empresas impactadas por eventos climáticos no estado do Rio Grande do Sul:

R$ **3,9** BILHÕES
por meio do BNDES FGI

R$ **54,2** BILHÕES
por meio do FGI Peac

R$ **4,2** BILHÕES
por meio do FGI Peac Crédito solidário RS

SERVIÇOS

Coordenação de ofertas públicas

16 EMISSÕES
nas cinco regiões do país

R$ **32,6** BILHÕES
de captação

Estruturação de projetos

69 MARCOS **entregues**
(assinaturas de contratos com clientes, entrega de estudos, publicação de edital e leilões realizados com sucesso)

Carteira ativa de estruturação de projetos (em 31.12.2024)

141
PROJETOS
mandatados*

66 FEDERAIS
53 ESTADUAIS
22 MUNICIPAIS

em diversos setores
(parques, florestas, saneamento, mobilidade, logística, saúde, educação etc.)

R$ **311** BILHÕES **de capital a mobilizar****

*Número de projetos não considera venda de participações.

**Concessões e PPPs: Capex para todo o período de concessões e outorgas já compromissadas ou estimadas. Privatizações: Valor das alienações, assunção de dívidas e compromisso de investimentos de operações realizadas ou modeladas.

APOIO EMERGENCIAL AO RIO GRANDE DO SUL [GRI 3-3]

Buscando amenizar os efeitos do maior desastre natural da história do Rio Grande do Sul, oferecemos, em uma ação conjunta com o Governo Federal, diversas medidas de apoio a produtores rurais, cooperativas e empresas de todos os portes das cidades em situação de emergência ou estado de calamidade. [GRI 3-3] Essas medidas incluem:

FGI Peac Crédito Solidário RS: solução de garantia para operações de crédito de MPMEs com bancos parceiros.

Programa BNDES Emergencial para o Rio Grande do Sul: solução de crédito destinada ao financiamento de máquinas e equipamentos, projetos de investimento e reconstrução e capital de giro para os clientes que declararam ter sofrido perdas, danos e/ou consequências sociais e econômicas em decorrência dos eventos climáticos extremos relacionados ao decreto de calamidade. A operacionalização ocorre nas modalidades direta e indireta, por meio de instituições financeiras parceiras.

BNDES Refin: suspensão completa, por até 12 meses, de prestações vencidas ou a vencer de financiamentos contratados com o BNDES (*standstill*), além da possibilidade de ampliar o prazo total do contrato por até 12 meses.

Refin Agro Sul: suspensão do vencimento das prestações de operações contratadas por meio de Programas Agropecuários do Governo Federal.

Fust Emergencial: solução emergencial, com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), voltada ao restabelecimento da capacidade de atuação dos prestadores de serviços de telecomunicações (PST) em áreas afetadas por calamidades, emergências públicas ou desastres naturais.

Fundo Social: disponibilizamos R$ 15 bilhões de recursos do fundo, por meio de operações diretas e indiretas, para empresas impactadas pelos eventos climáticos extremos.

O andamento do apoio a projetos no estado, no âmbito das medidas emergenciais, pode ser acompanhado em painel disponibilizado em nosso *site*.

Conheça alguns dos projetos que aprovamos:

Aeroporto de Porto Alegre

Foram R$ 100 milhões concedidos à Fraport, concessionária que administra o Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, para a recuperação do terminal, que havia sido interditado em decorrência do desastre na região. O apoio permitiu a reabertura tempestiva do terminal, minimizando impactos para os usuários e para a economia local.

Saneamento

Financiamento de R$ 400 milhões à Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), para enfrentamento dos efeitos da catástrofe climática.

Setor rodoviário

As concessionárias Via Sul e Caminhos da Serra Gaúcha foram apoiadas com R$ 125 milhões e R$ 100 milhões, respectivamente, na modalidade capital de giro.

Reconstrução de unidade

Projeto da TW Transportes e Logística financiado com R$ 58 milhões pelo BNDES prevê investimento e reconstrução de novo armazém na região metropolitana de Porto Alegre, em substituição à unidade destruída em Canoas.

Hospital Mãe de Deus

Unidade importante no sistema de saúde da capital gaúcha, foi alagada durante a enchente e permaneceu 45 dias fechada. As chuvas intensas obrigaram a transferência de todos os pacientes e causaram danos principalmente no subsolo e no andar térreo. Apoiamos com R$ 70 milhões a reconstrução e modernização da estrutura para a mitigação de riscos futuros e recuperação de um prédio de apoio. O hospital também contou com financiamento, via crédito emergencial, no valor de R$ 80 milhões para despesas de capital de giro.

Realocação de armazém

Projeto da Cruzeiro Comércio de Alimentos – empresa de varejo de alimentos e mercearia de Cruzeiro do Sul – contou com R$ 510 mil de apoio para transferência do armazém para bairro menos vulnerável aos desastres, possibilitando a construção de uma unidade mais moderna e ampla.

Recuperação de unidade industrial

Com apoio de R$ 5,7 milhões, a empresa de produtos de limpeza Fontana, localizada em Encantado, poderá reparar totalmente sua unidade, incluindo remoção de entulho, obras civis, aquisição de móveis etc.

Reposição de máquinas e equipamentos

Financiamento de R$ 58 milhões para serem utilizados na reposição de máquinas e equipamentos de Bettanin, Atlas e Sanremo, cujas unidades pararam completamente, tendo sido registrado níveis de água de até 1,6m.

Substituição de fábrica alagada

Financiamento de R$ 152,9 milhões para a Josapar Joaquim Oliveira S.A. Participações para a implantação de uma fábrica de fertilizantes em Rio Grande. A unidade vai substituir a planta existente na vizinha Pelotas, que será desativada em razão dos alagamentos recorrentes. O último, causado pelos eventos climáticos extremos de 2024, deixou a planta totalmente submersa por 27 dias e fora de operação por sessenta dias, afetando severamente a capacidade de produção da companhia.

Capital de giro para as Lojas Lebes

Financiamento de R$ 141 milhões na modalidade de capital de giro para apoiar a necessidade de liquidez das Lojas Lebes (Drebes & Cia Ltda.). Varejista "tipo magazine", a rede vende móveis, decoração, vestuário, perfumes, eletrodomésticos, eletroportáteis, acessórios automotivos, entre outros. A empresa solicitou apoio para 22 unidades afetadas pelas enchentes, distribuídas em 17 municípios do estado, com o compromisso de manutenção dos níveis de emprego anteriores ao alagamento.

Recuperação da Rampinelli Alimentos

Financiamento de R$ 40 milhões para a Rampinelli Alimentos, que atua em armazenagem, beneficiamento e comercialização de diversos tipos de arroz, além de biscoitos, farinhas e outros derivados do cereal. A empresa teve três unidades inundadas, duas em Eldorado do Sul e uma em Triunfo, com interrupção total de operação, bloqueio total de acesso e falta de energia. Foram afetados pavilhões, silos, galpões, subestações, casas, refeitórios, alojamentos e escritórios.

Recuperação de empresa de terminais de autoatendimento

Financiamento de R$ 37,1 milhões para a Saque e Pague, que disponibiliza terminais integrados de autoatendimento para clientes de bancos, financeiras, casas de câmbio e operadoras de telefonia. A empresa teve 119 equipamentos do tipo "caixa rápido" alagados e outros 13 foram retirados por contingência. Também houve perda de dinheiro em espécie, e vários terminais ficaram indisponíveis para realizar transações. Além disso, as duas instalações da empresa, em Porto Alegre, ficaram alagadas.

Solar Comércio e Agroindústria

Financiamento de R$ 25 milhões para a Solar Comércio e Agroindústria, para a recuperação de quatro unidades das Lojas Solar, nos municípios de Arroio do Meio, Encantado, Roca Sales e São Sebastião do Caí, além de um centro distribuição da produtora e exportadora de ovos Naturovos, localizado em Porto Alegre. Com os alagamentos, houve prejuízos com infraestrutura e estoque de mercadorias, perda de faturamento na produção e exportação de ovos, além de cancelamento de pedidos de materiais de construção, móveis e eletrodomésticos por clientes das lojas.

Recuperação de empresa de suprimentos corporativos

Financiamento de R$ 20 milhões para a Br Supply, empresa do segmento de suprimentos corporativos, como itens de escritório e papelaria, equipamentos e produtos eletrônicos, higiene e limpeza, descartáveis e utensílios. O centro de distribuição, situado na cidade de São Leopoldo, foi fortemente afetado pelas enchentes, causando prejuízos na estrutura física e em máquinas e equipamentos, perda de estoques e redução no faturamento por conta do fechamento da unidade por mais de vinte dias.

Restabelecimento de telecomunicações

Financiamento de R$ 40 milhões à Unifique Telecomunicações S.A. para apoiar, por meio de capital de giro, o restabelecimento da capacidade de prestação de serviços da companhia em áreas afetadas pelas enchentes, que impactaram diretamente mais de 35 mil clientes da Unifique. Com uma vasta região afetada no Rio Grande do Sul, a companhia deslocou suas equipes operacionais de Santa Catarina, contratou mão de obra terceirizada e adquiriu equipamentos e veículos para auxiliar na reconstrução da rede e na troca de dispositivos de conexão nas residências dos clientes afetados.

TEMA MATERIAL

INFRAESTRUTURA

Objetivo estratégico: *Expandir o apoio a projetos de **infraestrutura** reduzindo o hiato de investimentos no setor e promovendo resiliência*

[GRI 3-3]

Os investimentos em infraestrutura têm grande influência no crescimento econômico, na produtividade, na geração de emprego e renda e na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Buscamos reduzir o hiato de investimentos em infraestrutura, promovendo resiliência e adaptação climática, transição energética e ampliando o acesso a serviços de qualidade, com redução de desigualdades.

Nesse sentido, estruturamos e financiamos projetos para apoiar: (i) transição energética, com destaque para o uso de fontes renováveis, gás natural e novas rotas tecnológicas; (ii) modernização e expansão de ativos do setor elétrico (geração, transmissão e distribuição); (iii) logística (rodovias, ferrovias, hidrovias, dutos, navegação, apoio marítimo e portuário, portos, aeroportos e operadores logísticos) e mobilidade urbana; (iv) equipamentos e estruturas de apoio de infraestrutura; (v) indústria naval; (vi) saneamento básico, com destaque para a universalização dos serviços de água e esgoto e redução de perdas de água tratadae não faturada; (vii) gestão integrada adequada de resíduos sólidos urbanos (RSU); (viii) novas tecnologias para a mitigação de emissões de gases de efeito estufa, tais como captura e armazenamento de carbono (CCUS), hidrogênio de baixo carbono, novos combustíveis e eletrificação ou hibridização de frotas; (ix) telecomunicações, com foco na banda larga; (x) infraestrutura educacional, com foco na educação pública; e (xi) infraestrutura de saúde, com foco na atenção primária e atendimento hospitalar.

DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA

Em 2024 o BNDES fortaleceu sua atuação como coordenador de ofertas públicas de debêntures. Ao longo do ano foram 16 emissões, que totalizaram R$ 32,6 bilhões de captação, todas elas em apoio a investimentos privados em infraestrutura. Entre as emissões, destaca-se a da Concessionária do Sistema Rio-São Paulo SA, de R$ 9,4 bilhões, a maior emissão de debênture incentivada na história do mercado brasileiro para investimentos nas rodovias Dutra e Rio-Santos.

SANEAMENTO

Fomentamos a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico e a redução das desigualdades sociais e regionais. Estamos convictos de que a ampliação do acesso a tais serviços contribui de maneira decisiva para a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental, propósitos do BNDES.

Em 2024, participamos de discussões institucionais e regulatórias sobre o setor, em diversos fóruns no país, como no evento "Agenda BNDES para o saneamento: ampliando o diálogo rumo à universalização", organizado por nós em cooperação com o GRI Club, e que contou com sessões sobre o novo ciclo de projetos para atingir a universalização dos serviços de água e esgoto, o financiamento do setor de saneamento e também destacaram os desafios dos componentes de drenagem e RSU.

Na tabela a seguir apresentamos os indicadores estratégicos de negócio do tema infraestrutura e de seu respectivo objetivo estratégico. Em 2024, tivemos desempenho acima da meta, com destaque para a quantidade de operações aprovadas em infraestrutura.

INDICADOR ESTRATÉGICO	META	REALIZADO ATÉ 31.12.2024	DESEMPENHO
Quantidade de operações aprovadas em infraestrutura	58	135	232,759%
Valor das operações aprovadas em infraestrutura	R$ 38.328 milhões	R$ 58.587 milhões	152,857%
Marcos de estruturação de projetos de infraestrutura	21	30	142,857%

Sentaram-se à mesa conosco, entre outros, representantes do Ministério das Cidades (MCID), da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Instituto Trata Brasil. Também estreitamos relacionamento com as principais associações do setor, como a Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon), a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae) e a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe).

Além disso, participamos da construção da Taxonomia Sustentável Brasileira no eixo saneamento, cujos cadernos técnicos contêm propostas preliminares que foram colocadas em consulta pública em novembro.

Projetos apoiados

Entre os projetos concluídos em 2024, destacam-se:

- implantação de um aterro sanitário com capacidade de processamento de RSU de aproximadamente 580 toneladas/dia e implantação de uma unidade de tratamento de resíduos de serviços de saúde (UTRSS), no município de Guapó, na região metropolitana de Goiânia (GO). O projeto tem o potencial de atender a demanda de Goiânia, Guapó, Aparecida de Goiânia e outros municípios próximos, beneficiando uma população de mais de 900 mil habitantes; e
- implantação de infraestrutura e execução de novas fases dos aterros sanitários nas unidades de Betim e de Juiz de Fora, em Minas Gerais, com ampliação da capacidade de processamento de RSU em aproximadamente 1.890 toneladas/dia.

Entre os **projetos aprovados** em 2024, destacam-se:

PROJETO	VALOR APROVADO	RESULTADOS PREVISTOS
Águas de Manaus (AM)	R$ 1,5 bilhão	» Mais 1.470 mil habitantes com acesso à rede de esgoto. » Mais 250 mil habitantes com acesso à água tratada. » Redução de perdas de água tratada e não faturada (de 55,4% para 25%).
Verde Ambiental (AL)	R$ 257,9 milhões	» Mais 195 mil habitantes com acesso à rede de esgoto. » Mais 47 mil habitantes com acesso à água tratada. » Redução de perdas de água tratada e não faturada (de 45% para 25%).
Solvi Essencis (SP, PR, PI e BA)	R$ 235,1 milhões	» 750 toneladas/dia de aumento de capacidade de processamento de RSU. » 340 mil tCO_2e/ano de redução nas emissões de gases de efeito estufa.
Sanepar (PR)	R$ 194,2 milhões	» Melhorias operacionais, que incluem o tratamento do lodo residual gerado em estações de tratamento de água.
Ciclus Ambiental (RJ)	R$ 125,7 milhões	» 86 mil tCO_2e/ano de redução nas emissões de gases de efeito estufa.
Sanesul (MS)	R$ 99,3 milhões	» Mais 11 mil habitantes com acesso à rede de esgoto. » Mais 1,9 mil habitantes com acesso à água tratada.
Águas de Votorantim (SP)	R$ 54,4 milhões	» Mais 8,1 mil habitantes com acesso à rede de esgoto. » Mais 5 mil habitantes com acesso à água tratada. » Melhorias operacionais, que incluem o tratamento do lodo residual gerado em estações de tratamento de água.

Projetos estruturados

Nossa atuação na estruturação de projetos de saneamento continua expressiva, com dez projetos na carteira em fase de preparação até o fim de 2024, além dos 13 projetos já leiloados com sucesso nos últimos cinco anos. O novo ciclo de projetos de água e esgoto contempla majoritariamente estados das regiões Norte e Nordeste e, consequentemente, apresenta potencial de desconcentrar regionalmente os investimentos nesses serviços.

Em 2024, o BNDES foi mandatado pelo estado do Rio Grande do Norte para a modelagem de uma parceria público-privada (PPP) de esgoto com a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern). Somam-se a esse projeto estruturações em diferentes estágios nos estados de Pará, Pernambuco, Rondônia, Paraíba, Maranhão, Goiás, Minas Gerais e Alagoas, e no município de Porto Alegre, abrangendo um total de 35 milhões de pessoas. Em setembro, foi realizado o leilão do projeto de concessão dos serviços de água e esgoto de Sergipe, que beneficiará 2,3 milhões de pessoas e deve gerar R$ 6,3 bilhões em investimentos. Em dezembro, lançamos o edital da concessão dos serviços de água e esgoto do Pará, que irá beneficiar 5,1 milhões de pessoas e deve gerar R$ 18,7 bilhões em investimentos. Destaca-se também nossa atuação na estruturação de projetos de manejo de RSU, cuja carteira já contava com o projeto do Amapá e foi acrescida do projeto do estado de Goiás.

ENERGIA

Nossa atuação no setor tem como foco a transição energética, com destaque para o uso de fontes renováveis, gás natural (com viés de transição e para geração de hidrogênio e biometano e da infraestrutura associada) e novas rotas tecnológicas. Além de contribuir para a neutralidade de emissões de carbono, buscamos modernizar e descentralizar a matriz energética.

Mantivemos participação ativa nas discussões e definições do setor por meio de participação nas câmaras temáticas do Programa Nacional do Hidrogênio e nos debates legislativos acerca dos temas ligados à transição energética, como hidrogênio, eólicas *offshore* e mercado de carbono.

Projetos apoiados

Entre os **projetos concluídos** em 2024, destacam-se:

- Complexo Eólico Umari, localizado no Rio Grande do Norte, que entrou em operação comercial plena em julho de 2024. O financiamento contribuiu com a adição de 202,5 MW de capacidade instalada à matriz energética. O complexo é capaz de gerar energia limpa suficiente para evitar a emissão de 345,5 mil tCO2e por ano de projeto e, durante sua implantação, foram criados aproximadamente 1.000 empregos; e
- produção de biometano no maior aterro sanitário da América Latina, localizado em Caieiras (SP). A unidade opera desde outubro de 2024 e tem capacidade para produzir até 70 mil m³/dia de biometano, evitando anualmente a emissão de mais de 300 mil toneladas de CO_2 na atmosfera. Durante sua implantação, foram criados aproximadamente 115 empregos entre diretos e indiretos.

Entre os **projetos aprovados** em 2024, destacam-se:

PROJETO	VALOR APROVADO	RESULTADOS PREVISTOS
Complexo Eólico Serra do Tigre (RN)	R$ 640 milhões	» Construção de dois parques eólicos com capacidade instalada de 121,5 MW.
Usina da Adubos e Gestão de Resíduos em Campos Novos (SC)	R$ 94,1 milhões	» Construção de usina de processamento da biomassa de resíduos para produção de biogás, biometano e fertilizantes, com sistema de purificação com capacidade nominal instalada de 31.440 Nm³/dia de biometano.
Complexo Eólico Cajuína (RN)	R$ 300 milhões	» Construção de quatro parques eólicos com capacidade instalada total de 153,9 MW.

A usina de biometano em Caeiras recebe resíduos de municípios da região metropolitana de São Paulo e da própria capital. Foto: Essencis Biometano S.A.

Projetos estruturados

Em setembro de 2024, entregamos os estudos para a conclusão da usina nuclear Angra 3 à Eletronuclear (ETN) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). De posse dos estudos, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) poderá deliberar sobre definições essenciais para a continuidade do projeto, como o preço de energia, do ato de outorga e do contrato de comercialização de energia.

O projeto é um dos maiores empreendimentos de infraestrutura do Brasil atualmente, com 67% das obras concluídas. Em 2031, quando entrar em operação, com capacidade instalada de 1,4 GW, a usina poderá gerar volume de energia equivalente ao consumo conjunto de Belo Horizonte e Brasília – ou seja, cerca de 10 milhões de MWh/ano – ao longo de cinquenta anos, prorrogáveis por mais até vinte anos.

MOBILIDADE URBANA

Nossa atuação se concentra em projetos de transporte público que contribuam para melhorar as condições de mobilidade nas cidades brasileiras e a qualidade de vida da população. Priorizamos sistemas de alta e média capacidades e o uso de fontes de energia limpa. Buscamos promover o planejamento integrado, eliminar o hiato de investimentos e articular políticas públicas setoriais.

Em 2024, criamos o programa BNDES Pró-Transporte Refrota, que tem como objetivo promover a melhoria da mobilidade urbana nas cidades brasileiras, por meio de investimentos em veículos de transporte público coletivo, com recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Projetos apoiados

Entre os **projetos concluídos** em 2024, destaca-se o do corredor oeste do BRT Sorocaba, aprovado em 2019, que já se encontra em plena operação.

Entre os **projetos aprovados** em 2024, destacam-se:

PROJETO	VALOR APROVADO	RESULTADOS PREVISTOS
Projetos selecionados no Novo PAC, no subeixo de Renovação de Frota (RS, MG, PR e ES)	R$ 1,3 bilhão	» Aquisição de 304 ônibus elétricos a bateria, bem como seus equipamentos de recarga, para utilização no serviço público de mobilidade urbana dos seguintes entes públicos: Porto Alegre, apoiado com R$ 447,7 milhões; Belo Horizonte, com R$ 317 milhões; Curitiba, com R$ 380 milhões; e o estado do Espírito Santo, com R$ 150 milhões.
Projeto selecionado no Novo PAC, no subeixo de Renovação de Frota (RS)	R$ 560,6 milhões	» Aquisição de 500 ônibus a *diesel* Euro VI, para utilização no serviço público de mobilidade urbana em Porto Alegre.
Projeto Mobibrasil, aprovado no âmbito do BNDES Pró-Transporte Refrota, primeiro programa a operacionalizar o uso de recursos do FGTS no Banco (SP)	R$ 49,9 milhões	» Aquisição de 87 ônibus elétricos para uso no transporte público da cidade de São Paulo, beneficiando cerca de 400 mil pessoas.
Metrô do Distrito Federal (DF)	R$ 400 milhões	» Expansão de 3,6 km da Linha 1 do Metrô do Distrito Federal na região de Samambaia. Espera-se que o projeto agregue demanda de 9.840 passageiros por dia ao sistema de transporte sobre trilhos de Brasília e contribua para reduzir emissão de poluentes e gases de efeito estufa, evitando potencialmente a emissão de 7.791 tCO_2e por ano.

O projeto do BRT Socorocaba promove o uso mais equitativo do espaço público e facilita o acesso da população ao transporte. Foto: Felipe França.

Projetos estruturados

A carteira de projetos do setor de mobilidade urbana encerrou 2024 com 12 projetos em preparação. Os principais destaques foram a entrega, em dezembro, dos estudos técnicos do projeto VLT Rio de Janeiro referentes à conversão dos atuais corredores de BRT TransCarioca e TransOeste no município, em modo sobre trilhos, especificamente veículo leve sobre trilhos (VLT). Os resultados foram apresentados e entregues à prefeitura e preveem investimentos para os dois corredores, incluindo futura expansão, na ordem de R$ 11,26 bilhões, a serem executados, em sua maior parte, nos três primeiros anos de concessão. Os dois sistemas de BRT juntos têm mais de 80,2 km de extensão e previsão de demanda diária de quase 600 mil passageiros no primeiro ano de operação. A conversão para VLT, além de apresentar vantagens financeiras em relação ao BRT, como menor custo total ao longo da vida útil e menor custo operacional por km/passageiro, também contribui para a redução de emissão de poluentes e gases de efeito estufa, apresenta alta eficiência energética, possibilita a expansão a custos mais baixos que outros modos, contribui para a reurbanização da cidade e melhora a percepção de qualidade do serviço pelos usuários.

Em 2024, foi concluída a cooperação com o Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW), com a entrega dos cinco estudos selecionados via chamada pública, que incluíram: (i) eletrificação da frota de BRTs de Curitiba; (ii) ciclomobilidade elétrica para micrologística de cargas em Fortaleza; (iii) VLT de Guarulhos; (iv) VLT do Recife; e (v) teleférico do subúrbio de Salvador.

Nesse sentido, concluímos a primeira etapa dos estudos para estruturação da concessão ou PPP da Rede Integrada de Transportes (RIT) de Curitiba. A atual concessão foi realizada em 2010 e vencerá em setembro de 2025. Esse é o primeiro projeto estruturado pelo BNDES com ênfase na eletrificação da frota; sua meta é alcançar 33% da frota de ônibus de Curitiba até 2030 e a sua totalidade até 2050, zerando as emissões de CO_2 desse modal. Adicionalmente, avançamos nos estudos para implantação de VLTs sobre o corredor do Eixo Boqueirão em Curitiba, com expansão prevista até o aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais.

Contribuímos, também, com 49,96% dos recursos da *facility* PSPInfra, uma parceria entre o BNDES, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Financeira Internacional (IFC), que objetiva melhorar a oferta de serviços públicos no Brasil por meio de projetos de infraestrutura, com a participação do setor privado. Em 2024, foram concluídos os estudos para a concessão das Linhas 11 a 13 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), cujo edital foi publicado em dezembro; e estão em andamento os estudos para a implantação das Linhas 10 e 14, também da CPTM, e do eixo oeste do Trem Intercidades (TIC), conectando São Paulo a Sorocaba. Em conjunto, os projetos da carteira deverão mobilizar cerca de R$ 34 bilhões em investimentos e beneficiar mais de 4,1 milhões de usuários diários.

ESTUDO NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA

Em maio de 2024, foi contratada consultoria para a elaboração do Estudo Nacional de Mobilidade Urbana, que visa formar uma carteira de projetos, incluindo concessões e PPPs, que promovam investimentos na implantação e expansão de serviços públicos como metrô, trem urbano, VLT e BRT.
Essa iniciativa prevê o financiamento e a coordenação para realização de estudos nas 21 regiões metropolitanas do país com população conurbada superior a um milhão de habitantes, gerando insumos para a elaboração de uma estratégia nacional de mobilidade urbana.
Os trabalhos se encontram em andamento e deverão ser concluídos ainda em 2025.

LOGÍSTICA E TRANSPORTE

O apoio ao setor visa contribuir para a implantação de uma matriz de transporte mais integrada, sustentável e resiliente, que reduza custos logísticos, aumente a segurança dos usuários, proporcione maior qualidade nos serviços, amplie a oferta de modos de transportes mais eficientes e contribua de forma efetiva para fortalecer a competitividade das empresas.

Projetos apoiados

Em 2024 consolidamos o apoio ao setor rodoviário, como consequência de um *pipeline* relevante de leilões nos níveis federal e estadual. Realizamos estudos de pré-financiabilidade para os dez editais lançados no ano, participando de reuniões com potenciais interessados em possibilidades de estruturação financeira para os projetos e contribuindo para a oferta de propostas mais adequadas.

Viabilizamos a realização de investimentos relevantes para a ampliação dos principais eixos logísticos do país, com destaque para a ampliação da Dutra, onde será construída a nova Serra das Araras (concessionária Rio-SP); a duplicação da BR 163 no Mato Grosso (nova rota do Oeste), principal rodovia do agronegócio brasileiro; a ampliação de capacidade de um conjunto de rodovias no Paraná que levam ao Porto de Paranaguá (Concessionária Litoral Pioneiro), entre outros, incluindo o apoio emergencial para concessionárias afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul.

Os financiamentos aprovados ultrapassam R$ 23,5 bilhões, utilizando uma combinação do financiamento tradicional (Finem), com instrumentos de mercado de capitais (aquisição de debêntures). O montante representou o maior volume já aprovado de recursos para projetos de rodovias na série histórica do BNDES, o que contribuirá para a melhoria do nível de serviço para os usuários brasileiros.

Do ponto de vista institucional e regulatório, atuamos em conjunto com outras instituições para promover avanços e inovações no setor rodoviário. Participamos de *road shows* no Brasil e no exterior para explicar a financiabilidade dos projetos, realizamos interações com órgãos de controle e avançamos na agenda ambiental, social e de governança (ASG), com a emissão da primeira debênture de transição verde do setor rodoviário no Brasil.

Aprovamos também a movimentação de R$ 465 milhões das contas vinculadas das empresas brasileiras de navegação (EBN), relativas ao Adicional de Frete de Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), a serem aplicados em projetos de construção e reparação naval brasileira, em especial naqueles vinculados ao transporte fluvial e à cabotagem. Em julho desse mesmo ano, firmamos um acordo de cooperação técnica (ACT) com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para apoiar o desenvolvimento de estudos e projetos para viabilizar infraestrutura hidroviária no país, em especial nos rios Tapajós e Tocantins. Trata-se de uma nova fronteira de parceria com o setor privado, recentemente priorizada pela Antaq e pelo Ministério dos Portos e Aeroportos, e que visa atrair investimentos privados para qualificação da infraestrutura logística, com redução do custo de frete e das emissões de gases do efeito estufa.

Além disso, reforçamos nossa atuação nos segmentos aeroportuário e ferroviário. No primeiro, concedemos apoio emergencial para a recuperação do Aeroporto de Porto Alegre, que havia sido interditado em decorrência dos eventos climáticos extremos na região. Já no setor ferroviário, aprovamos a subscrição de R$ 500 milhões em emissão de debêntures incentivadas pela VLI Multimodal, destinados à modernização da via permanente, construção de novos pátios e substituição de rodeiros do material rodante, fortalecendo a eficiência operacional e contribuindo para a expansão sustentável da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA).

Entre os **projetos aprovados** em 2024, destacam-se:

PROJETO	VALOR APROVADO	RESULTADOS PREVISTOS
		Setor rodoviário
Concessionária do Sistema Rio-SP (RJ/SP)	R$ 10,75 bilhões	» Execução de investimentos de ampliação de capacidade na Dutra e na BR 101/RJ (Rio-Santos): nova Serra das Araras, 600 km de faixas adicionais, vias marginais, duplicação de 80 km da Rio-Santos, iluminação da rodovia.
Concessionária Rota do Oeste (CRO) (MT)	R$ 5 bilhões	» Execução de 444 km de duplicações da CRO, recuperação de pavimentos, contornos e dispositivos previstos no contrato de concessão.
Concessionária EPR Litoral Pioneiro (PR)	R$ 6,38 bilhões	» Obras de duplicação, faixas adicionais, marginais, ciclovias, viadutos e melhorias no acesso ao Porto de Paranaguá.
Concessionária Via Brasil MT-246 (MT)	R$ 355 milhões	» Execução de investimentos até o oitavo ano da concessão: faixas marginais, acostamentos e correção de traçados.
Debêntures Planalto Sul (SC)	R$ 300 milhões	» Execução de novos investimentos incluídos no contrato de concessão, com destaque para terceiras faixas e dispositivos em desnível.
EPR Triângulo (MG)	R$ 525 milhões	» Obras de duplicação, faixas adicionais, acostamentos e outras melhorias previstas no contrato de concessão.
		Setor hidroviário
LHG Logística	R$ 3,7 bilhões	» Apoiado pelo Fundo de Marinha Mercante (FMM), destina-se à construção de 400 balsas graneleiras e 15 empurradores para transporte de minério pelos rios Paraná e Paraguai.
Transdourada Navegação (PA)	R$ 160 milhões	» Apoiado por meio do Fundo Clima e do Finame Direto, é um projeto emblemático de descarbonização, pois objetiva transferir para o transporte hidroviário (barcaças) o transporte atualmente feito por caminhões no Pará.
		Setor ferroviário
VLI Multimodal	R$ 500 milhões	» Investimentos em modernização de via permanente; construção de pátios; e substituição de rodeiros de material rodante, no âmbito da concessão da FCA, apoiado por meio de debêntures incentivadas.

Projetos estruturados

Em 2024 foi realizado o primeiro leilão do programa federal de concessões em parceria com o BNDES. O lote Rota Verde abrange 426 km de extensão e investimentos de R$ 4 bilhões a serem executados ao longo de trinta anos. A concessão será composta pelas BRs 060 e 452 e é parte de importante corredor de escoamento da safra produzida em Goiás. O leilão obteve elevada competitividade, com a participação de quatro grupos de investidores.

Adicionalmente, a parceria com o Ministério dos Transportes para estruturação de concessões rodoviárias obteve importantes avanços com a publicação do edital do lote Rota Agro Norte; o protocolo no TCU do lote Rota Agro; e a abertura de audiência pública para os lotes Rota dos Sertões e Rota Gerais.

TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O ano foi marcado pelo avanço significativo nos esforços para ampliar a acessibilidade e modernizar a infraestrutura de telecomunicações, visando a massificação da conectividade e o suporte ao desenvolvimento do ecossistema de inovação no setor. Isso denota a consolidação de nossa operação com fundos setoriais para a implementação de políticas públicas, assegurando um impacto duradouro e significativo no avanço da infraestrutura e serviços de telecomunicações em todo o país.

Assim, a continuidade das operações envolvendo fundos setoriais, em especial o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), seguiu demonstrando seu papel essencial no fomento a projetos que reduzem desigualdades de acesso e impulsionam a inovação no setor.

Em 2024, o total captado com o Fust foi de R$ 901 milhões, elevando a captação acumulada desde 2022 para R$ 3,15 bilhões. Parte dos recursos captados foi destinada ao Fundo BNDES Fust Não Reembolsável, voltado para apoiar projetos de implementação de conectividade diretamente em escolas públicas. Desde 2023, início da operação do fundo, foram aprovados R$ 1,72 bilhão em operações voltadas à expansão e modernização da infraestrutura de telecomunicações. Esse montante viabilizou, entre outros resultados: (i) apoio à conexão de 1.696 escolas públicas, beneficiando aproximadamente 612 mil alunos; (ii) R$ 228 milhões destinados a projetos voltados a escolas públicas; (iii) apoio a projetos de conectividade em 551 municípios, incluindo 680 favelas; e (iv) apoio à expansão de redes com potencial de atingir mais de 767 mil lares, bem como à implantação de 8 mil km de fibra ótica e instalação de 514 estações rádio base (ERB) de telefonia/banda larga móvel 4G/5G.

Já no âmbito do Funttel, captamos R$ 163,8 milhões, com a aprovação de R$ 66 milhões em novas operações. O fundo objetiva estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações. Assim, os investimentos são direcionados à promoção da inovação tecnológica e ao fortalecimento da cadeia produtiva de telecomunicações.

Projetos apoiados

Entre os **projetos concluídos** em 2024, destaca-se o da provedora regional Aranet Comunicação. Primeiro projeto integralmente concluído no âmbito do Fust, foi destinado ao atendimento de 14 escolas em cinco municípios do extremo norte do Tocantins, localizados na Amazônia Legal: Wanderlândia, Riachinho, Ananás, Angico e Nazaré. Além de beneficiar diretamente cerca de 2,4 mil alunos, o projeto possibilita 5 mil novas conexões de internet banda larga ao longo dos 198 km de fibra ótica que foram implantados no caminho até as unidades de ensino.

Saiba mais sobre nossa atuação em educação no capítulo Desenvolvimento social e regional.

Entre os **projetos aprovados** em 2024, destacam-se:

PROJETO	VALOR APROVADO	RESULTADOS PREVISTOS
Recursos do Fust		
Brisanet e Highline	R$ 400 milhões	» Os dois projetos preveem ampliação da oferta de internet de banda larga em regiões com baixa renda e baixa qualidade de rede, criando oportunidades de inclusão digital. Espera-se beneficiar cerca de 680 favelas em todo o Brasil.
Recursos Funttel		
Constanta	R$ 31 milhões	» Desenvolvimento de novas versões de produtos da empresa com tecnologias de internet das coisas (IoT), e aumento da capacidade produtiva das unidades industriais localizadas em Atibaia (SP) e Manaus (AM) voltadas aos segmentos de smart *utilities*, *smart cities* e pecuária inteligente.
Datacom	R$ 20 milhões	» Ampliação da atuação da empresa nos mercados onde já atua e da oferta de soluções mais completas ao mercado. O financiamento em taxas competitivas pode acelerar a contratação de equipes e reforçar a estratégia inovadora da empresa na busca por maior participação no mercado nacional.

No âmbito das operações indiretas automáticas, cabe ressaltar que, na plataforma operacional do Programa BNDES Finame Fust, desde setembro de 2023, foram aprovadas 22 operações, em um total de R$ 34 milhões, para 18 diferentes prestadores de serviços de telecomunicações de pequeno porte.

TEMA MATERIAL

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E INOVAÇÃO

Objetivo estratégico: *Expandir o apoio ao* ***desenvolvimento produtivo*** *abrangendo* ***inovação e digitalização*** [GRI 3-3]

Nossa atuação tem como diretriz estratégica promover uma nova industrialização da economia brasileira, tornando-a mais verde, inovadora, inclusiva e digital e ampliando a complexidade do setor industrial, de modo a viabilizar a produção de bens e serviços de maior valor agregado.

Para isso, temos trabalhado em sintonia com o Governo Federal, que construiu uma política industrial moderna, a Nova Indústria Brasil, com uma abordagem por missões, conforme definido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI).

Tendo como elementos transversais a inovação e a digitalização, a busca por soluções adequadas à transição ecológica, o aumento de produtividade e de exportações, buscamos estruturar e financiar projetos para promoção de: (i) cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética; (ii) complexo econômico-industrial da saúde resiliente para reduzir vulnerabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e ampliar o acesso da população a seus serviços; (iii) infraestrutura, saneamento e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e o bem-estar nas cidades; (iv) transformação digital da indústria para ampliar sua produtividade; (v) bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas para garantir recursos às gerações futuras; e (vi) tecnologias de interesse para a soberania nacional.

INOVAÇÃO

Em 2024, fortalecemos nosso apoio à inovação. As aprovações totalizaram R$ 13,6 bilhões, sendo R$ 10,3 bilhões oriundos do Plano Mais Produção. Os desembolsos para projetos inovadores representaram 6,4% do total desembolsado pelo Banco, um aumento substancial em relação a 2023, quando o percentual havia sido de 3%.

Projetos apoiados

Em dezembro de 2024, foi aprovada uma nova operação não reembolsável do BNDES Funtec para desenvolvimento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), no âmbito do programa Brasil Mais Produtivo (B+P), iniciativa do Governo Federal capitaneada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). A operação, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), viabilizará a seleção e execução de projetos colaborativos de PD&I entre institutos da Rede Senai e provedores de soluções tecnológicas para aplicação em MPMEs. As propostas serão selecionadas por meio de chamadas públicas do Senai, prevendo um investimento total de R$ 125,5 milhões, dos quais R$ 80 milhões provenientes do BNDES. A expectativa é alcançar, ao menos, 3.600 MPMEs, apoiando no mínimo 150 projetos para disseminação tecnológica, que estejam em estágios finais de desenvolvimento referentes a tecnologias habilitadoras da indústria 4.0.

Na tabela a seguir apresentamos os indicadores estratégicos de negócio do tema desenvolvimento produtivo e inovação e de seu respectivo objetivo estratégico. Em 2024, tivemos desempenho muito acima da meta em todos os indicadores relacionados ao tema, com todos passando de 200%.

INDICADOR ESTRATÉGICO	META	REALIZADO ATÉ 31.12.2024	DESEMPENHO
Quantidade de operações aprovadas em desenvolvimento produtivo	80	168	210,000%
Valor das operações aprovadas em desenvolvimento produtivo	R$ 9.500 milhões	R$ 20.525 milhões	216,052%
Quantidade de operações aprovadas em inovação	20	43	215,000%
Valor das operações aprovadas em inovação	R$ 5.000 milhões	R$ 13.618 milhões	272,354%

NOVA INDÚSTRIA BRASIL (NIB)

A NIB é uma política industrial lançada pelo Governo Federal, em 2024 com o objetivo de revitalizar e modernizar o setor industrial brasileiro até 2033. A iniciativa busca reverter o processo de desindustrialização do país, promovendo o desenvolvimento sustentável, a inovação e a competitividade da indústria nacional.

O plano atualmente prevê um investimento de R$ 506,7 bilhões em financiamentos, aplicados por diversas instituições, com destaque para o BNDES, operando R$ 259 bilhões.

A NIB está estruturada em seis missões principais, cada uma com metas específicas a serem alcançadas até 2033, e contempla diversos instrumentos, que se dividem em três grandes grupos: financiamento, ações para melhoria no ambiente de negócios e compras públicas.

Nas ações relativas ao pilar financiamento, foi lançado o Plano Mais Produção (P+P), que tem como objetivo fomentar a neoindustrialização e a transição ecológica do Brasil.

No BNDES, para que o P+P pudesse ter seu impacto maximizado, diversas ações foram tomadas para aprimorar os instrumentos de apoio à indústria, tais como:

» **Fundo Clima**: expansão do fundo com captação de R$ 10 bilhões em títulos soberanos verdes e a inclusão de novos focos de atuação.

» **Fust**: desbloqueio de recursos após mais de vinte anos, com captação de R$ 3,15 bilhões e aprovação de R$ 1,72 bilhão (data-base 31.12.2024), contemplando a expansão de mais de 8 mil km de fibra óptica, além do atendimento com conectividade para 1.696 escolas públicas, entre outros resultados, em mais de quinhentos municípios; sendo o BNDES o único agente financeiro até o momento.

» **FNDIT**: fundo para organizar e tornar mais eficiente a alocação de recursos de contrapartidas das políticas do MDIC, sendo operacionalizado pelo BNDES. Início da operação no primeiro trimestre de 2025.

» **Programa FSA Audiovisual**: tem o objetivo de induzir investimentos e potencializar o mercado de crédito para o setor audiovisual, com foco de atuação nos principais gargalos de produção e de exibição, bem como o fortalecimento empresarial em todos os elos da cadeia.

» **FNAC**: fundo voltado para infraestrutura aeroportuária e turismo, com recursos da União destinados ao financiamento de prestadores aéreos regulares. O BNDES será agente financeiro do fundo.

» **Programa Fornecedores SUS**: orçamento de R$ 500 milhões para financiamento de equipamentos e materiais de saúde produzidos no Brasil.

» **Exportações**: reposicionamento do crédito para pré-embarque; recorde de apoio à Embraer; e ampliação do Exim Automático para novos exportadores.

» **Chamada pública para biocombustíveis sustentáveis**: lançamento da chamada, em parceria com a Finep, para seleção de planos de negócio para desenvolvimento e implantação de biorrefinarias, que visam a produção de combustíveis sustentáveis, incluindo o combustível de aviação sustentável (SAF) e combustíveis para navegação. Serão disponibilizados R$ 3 bilhões por cada uma das instituições.

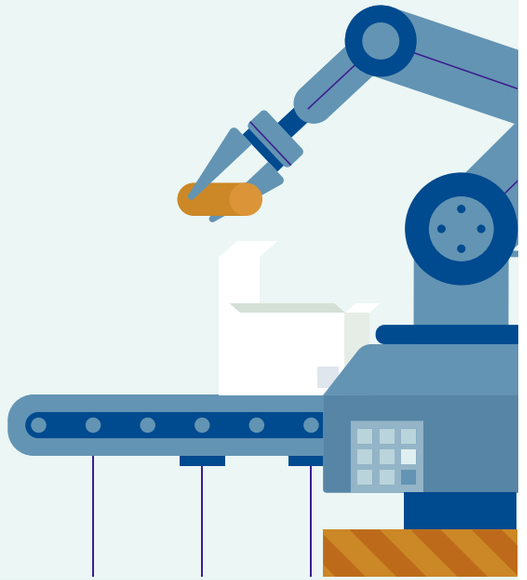
» **Minerais críticos – fundo para a transição energética e chamada para transformação mineral**: o Fundo de Investimento em Participações (FIP) no setor de mineração foi lançado pelo BNDES, em parceria com a Vale, para pesquisa e exploração de minerais fundamentais para descarbonização, como lítio, nióbio e terras raras. Em janeiro de 2025, foi anunciada uma chamada pública para projetos de transformação mineral, em conjunto com a Finep.

Desempenho do P+P em 2024

No âmbito do plano, aprovamos, em 2024, R$ 100,6 bilhões em 73,7 mil operações, sendo R$ 42,6 bilhões (42,3%) destinados a micro, pequenas e médias empresas (MPME), correspondendo a 65,6 mil operações.

Até dezembro de 2024, 70% dos recursos previstos para o P+P (2023 a 2026) pelo BNDES já haviam sido executados. A maior parte desses recursos foi emprestada a custo de mercado, sendo que recursos para inovação, digitalização e descarbonização têm apoio incentivado.

Para mais informações sobre a contribuição do BNDES para o plano, acesse o Painel do Plano Mais Produção no *site* do BNDES.



BENS DE CAPITAL E SETOR AUTOMOTIVO

Nosso apoio à indústria de média-alta e alta tecnologia visa fomentar e difundir tecnologias habilitadoras, estimular a indústria 4.0 e a eficiência no uso de recursos, apoiar a modernização e a competitividade, bem como apoiar a cadeia de produção de veículos bioeletrificados.

Com relação ao setor automotivo, foi iniciada, em 2024, a operacionalização do Programa Prioritário BNDES Mover de descarbonização da mobilidade e logística, no âmbito do Programa Mover – Mobilidade Verde, regime automotivo brasileiro que destina recursos para o desenvolvimento industrial e tecnológico do setor e sua cadeia produtiva. O programa apoia, com recursos não reembolsáveis, projetos de PD&I do setor automotivo, com foco em tecnologias que estimulem a descarbonização da mobilidade. Foram realizados dois ciclos de recebimento de propostas ao longo de 2024, com um total de 13 projetos protocolados e cinco selecionados para análise e eventual aprovação. Os projetos em análise demandam recursos do programa prioritário da ordem de R$ 68 milhões.

A Eve Air Mobility teve financiamento aprovado pelo BNDES para implantação de planta pioneira e desenvolvimento de eVTOLs. Foto: Acervo Eve Air Mobility

Entre os **projetos aprovados** em 2024, destacam-se:

PROJETO	VALOR APROVADO	RESULTADOS PREVISTOS
Data Engenharia Ltda.	R$ 20 milhões (BNDES Mais Inovação)	Implantação de planta pioneira em Sarzedo (MG) destinada à fabricação de reatores de saturação natural para redes de transmissão e distribuição de energia elétrica. O desenvolvimento desses produtos envolve, entre outros, a utilização de *softwares* avançados para cálculos eletromecânicos, simulações virtuais e equipamentos especiais para ensaios e testes. Entre os benefícios dessa tecnologia, destacam-se sua maior eficiência energética, menor perda de energia e maior estabilidade.
Toledo do Brasil Indústria de Balanças Ltda.	R$ 37,2 milhões (BNDES Mais Inovação)	Plano de investimentos da unidade em São Bernardo do Campo (SP) para desenvolvimento de soluções que incorporam inteligência artificial (IA), visão computacional, IoT, *big data*, aprendizado de máquina, análise de dados e predição de falhas. As soluções têm como foco os setores industrial, varejo, agronegócio e logística, sendo esperado o desenvolvimento de 15 novos produtos.
Tupy S.A.	R$ 58,2 milhões (BNDES Mais Inovação)	Plano de inovação para investimentos em transformação digital nas unidades fabris em Betim (MG) e Joinville (SC), com previsão de desenvolvimento de estruturas digitais, digitalização de processos e utilização de algoritmos de aprendizado de máquina e técnicas de visão computacional. Investimentos em P&D para a substituição de motores a *diesel* por etanol em veículos pesados na unidade em São Paulo (SP). É previsto o desenvolvimento de um motor a etanol em ciclo Otto para substituir motores a *diesel* de tratores e veículos pesados agrícolas.
Fundição Ciron (empresa do Grupo Fundimisa)	R$ 87,8 milhões (BNDES Mais Inovação)	Implantação de planta industrial de mais de 32 mil m² em Alvorada (RS) destinada à fabricação de componentes por processo de fundição pioneiro no Brasil para substituir itens atualmente importados. A planta terá capacidade produtiva de até 7.500 toneladas/mês de peças de ferro fundido. Os produtos a serem fabricados destinam-se a clientes dos setores automobilístico, agroindustrial, energia e construção civil.
Eve Soluções de Mobilidade Aérea Urbana Ltda (empresa controlada pela Embraer)	R$ 500 milhões (BNDES Mais Inovação) + R$ 200 milhões (Fundo Clima)	A primeira operação, de R$ 500 milhões, visa a implantação de planta pioneira de veículos elétricos de pouso e decolagem vertical (eVTOLs), em Taubaté (SP). A planta terá mais de 66 mil m², com capacidade para fabricar até 480 eVTOLs por ano. Já a segunda operação, de R$ 200 milhões, financiará a segunda fase do desenvolvimento dos eVTOLs, correspondendo a 33% do total a ser investido. O projeto está sendo desenvolvido nos munícipios de Gavião Peixoto e São José dos Campos (SP). Nessa segunda fase do projeto, haverá a fabricação de protótipos operacionais de veículos tripulados e, posteriormente, veículos comerciais. Em 2025, está previsto o primeiro voo de transição (pairado ou estacionário para voo de cruzeiro) e, em 2027, o primeiro voo para cumprimento de requisitos de certificação.

INDÚSTRIAS DE BASE

Nossa atuação no setor busca apoiar cadeias estratégicas para a economia brasileira, de maneira a garantir uma nova onda de industrialização, em bases mais verdes e inovadoras. Buscamos promover o desenvolvimento sustentável de diversos setores, como química, indústria de base florestal, mineração e transformação mineral, com atenção aos papéis que desempenharão na transição energética. Assim, entre nossas prioridades, figura o apoio à química verde, à bioeconomia, à expansão da produção e transformação de minerais críticos ou estratégicos, inclusive fertilizantes, e ao desenvolvimento e introdução de tecnologias para a descarbonização da indústria. A mesma atenção é dispensada às oportunidades de investimentos para produção de materiais de baixo carbono, aproveitando as vantagens brasileiras em recursos naturais e energias renováveis, por exemplo, para construção de *hubs* de hidrogênio e produtos de ferro e aço, ou fertilizantes.

Na agenda de descarbonização, publicamos o estudo sobre a Descarbonização das Indústrias de Base, como resultado do esforço de discussões técnicas do último ano e de forma a suportar as estratégias e planos de governo para mitigação climática.

Para apoio à produção de minerais estratégicos, aprovamos a participação do BNDES como cotista âncora de fundo de investimento em participações (FIP) dedicado a projetos de pesquisa mineral e desenvolvimento de novas minas, com a mobilização de capital privado e o objetivo de destravar o potencial de investimentos dependentes de instrumentos de financiamento participativos.

O novo fundo iniciará sua operação em 2025 e a expectativa é que os financiamentos realizados ao longo do período de investimentos ultrapassem o valor previsto de R$ 1 bilhão. Além dos financiamentos realizados pelo próprio fundo, é esperado que a sua participação mobilize grande volume de recursos adicionais para coinvestimento nos projetos investidos, que deverão seguir as melhores práticas de sustentabilidade social e ambiental. Trata-se, portanto, de instrumento de grande impacto para a viabilização da produção de minerais estratégicos no país.

Entre os **projetos aprovados** em 2024, destacam-se:

PROJETO	VALOR APROVADO	RESULTADOS PREVISTOS
Sigma Mineração	R$ 486 milhões (Fundo Clima)	Implantação de unidade industrial de beneficiamento de concentrado de lítio, com capacidade produtiva de 250 mil toneladas/ano, no município de Itinga (MG). O apoio financeiro ao projeto foi concedido no âmbito do Programa Fundo Clima, modalidade Indústria Verde, por se tratar de aumento de capacidade produtiva e de comercialização de lítio, mineral crítico e insumo indispensável da cadeia produtiva de baterias para veículos elétricos, voltados à descarbonização.
Unipar Carbocloro	R$ 400 milhões (Fundo Clima) + R$ 273 milhões (BNDES Finem Incentivada)	Modernização tecnológica e unificação dos métodos produtivos da unidade industrial de Cubatão (SP). A substituição das tecnologias atualmente vigentes na produção de cloro e soda (quais sejam, mercúrio e diafragma) pelo uso de membrana irá proporcionar benefícios ambientais significativos, com melhoria da eficiência energética e redução das emissões de gases do efeito estufa.
Karina Plásticos	R$ 23,5 milhões (BNDES Mais Inovação)	Implantação de planta industrial pioneira com três linhas de produtos inovadores no país: (i) plásticos biodegradáveis substitutos dos plásticos de origem fóssil e que não persistem na natureza; (ii) plásticos à base de grafeno para produção de peças mais leves e com melhor desempenho mecânico; e (iii) adesivos para plásticos multicamadas, como embalagens, tubos e filmes laminados. As três novas linhas somam a capacidade produtiva de 7.600 toneladas por ano e serão instaladas dentro do atual parque fabril da empresa, em Guarulhos (SP). O projeto contribui para a expansão da fronteira tecnológica brasileira, além de gerar um efeito positivo na balança comercial do país, por meio da substituição de importações, em alinhamento com a NIB e suas missões.

BENS DE CONSUMO E INTERMEDIÁRIOS, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Temos um histórico de apoio contínuo às indústrias de bens de consumo e intermediários, bem como aos setores de comércio e serviços. São os setores que geram mais empregos formais no país, além de serem grandes difusores de tecnologias de propósito genérico.

Entre os **projetos aprovados** no ano, destacam-se:

PROJETO	VALOR APROVADO	RESULTADOS PREVISTOS
Cordeiro Cabos Elétricos	R$ 25 milhões (Finame Direto)	Financiamento para produção de cabos, fios e condutores elétricos. A empresa emprega cerca de 400 pessoas e tem sua unidade industrial localizada em Ferraz dos Vasconcelos (SP).
Grupo Dias e Rocha	R$ 20 milhões (BNDES Máquinas e Serviços)	Financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos para o grupo que possui a rede varejista de farmácias com bandeira Natus Farma. A rede possui 81 lojas em 44 cidades do interior de Minas Gerais, empregando 1.800 pessoas

COMPLEXO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE

Nossa atuação tem como foco contribuir para a sustentabilidade e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), buscando a resiliência do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ceis) e a ampliação do acesso à saúde. Pautamo-nos pela missão 2 da NIB, que prevê ampliar a participação da produção nacional dos atuais 42% para 70% do consumo interno de medicamentos, vacinas, equipamentos e materiais para saúde. Para isso, adotamos a abordagem integrada e sistêmica do Ceis, contemplando o financiamento a projetos tanto dos serviços de saúde quanto das indústrias farmacêutica e de dispositivos para saúde.

Projetos apoiados

O ano de 2024 foi marcado pela forte retomada dos investimentos em projetos de inovação na indústria farmacêutica brasileira. Aprovamos R$ 3,8 bilhões para o setor farmacêutico, dos quais R$ 2,9 bilhões no Programa Mais Inovação. Esse número é um recorde na série histórica, iniciada em 1995. Foram apoiados alguns dos maiores laboratórios privados nacionais, como Aché, Althaia, Biolab, Bionovis, EMS, Eurofarma, Hypera e Libbs. A ampliação dos investimentos em inovação fortalece não apenas a capacidade competitiva das empresas, mas também mobiliza o ecossistema científico e tecnológico em saúde, empregando pesquisadores e gerando novos produtos adaptados à realidade brasileira.

No último ano, lançamos também o Programa BNDES Fornecedores SUS. O instrumento é voltado ao fortalecimento do segmento dos fabricantes de dispositivos para saúde nacionais que fornecem para o SUS, e tem orçamento de R$ 500 milhões. Foram aprovados três projetos em 2024, totalizando R$ 97 milhões, para as empresas Vincula (fabricante de próteses ortopédicas), Confiance Medical (fabricante de equipamentos de videocirurgia) e Lifemed (fabricante de vasto portfólio para UTI e centro cirúrgico).

Entre os **projetos aprovados** no ano, destacam-se:

PROJETO	VALOR APROVADO	RESULTADOS PREVISTOS
Butantan – vacina tetravalente contra a gripe	R$ 45,4 milhões (BNDES Mais Inovação)	Financiamento de testes clínicos para o desenvolvimento da vacina tetravalente contra a gripe. A nova vacina amplia a eficácia do imunizante e facilita a incorporação de outras linhagens do vírus *influenza*.
Butantan – nova unidade	R$ 386 milhões (BNDES Mais Inovação)	Implantação da unidade de desenvolvimento e produção de bancos de células para vacinas e medicamentos do Instituto Butantan.

AUDIOVISUAL

Em 2024 foi lançado o Programa BNDES de Financiamento ao Setor Audiovisual (BNDES FSA Audiovisual), que busca induzir investimentos e potencializar o mercado de crédito para o setor, com foco de atuação nos principais gargalos de produção e de exibição, bem como no fortalecimento empresarial em todos os elos da cadeia. O acesso ao crédito constitui um ponto de vulnerabilidade ao setor, sendo um grande entrave para a expansão dos investimentos. O programa foi criado em parceria entre Ministério da Cultura, Agência Nacional de Cinema (Ancine) e BNDES.

O orçamento do FSA já disponibilizado para a modalidade de apoio por crédito é de R$ 400 milhões, podendo, anualmente, ser definida nova dotação. O BNDES ficou responsável prioritariamente pelas operações acima de R$ 10 milhões, enquanto o Banco Regional do Extremo Sul (BRDE), pelas operações abaixo desse valor.

Em agosto, o BNDES, o BRDE e a Ancine realizaram evento em que foram apresentadas, em linhas gerais, as regras e condições da nova linha em todas as suas modalidades. A cerimônia contou com a participação de mais de 250 empresas e entidades representativas do setor, que tiveram a oportunidade de tirar dúvidas específicas em uma rodada de perguntas e respostas ao fim.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E REGIONAL E GESTÃO PÚBLICA

Objetivo estratégico: *Ampliar o apoio a projetos de* ***desenvolvimento social e regional e gestão pública*** *buscando reduzir as desigualdades e promovendo cidadania*

Nossa atuação na agenda social busca desenvolver e estruturar iniciativas sociais que visibilizem e tragam a questão social para o centro da discussão sobre desenvolvimento, estimulando a inclusão com redução de desigualdades e o desenvolvimento social e regional. Essas ações têm como foco investimentos em inclusão produtiva, rural e urbana, principalmente para populações vulneráveis; o desenvolvimento urbano, especialmente em favelas e periferias; a preservação do patrimônio cultural e cultura; a modernização da administração pública municipal e estadual; e a segurança alimentar e a transição de sistemas alimentares sustentáveis, entre outros.

O ano de 2024 foi marcado por entregas com ações relevantes e estruturantes tanto no campo da gestão pública quanto no das ações de desenvolvimento social. No setor público, o BNDES se consolidou como um banco parceiro, contribuindo no apoio a projetos de resiliência e adaptação climática e mantendo sua liderança como banco financiador da melhoria da gestão pública. Desde 2023, foram mais de R$ 11 bilhões aprovados com o setor público em projetos qualificados e estruturantes. No campo do desenvolvimento social, foram lançados editais e chamadas nos temas: periferias, agroecologia e agricultura familiar, catadores de materiais recicláveis, patrimônio histórico e escolas conectadas, bem como a aprovação de projetos no âmbito das iniciativas Sertão Vivo e Viva Pequena África.

Neste capítulo, apresentamos nossas principais ações de apoio a programas, iniciativas, chamadas públicas e de estruturação de projetos sociais. Detalhes sobre nossa governança, nossos processos e impactos relacionados ao tema podem ser encontrados no capítulo Nosso impacto socioambiental e climático.

Na tabela a seguir apresentamos os indicadores estratégicos de negócio associados ao nosso objetivo estratégico relacionado ao desenvolvimento social e ao apoio à gestão pública. Em 2024, tivemos desempenho muito acima da meta para os indicadores de quantidade de operações, que teve um número três vezes maior que a meta estipulada, e de valor das operações aprovadas, que alcançou um número quase cinco vezes maior do que o previsto. O grande volume de aprovações nesse tema se deve à sua transversalidade e ao amplo espectro de categorias previstas na taxonomia social adotada, uma vez que esse indicador contempla projetos e parcerias que buscam estimular a inclusão, a redução das desigualdades e a promoção da cidadania, considerando não só as operações relatadas neste capítulo, como também as de desenvolvimento produtivo e infraestrutura, que contribuem para prover acesso a serviços essenciais e qualidade de vida à sociedade. Somente o indicador de marcos de estruturação de projetos com foco social teve desempenho abaixo da meta, com uma diferença de quatro projetos a menos do que o planejado (menos de 15%).

INDICADOR ESTRATÉGICO	META	REALIZADO ATÉ 31.12.2024	DESEMPENHO
Quantidade de operações aprovadas em desenvolvimento social e gestão pública	50	174	348,000%
Valor das operações aprovadas em desenvolvimento social e gestão pública	R$ 9.158 milhões	R$ 47.753 milhões	521,431%
Marcos de estruturação de projetos com foco social	31	27	87,097%

EDUCAÇÃO

Atuamos prioritariamente na educação básica, com foco na qualidade do ensino e na redução das desigualdades. Nosso apoio à educação é alinhado às políticas públicas para o setor e ocorre por meio de chamadas e seleção pública com recursos não reembolsáveis do Fundo Socioambiental, sempre alavancando parcerias privadas. Em 2024, foi criado o Fundo BNDES Fust Não Reembolsável, para apoio a projetos que visem a implementação de conectividade em escolas públicas. Tal apoio se soma ao que já vinha sendo realizado por meio de operações reembolsáveis com recursos do Fundo para Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), cujos projetos aprovados até o fim de 2024 contemplam o fornecimento de conectividade para trezentas escolas, beneficiando, potencialmente, cerca de 41 mil alunos.

Projetos apoiados

Em 2024, uma série de ações se desenvolveram, em três atuações principais:

Redes de ensino na Amazônia Legal

Três projetos representam nossa atuação em educação na Amazônia Legal. O primeiro é o programa Itinerários Amazônicos, desenvolvido pelo Instituto Iungo com nosso apoio e de parceiros privados. O programa tem como objetivo o desenvolvimento de conteúdo didático específico por meio de unidades curriculares que visem a sustentabilidade da Amazônia para os itinerários formativos do ensino médio, e oferece formação continuada às secretarias estaduais de educação parceiras para implementação desses itinerários nas escolas da região da Amazônia Legal. Em 2024, esse projeto recebeu um prêmio internacional em programas curriculares, oferecido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela Socialab.

O segundo é o projeto Saneamento nas Escolas – Piloto Marajó (PA), em parceria com a Fundação Habitat para a Humanidade, cujo objetivo é a implantação de tecnologias sociais de saneamento em unidades de ensino municipais com déficit de abastecimento de água potável e/ou esgotamento sanitário. Em 2024, foi concluído o diagnóstico de infraestrutura básica das escolas municipais da mesorregião do Marajó.

O último é o estudo para implementação de cursos técnicos em bioeconomia, em parceria com Ministério da Educação, Senai e Instituto Amazônia+21, que prevê a realização de dois fóruns em 2025 para apresentação dos produtos desenvolvidos. O apoio total ao projeto tem valor de R$ 7,4 milhões, já tendo sido liberados R$ 3,5 milhões.

Formação e tecnologias sociais em educação pública

Em 2024, foram intensificadas as ações em cinco projetos com foco na formação de colaboradores das secretarias estaduais e municipais de educação, todas com 50% do valor total financiado com recursos do Fundo Socioambiental.

O projeto "Alavancas para uma educação inclusiva de qualidade", realizado pelo Instituto Rodrigo Mendes, capacitou, no período, mais de 415 pessoas (gestores escolares e professores) no tema educação inclusiva, em dez municípios, beneficiando 174 mil alunos das redes públicas municipais. Seu valor total é de R$ 5,9 milhões.

Já o projeto de educação em parceria com o Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação (IPTI), que tem valor total de R$ 9,9 milhões, realizou atividades em 58 municípios (sendo 29 novos), alcançando mais de 66 mil alunos e 1.200 professores. O objetivo do projeto é contribuir para a consolidação e replicação de tecnologias sociais pedagógicas e de apoio à gestão escolar.

No ano, também foram iniciadas atividades de projeto de educação em parceria com a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) que irá promover a formação continuada de professores do ensino fundamental de onze municípios do estado do Amazonas, beneficiando 15 mil alunos. O projeto tem valor total de R$ 11,1 milhões.

Realizado pelo Instituto Votorantim com nosso apoio, o programa Parceria pela Valorização da Educação (PVE) iniciou, em 2024, atividades nos 33 municípios selecionados em 2023, com objetivo de desenvolver gestores das secretarias de educação, diretores escolares e coordenadores pedagógicos, bem como mobilizar pais, alunos e profissionais em prol da educação. Outros 33 municípios já haviam iniciado as atividades do projeto em 2022, totalizando 66 municípios, distribuídos pelas cinco regiões do país, e mais de 1.700 escolas beneficiadas pelo projeto. A iniciativa tem valor total de R$ 43 milhões.

Por fim, o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio – percurso técnico (Panem-TEC), também realizado em parceria com o Instituto Votorantim, lançou, em 2024, edital para a seleção de cinco estados, com objetivo de ampliar e qualificar a oferta de itinerários de formação técnica e profissional do ensino médio, alinhados com os arranjos produtivos nos territórios. A iniciativa com os estados tem valor total de R$ 4 milhões.

Escola em tempo integral

Em 2024 também aprovamos financiamento por meio de parceria público privada (PPP), para a SPE Integra S.A. no valor de R$ 52,6 milhões, para a implantação de cinco centros educacionais unificados (CEU), no município de São Paulo (SP). Os cinco CEUs ampliarão a infraestrutura social voltada para oferta de ensino integral, lazer, esporte e cultura em cinco bairros da cidade de São Paulo, selecionados pela prefeitura com base em índices de vulnerabilidade social. Ao todo, há expectativa de que os equipamentos tenham capacidade de atender diariamente a uma população de cerca de 31 mil pessoas, sendo mais de 4,6 mil novas vagas de Ensino Fundamental em tempo integral, mais de 3 mil vagas na Universidade nos Centros Educacionais Unificados (UniCEU) e mais de 23,1 mil vagas por dia em oficinas de cultura, esporte e recreação.

BNDES FUST NÃO REEMBOLSÁVEL

Em maio de 2024, o BNDES lançou o Edital BNDES Fust Escolas Conectadas, no valor de R$ 66 milhões. Foi o primeiro edital de seleção pública utilizando recursos não reembolsáveis do Fust, que teve como objetivo a implementação de solução de conectividade em 1.396 escolas públicas no Norte e Nordeste, divididas em três lotes. As empresas vencedoras deverão fornecer a essas escolas, de forma gratuita, acesso à internet em banda larga e infraestrutura interna para distribuição do sinal em todos os ambientes escolares, além do monitoramento em tempo real da conectividade. A implementação ocorrerá de forma escalonada, com conclusão para 50% das escolas até julho de 2025, e para o restante até janeiro de 2026. A prestação desses serviços de internet e distribuição de sinal ocorrerá por 24 meses para cada escola após sua ativação.

INCLUSÃO PRODUTIVA

Nossas iniciativas de inclusão produtiva e social visam beneficiar a população de baixa renda e/ou vulnerável por meio de parcerias que fortaleçam aglomerações produtivas, rurais e urbanas, a partir da estruturação de empreendimentos coletivos e individuais para geração de trabalho e renda.

Projetos apoiados

Em 2024, apoiamos uma série de projetos, por meio de chamadas e seleção pública, com recursos não reembolsáveis do Fundo Socioambiental, sempre alavancando parcerias privadas, visando a inclusão tanto no campo quanto nas periferias das cidades.

No ano, foi lançado o edital Novo Cataforte, no qual selecionamos, nas cinco regiões do país, 21 propostas de projetos de fortalecimento da estrutura de redes de cooperativas e associações de catadoras e catadores de materiais recicláveis. A iniciativa, de R$ 50 milhões de recursos não reembolsáveis do BNDES e da Fundação Banco do Brasil, está alinhada ao Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular (Pró-Catador) e às diretrizes do Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC), que conta com a participação do BNDES.

Foram inauguradas também cinco unidades do Espaço Empreendedor Pra>Frente, para impulsionar o empreendedorismo popular por meio do desenvolvimento comunitário e econômico local em Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), São Luís (MA), Campo Grande (MS) e Algodão de Jandaíra (PB). A iniciativa Pra>Frente, em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC), oferece capacitação e mentoria de forma digital para empreendedores de baixa renda e conta com investimentos que somam R$ 12,7 milhões, sendo a nossa participação de 50%.

Aprovamos ainda a iniciativa Tudo na Circularidade (TC), que é um veículo de atração de recursos externos ao BNDES para financiamento não reembolsável a investimentos em projetos de reciclagem e logística reversa de cooperativas de catadores. O objetivo é selecionar projetos que aumentem o volume de material reciclado, principalmente para insumos industriais (vidro, papel, plástico e metal), mas não descartando as soluções de reciclagem do lixo orgânico para a agricultura e geração de energia. Espera-se que o TC seja um pontapé para o espraiamento de novas soluções e modelos de negócios para a formação de usinas de reciclagem, fazendo a estruturação de toda a cadeia logística reversa do resíduo, desde a coleta até o retorno ao mercado consumidor, além de possibilitar ganhos de renda adicionais para as cooperativas de trabalhadores da catação.

Projetos de inclusão produtiva no âmbito da agricultura familiar também foram apoiados, podendo ser encontrados no capítulo MPMEs, agropecuária e cooperativismo.

BNDES PERIFERIAS

Em 2024, lançamos a iniciativa BNDES Periferias para marcar nosso direcionamento estratégico com um novo olhar para a diversidade e redução das desigualdades sociais e regionais a partir das periferias e sua população. A iniciativa reforça nossa atuação em inclusão produtiva urbana, com geração de renda.

No âmbito da iniciativa, ao longo do ano, foram lançadas duas chamadas com recursos não reembolsáveis do BNDES Fundo Socioambiental, para entidades sem fins lucrativos, com foco em projetos de geração de emprego e renda em territórios periféricos urbanos em duas frentes: **Polos BNDES Periferias** (construção ou revitalização de espaços para integração e oferta de serviços à comunidade, focados na geração de trabalho e renda) e **BNDES Periferias Empreendedoras** (realização de capacitação, mentoria e aporte de recursos para capital semente para negócios periféricos que priorizem empreendimentos de mulheres, jovens e população negra).

No último trimestre de 2024, promovemos a **Caravana BNDES Periferias** em Recife, Salvador e Belém, para uma escuta ativa das organizações sociais locais, visando um levantamento dos principais desafios e demandas para a realização de suas atividades. Os insumos levantados nessa escuta irão aprimorar nossa atuação nas periferias, gerando ações mais diretas e efetivas e com maior impacto social.

SAÚDE

Além da nossa atuação no Complexo Econômico-Industrial da Saúde, apoiamos projetos estratégicos, com recursos não reembolsáveis de nossos fundos estatutários.

Projetos apoiados

Um projeto de destaque é o Juntos pela Saúde, destinado a fortalecer o SUS nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. A ação segue o modelo de *matchfunding,* no qual, para cada real doado por parceiros, nós colocamos mais um real não reembolsável do Fundo Socioambiental. A iniciativa é gerida pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis). Em 2024, o programa se expandiu para todos os estados das regiões Norte e Nordeste, em mais de 350 municípios, totalizando mais de R$ 100 milhões investidos no fortalecimento da saúde pública.

Foi também lançado o edital Atenção Primária em Saúde do SUS no Norte e Nordeste, em parceria com a Umane, com o objetivo de apoiar iniciativas de aprimoramento da atenção primária à saúde (APS) em municípios com menos de um médico para cada mil habitantes. Foram selecionados cinco projetos, que envolvem iniciativas como assistência à saúde na Amazônia, uso de inteligência artificial (IA) para aumento da eficiência hospitalar e erradicação do câncer de colo do útero, uma condição de saúde com alta prevalência em áreas remotas do país.

Ainda em 2024, assinamos contrato com o Ministério da Saúde e o Instituto Nacional de Câncer (Inca) para a estruturação de um projeto de construção do edifício principal, reforma do edifício antigo e prestação de serviços não assistenciais do novo *campus* do Inca, no Rio de Janeiro (RJ), que será transformado em um centro de desenvolvimento científico e inovação tecnológica para assistência a pacientes e integração das áreas do instituto, com capacidade de atendimento para 450 leitos.

DESENVOLVIMENTO URBANO

Em 2024, mantivemos uma agenda de desenvolvimento urbano sustentável, que concentra desafios sociais, econômicos, ambientais, culturais e humanitários, demandando abordagem integrada de ações. Com o objetivo de enfrentar tais desafios e promover a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida nas cidades brasileiras, trabalhamos com diversas formas de apoio aos estados, municípios e concessões públicas.

Além das soluções de financiamento tradicionais, destacam-se as ações de suporte técnico e estruturação de projetos para entes federativos subnacionais e a promoção de arranjos que aprimorem dimensões de planejamento, governança e gestão pública, inclusive por intermédio da articulação dos diversos atores envolvidos com a temática urbana.

Nossa atuação está centrada em três grandes eixos:
(i) sustentabilidade ambiental, com foco na estratégia de adaptação de áreas urbanas vulneráveis aos eventos extremos provocados pelas mudanças climáticas; (ii) transformação urbano-social das favelas e periferias das cidades brasileiras, integrando ações de melhoria da infraestrutura local com a promoção do emprego e renda, da inclusão social, da diversidade, da convivência e do sentimento de pertencimento da população residente; e (iii) revitalização dos centros urbanos e do patrimônio histórico existente, incentivando a atração de moradores para recortes territoriais já dotados de infraestrutura urbana e o fortalecimento das vocações econômicas e da cultura local.

Com o intuito de ampliar o impacto das ações na temática urbana, firmamos parcerias e participamos de eventos e trocas de conhecimento com diversos *stakeholders* do setor. Um exemplo é o acordo de cooperação técnica (ACT) com o BID, que tem como finalidade o desenho e a formulação de mecanismos financeiros de apoio conjunto a intervenções urbanas de grande impacto, abarcando assistência técnica e captação de recursos destinados a municípios de médio porte durante a elaboração de propostas, inclusive por intermédio da mobilização de conhecimentos e de capital privado. Em 2024, foi finalizado o trabalho, contendo proposta para o aperfeiçoamento do apoio a projetos de desenvolvimento urbano integrado sustentável em municípios brasileiros.

Realizamos também o 1° Encontro Técnico Cidades Resilientes, seminário para capacitar os técnicos das prefeituras com projetos no BNDES por intermédio da interação não só com nossas equipes, mas também com técnicos de prefeituras que apresentaram projetos climáticos de destaque no Banco.

Projetos apoiados

Em 2024, destacamos a contratação de financiamento com o município de Campinas (SP), no valor de R$ 503,6 milhões, sendo R$ 80 milhões provenientes do Fundo Clima, e a liberação da primeira parcela, no valor de R$ 27,1 milhões, de recursos que serão destinados à prevenção de enchentes e enxurradas na região central da cidade. O projeto integra soluções tradicionais de engenharia com soluções baseadas na natureza, incorporando ao sistema de drenagem local três reservatórios de retenção e galerias de derivação, além da implantação de três parques lineares nas margens de córregos da cidade.

Complementando o apoio de 2023 ao município de Tangará de Serra (MT), aprovamos, em 2024, financiamento de R$ 50,8 milhões com o objetivo de garantir a segurança hídrica da população do município durante os períodos de estiagem, cada vez mais frequentes e intensos, devido às mudanças climáticas. O projeto se destina à ampliação da capacidade de captação, tratamento e distribuição de água tratada no município.

Projetos estruturados

Nossa atuação na estruturação de projetos envolvendo soluções imobiliárias e requalificação urbana encerrou o ano com 14 projetos ativos em diferentes fases de execução. Ao longo de 2024, realizamos o leilão da concessão de trinta anos do Cais Mauá, em Porto Alegre (RS), e concluímos os estudos para permuta de dois terrenos da Universidade de Brasília (UnB), em Brasília (DF).

A concessão do Cais Mauá prevê investimentos de R$ 353,3 milhões e revitalizará uma área de 181,2 mil m² entre a Usina do Gasômetro e a Rodoviária, incluindo restauro histórico, urbanização e soluções de contenção resilientes. Prevê-se a geração de quatro mil empregos e o resgate da integração histórica do local com o lago Guaíba, transformando o espaço em um polo de economia criativa, cultura e lazer. O contrato garante acesso público gratuito, e a realização de espaços culturais e eventos, buscando promover o desenvolvimento sustentável aliado ao turismo.

Já os estudos para a UnB envolvem a proposição e a implementação de modelagem para permuta de terrenos livres por imóveis prontos, passíveis de geração de renda, a ser revertida para atividades de pesquisa, ensino e extensão da instituição de ensino. Destaca-se que o modelo de valorização do patrimônio da UnB por meio da permuta de terrenos é previsto na legislação que autorizou a criação da universidade, constituindo mecanismo de financiamento idealizado pelos legisladores e líderes da fundação da instituição para garantir a perenidade da sua função social.

Além disso, temos os seguintes estudos em andamento:

i) concessão de área aos fundos do Complexo Itamaraty no Rio de Janeiro (RJ), projeto que visa a sustentabilidade do próprio complexo, que passa por uma restauração completa também apoiada em parte com recursos do BNDES Fundo Cultural;

ii) requalificação territorial em área de 900 hectares entre os municípios de São Leopoldo e Sapucaia, no Rio Grande do Sul;

iii) PPP visando investimentos no Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul;

iv) reabilitação da Avenida Guararapes, no Centro Histórico do Recife (PE); e

v) estruturação do Distrito Cultural Pequena África, localizado no Centro do município do Rio de Janeiro.

Também foram celebrados contratos com a Universidade Federal de Pernambuco, para a estruturação da concessão do Edifício Celso Furtado (antiga sede da Sudene), em Recife (PE), e com o Exército Brasileiro, para a estruturação da concessão do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro (RJ).

PATRIMÔNIO CULTURAL E CULTURA

Somos um dos maiores e mais consistentes apoiadores do patrimônio cultural brasileiro, com atuação ininterrupta ao longo dos últimos 26 anos e contribuição a mais de quatrocentos patrimônios e acervos memoriais brasileiros localizados nas diversas regiões do país. Apoiamos projetos tanto por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) quanto com recursos não reembolsáveis próprios, por meio do Fundo Cultural.

Projetos apoiados

Em 2024, foram entregues diversos equipamentos culturais à sociedade:

- O Centro de Interpretação da Aldeia de Reis Magos, no município de Serra (ES): nosso apoio, com recursos não reembolsáveis de R$ 2,05 milhões, permitiu a restauração do bem tombado; a implantação de um centro de interpretação no complexo da Igreja dos Reis Magos, composto por igreja, residência e pátio; a execução de ações de divulgação e de educação patrimonial; e a criação de um plano diretor para o entorno.
- A Estação Ferroviária de Taubaté, em Taubaté (SP), que foi apoiada com R$ 4,4 milhões de recursos não reembolsáveis do BNDES, teve seu espaço restaurado e contará com um espaço museológico, restaurante, café e loja.
- O Teatro Cultura Artística, no município de São Paulo (SP), foi reinaugurado com o apoio de recursos não reembolsáveis de R$ 10 milhões, que se destinaram a executar a segunda fase de restauro do teatro, após incêndio que o destruiu parcialmente em 2008. O apoio contemplou o restauro completo das áreas remanescentes do edifício e a execução das obras civis complementares relativas às instalações, aos revestimentos e ao aparelhamento das salas de espetáculo, salas multiuso, espaços públicos, retaguarda de palco e escritórios. O projeto, no valor total de R$ 71 milhões, contou com recursos adicionais de diversos apoiadores.
- O Armazém da Utopia, projeto icônico na região portuária do Rio de Janeiro (RJ), com apoio de R$ 12 milhões não reembolsáveis do BNDES, aliou a preservação do traçado arquitetônico à refuncionalização viabilizada pelo uso da tecnologia, o que transformou o espaço no maior equipamento cultural capacitado para múltiplas funções na cidade do Rio de Janeiro.
- O apoio ao Museu de Arte de São Paulo (Masp), no âmbito da Chamada Pública de Segurança de Museus, no valor de R$ 6,6 milhões não reembolsáveis, permitiu que o primeiro museu moderno do Brasil obtivesse seu alvará de funcionamento, após atendimento às normas de segurança contra incêndios e de acessibilidade.

Viva Pequena África

Em agosto de 2024, dando continuidade ao edital Viva Pequena África, contratamos o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap) que, em parceria com Diáspora.Black e Instituto Feira Preta, atuarão como gestores da iniciativa, executando ações para o fortalecimento das instituições e manifestações culturais ligadas à preservação e valorização da memória e herança africana na região da Pequena África, no Rio de Janeiro (RJ), e a estruturação de uma rede de instituições e de territórios representantes da memória e herança africana no país.

O valor total da iniciativa é de R$ 20 milhões, sendo a nossa participação de R$ 10 milhões por meio do Fundo Cultural. Em 2024, foram constituídas parcerias com: Instituto Ibirapitanga, Fundação Ford, Open Society Foundation e Fundação Itaú.

A iniciativa Viva Pequena África está inserida em um plano de ação coordenado pelo BNDES, motivado pelo reconhecimento do Sítio Arqueológico Cais do Valongo como patrimônio cultural mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O plano de ação tem por objetivo promover esse patrimônio mundial, a região do seu entorno (Pequena África), e os territórios culturais que guardam a memória e a herança africanas.

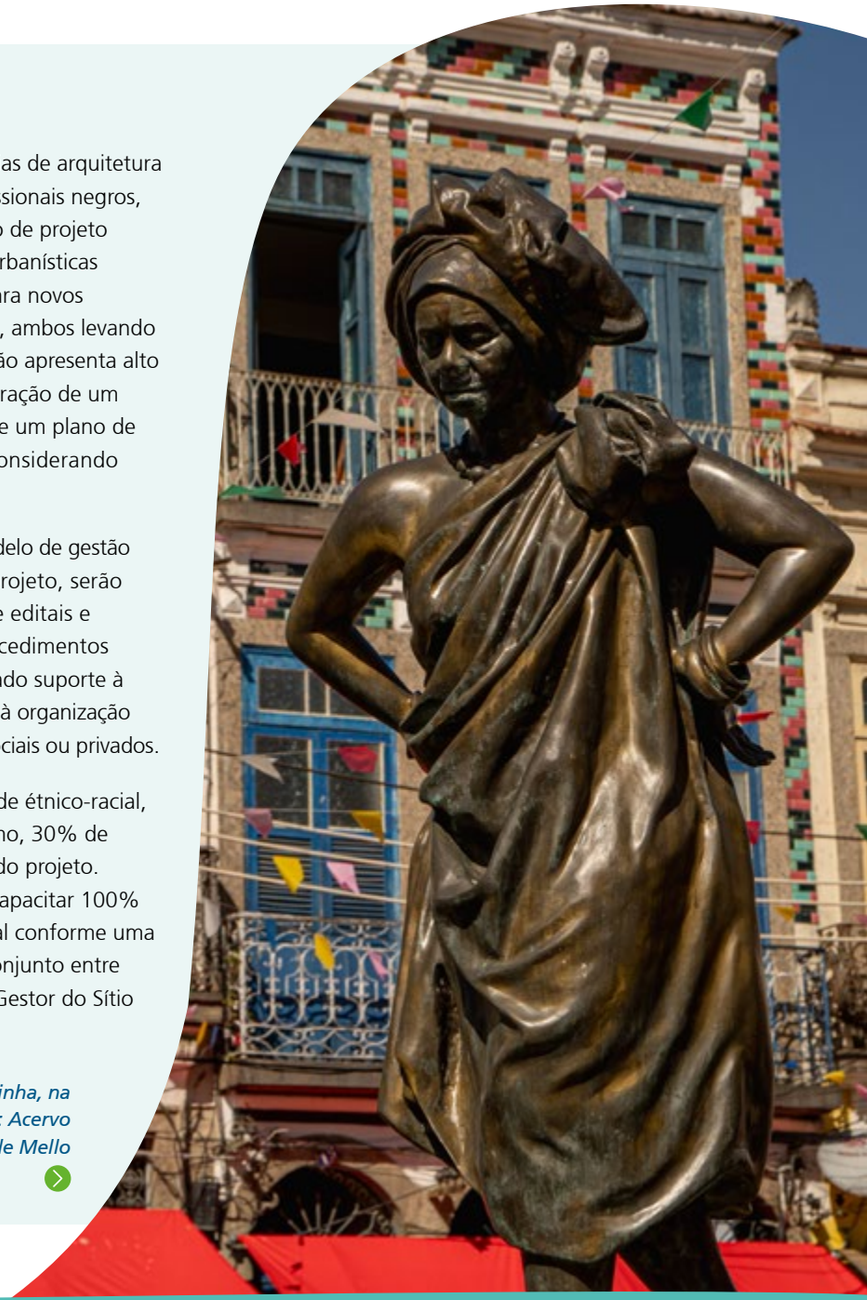
Projeto de estruturação do Distrito Cultural da Pequena África

Em 2024, por meio de recursos do Fundo de Estruturação de Projetos (FEP), iniciamos os estudos para promover o desenvolvimento do distrito cultural da Pequena África tendo como escopo: (i) a reabilitação urbana com valorização da identidade cultural e do acervo urbanístico da memória e herança africana no Brasil na região conhecida como Pequena África no centro da Cidade do Rio de Janeiro; (ii) a inserção da população local na gestão territorial do distrito cultural Pequena África nas questões urbanas, sociais e culturais, considerando o acervo arqueológico do Cais do Valongo e os diversos pontos de interesse cultural e histórico dispostos a céu aberto na região como um museu vivo; e (iii) o desenvolvimento de veículos financeiros de longo prazo em favor da sustentabilidade do distrito cultural Pequena África.

A contratação foi especificada colaborativamente com os parceiros e a sociedade civil, e serão executados estudos para o entendimento da situação atual da região (urbanística, socioeconômica e ambiental) e dos ativos envolvidos; o levantamento de modelos de gestão que sirvam de referência para distritos culturais; o desenvolvimento de um projeto museológico e expográfico que permita que o distrito cultural seja percebido como um museu de território; um concurso de ideias de arquitetura e urbanismo, direcionado a profissionais negros, que possibilite o desenvolvimento de projeto conceitual para as intervenções urbanísticas na região, projetos conceituais para novos equipamentos a serem propostos, ambos levando em consideração que toda a região apresenta alto potencial arqueológico; e a elaboração de um plano de negócios referencial e de um plano de sustentabilidade para o projeto considerando as intervenções propostas.

Após a definição pelo melhor modelo de gestão e operação para cada parte do projeto, serão elaborados, também, minutas de editais e documentos necessários aos procedimentos licitatórios, bem como será prestado suporte à realização de consultas públicas e à organização de *roadshows* com investidores sociais ou privados.

Para assegurar a representatividade étnico-racial, a contratada deverá ter, no mínimo, 30% de colaboradores negros na equipe do projeto. Além disso, assumirá o ônus de capacitar 100% dessa equipe em letramento racial conforme uma ementa mínima construída em conjunto entre o BNDES e membros do Comitê Gestor do Sítio Arqueológico Cais do Valongo.



Largo de São Francisco da Prainha, na região da Pequena África. Foto: Acervo BNDES/Partners – May Bandeira de Mello

APOIO AO INVESTIMENTO PÚBLICO

[GRI 3-3]

Programa BNDES Invest Impacto

Nosso protagonismo no apoio a estados e municípios marcaram a retomada qualificada do investimento público com o lançamento do Programa BNDES Investimentos Estaduais de Impacto (BNDES Invest Impacto) em 2023, que prevê a apresentação, pelo cliente, de um plano de investimento setorial ou multissetorial. Nessa modalidade de apoio, os governos apresentam inicialmente um conjunto de investimentos, seus méritos, riscos e tese de investimento associada. Após a contratação da operação, submetem o detalhamento técnico dos projetos individuais para nossa aprovação. Esse desenho em duas etapas torna a contratação mais ágil e, ao mesmo tempo, permite que os projetos sejam adequadamente estruturados.

Em 2024, em pouco mais de um ano de vigência do programa, já foi possível observar a mudança do perfil dos investimentos públicos: 32% do volume de recursos (R$ 3,1 bilhões) do programa foi direcionado a investimentos em mitigação e adaptação climática e redução de vulnerabilidades socioeconômicas. Objetiva-se, assim, incentivar o direcionamento de investimentos públicos para a solução de problemas multicausais e com impacto intergeracional, como a atuação em favelas e periferias e a viabilização de novas rotas de desenvolvimento econômico e produtivo, em bases sustentáveis. Tal atuação é condizente com a estratégia de desenvolvimento do Governo Federal e alinhado a políticas públicas federais prioritárias, com destaque para o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) e o Plano de Transformação Ecológica (PTE) e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Projetos apoiados

Em 2024, foram **contratados** três grandes projetos, no âmbito do programa BNDES Invest Impacto:

- Firmamos contrato de financiamento com o estado do Ceará no valor de R$ 1,2 bilhão, sendo o maior projeto de investimento público em adaptação climática da nossa história. O objetivo é apoiar o Plano de Ações Estratégicas de Recursos Hídricos 2018/2027, que visa dar continuidade à estratégia de interligar bacias hidrográficas para preenchimento dos vazios hídricos ainda existentes no estado, garantindo acesso à água de qualidade para sua população.

  A sistemática adotada é de apoio ao plano de investimento, com alavancagem de recursos do Fundo Clima (R$ 250 milhões) para indução de investimento público direto em infraestrutura para adaptação climática. Em face do cenário de aumento da irregularidade climática, o estado priorizou a duplicação do Eixão das Águas, que hoje já está integrado ao Projeto de Integração do São Francisco (PISF). O objetivo é o aumento da segurança hídrica do Ceará, em especial da região metropolitana de Fortaleza, com mitigação de riscos em contexto climático crítico e diminuição da vulnerabilidade socioambiental da população afetada. O projeto alcança 27 municípios e 4,1 milhões de habitantes (47% da população do Ceará).

- Com o estado do Pará contratamos nosso maior investimento já realizado em favelas e periferias. O objetivo é melhorar a infraestrutura urbana e ampliar o acesso a equipamentos e serviços públicos na região metropolitana de Belém, onde será realizada a COP30, em novembro de 2025. Aprovamos a utilização de aproximadamente R$ 1 bilhão para projetos de urbanização integrada de áreas periféricas de alta vulnerabilidade social, que contribuem para a inclusão social e a resiliência ambiental.

  O plano de investimentos abrange projetos estruturantes que visam um modelo de urbanização mais justo e sustentável. Os projetos de macrodrenagem (canalização de rios urbanos) e urbanização dos canais das bacias do Tucunduba e do Murutucu, bem como no bairro do Mangueirão, buscam contribuir para a melhoria das condições socioambientais, reduzindo a incidência histórica de inundações e alagamentos, promovendo a ocupação ordenada da margem dos rios e a melhoria no acesso aos serviços públicos, com impacto na qualidade de vida da população de seis bairros periféricos de Belém. O projeto de construção do Parque Linear Tamandaré busca restabelecer espaços verdes aptos ao convívio comunitário e disponibilizar um novo equipamento público à população, que aliará sua função social à função ecológica na agenda de adaptação às mudanças climáticas.

- Celebramos contrato de financiamento de R$ 800 milhões para apoio ao Programa Paraíba Mais Infraestrutura, Ciência e Inovação, que contempla ações em infraestrutura logística rodoviária, segurança hídrica e fomento ao turismo.

  O estado pretende ampliar a presença da Paraíba no mercado turístico brasileiro, por meio de investimentos diretos na promoção de infraestrutura turística estadual, incluídas melhorias logísticas em equipamentos públicos voltados ao turismo, ciência e tecnologia e na gestão de ativos ambientais. Adicionalmente, o apoio contempla o fortalecimento da infraestrutura de segurança hídrica estadual, com destaque à constituição de rede de barragens e açudes em região passível de desertificação no semiárido paraibano, para ampliar a resiliência climática e o acesso a serviços públicos essenciais, com potencial contribuição para a redução de vulnerabilidades socioeconômicas.

Nesse contexto, foi aprovada a aplicação de R$ 184,5 milhões dos recursos do financiamento na implantação do Arco Metropolitano de João Pessoa – obra estruturante de infraestrutura viária, que liga a BR-101 (sul) e a BR-230.

O Arco Metropolitano busca direcionar o tráfego de ligação regional para fora da região metropolitana de João Pessoa, melhorando as condições logísticas e de mobilidade urbana regional. A melhoria na fluidez do trânsito é crucial para a economia local, uma vez que facilita o transporte de mercadorias e reduz os custos logísticos. O reordenamento do fluxo beneficiará o turismo do litoral norte da Paraíba e a integração com rotas de turismo do interior e do litoral sul.

No ano, foram **aprovados** também R$ 3,1 bilhões para planos de investimento em cinco estados:

PROJETO	VALOR APROVADO	RESULTADOS PREVISTOS
Ceará	R$ 823 milhões	Urbanização e adaptação climática, melhoria da infraestrutura rodoviária, incentivo à economia da cultura e ao turismo, desenvolvimento de cadeias produtivas de base comunitária, melhorias no setor de saneamento e recursos hídricos, e modernização da gestão dos estados.
Distrito Federal	R$ 663 milhões	
Espírito Santo	R$ 350 milhões	
Paraíba	R$ 800 milhões	
Santa Catarina	R$ 460 milhões	

Governo Digital

A Estratégia de Governo Digital é uma política do Governo Federal para, por meio da transformação digital do setor público, oferecer à população serviços públicos com mais qualidade e eficiência, impulsionar a inovação tecnológica, e fortalecer a participação cidadã e a inclusão digital.

Ao longo do tempo e com a maturidade dos clientes, o escopo das propostas de gestão municipal recebidas tem se expandido. Além do foco tradicional em modernização dos serviços sociais básicos e gestão administrativa, tributária e fiscal, os projetos têm incluído frentes como cidades inteligentes, segurança pública, desenvolvimento urbano integrado, eficiência energética (tanto em imóveis públicos quanto iluminação pública), gestão de riscos de desastres e mitigação de eventos climáticos, bem como ampliação, adaptação e modernização da infraestrutura de serviços públicos, aumento da resiliência das cidades e desenvolvimento de processos sustentáveis de urbanização.

Projetos apoiados

Em 2024, foram **aprovados** oito projetos no valor total de R$ 656 milhões no âmbito do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (Pmat). Os projetos contribuem diretamente para o atingimento dos objetivos de políticas públicas federais, como a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes; a Política Nacional de Modernização do Estado (Moderniza Brasil); e a Estratégia de Governo Digital (EGD).

PROJETO	VALOR APROVADO	RESULTADOS PREVISTOS
Belo Horizonte (MG)	R$ 107 milhões	Modernização de soluções e tecnologias em governo digital e segurança pública, com uma visão integrada e multissetorial da gestão pública, com destaque para o desenvolvimento do sistema integrado de monitoramento e gestão de riscos e para a expansão do sistema de videomonitoramento. Institucionalização de soluções baseadas na natureza (SBN) e ambiente urbano; implementação da central de inteligência de dados e desenvolvimento do gêmeo digital de cidades (*digital twin cities*); desenvolvimento de solução de apoio à gestão da política de segurança alimentar e nutricional e da agricultura urbana.
Rio de Janeiro (RJ)	R$ 117 milhões	Soluções de governo digital e para o fortalecimento dos mecanismos de transparência, gestão e resiliência urbanas (plano diretor de tecnologias da cidade inteligente), otimização semafórica (telegestão e sensores) e modernização do Centro de Operações Rio (plataforma de integração, IA para cenários dinâmicos, e gêmeo digital da cidade).
Manaus (AM)	R$ 146 milhões	Modernização da administração municipal e fortalecimento da capacidade de gestão urbana, com destaque para o fortalecimento de ações preventivas para defesa social e do Portal de Transparência e Dados Abertos, com aprimoramento da cultura da transparência do setor público ao cidadão.
Mogi das Cruzes (SP)	R$ 58 milhões	Modernização do parque de iluminação pública, abrangendo processos, tecnologias e serviços, para ampliação da eficiência energética e dos serviços de telegestão e telemetria municipal.
Ribeirão Preto (SP)	R$ 57 milhões	Completa digitalização dos serviços públicos, com destaque para a elaboração do plano de macrodrenagem e sistemas municipais de gestão de riscos de desastres.
Fortaleza (CE)	R$ 58 milhões	Soluções de governo digital.
Juiz de Fora (MG)	R$ 59 milhões	Conectividade e infraestrutura tecnológica das escolas e digitalização do setor da saúde.
Goiânia (GO)	R$ 54 milhões	Implantação de centro integrado de gestão inteligente da cidade, concentrado em três áreas-chave: inventário (cadastro), monitoramento de ativos, e detecção automática de defeitos da infraestrutura urbana.

TEMA MATERIAL

MEIO AMBIENTE E CLIMA

Objetivo estratégico: *Ampliar o apoio a **projetos ambientais e climáticos** contribuindo para a transição ecológica justa, a descarbonização e a conservação e restauração de biomas*

[GRI 3-3]

Nossa atuação no tema ambiental tem como diretriz estratégica promover a transição justa para uma economia neutra em carbono, resiliente e adaptada ao clima.
A contribuição para a descarbonização da economia brasileira engloba o estímulo a projetos de: (i) prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, bem como a conservação, a restauração e o uso sustentável da biodiversidade da Amazônia e dos demais biomas brasileiros, incluindo a Amazônia Azul; (ii) projetos de eficiência energética e outras formas de redução de emissões de gases de efeito estufa; (iii) bioeconomia; (iv) soluções baseadas na natureza; (v) turismo sustentável, principalmente em áreas públicas; (vi) descarbonização da indústria e do transporte; (vii) transição energética; e (viii) agricultura regenerativa.

Neste capítulo, apresentamos nossas principais ações de apoio e estruturação de projetos ambientais e climáticos, bem como nossa atuação em programas, iniciativas, chamadas públicas e fundos no setor. Detalhes sobre nossa governança, nossos processos e impactos relacionados ao tema podem ser encontrados no capítulo Nosso impacto socioambiental e climático.

Do ponto de vista institucional, em 2024, realizamos e participamos de alguns eventos relacionados ao tema. Com o Consórcio Nordeste, realizamos o seminário Recaatingar: estratégias de proteção ambiental e inclusão produtiva, sobre os desafios e políticas públicas para a promoção do desenvolvimento sustentável na Caatinga - único bioma exclusivamente brasileiro. Com 22,7 milhões de habitantes, é a área semiárida mais povoada e biodiversa do mundo.

Também promovemos o debate Reconstrução de cidades e mudança climática: experiências internacionais e nacionais para o Rio Grande do Sul e o Brasil, que contou com convidados internacionais para discutir o enfrentamento a desastres naturais, e ressaltou nosso compromisso com a sustentabilidade e a descarbonização.

Participamos ainda de eventos do Programa de Transição Energética II (PTE2), coordenado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) em parceria com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com apoio técnico do CenergiaLab/Coppe/UFRJ. O programa tem entre seus produtos previstos a elaboração de cenários e sua sensibilização para compreensão de impactos de novas políticas. No âmbito do PTE2, também fomos um dos parceiros na realização do seminário Brasil 2050: Rotas de Descarbonização da Economia.

Na tabela a seguir apresentamos os indicadores estratégicos de negócio associados ao nosso objetivo estratégico ambiental e climático. Em 2024, tivemos desempenho acima da meta para quase todos os indicadores, com destaque para a quantidade de operações aprovadas em economia verde, cujo resultado foi mais que o dobro do esperado. Esse indicador, em nossa taxonomia de economia verde e transição, é transversal e classifica também projetos de desenvolvimento produtivo e infraestrutura, como os de eficiência energética, energia renovável, transporte público, gestão da água e esgoto etc., além dos relatados neste capítulo. Somente o indicador de marcos de estruturação de projetos com foco ambiental e climático teve desempenho abaixo da meta, com uma diferença de apenas um projeto a menos do que o planejado. Dado o resultado bem acima da meta dos outros indicadores, é possível afirmar que nossa atuação estratégica em relação ao meio ambiente a ao clima foi positiva.

INDICADOR ESTRATÉGICO	META	REALIZADO ATÉ 31.12.2024	DESEMPENHO
Quantidade de operações aprovadas em economia verde	66	134	203,030%
Valor das operações aprovadas em economia verde	R$ 20.161 milhões	R$ 31.544 milhões	156,463%
Marcos de estruturação projetos foco ambiental e climático	13	12	92,308%
Quantidade de operações ambientais, chamadas públicas e editais aprovados	22	35	159,091%

Durante a Cúpula do G20, realizada em novembro no Rio de Janeiro, promovemos oficinas temáticas com beneficiários do Fundo Amazônia. Nas oficinas, compartilhamos experiências de projetos realizados por povos indígenas e fundos comunitários e debatemos sobre áreas protegidas, como as terras indígenas, e a promoção de atividades produtivas sustentáveis, que integrem a preservação ambiental à elevação de renda e qualidade de vida para as populações do território, especialmente as tradicionais, visando a ampliação do acesso a recursos do fundo e da escala e impacto nos seus investimentos.

Na 16ª Conferência das Partes (COP16) da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB), ocorrida em Cali, na Colômbia, lançamos nosso compromisso e nossa estratégia de atuação em favor da natureza. O documento reúne e compartilha as experiências de investimento do BNDES em prol da conservação e restauração da biodiversidade e visa contribuir para o avanço de outras instituições do setor financeiro nessa agenda, aumentar a mobilização de recursos nessa temática e fomentar novas parcerias e cooperações.

Participamos também da 16ª Conferência das Partes (COP16) da Convenção das Nações Unidas para Combater a Desertificação (UNCDD), ocorrida em Riad, na Arábia Saudita. O evento ressaltou a importância de adotar tecnologias para evitar a degradação do solo e que promovam a resiliência a mudanças climáticas, combinando ciência, políticas públicas e engajamento comunitário. No encontro, reforçamos nosso compromisso com o avanço de programas para produção agroecológica associada ao uso sustentável da terra com inclusão produtiva e promoção de tecnologias sociais de convivência com a seca, com destaque para a iniciativa Sertão Vivo.

Além disso, estivemos na 29ª Conferência da ONU sobre o Clima (COP29), realizada em Baku, no Azerbaijão, na qual apresentamos diversas iniciativas, como a Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e para a Transformação Ecológica (BIP) e o Arco da Restauração. Também realizamos encontros com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e agentes privados para compartilhar expectativas e propor agendas para a COP30, que ocorrerá em Belém, no Brasil,em 2025.

Pela experiência de termos implementado nossa própria taxonomia de sustentabilidade, temos contribuído também para a elaboração da Taxonomia Sustentável do Brasil, sob coordenação do Ministério da Fazenda. Além disso, temos participado de debates sobre a agenda de descarbonização em diversas políticas, com destaque para o Plano Clima, do MMA.

PLATAFORMA BRASIL DE INVESTIMENTOS CLIMÁTICOS E PARA A TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA (BIP)

A BIP é uma iniciativa do Governo Federal criada com o objetivo de ampliar os investimentos na transformação ecológica rumo à descarbonização da economia, o uso sustentável dos recursos e a melhora da qualidade de vida da população. Liderada pelo Ministério da Fazenda (MF), em conjunto com o MMA; o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic); e o Ministério de Minas e Energia (MME), a plataforma busca conectar projetos e financiadores, atuando para reduzir barreiras e viabilizar projetos de transição climática para que o Brasil possa cumprir sua ambição climática. O BNDES atua como o secretariado da plataforma, com o apoio do Glasgow Financial Alliance for Net Zero (GFANZ).

FUNDO CLIMA

Somos gestores da parcela reembolsável do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), mais conhecido como Fundo Clima – a parcela não reembolsável é de responsabilidade do MMA. Por meio do fundo, apoiamos projetos em áreas como transição energética, logística e mobilidade verdes e florestas, que visam reduzir as emissões de gases de efeito estufa e se adaptar às mudanças climáticas.

Em 2024, o FNMC recebeu R$ 10 bilhões adicionais financiados por uma captação de títulos soberanos sustentáveis emitidos pelo Tesouro Nacional no exterior. Com eles, foram 210 projetos aprovados no ano, totalizando R$ 10,2 bilhões, e R$ 1,1 bilhão desembolsado. A previsão é de que as operações aprovadas possam evitar, ao longo da vida útil dos projetos, emissões de 86,6 milhões de toneladas de gás carbônico equivalentes. Ganharam espaço os investimentos na eletrificação das frotas de ônibus para transporte público, combustíveis sustentáveis e o desenvolvimento urbano resiliente. Foi desenhado também um programa específico para recuperação de florestas nativas, como parte do esforço concentrado da iniciativa Arco da Restauração da Amazônia.

FLORESTAS

Nossa atuação visa desenvolver e promover ações voltadas para a conservação, preservação, redução do desmatamento e valorização das florestas nativas.

Floresta Viva

A iniciativa Floresta Viva conta com diversos parceiros para a implementação de projetos de restauração ecológica com espécies nativas e sistemas agroflorestais nos biomas brasileiros, além do fortalecimento da estrutura técnica e de gestão da cadeia produtiva do setor de restauração. O primeiro edital foi lançando em 2022, com a Petrobras, para restaurar restingas e manguezais ao longo da costa brasileira. Em 2023, lançamos três editais em parceria com diversas empresas para contemplar projetos no Amazonas, na bacia do Rio Xingu, e no Cerrado e Pantanal.

Em 2024, foram lançados quatro novos editais. O primeiro, com a iNovaLand, destina recursos para o sul da Bahia e norte do Espírito Santo; o segundo, em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com foco no bioma Caatinga e municípios em processo acentuado de desertificação; o terceiro, com a Philip Morris Brasil, é voltado para o sudeste do Paraná; e o quarto, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, para restaurar bacias hidrográficas no estado. Além disso, aprovamos o fomento estruturado com a Heineken, com para revitalização hídrica no Ceará.

O Floresta Viva conta com 22 protocolos de intenção assinados, além de contratos que somam mais de R$ 221 milhões em aportes de instituições parceiras. Até o momento, foram lançados oito editais, com os quais espera-se selecionar sessenta projetos de restauração ecológica, perfazendo mais de sete mil hectares nos biomas Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal e Caatinga, além do projeto para apoiar a recarga hídrica no Ceará.

Por essa iniciativa inovadora, recebemos, em 2024, o prêmio "Verde" da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (Alide), durante a 54ª reunião anual da associação, em Fortaleza (CE).

Arco da Restauração

A restauração de florestas está entre as medidas mais rápidas e baratas de remoção de CO_2 da atmosfera. Por isso, em 2023, lançamos a iniciativa Arco da Restauração na Amazônia, construída em parceria com MMA, com o objetivo de restaurar 24 milhões de hectares na região.

Em 2024, foram selecionados, por chamada pública, três parceiros – Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) e Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil) – para gerir R$ 450 milhões em recursos não reembolsáveis do Fundo Amazônia, destinados a projetos de restauração ecológica com espécies nativas ou sistemas agroflorestais em sete estados da Amazônia Legal. Cada parceiro é responsável por uma macrorregião, quais sejam: Ibam pela macrorregião 1 (estados do Acre, Amazonas e Rondônia), FBDS pela macrorregião 2 (estados do Mato Grosso e Tocantins) e CI-Brasil pela macrorregião 3 (estados do Pará e Maranhão). Nesse mesmo ano, foram lançados os primeiros três editais – um para cada macrorregião, com foco em unidades de conservação e apoio do MMA. Espera-se que esses recursos alavanquem recursos públicos e privados para a restauração ecológica da região.

Em outra vertente da iniciativa, estão sendo disponibilizados recursos do Fundo Clima para financiamento de projetos privados. Em 2024, foi contratada a primeira operação de crédito do Arco da Restauração com a empresa Re.green, no valor de R$ 186,77 milhões (sendo R$ 80 milhões do Fundo Clima). A previsão é de restaurar 15 mil hectares de florestas na Amazônia e na Mata Atlântica baiana.

Ainda em 2024, foi aprovada operação de financiamento com a Mombak, *startup* de remoção de carbono, no valor total de R$ 160 milhões (sendo R$ 80 milhões do Novo Fundo Clima). Os investimentos serão realizados no reflorestamento de áreas degradadas na Amazônia, com foco na recuperação da biodiversidade e na remoção de carbono em larga escala.

O Arco da Restauração abrange 50 municípios em 7 estados da Amazônia Legal brasileira.

Fundo Amazônia

Nossa experiência como gestor do Fundo Amazônia é considerada referência em financiamento climático. Após quatro anos de paralisação do apoio a novos projetos entre 2019 e 2022, a partir de 2023, com a recomposição da governança do fundo e o reestabelecimento do compromisso com a agenda ambiental brasileira, foram aprovados 22 novos projetos, no valor total de R$ 1,5 bilhão, e desembolsados R$ 254 milhões nestes dois anos.

Em 2024, foram lançadas duas novas chamadas públicas, no valor de R$ 183 milhões. A iniciativa Sanear Amazônia – Água Potável para Comunidades da Amazônia, no valor de até R$ 150 milhões, tem como objetivo selecionar organizações da sociedade civil para coordenar a implantação de tecnologias sociais de acesso à água de qualidade para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar mais de 4.500 famílias nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará e Rondônia.

Já a iniciativa Naturezas Quilombolas, no valor de até R$ 33 milhões, destina-se a apoiar comunidades quilombolas à luz das diretrizes, objetivos e eixos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ).

Como resultado das chamadas públicas realizadas em 2023, foram contratados os parceiros gestores das três macrorregiões do programa Restaura Amazônia, no valor total de R$ 450 milhões, e selecionados dez projetos da iniciativa Amazônia na Escola, com previsão de destinação de R$ 332 milhões para projetos destinados ao fortalecimento da capacidade de produção de agricultores familiares e de populações tradicionais e aquisição de alimentos produzidos de forma sustentável para alimentação escolar nas redes públicas de ensino de todos os nove estados da Amazônia Legal.

Destaque-se, ainda, o apoio ao projeto do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com recursos da ordem de R$ 318 milhões, dos quais já foram desembolsados cerca de R$ 145 milhões, para fortalecimento do combate a crimes ambientais relacionados ao desmatamento e degradação florestal, em apoio à Polícia Federal, à Polícia Rodoviária Federal e às forças de segurança dos nove estados da Amazônia Legal.

O combate e prevenção a incêndios florestais também foi foco da atuação do Fundo Amazônia em 2024. O fundo disponibilizou até R$ 405 milhões para os nove estados da Amazônia Legal, tendo alcançado, nos anos de 2023 e 2024, a aprovação de sete projetos para apoio aos corpos de bombeiros estaduais de Rondônia, Acre, Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Maranhão.

Esses dois anos após a retomada do Fundo Amazônia também marcaram um avanço histórico na atuação com povos indígenas. No período, foram aprovados cerca de R$ 150 milhões em recursos, superando o valor total aprovado desde a criação do fundo até 2022 e triplicando o número de terras indígenas apoiadas. Ressalte-se o processo de fortalecimento institucional das organizações indígenas, que no período foram as protagonistas na elaboração e execução em 100% dos projetos, frente a 23% no período anterior. Um dos projetos estruturantes apoiados foi o Projeto Dabucury, que selecionou por meio de edital 29 projetos de entidades exclusivamente indígenas em todos os nove estados da Amazônia Legal.

O reestabelecimento da governança do Fundo Amazônia foi essencial também para a adesão de novos doadores. Entre 2023 e 2024 cinco novos países se juntaram à Noruega, Alemanha e Petrobras, como doadores do fundo. No período, foram contratadas doações da ordem de R$ 1,5 bilhão em contratos com o Reino Unido, Noruega, Estados Unidos, Alemanha, Suíça, Japão e Dinamarca, dos quais R$ 1,1 bilhão já foi internalizado. Esses movimentos reforçam a confiança da comunidade internacional na política de combate ao desmatamento do governo brasileiro e na gestão do Fundo Amazônia pelo BNDES.

Criado em 2008, o fundo já apoiou 119 projetos, totalizando desembolsos de aproximadamente de R$ 1,8 bilhão.* Em 2024, foram desembolsados cerca de R$ 206 milhões para projetos em andamento e foram concluídos sete projetos, que finalizaram seus processos de prestação de contas.

*No Relatório Anual de 2023 foi informado, erroneamente, que o valor desembolsado até então era de R$ 1,8 bilhão. O valor correto era de R$ 1,6 bilhão. [GRI 2-4]

SERTÃO VIVO

A iniciativa Sertão Vivo, realizada em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), visa apoiar projetos dos estados da região Nordeste que promovam o aumento da resiliência climática da população rural do semiárido nordestino brasileiro, incluindo agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais (povos indígenas, fundo de pasto, quilombolas etc.), beneficiando cerca de 430 mil famílias, com investimento previsto de R$ 1,75 bilhão.

Os principais objetivos da iniciativa incluem o aumento da resiliência das comunidades rurais do semiárido da região Nordeste às mudanças climáticas; a adoção de tecnologias de captação, armazenamento e reuso da água; a diversificação da produção agrícola, com aumento de produtividade e restauração de biomas; o aumento da capacidade de resistir aos eventos de seca; e a redução da emissão de gases de efeito estufa.

Em 2024, foram aprovadas operações com seis estados do Nordeste, no valor total de R$ 1,3 bilhão, com previsão de beneficiar cerca de 326 mil famílias.

Os agricultores familiares beneficiados deverão adotar princípios e práticas que proporcionem acesso à água, aumentem a produtividade e a segurança alimentar das famílias beneficiadas, aumentem a resiliência dos sistemas de produção agrícola, restaurem ecossistemas degradados e promovam a redução das emissões de gases de efeito estufa.

ESTRUTURAÇÃO DE ATIVOS AMBIENTAIS

Apoiamos órgãos ambientais federais e subnacionais na construção de projetos que visam atrair investimentos privados para a proteção, conservação e desenvolvimento de florestas públicas no país, em três grandes vertentes:

- Projetos de uso público em unidades de conservação e parques urbanos: fomento ao turismo sustentável e à geração de renda para as comunidades no entorno desses ativos.
- Projetos de manejo florestal sustentável em florestas públicas (destinadas e não destinadas): redução do desmatamento por meio da criação de modelos de negócio sustentáveis no longo prazo na região amazônica ; e criação de mecanismos para substituição da madeira ilegal por madeira certificada no mercado consumidor nacional e internacional. Outro objetivo é criar mecanismos para substituição da madeira ilegal por madeira certificada no mercado consumidor nacional e internacional.
- Projetos de restauração ecológica em unidades de conservação: recomposição de áreas degradadas (desmatadas) em florestas públicas, por meio de parceria com o setor privado.

A carteira conta com mais de sessenta projetos ativos, com a possibilidade de atrair investimentos de R$ 12 bilhões para projetos em áreas públicas, principalmente na Amazônia.

Cabe destaque à carteira de projetos de restauração ecológica, que envolve iniciativas inovadoras para recompor a Floresta Amazônica. O modelo prevê a atração de investidores privados que ficarão responsáveis pela recuperação de áreas degradadas em unidades de conservação e que serão remunerados pela venda de créditos de carbono. O primeiro projeto desse tipo está sendo estruturado na Floresta Nacional do Bom Futuro em Rondônia, e prevê a recuperação de 18 mil hectares, mobilizando investimentos de mais de R$ 600 milhões.

Em nossa atividade de estruturação de projetos, temos contribuído também para a expansão dos serviços de saneamento no país. Somados, os projetos já licitados e os em estruturação beneficiam 55 milhões de pessoas em 13 estados – em sua maioria localizados no Norte e Nordeste, regiões com maiores déficits de água e esgoto, e menores índices de investimento. Estima-se que esses projetos contribuam para a redução de 45% do déficit de esgoto do país e 30% do déficit de água.

Os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos urbanos estão profundamente ligados à qualidade do meio ambiente e aos temas de mitigação e adaptação climática. Com a expansão desses serviços, há uma contribuição expressiva para o uso racional dos recursos hídricos e naturais, e para a despoluição dos corpos hídricos.

EXPORTAÇÃO

Objetivo estratégico: *Ampliar o apoio à **exportação**, promovendo maior inserção das empresas brasileiras em mercados internacionais*

A atividade exportadora aumenta a competitividade e a escala de produção da empresa, e a maior competitividade aumenta as oportunidades de exportação, uma vez que a competição mais acirrada no mercado internacional requer competência para atender as especificidades e exigências dos importadores, por meio de processos mais eficientes e preços competitivos. O mercado interno se beneficia desses ganhos de produtividade, do aumento da demanda por insumos no país e da oferta de bens e serviços de melhor qualidade.

Nossa atuação em comércio exterior visa assegurar às empresas brasileiras a capacidade de competir em diferentes mercados internacionais, oferecendo soluções financeiras para as exportações nacionais em condições compatíveis com as de seus concorrentes. Contribuímos, assim, para o aumento da participação de itens de média e alta intensidade tecnológica na pauta exportadora brasileira, e para o adensamento da cadeia de produção nacional, gerando divisas, empregos e renda no Brasil.

Em 2024, aprovamos R$ 18,6 bilhões em operações de financiamento a exportações brasileiras, o que representou um aumento de 35% em relação ao ano anterior. O valor total das aprovações do biênio 2023-2024 (R$ 32,2 bilhões) foi 268% superior à soma dos dois anos anteriores. Desse total, os setores de alta ou média-alta intensidade tecnológica corresponderam a 86% do valor.

Com o objetivo de preservar os interesses do BNDES e mantê-lo atualizado em relação às práticas do mercado internacional, temos participado sistematicamente, em conjunto com outros órgãos e ministérios brasileiros, de diversas reuniões e grupos de trabalho internacionais sobre exportação –, como as reuniões do grupo de trabalho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre créditos e garantias à exportação, cujo objetivo é negociar as diretrizes dos países da OCDE para o apoio público às exportações.

Acompanhamos, também, as reuniões do grupo de países da OCDE aderentes à convenção e às recomendações de combate à corrupção em transações internacionais, e do grupo de especialistas das agências de crédito à exportação que discute políticas, práticas e experiências relativas ao tratamento das questões sociais e ambientais.

Temos sido um partícipe de primeira ordem das iniciativas do Governo Federal para promoção da internacionalização das micro, pequenas e médias empresas (MPME). No âmbito da Política Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), em especial, temos divulgado e disponibilizado nossos produtos e instrumentos financeiros como forma de qualificar e robustecer a capacidade de atuação de empresas desse segmento no mercado internacional.

Na tabela a seguir, apresentamos os indicadores estratégicos de negócio do tema exportação e de seu respectivo objetivo estratégico. Em 2024, tivemos desempenho acima da meta nos dois indicadores relacionados ao tema.

INDICADOR ESTRATÉGICO	META	REALIZADO ATÉ 31.12.2024	DESEMPENHO
Quantidade de operações aprovadas/ homologadas de exportação	130	190	146,154%
Valor das operações aprovadas/ homologadas de exportação	R$ 10.000 milhões	R$ 16.676 milhões	166,756%

EXPORTAÇÕES DE AERONAVES

Em 2024, aprovamos a comercialização de 58 aeronaves da Embraer para cinco operações, num total de R$ 10,3 bilhões em financiamento (foram US$ 9 bilhões em 2023), o maior volume dos últimos vinte anos. As aprovações incluíram exportações tanto de aviação comercial quanto de equipamentos de defesa, o que denota nosso comprometimento com o apoio ao setor, nos posicionando como um dos principais parceiros da Embraer para sua retomada pós-Covid.

Destaca-se a estruturação da primeira operação de financiamento para a empresa de arrendamento de aeronaves Azorra, com seguro privado da Itasca da ordem de US$ 1,1 bilhão para exportação de até oito aeronaves, sendo a maioria a ser arrendada para a empresa aérea Scoot, de Singapura. Nossa parceria estratégica com a Azorra é fundamental para impulsionar as exportações de aeronaves brasileiras, destacando-se como um canal relevante para alavancar negócios em novos mercados para indústria aeronáutica brasileira.

Além dessa operação, cabe mencionar a primeira operação a exportações de produtos de defesa em mais de uma década, com a exportação de aeronaves Super Tucano para o Paraguai.

EXPORTAÇÕES DE BENS

Também em 2024, continuamos com o processo de reposicionamento do produto BNDES Pré-embarque, iniciado em 2023, nosso capital de giro qualificado para empresas exportadoras de média e alta tecnologia, de forma a permitir a realização de operações de crédito e desembolsos, no biênio 2023-2024, em valor superior ao total dos quatro anos anteriores.

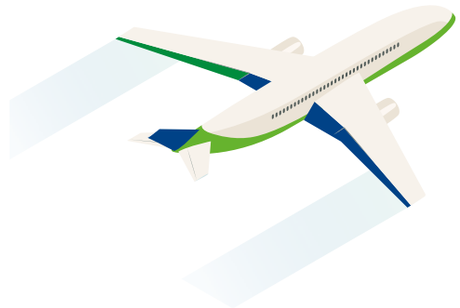
No ano, foram desembolsados R$ 5,8 bilhões, que, somados ao resultado de 2023 (R$ 5,9 bilhões), representam valor 249% superior ao total realizado entre 2019 e 2022. Em 2024, o número de operações desembolsadas (89) foi superior ao total realizado entre 2019 e 2023. Ao todo, foram apoiadas 59 empresas, que representam quatro das seis missões industriais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Dessas empresas, 26 tiveram suas exportações financiadas na linha pela primeira vez.

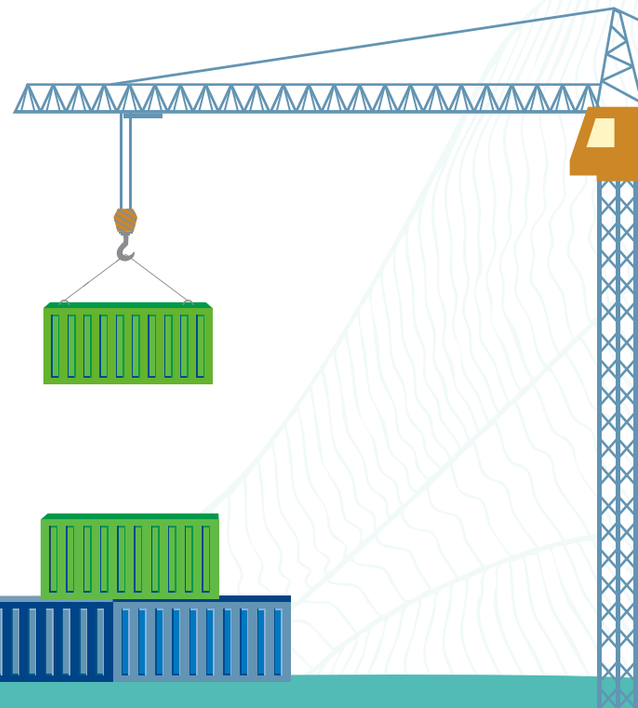
Já por meio da linha BNDES Pós-embarque Exim Automático, produto em que são descontadas cartas de crédito emitidas por mais de trinta bancos no exterior credenciados para operar com o BNDES, foram apoiados 32 grupos econômicos nacionais com US$ 36 milhões – com destaque para exportações de implementos, máquinas e equipamentos agrícolas, ônibus, caminhões e outros bens de capital para a América do Sul.

EXPORTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 2024, continuamos envidando esforços para que as melhores práticas internacionais para exportação de serviços, sempre preconizadas pelo BNDES, estejam normatizadas, fortalecendo a legitimidade do apoio público e permitindo a retomada de operações de crédito dessa natureza. Ao longo do ano, trabalhamos na elaboração e execução de um plano de trabalho para atendimento das recomendações exaradas por órgãos de controle a respeito do apoio à exportação de serviços, o qual continuará em 2025.

Para o BNDES, a importância da concessão de crédito a exportações de serviços deriva do fato de o setor ser responsável pela geração de divisas, pela ampliação de mercados para empresas brasileiras, pela criação e manutenção de empregos altamente qualificados e pela aquisição, no Brasil, de uma série de bens e serviços utilizados na exportação de serviços, contribuindo, assim, com o adensamento da cadeia de fornecedores da empresa brasileira exportadora.





TEMA MATERIAL

MPMEs, AGROPECUÁRIA E COOPERATIVISMO

Objetivo estratégico: *Expandir crédito e garantias para **MPMEs** promovendo o acesso a crédito, a **agropecuária sustentável** e o **cooperativismo***

[GRI 3-3]

MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (MPME)

As MPMEs representam a maior parte dos estabelecimentos formais do país e respondem por parcela significativa dos empregos, sendo cruciais para o desenvolvimento nacional.

Apesar de seu papel-chave na dinâmica econômica, essas empresas enfrentam restrições de crédito devido a fatores como a concentração e o baixo apetite a risco do mercado de crédito; a assimetria de informações entre as empresas e as instituições financeiras; sua dificuldade de constituição de garantias; e seu baixo conhecimento de gestão financeira.

Nosso apoio às MPMEs tem como diretriz estratégica ampliar seu acesso a crédito, estimulando o cooperativismo e expandindo o microcrédito e a oferta de soluções financeiras e não financeiras dedicadas ao segmento, inclusive via mercado de capitais. Buscamos ainda promover a ampliação, a eficiência e a diversificação dos canais de distribuição, visando a desconcentração bancária.

Atuamos como instrumento do Governo Federal na execução de políticas públicas para o segmento, oferecendo apoio direto e indireto – sendo o último a principal forma de atendimento a essas empresas.

Apoiamos a atuação sustentável das MPMEs, com foco na transição ecológica justa e em soluções sociais, contribuindo para o aumento de sua produtividade, inovação e geração de valor ao longo de sua cadeia produtiva, ampliando inclusive sua capacidade de exportação. Impactamos positivamente variáveis que evidenciam o crescimento dessas empresas, como investimento, emprego e faturamento. Os resultados positivos alcançam também a economia local.

Na tabela a seguir apresentamos os indicadores estratégicos de negócio do objetivo estratégico relacionado aos temas MPME, cooperativismo e agropecuária. Em 2024, tivemos desempenho acima da meta, tanto na quantidade de MPMEs e pessoas físicas (PF) apoiadas por meio de garantias viabilizadas pelo BNDES, quanto na quantidade de clientes financiados por cooperativas de crédito apoiadas pelo Banco.

INDICADOR ESTRATÉGICO	META	REALIZADO ATÉ 31.12.2024	DESEMPENHO
Quantidade de MPMEs e PFs apoiadas com produtos de garantia	65.000	123.317	189,718%
Quantidade de clientes financiados por cooperativas de crédito	128.749	176.395	137,007%

Soluções financeiras para MPMEs

Revisamos e modelamos novas soluções financeiras para MPMEs – incluindo produtos de garantias, que buscam facilitar e melhorar as condições de obtenção de crédito por essas empresas. Sempre que possível, incorporamos as necessidades desse público por meio de condições financeiras diferenciadas ou de instrumentos desenhados sob medida. Trabalhamos continuamente para simplificar nossos processos de modo a facilitar o acesso das MPMEs a crédito – nosso ou de outros agentes financeiros.

As condições e regras das diferentes soluções que oferecemos às MPMEs são estabelecidas em nossas políticas operacionais e comunicadas aos agentes financeiros credenciados por meio de avisos e circulares.

Entre os principais instrumentos financeiros de apoio a esse público, estão:

- **BNDES Finame:** financia a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais previamente credenciados, incluindo produtos com eficiência energética e tecnologia 4.0, equipamentos agrícolas, ônibus e caminhões e materiais industrializados.
- **BNDES Automático:** inclui linhas específicas para MPMEs, como o BNDES Crédito Pequenas e Médias Empresas, que atendem às necessidades do dia a dia das empresas, e a linha de projeto de investimentos que apoia a modernização e ampliação da estrutura produtiva.

BNDES CRÉDITO DIGITAL

No fim de 2024, lançamos a linha BNDES Crédito Digital, que possibilita a contratação de crédito de forma ágil e totalmente digital. A linha permite que o cliente final visualize diretamente a solução do BNDES a ser contratada por meio de aplicativos ou canal de internet *banking* das instituições financeiras parceiras. A contratação do crédito pode ser realizada em alguns minutos e o dinheiro cai na conta no mesmo dia. O financiamento tem taxa fixa, dando ao cliente flexibilidade para aplicar os recursos na compra de insumos, pagamento da folha de pessoal e investimentos, com total previsibilidade do valor das parcelas. Espera-se que esse formato amplie a visibilidade de nosso apoio às MPMEs.

- **BNDES Crédito Serviços 4.0:** oferece financiamento para contratação de serviços tecnológicos, previamente credenciados, voltados a otimizar a produção, viabilizar projetos de manufatura avançada e implantar soluções de cidades inteligentes e similares.
- **Crédito Rural:** inclui os Programas Agropecuários do Governo Federal (PAGF), que financiam investimentos e despesas de custeio de produtores rurais, agricultores familiares e cooperativas, e linhas próprias, como o BNDES Crédito Rural.
- **Cartão BNDES:** crédito rotativo, pré-aprovado, para aquisição de bens, insumos e serviços que tenham fabricação total ou parcial no Brasil e que sejam previamente credenciados pelo Banco.
- **BNDES Microcrédito:** direcionado a microempresas ou microempreendedores individuais (MEI), formais e informais, financia capital de giro e investimentos produtivos de atividades de pequeno porte. As operações são feitas de acordo com o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e limitadas ao valor máximo de R$ 21 mil.

Além das linhas de financiamento, oferecemos garantias para operações com o BNDES (por meio de agentes financeiros credenciados) ou com terceiros, com objetivo de viabilizar o acesso a crédito ou melhorar condições de contratação de empréstimos para empresas e empreendedores de menor porte.

Canal MPME

A plataforma Canal MPME – um dos resultados da transformação digital pela qual o Banco vem passando nos últimos anos – disponibiliza soluções financeiras e não financeiras às MPMEs, com o objetivo de apoiá-las no desenvolvimento de seus negócios. Visando uma melhor experiência final do cliente, traça-se uma identificação entre os interesses de MPMEs, MEIs ou empreendedores pessoas físicas e os dos parceiros que concedem crédito e oferecem serviços no canal.

Chegamos, em 2024, a um total de 14 *fintechs* de crédito e seis de eficiência financeira credenciadas na plataforma, além de 42 bancos comerciais, bancos de cooperativas, de desenvolvimento regional e instituições repassadoras de microcrédito. Em nossa busca por melhoria contínua, lançamos uma consulta pública no fim de novembro com objetivo de encontrar soluções inovadoras para melhor qualificar e segmentar as micro e pequenas empresas do canal, e oferecemos autoavaliação e orientação digital para aquelas que desejam se capacitar.

Já foram aprovadas 24,9 mil propostas e contratados R$ 4,0 bilhões por meio da plataforma desde seu lançamento em 2017. O canal já foi utilizado por empreendedores de todos os municípios brasileiros, com contratações registradas em todos os estados. Das operações de crédito, 60% foram efetuadas fora das capitais. Além disso, 12 mil empresas contrataram sistemas de gestão disponibilizados pelo canal.

Rede de parceiros de crédito e desconcentração bancária

Contamos com uma rede de agentes financeiros credenciados, como agências de fomento, bancos de montadoras, cooperativas de crédito e bancos cooperativos, bancos privados e públicos, que operam com nossos recursos em grande parte do território nacional. Atuamos, continuamente, para ampliar essa rede de modo a contribuir para a desconcentração bancária, que acreditamos ser condição importante para a democratização do crédito no país.

Esse modelo de atuação, também adotado por bancos de desenvolvimento internacionais como Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW) e

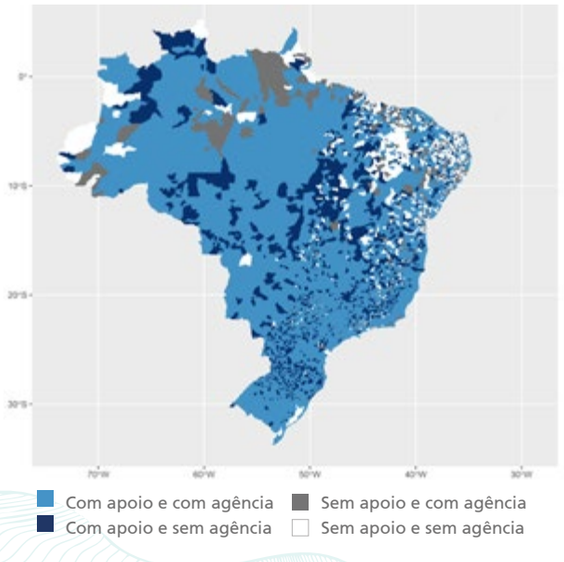
British Bank, permite uma maior capilaridade do crédito em todo o território nacional e contribui para ampliar a concorrência no setor bancário brasileiro.

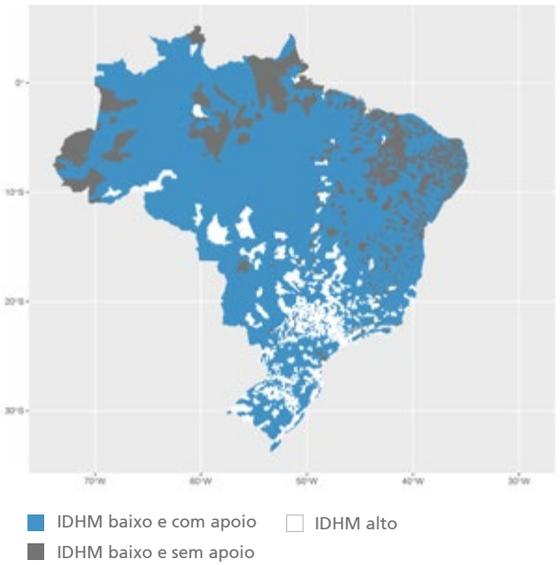
Nos últimos cinco anos, alcançamos mais de 95% dos municípios. Ao fim de 2024, havia mais de noventa instituições financeiras credenciadas para ofertar linhas de financiamento (operações indiretas) ou fornecer fianças a operações diretas do BNDES. Se incluirmos os parceiros que operam soluções de garantia, microcrédito (Oscips) e *fintechs* que oferecem crédito com linhas próprias pelo Canal MPME, são mais de 120 instituições.

Na figura abaixo, nota-se a ampla cobertura de nosso apoio no território nacional, explicada principalmente pelo apoio indireto. Adicionalmente, verifica-se que, nas cinco regiões do país, há um número significativo de municípios que não têm agência bancária, mas receberam apoio indireto do BNDES (municípios em azul-escuro no mapa).

Na próxima figura, apresentamos nosso apoio em municípios com índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM 2010) abaixo da média nacional. Observa-se menor presença de apoio em municípios de baixo IDHM do semiárido da região Nordeste.

Ainda assim, a participação desses municípios em nosso apoio indireto (cerca de 23%) foi superior à verificada na carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional (em torno de 6%).





AGROPECUÁRIA

Apoiamos o setor com o objetivo de promover a sustentabilidade e a competitividade da produção de biocombustíveis e de alimentos, incentivando e contribuindo para a disseminação de técnicas como agropecuária de baixo carbono e de precisão. As soluções financeiras atendem produtores e empresas de todos os portes, desde o agricultor familiar até as grandes cooperativas e empresas do agronegócio.

Atuamos como um dos principais repassadores dos PAGFs no âmbito dos Planos Safra. Em 2024, aprovamos R$ 39,4 bilhões em operações de crédito com recursos desses programas, sendo R$ 10,26 bilhões referentes ao Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2023-2024 (janeiro a junho) e R$ 27,93 bilhões ao PAP 2024-2025 (julho a dezembro). O valor repassado no segundo semestre correspondeu a cerca de 83% dos recursos ao Banco para o PAP 2024-2025. Do total repassado em 2024, R$ 24,8 bilhões foram destinados a programas da agricultura empresarial – Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), entre outros – e R$ 13,4 bilhões a programas da agricultura familiar – como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Foram relevantes para esse desempenho os repasses realizados por bancos cooperativos e pelo sistema de cooperativas de crédito, que viabilizaram a concessão de cerca de 62% dos recursos totais.

O BNDES Crédito Rural foi criado com o objetivo de manter uma oferta de crédito contínua ao setor, complementando os PAGFs e garantindo uma fonte perene de recursos à agropecuária. Em 2024, foram aprovados R$ 7,9 bilhões no âmbito do produto. Desde seu lançamento, em 2020, até o fim de 2024, já são mais de R$ 28,1 bilhões financiados em quase 45 mil operações.

Durante 2024, o BNDES Crédito Rural passou a contar com a linha CPR BNDES, na qual podem ser realizadas operações com Cédula de Produto Rural Financeira (CPR-F) ou Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) lastreados em direitos creditórios do agronegócio. Os títulos podem ser emitidos por micro, pequenos e médios produtores rurais e cooperativas de produtores rurais com faturamento de até R$ 300 milhões por ano, e por empresas desses portes que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos, insumos, máquinas e implementos agrícolas, pecuários, florestais, aquícolas e extrativos.

A maior parte de nossos financiamentos ao setor são realizados indiretamente. A análise dos aspectos socioambientais dos empreendimentos é de responsabilidade dos agentes repassadores e é realizada com base em critérios definidos por normativos internos do Banco e normativos externos aplicáveis. Os agentes financeiros também avaliam os riscos e realizam o acompanhamento

dos financiamentos. O Banco, por sua vez, avalia a conformidade dessas operações por amostragem, levando em conta fatores de risco e materialidade, em observância às orientações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Biocombustíveis

Em 2024, a demanda de crédito para produção de biocombustíveis atingiu o maior patamar desde 2010. Foram aprovados quase R$ 4,3 bilhões, dos quais R$ 4,2 bilhões para a produção de etanol, contribuindo para as metas de redução de emissões de carbono do Brasil.

Aprovamos cinco operações de crédito que totalizaram mais de R$ 2,5 bilhões em investimentos, financiados com recursos do Fundo Clima, para as empresas Três Tentos Agroindustrial, FS Indústria de Etanol, Coamo Agroindustrial Cooperativa, Agrícola Alvorada e Raízen. Esses investimentos se destinam à implantação de novas unidades de produção de etanol de milho em Canarana, Querência e Porto Alegre do Norte (MT), e em Campo Mourão (PR), e, no caso do projeto da Raízen, que também contou com recursos do BNDES Mais Inovação, à produção de etanol de segunda geração em Andradina (SP).

Chamada pública para combustíveis sustentáveis

Em 2024, foi lançada uma chamada pública conjunta do BNDES e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) com a finalidade de fomentar planos de negócios que contemplassem investimentos na produção e no desenvolvimento tecnológico de combustíveis sustentáveis estratégicos para aviação (*sustainable aviation fuel* – SAF) ou para navegação. A chamada busca incentivar a cooperação empresarial e fortalecer os primeiros empreendimentos com esse fim no país. A iniciativa ocorre no âmbito da NIB, que visa promover a reindustrialização nacional por meio de seis missões prioritárias, dentre as quais bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para futuras gerações.

Ao todo, foram apresentadas 76 propostas, a partir das quais foram identificados 42 planos de negócios elegíveis no valor total de R$ 132 bilhões: 25 com foco principal em SAF (R$ 99 bilhões) e 17 em combustíveis para navegação (R$ 33 bilhões).

Para cada plano de negócios selecionado, os representantes do BNDES e da Finep estruturaram um plano de suporte, indicando os instrumentos de apoio financeiro mais adequados.

Agricultura familiar

Em relação à inclusão social e produtiva com foco na agricultura familiar, atuamos com recursos não reembolsáveis, visando incentivar a transição para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, contribuir para adaptação às mudanças climáticas, elevar a produtividade, aumentar e estabilizar a renda familiar, ampliar a segurança alimentar e a manutenção de jovens em atividade nas áreas rurais.

Em 2024, apoiamos esses projetos com R$ 100 milhões do Fundo Socioambiental, correspondendo a 50% dos investimentos totais.

Ecoforte Redes

Lançado em julho de 2024, o edital Ecoforte Redes, no valor de R$ 100 milhões, visa o fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica no país. A chamada pública marca o retorno do Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica (Ecoforte) com valor recorde, a partir de aportes do BNDES, do Fundo Amazônia e da Fundação Banco do Brasil. O objetivo da chamada é selecionar projetos territoriais que fortaleçam as redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica, além de cooperativas e organizações socioprodutivas de base agroecológica e todo ecossistema territorial de atuação da rede. A iniciativa pretende ampliar a escala de produção e a oferta de alimentos e produtos saudáveis e contribuir para a promoção da transição agroecológica e da resiliência dos ecossistemas, além de promover a autonomia social e econômica das famílias agricultoras, com olhar priorizado para as populações quilombolas, indígenas e as comunidades tradicionais e especial atenção a mulheres e jovens.

Sertão + Produtivo

Lançamos, em parceria com a Petrobras, o edital Sertão + Produtivo para seleção pública de projetos de empreendimentos coletivos de agricultura familiar no semiárido brasileiro com o objetivo de produzir alimentos saudáveis e gerar renda.

Serão apoiados dez projetos com até R$ 10 milhões cada, totalizando até R$ 100 milhões de recursos não reembolsáveis (R$ 50 milhões de cada instituição). Inédita no formato e no volume de recursos, a iniciativa – que abrange 1.477 municípios de 11 estados (RN, PE, AL, SE, BA, CE, ES, MA, MG, PB e PI) – investirá recursos no fortalecimento da capacidade produtiva e de comercialização desses empreendimentos.

Cisternas

Participamos do Programa Cisternas, em parceria com a Fundação Banco do Brasil e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). O investimento de R$ 40 milhões, dos quais 50% são oriundos do BNDES, é destinado à construção de cisternas para produção de alimentos para consumo próprio e comercialização de excedentes em feiras e no comércio local, com foco na promoção de segurança alimentar e na geração de renda. Além da implementação das tecnologias, a parceria com o MDS irá oferecer serviço de acompanhamento a cada família atendida com cisterna. Em 2024, foram construídas cerca de 600 cisternas, beneficiando o mesmo número de famílias. A meta até 2025 é beneficiar um total de 1,4 mil famílias rurais de baixa renda de 17 municípios do semiárido brasileiro.

Sanear Marajó Socioambiental

A iniciativa, desenvolvida pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e apoiada pelo BNDES, pelo Fundo Amazônia e pela Fundação Banco do Brasil, visa promover a inclusão socioprodutiva de cerca de duzentas famílias ribeirinhas de assentamentos e de reservas agroextrativistas no Arquipélago do Marajó. O projeto busca a melhoria da qualidade da água para consumo humano e para produção de alimentos. Prevê também a implementação de quintais agroecológicos, cozinhas agroextrativistas e a estruturação da cadeia produtiva do açaí na região, contribuindo para aumento da capacidade produtiva e da renda familiar. Em 2024, foram implantadas trinta tecnologias Sanear individuais e foi feito o plantio de 47 mil mudas, bem como realizadas 100% das ações de capacitação de multiplicadores. Os investimentos totalizam R$ 9,6 milhões, dos quais 50% (R$ 4,8 milhões) são recursos do Fundo Amazônia e de 20% (R$ 1,9 milhão), de nosso Fundo Socioambiental.

Aliança pela Inclusão Produtiva (Aipê)

Apoiamos com R$ 6,5 milhões não reembolsáveis – cerca de 50% dos recursos totais – as chamadas de Práticas de Agricultura Sustentável e Turismo Sustentável da Aipê, fruto de uma parceria com o Instituto Votorantim. Lançadas em junho de 2024, o resultado das chamadas será divulgado em 2025, reforçando as duas chamadas apoiadas em 2023. Outros parceiros são Fundação Arymax, Fundação Tide Setúbal, Instituto Humanize, Instituto Votorantim e Santander.

Segurança Alimentar

O projeto Segurança Alimentar, em parceria com a Fundação Vale, tem foco na estruturação de arranjos produtivos rurais sustentáveis de agricultores familiares para melhoria da segurança alimentar e geração de renda. O projeto pretende beneficiar cerca de vinte grupos produtivos (associações ou cooperativas) e quatrocentos agricultores nos estados de Minas Gerais e Maranhão com investimentos que somam R$ 6,1 milhões, dos quais 50% em recursos do BNDES. Em 2024, foram iniciadas as ações de capacitação, de implementação de quintais produtivos e de aquisição de maquinário e equipamentos para fortalecimento das organizações.

Buritis na região do Jalapão, no Tocantins, um dos territórios para os quais foram realizadas chamadas de inclusão produtiva em parceria com o Instituto Meio. Foto: Acervo BNDES/Luciana Chaves Rocha

Inclusão produtiva em Tocantins

Nossa parceria com o Instituto Meio tem como objetivo a promoção da inclusão produtiva de 1,5 mil agricultores familiares do Tocantins, incluindo comunidades tradicionais e extrativistas, por meio do fortalecimento de arranjos produtivos prioritários e de empreendedorismo. Em 2024, foram realizadas três chamadas de projetos nos territórios do Bico do Papagaio, Serras Gerais e Jalapão, com priorização das cadeias de fruticultura, mandiocultura e apicultura/meliponicultura, além de cadeias da sociobiodiversidade (buriti, jatobá e baru) e consorciadas (aves/peixes e horticultura). A primeira chamada, para o Bico do Papagaio, foi concluída com a seleção de cinco cooperativas/associações com projetos já iniciados. Estão previstos R$ 5,7 milhões em investimentos, sendo metade desses recursos do BNDES. Participam ainda da iniciativa o Governo do Estado do Tocantins e a empresa Suzano.

COOPERATIVISMO

Construímos parcerias com bancos cooperativos e cooperativas de crédito, com o intuito de viabilizar a concretização de projetos de MPMEs e produtores rurais em todo o Brasil, permitindo que o crédito extrapole as capitais e grandes centros urbanos e chegue a cidades do interior. Contamos, atualmente, com sete instituições credenciadas a repassar nossas linhas de crédito: Sicredi, Sicoob, Cresol, Ailos, Credicoamo, Credisis e Credicoopavel.

Em 2024, essas instituições foram responsáveis por aprovar 216 mil operações de crédito, o que corresponde a 73% do número de operações aprovadas por meio de nossa rede de parceiros financeiros, no valor de R$ 26,8 bilhões.

Entre as soluções financeiras voltadas exclusivamente para o desenvolvimento do segmento, destacamos o Programa BNDES Procapcred. Criado com o objetivo de fortalecer a estrutura patrimonial das cooperativas de crédito, oferece financiamento direto aos associados para aquisição de cotas-partes do capital de cooperativas singulares de crédito. Desde 2015, ano em que passou a ser regulamentado pelo BNDES, já foram R$ 2,9 bilhões aprovados em mais de 253 mil operações.

No início de 2024, aprovamos nova dotação orçamentária de R$ 2 bilhões para o programa, estendendo sua a vigência até o fim de 2025 e ampliando o rol de clientes atendidos para incluir cooperados pessoas físicas. As condições também foram aprimoradas com melhores taxas, prazos e limites de financiamento, além de incentivos às operações do Norte e Nordeste. Com isso, reforça-se o compromisso de promover a inclusão financeira em alinhamento às políticas públicas para o segmento e promovendo maior distribuição de riqueza, especialmente em áreas mais remotas do Brasil.

APOIO A COOPERATIVAS DE LEITE PARA IMPLANTAÇÃO DE FÁBRICA DE *WHEY*

Formada pela associação de oito cooperativas de produtores de leite, a fábrica da *Whey* do Brasil Alimentos S.A. vai criar 120 empregos em Palmeira das Missões (RS). O projeto prevê a adequação de uma antiga fábrica, desativada em 2019, para produzir soro de leite em pó, concentrado proteico de leite e de soro de leite. Parte das obras inclui a adequação das instalações à nova finalidade. Com inauguração prevista para o primeiro semestre de 2025, a operação de R$ 122,2 milhões recebeu R$ 100 milhões da Linha Projeto de Investimento do produto BNDES Automático.

A operação foi viabilizada por meio de consórcios de quatro agentes financeiros diferentes: Badesul, Banrisul, Sicredi e o BRDE.

Fábrica da Whey do Brasil, que produzirá soro de leite em pó, concentrado proteico de leite e soro de leite. Foto: Whey do Brasil Alimentos S.A.

MERCADO DE CAPITAIS

Objetivo estratégico: *Fomentar o **mercado de capitais** e a atuação internacional do BNDES para contribuir com o desenvolvimento sustentável*

No período de 2019 a 2022, nossa atuação no mercado de capitais foi marcada pela estratégia de desinvestimento da carteira. A partir de 2023, em linha com a estratégia do BNDES de retomada de seu papel como provedor de recursos para projetos estruturantes do país, a BNDESPAR interrompeu o ritmo dos desinvestimentos e passou a focar na reconstrução de sua estrutura dedicada à análise de novas oportunidades de investimentos em valores mobiliários de renda variável.

O fomento ao mercado de capitais brasileiro foi então reinserido na nossa estratégia de longo prazo. Com essa mudança de direcionamento estratégico, identificou-se a necessidade de reforçar e revisar a governança do tema, bem como dos processos e controles internos, garantindo maior transparência aos novos investimentos e à nossa atuação. Tais ações resultaram na aprovação pelo Conselho de Administração, em 2024, da Estratégia de Investimentos em Renda Variável do Sistema BNDES, que busca estabelecer diretrizes e parâmetros mais objetivos e transparentes para a realização de novos investimentos diretos e via fundos. Também foi estabelecida uma vertente prioritária de atuação, com foco em uma agenda verde, voltada para a transição ecológica justa e a descarbonização.

No bojo desse trabalho de fortalecimento da esteira de governança de mercado de capitais, os processos de análise passaram a espelhar, tanto quanto possível, os fluxos operacionais típicos das operações de crédito, inclusive no que se refere à submissão das operações de mercado de capitais ao Regulamento Socioambiental e Climático do Sistema BNDES.

Com relação ao investimento direto, foi aprovado normativo que autoriza a contratação de auditores externos para a realização de procedimento de *due diligence* previamente à execução do aporte pela BNDESPAR, o que contribui para mitigar os riscos inerentes ao investimento em companhias fechadas e não listadas em mercado organizado.

Na tabela a seguir, apresentamos os indicadores estratégicos de negócio do tema mercado de capitais e de seu respectivo objetivo estratégico. Como se pode observar, em 2024, tivemos desempenho acima das metas estipuladas para o setor.

INDICADOR ESTRATÉGICO	META	REALIZADO ATÉ 31.12.2024	DESEMPENHO
Quantidade de operações de mercado de capitais aprovadas	12	13	108,333%
Quantidade de operações mobilizadoras de recursos aprovadas	16	22	137,500%

ATUAÇÃO VIA FUNDOS

[GRI 3-3]

Em nossa atuação via fundos, buscamos construir portfólios que contribuam para a sustentabilidade financeira do Sistema BNDES e para o alcance de seus objetivos estratégicos, de forma complementar à nossa atuação por meio de instrumentos de crédito.

Nesse contexto, em 2024, contratamos quatro novos fundos de investimento, nos quais comprometemos mais de R$ 950 milhões, alavancando cerca de R$ 1,9 bilhão junto a outros investidores privados e institucionais. Esses fundos irão apoiar os seguintes temas estratégicos, proporcionando maior capilaridade à nossa atuação:

- **Infraestrutura**: investimos em um fundo de crédito, selecionado por meio de chamada pública, que tem como objetivo financiar projetos de infraestrutura, inclusive projetos *greenfield* e, em especial, *project finance*, em diversos setores alinhados com alguns dos principais eixos de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal: transição e segurança energética, cidades sustentáveis, água para todos e transporte eficiente e sustentável. O capital comprometido alvo do fundo é de R$ 1 bilhão, sendo R$ 500 milhões comprometidos pela BNDESPAR.
- **Neoindustrialização e inovação:** no espaço de inovação, investimos em dois fundos voltados para empresas de base tecnológica. O primeiro foi selecionado por meio de carta consulta, tendo como coinvestidor o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A BNDESPAR se comprometeu a investir até R$ 150 milhões, limitados a 25% do capital comprometido da estrutura. O fundo apoiará pequenas e médias empresas com elevado potencial de crescimento. O segundo fundo foi selecionado por meio da Chamada Pública para Fundos de Capital Semente e *Venture Capital*, realizada em 2023. A política de investimento prevê o apoio a empresas de tecnologia aplicada, inclusive contemplando inteligência artificial, em setores estratégicos para o BNDES. O investimento da BNDESPAR será de até R$ 187,5 milhões, limitado a 25% de participação na estrutura.
- **Economia verde e mudanças climáticas:** firmamos o compromisso de investir até R$ 117,4 milhões (limitado a 25% do capital comprometido do fundo) em um fundo de impacto, também selecionado por meio da Chamada Pública para Fundos de Capital Semente e *Venture Capital*. Esse fundo tem o objetivo de investir – sempre incorporando práticas ASG no processo de seleção das empresas-alvo – em três temas principais: (i) ação climática; (ii) saúde; e (iii) educação.

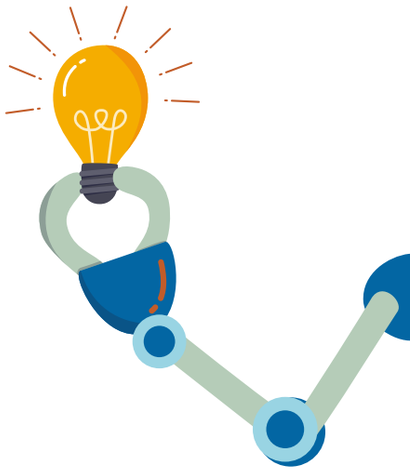
Em 2024, realizamos, em conjunto com a Vale, a Chamada Pública para Seleção de Fundo de Investimento em Participações no Setor de Mineração. A chamada objetiva investimentos em companhias com projetos para pesquisar, desenvolver, implantar ou operar minas de minerais estratégicos, com foco na transição energética e descarbonização, e de minerais usados na fertilização do solo. Ao todo, 13 propostas foram recebidas e avaliadas com base em metodologia própria. Ao fim das etapas eliminatórias, o comitê de seleção, composto por membros indicados pelo BNDES e pela Vale, selecionou um fundo com capital comprometido alvo de R$ 1 bilhão, no qual investirão até R$ 250 milhões cada. O fundo encontra-se em etapa de diligência.

BNDES GARAGEM

Em 2024, foi concluído o processo de contratação da aceleradora Quintessa para conduzir a 3ª Edição do Programa BNDES Garagem, que tem como objetivo impulsionar negócios de impacto voltados à resolução de desafios sociais ou ambientais. A edição prevê quatro *batches* de aceleração. Ao todo, serão aceleradas quatrocentas *startups* de impacto até 2028, a serem selecionadas com base no impacto e na capacidade de escala das soluções desenvolvidas pelas companhias, bem como em critérios de diversidade regional, racial e de gênero.

A seleção do primeiro ciclo de aceleração, que contou com mais de 1.800 inscritos de todas as regiões do país, foi realizada ainda em 2024, quando também foi concluída a primeira fase, que contou com cem negócios acelerados de forma virtual. Em dezembro, foi feita a seleção dos cinquenta negócios que seguiram para a segunda fase do programa, que será conduzido de forma híbrida.

Nessa edição, o programa passa a contar com verba para premiar os negócios que mais se destacarem em cada ciclo. Ao fim do primeiro, as dez *startups* que se destacarem serão contempladas com prêmios que totalizam até R$ 720 mil, sendo cinco no módulo criação e cinco no módulo tração.



COORDENAÇÃO DE OFERTAS PÚBLICAS DE RENDA FIXA [GRI 3-3]

Em 2024, consolidamos nossa posição como agente fundamental no mercado de capitais de dívidas, coordenando ofertas públicas de debêntures de infraestrutura que totalizaram aproximadamente R$ 33 bilhões. Essa atuação marcou uma expansão significativa da atividade, com crescimento de 81% do volume em reais de debêntures coordenadas de 2023 para 2024, sobre uma base que havia quase triplicado de 2022 para 2023. Esse crescimento reflete nosso compromisso em promover continuamente o desenvolvimento do mercado de capitais de renda fixa e atuar de forma complementar ao mercado privado, canalizando recursos privados para ampliar os investimentos no país, sobretudo nos setores de logística e transporte, energia, mobilidade urbana e saneamento básico.

Atuamos coordenando operações significativas em todas as cinco regiões do país ao longo do ano, reforçando nosso papel essencial no fomento ao desenvolvimento regional brasileiro, especialmente em infraestrutura. Em um cenário de forte retomada e crescimento do mercado de crédito privado, no qual se destacou o aumento expressivo das emissões de debêntures incentivadas, ampliamos nossos esforços de distribuição desses títulos, diversificando e ampliando as fontes de recursos à disposição dos projetos financiados pelas emissões coordenadas. Essa estratégia permitiu não apenas mobilizar um volume recorde de emissões, mas também consolidar a confiança dos investidores privados, fortalecendo o ambiente para a captação de recursos em renda fixa.

Mais da metade do volume das operações que coordenamos em 2024 foi para o setor de logística rodoviária. Entre elas, uma oferta de debêntures da Concessionária do Sistema Rodoviário Rio-São Paulo no valor de R$ 9,4 bilhões se destacou como a maior oferta de debêntures de infraestrutura da história do país. Além do valor expressivo e da importância do projeto, essa emissão incluiu uma série com as primeiras debêntures verdes do setor de rodovias, no valor de R$ 500 milhões.

Nossa atuação ao longo de 2024 também incluiu projetos importantes nos setores de ferrovias, como para a expansão e manutenção da Ferrovia Centro-Atlântica; transporte aéreo, como para a Concessionária do Aeroporto Internacional de Natal; e geração de energia, como a Termelétrica de Portocem, em Barcarena, no Pará. Em 2024, foi aprovada também a primeira oferta de Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (Fidc) a ser coordenada pelo BNDES. Das 16 ofertas coordenadas aprovadas, sete contaram com certificação sustentável, refletindo nosso objetivo de promover boas práticas de finanças sustentáveis e nossa preocupação com o desenvolvimento responsável da infraestrutura do país.

SETOR	VOLUME TOTAL DAS OFERTAS COORDENADAS
Aeroportos	R$ 0,3 bilhão
Ferrovias	R$ 1,0 bilhão
Rodovias	R$ 21,9 bilhões
Saneamento	R$ 2,1 bilhões
Geração de energia	R$ 5,8 bilhões
Mobilidade urbana	R$ 1,3 bilhão
Outros	R$ 0,2 bilhão
Total	**R$ 32,6 bilhões**

DESAFIOS E VISÃO DE FUTURO

Os acontecimentos que marcaram o Brasil e o mundo em 2024 reforçam a necessidade de políticas públicas e da atuação por parte das instituições financeiras de desenvolvimento (IFD). Ao longo de sua história, o BNDES tem demonstrado ser um banco com capacidade de antever e se adaptar a mudanças de cenário de forma a contribuir para o desenvolvimento do país. Essa habilidade se mostra cada vez mais fundamental diante das tendências e desafios decorrentes dos riscos e oportunidades globais – do impulso a medidas protecionistas às mudanças climáticas, passando pela transformação digital.

A visão delineada na nossa estratégia corporativa – de ser um banco de desenvolvimento verde, digital, inclusivo, inovador, industrializante e tecnológico – pauta, nesse contexto, a nossa atuação.

Em sua vertente verde está o apoio a projetos ambientais e climáticos visando a transição ecológica justa, a descarbonização e a conservação e restauração de biomas. Na estruturação e no financiamento de projetos como os de infraestrutura, busca-se não só a mitigação de emissões e a promoção de tecnologias de ponta, mas também a resiliência, contemplando o estímulo a investimentos em adaptação às mudanças climáticas.

A agenda de inclusão prioriza a geração de emprego e renda e a redução das desigualdades sociais e territoriais no Brasil. O apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPME) é de grande importância por ampliar o acesso a crédito e estimular a agropecuária sustentável e o cooperativismo. Ademais, busca-se a expansão do microcrédito em todas as regiões do país e a inclusão produtiva com foco nas populações mais vulneráveis. Nossa atuação também contribui para aprimorar a gestão pública na oferta de serviços públicos essenciais e promoção da cidadania.

O BNDES digital, inovador, industrializante e tecnológico passa por estruturar e financiar projetos prioritários, como aqueles alinhados às missões da Nova Indústria Brasil (NIB): estímulo às cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais; ao complexo industrial da saúde; à infraestrutura sustentável; à transformação digital da indústria; à bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas; e às tecnologias de defesa. Além dessas missões, a mineração sustentável e os combustíveis estratégicos também merecem atenção. Por meio do apoio à exportação e da maior inserção das empresas brasileiras em mercados internacionais, busca-se, ainda, ampliar as exportações de bens e serviços de maior valor agregado e itens de média e alta intensidade tecnológica, adensando a cadeia de produção nacional.

Para viabilizar esses objetivos, é necessário ampliar e diversificar nossas fontes de captação, adaptando os produtos oferecidos às necessidades de nossos clientes. Para tal, contamos com instrumentos de mercado (como as Letras de Crédito do Desenvolvimento – LCDs), assim como com a realização de parcerias domésticas e internacionais que potencializam nossa atuação.

Comprometidos com o desenvolvimento, a ética, a agilidade, a diversidade e a transparência, construímos um ambiente de trabalho inclusivo e respeitoso, valorizando uma cultura organizacional de colaboração, eficiência e criatividade. Buscamos a otimização de nossos processos e o aprimoramento dos sistemas corporativos e, não menos importante, a excelência em nosso papel de instituição financeira de desenvolvimento. Esses valores e princípios definidos na estratégia corporativa guiam nosso propósito de melhorar a vida de gerações, promovendo o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

ANEXOS

» Sumário de conteúdo da GRI **p.147**

» Sumário TCU **p.153**

» Relatório de asseguração **p.157**

» Ficha técnica **p.158**

SUMÁRIO DE CONTEÚDO DA GRI

Declaração de uso: O BNDES relatou as informações citadas neste sumário de conteúdo da GRI para o período de 01.01.2024 a 31.12.2024, com base nas normas GRI.

GRI usada: GRI 1: Fundamentos 2021

NORMA GRI	INDICADOR	DESCRIÇÃO	PÁGINA	PACTO GLOBAL	ODS
		CONTEÚDOS GERAIS			
GRI 2 - Conteúdos gerais 2021	GRI 2-1	Detalhes da organização	15, 16		
	GRI 2-2	Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização	7, 8, 90		
	GRI 2-3	Período de relato, frequência e ponto de contato	7, 90		
	GRI 2-4	Reformulações de informações	8, 69 e 131		
	GRI 2-5	Verificação externa	8		
	GRI 2-6	Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	13, 15, 16, 17, 73		
	GRI 2-7	Empregados	54, 55	6	5, 8
	GRI 2-8	Trabalhadores que não são empregados	58		8
	GRI 2-9	Estrutura de governança e sua composição	29, 45, 47, 48		16
	GRI 2-10	Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança	48		16
	GRI 2-11	Presidente do mais alto órgão de governança	47		16
	GRI 2-12	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos	16, 22, 23, 29, 45, 47	7	16
	GRI 2-13	Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos	45, 49	7	16
	GRI 2-14	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade	7, 8		
	GRI 2-15	Conflitos de interesse	50		16
	GRI 2-16	Comunicação de preocupações cruciais	49		16
	GRI 2-17	Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	48		16
	GRI 2-18	Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	48		16
	GRI 2-19	Políticas de remuneração	50		16
	GRI 2-20	Processo para determinação da remuneração	50		16
	GRI 2-21	Proporção da remuneração total anual	60		16
	GRI 2-22	Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável	4, 5	6, 8, 9	1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11,12, 13, 15, 16, 17

Continua

Continuação

NORMA GRI	INDICADOR	DESCRIÇÃO	PÁGINA	PACTO GLOBAL	ODS
CONTEÚDOS GERAIS					
GRI 2 - Conteúdos gerais 2021	GRI 2-23	Compromissos de política	31, 32	Todos	Todos
	GRI 2-24	Incorporação de compromissos de política	17, 22, 29, 32, 33, 37	1, 2, 4, 5, 7	16
	GRI 2-25	Processos para reparar impactos negativos	36, 68, 69, 79, 80, 81	1, 8	16
	GRI 2-26	Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	69, 79, 80, 81	1, 8	16
	GRI 2-27	Conformidade com leis e regulamentos	79	1, 8	16
	GRI 2-28	Participação em associações	75, 76		17
	GRI 2-29	Abordagem para engajamento de *stakeholders*	16, 66		17
	GRI 2-30	Acordos de negociação coletiva	61	3	8
TÓPICOS MATERIAIS					
GRI 3 - Temas materiais 2021	GRI 3-1	Processo de definição de temas materiais	8		
	GRI 3-2	Lista de temas materiais	8		
	GRI 3-3	Gestão dos temas materiais	22, 29, 30, 32, 33, 37	1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9	16
		- Agropecuária	9, 25, 103, 105, 135	7, 8, 9	2, 6, 12, 13, 15, 17
		- Apoio a MPMEs e cooperativismo	9, 25, 103, 105, 135, 142	8, 9	1, 8, 10
		- Economia verde e mudanças climáticas	9, 25, 41, 105, 126, 128, 142, 143	7, 8, 9	1, 2, 6, 10, 12, 13, 14, 15, 17
		- Infraestrutura	9, 25, 103, 105, 107, 126, 142, 143	7, 8, 9	6, 7, 8, 9, 11, 13
		- Neoindustrialização e inovação	9, 25, 103, 105, 115, 142	7, 8, 9	1, 3, 4, 8, 9, 11, 13, 17
GRI 203 - Impactos econômicos indiretos 2016	GRI 203-1	Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços - Infraestrutura	9, 13, 34, 103		6, 7, 9, 11,13
	GRI 203-2	Impactos indiretos econômicos significativos	9, 13, 22, 34		2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15
GRI 304 - Biodiversidade 2016	GRI 304-2	Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade - Economia verde e mudanças climáticas	9, 34	7	14, 15

Continua

Continuação

NORMA GRI	INDICADOR	DESCRIÇÃO	PÁGINA	PACTO GLOBAL	ODS
TÓPICOS MATERIAIS					
GRI 305 - Emissões 2016	GRI 305-1	Emissões diretas (escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE) - Economia verde e mudanças climáticas	9, 40	7	13
	GRI 305-2	Emissões indiretas (escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia - Economia verde e mudanças climáticas	9, 40	7	13
	GRI 305-3	Outras emissões indiretas (escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE) - Economia verde e mudanças climáticas	9, 40	7	13
	GRI 305-4	Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE) - Economia verde e mudanças climáticas	9, 40	7	13
NORMAS TEMÁTICAS					
GRI 201 - Desempenho econômico 2016	GRI 201-1	Valor econômico direto gerado e distribuído	98		8
	GRI 201-3	Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria	61		8
	GRI 201-4	Apoio financeiro recebido do governo	93		16
GRI 205 - Combate à corrupção 2016	GRI 205-1	Operações avaliadas quanto a riscos relacionados a corrupção	87	10	16
	GRI 205-2	Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	78, 81	10	16
	GRI 205-3	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	80	10	16
GRI 206 - Concorrência desleal 2016	GRI 206-1	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	79		16
GRI 207 - Tributos 2019	GRI 207-1	Abordagem tributária	99		16
	GRI 207-2	Governança, controle e gestão do risco fiscal	99		16
	GRI 207-3	Engajamento de stakeholders e gestão de suas preocupações quanto a tributos	99		16
	GRI 207-4	Relato país a país	99		16
GRI 302 - Energia 2016	GRI 302-1	Consumo de energia dentro da organização	43	8	7
	GRI 302-3	Intensidade energética	43	8	7
	GRI 302-4	Redução do consumo de energia	43	8	7

Continua

Continuação

NORMA GRI	INDICADOR	DESCRIÇÃO	PÁGINA	PACTO GLOBAL	ODS
NORMAS TEMÁTICAS					
GRI 303 - Água e efluentes 2018	GRI 303-5	Consumo de água	44	8	6
GRI 306 - Resíduos 2020	GRI 306-3	Resíduos gerados	44	8	12
	GRI 306-4	Resíduos não destinados para disposição final	44	8	12
	GRI 306-5	Resíduos destinados para disposição final	44	8	12
GRI 401 - Emprego 2016	GRI 401-1	Novas contratações e rotatividade de empregados	57	6	5, 8
	GRI 401-2	Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	61		8
	GRI 401-3	Licença maternidade/paternidade	61	6	5, 8
GRI 403 - Saúde e segurança no trabalho 2018	GRI 403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	65		3, 8
	GRI 403-2	Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	63		3, 8
	GRI 403-3	Serviços de saúde do trabalho	63		3, 8
	GRI 403-4	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	65		3, 8
	GRI 403-5	Capacitação dos trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	65		3, 8
	GRI 403-6	Promoção da saúde do trabalhador	65		3, 8
	GRI 403-7	Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	34		3, 8
	GRI 403-9	Acidentes de trabalho	64		3, 8
	GRI 403-10	Doenças profissionais	64		3, 8
GRI 404 - Capacitação e educação 2016	GRI 404-1	Média de horas de capacitação por ano, por empregado	62	6	4, 5, 8
	GRI 404-2	Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	62		4, 8
	GRI 404-3	Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	62	6	5, 8

Continua

Continuação

NORMA GRI	INDICADOR	DESCRIÇÃO	PÁGINA	PACTO GLOBAL	ODS
NORMAS TEMÁTICAS					
GRI 405 - Diversidade e igualdade de oportunidades 2016	GRI 405-1	Diversidade em órgãos de governança e empregados	47, 51, 55	6	5, 8
	GRI 405-2	Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos por homens	60	6	5, 8
GRI 406 - Não discriminação 2016	GRI 406-1	Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	79	6	5, 8
GRI 408 - Trabalho infantil 2016	GRI 408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	22, 33, 35, 74	1, 2, 5	8
GRI 409 - Trabalho forçado ou análogo ao escravo 2016	GRI 409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de trabalho forçado ou análogo ao escravo	22, 33, 35, 37, 74	1, 2, 4	8
GRI 410 - Práticas de segurança 2016	GRI 410-1	Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	58	1, 2	16
GRI 413 - Comunidades locais 2016	GRI 413-1	Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	34	7	11
	GRI 413-2	Operações com impactos negativos significativos - reais e potenciais - nas comunidades locais	34	1, 2, 7	11
GRI 415 - Políticas públicas 2016	GRI 415-1	Contribuições políticas	79	10	16
GRI 417 - *Marketing* e rotulagem 2016	GRI 417-3	Casos de não conformidade em relação a comunicação de *marketing*	79		16
GRI 418 - Privacidade do cliente 2016	GRI 418-1	Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes	79	1	16

ELEMENTOS DE CONTEÚDO DO RELATÓRIO DE GESTÃO CONFORME DN TCU 198/2022 APLICÁVEIS AO BNDES

No âmbito da Prestação de Contas ao TCU, o Relatório de Gestão tem como objetivo principal oferecer uma visão clara para a sociedade sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas do BNDES, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor público em curto, médio e longo prazos, além de demonstrar e justificar os resultados alcançados em face dos objetivos estabelecidos. Desde 2018 o Relatório de Gestão é apresentado no formato de Relato Integrado.

Apresentamos no quadro a seguir uma lista relacionando os elementos de conteúdo do Relatório de Gestão elencados na Decisão Normativa TCU 198/2022 aos capítulos deste relatório. Ressaltamos que a lista não é exaustiva, sendo apenas um direcionamento.

ELEMENTOS DE CONTEÚDO	CAPÍTULOS DO RELATÓRIO
1. Elementos pré-textuais.	» Sumário
2. Mensagem do dirigente máximo.	» Apresentação – Mensagem do presidente
VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	
3. O que é a organização, o que faz e quais são as circunstâncias em que atua?	» Como geramos valor? » O BNDES – Perfil – O Banco do desenvolvimento do Brasil – O que fazemos?
3.1. Qual o modelo de negócios da organização?	» Como geramos valor? » O BNDES – Nossa estratégia
3.2. Como a organização determina os temas a serem incluídos no relatório de gestão e como estes temas são quantificados ou avaliados?	» Apresentação – Sobre este relatório
3.3. Identificação da UPC e declaração da sua missão e visão.	» O BNDES – Perfil – O Banco do desenvolvimento do Brasil
3.4. Indicação das principais normas direcionadoras de sua atuação, com *links* de acesso respectivos.	» O BNDES – Nosso impacto socioambiental e climático – Nossa governança – Ética, *compliance* e transparência – Gestão de riscos » Desempenho e sustentabilidade financeira

Continua

Continuação

ELEMENTOS DE CONTEÚDO	CAPÍTULOS DO RELATÓRIO
VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	
3.5 Organograma da estrutura organizacional, incluindo as estruturas de governança (conselhos ou comitês de governança, entre outros).	» O BNDES – Nossa governança
3.6 Diagrama da cadeia de valor.	» Como geramos valor?
3.7 Se for o caso, a relação de políticas e programas de governo/ações orçamentárias, bem como de programas do Plano Plurianual, de outros planos nacionais, setoriais e transversais de governo nos quais atua, com seus respectivos objetivos e metas.	» O BNDES – Nossa estratégia Informações complementares estão disponíveis no documento Conexões e contribuições para políticas públicas, citado no capítulo.
3.8 Relação com o ambiente externo e com os destinatários dos bens e serviços produzidos pela organização.	» Apresentação – O Brasil e o mundo em 2024 » Como geramos valor? » O BNDES – Impacto socioambiental e climático – Nossos relacionamentos » Desempenho e sustentabilidade financeira » Desempenho operacional
3.9 Capital social e participação em outras sociedades, se aplicável.	» Desempenho e sustentabilidade financeira
RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	
4.1 Quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade de a organização gerar valor em curto, médio e longo prazo e como a organização lida com esses riscos?	» O BNDES – Nossa estratégia – Gestão de riscos
4.2 Quais os desafios e as incertezas que a organização provavelmente enfrentará ao buscar executar seu plano estratégico e as potenciais implicações para seu modelo de negócio e desempenho futuro?	» O BNDES – Nossa estratégia » Futuro – Desafios e visão de futuro
4.3 Principais riscos identificados que podem afetar a capacidade de a UPC alcançar seus objetivos e como a UPC lida com essas questões.	» O BNDES – Gestão de riscos
4.4 Principais oportunidades identificadas que podem aumentar a capacidade de a UPC atingir seus objetivos e as respectivas ações para aproveitá-las.	» O BNDES – Nossa estratégia
4.5 As fontes específicas de riscos e oportunidades, que podem ser internas, externas ou, normalmente, uma combinação das duas.	» O BNDES – Nossa estratégia – Gestão de riscos
4.6 Avaliação, pela UPC, da probabilidade de que o risco ou a oportunidade ocorram e a magnitude de seu efeito, caso isso aconteça, levando em consideração, inclusive, as circunstâncias específicas que levariam à ocorrência do risco ou da oportunidade.	» O BNDES – Nossa estratégia

Continua

Continuação

ELEMENTOS DE CONTEÚDO	CAPÍTULOS DO RELATÓRIO
GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	
5.1 Para onde a organização deseja ir e como ela pretende chegar lá?	» O BNDES – Nossa estratégia » Futuro – Desafios e visão de futuro
5.2 Como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo?	» O BNDES – Nossa estratégia – Nossa governança
5.3 Quais os principais resultados alcançados e até que ponto a organização alcançou seus objetivos no exercício?	» Desempenho e sustentabilidade financeira » Desempenho operacional
5.4 Descrição de como a estrutura de governança apoia o cumprimento dos objetivos estratégicos, abordando o relacionamento com a sociedade e as partes interessadas da organização, bem como a consideração de suas necessidades e expectativas na definição da estratégia, a gestão de riscos e a supervisão da gestão.	» O BNDES – Nossa estratégia – Nossa governança – Nossos relacionamentos – Gestão de riscos
5.5 Identificação dos objetivos estratégicos, responsáveis, indicadores de desempenho, com as metas pactuadas para o período e seu desdobramento anual, bem como sua vinculação ao Plano Plurianual, aos planos nacionais e setoriais do governo e dos órgãos de governança superior, indicando os resultados já alcançados, comparando-os com as metas e os objetivos pactuados.	» O BNDES – Nossa estratégia
5.6 Planos de curto prazo da organização com a indicação dos objetivos anuais, das medidas, iniciativas, projetos e programas necessários ao seu alcance, dos prazos, dos responsáveis, das metas para o período a que se refere o relatório de gestão, e os resultados alcançados comparando-os com as metas e os objetivos pactuados.	» O BNDES – Nossa estratégia Informações complementares estão disponíveis no documento Estratégia 2025-2029, citado no capítulo.
5.7 Apresentação resumida dos resultados das principais áreas de atuação e/ou de operação/atividades da UPC e dos principais programas, projetos e iniciativas, abrangendo ainda, conforme o caso, a contribuição de autarquias e fundações vinculadas e de empresas controladas, contratos de gestão e SPEs, conforme a materialidade da contribuição dos segmentos na composição do valor gerado pela UPC.	» Desempenho e sustentabilidade financeira » Desempenho operacional O resultado dos indicadores estratégicos de desempenho são apresentados no início dos capítulos de desempenho por objetivo estratégico correspondente.
5.8 Principais ações de supervisão, controle e de correição adotadas pela UPC para a garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos.	» O BNDES – Ética, *compliance* e transparência

Continua

Continuação

ELEMENTOS DE CONTEÚDO	CAPÍTULOS DO RELATÓRIO
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	
6.1. Quais são as principais informações orçamentárias, financeiras e contábeis, inclusive de custos, que dão suporte às informações sobre o desempenho da organização no período?	» Desempenho e sustentabilidade financeira
6.2 Resumo da situação financeira contábil da UPC (saldos das principais contas e/ou grupos de contas, resultados, receitas e despesas) e da evolução no exercício de referência e em comparação com o último exercício.	» Desempenho e sustentabilidade financeira
6.3 As contas relativas aos fundos de financiamento devem apresentar informações sobre o patrimônio global e os resultados das operações de crédito realizadas à conta desses recursos em face dos objetivos estabelecidos.	Informações sobre a gestão de fundos em que o BNDES atua como administrador, gestor ou agente operador delegado pelo Governo Federal, estão disponíveis nas Demonstrações Financeiras em: https://ri.bndes.gov.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/bndes
6.4 Principais fatos contábeis, contas ou grupos de contas, saldos e ocorrências relativos à atuação e à situação financeira da UPC no exercício.	» Desempenho e sustentabilidade financeira
6.5 Conclusões de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público e as medidas adotadas em relação a conclusões ou eventuais apontamentos.	» O BNDES – Nossa governança – Ética, *compliance* e transparência Inclui resposta ao encaminhamento do TCU ao BNDES (Acórdão 1.952/2024). » Desempenho e sustentabilidade financeira
6.6 Indicações de locais ou endereços eletrônicos em que demonstrações contábeis e notas explicativas estão publicadas e/ou podem ser acessadas em sua íntegra.	» Desempenho e sustentabilidade financeira Informações complementares estão disponíveis em nossa Central de Resultados, citada no capítulo.
6.7 Esclarecimentos acerca da forma como foram tratadas as demonstrações contábeis em caso de a UPC possuir em sua composição mais de uma entidade contábil.	» Desempenho e sustentabilidade financeira
ANEXOS E APÊNDICES	
7. Se aplicáveis, documentos e informações de elaboração da UPC ou de terceiros úteis à compreensão do relatório, que podem ser fornecidos mediante *links*, nesta ou nas seções anteriores ao longo do relatório de gestão, para documentos, tabelas, páginas ou painéis de informação já produzidos pela UPC.	Ao longo do Relatório são informados *links* para aprofundamento dos assuntos. Por meio do *hotsite*: www.bndes.gov.br/ra2024 é possível baixar o relatório completo e seu resumo executivo, ambos em formato PDF.

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes

Ao Conselho de Administração e Acionistas do
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Rio de Janeiro - RJ

Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre os indicadores ambientais, sociais e de governança (ASG) constantes no Relatório Anual Integrado 2024 do BNDES

Conclusão
Realizamos um trabalho de asseguração limitada sobre os indicadores ambientais, sociais e de governança (ASG) constantes no "Relatório Anual Integrado 2024" ("Relatório") do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 preparados com base nas normas da *Global Reporting Initiative (GRI) - GRI Standards e com a Orientação CPC 09 – Relatório Anual Integrado (que tem correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relatório Anual Integrado, elaborada pelo International Integrated Reporting Council – IIRC),* e com os controles internos do BNDES aplicáveis ("Critérios").

Com base nos procedimentos executados e nas evidências obtidas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve à acreditar que os indicadores ambientais, sociais e de governança (ASG) constantes no "Relatório Anual Integrado 2024"do BNDES referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não foram preparados, em todos os aspectos relevantes, com base nas normas da *Global Reporting Initiative (GRI) - GRI Standards e com a Orientação CPC 09 – Relatório Anual Integrado (que tem correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relatório Anual Integrado, elaborada pelo International Integrated Reporting Council – IIRC)* e com os controles internos do BNDES aplicáveis.

Base para a conclusão
Conduzimos nosso trabalho de acordo com a NBC TO 3000 (revisada) – Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão e a ISAE 3000 (revised) – *Assurance engagements other than audits or reviews of historical financial information*, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), respectivamente. Nossas responsabilidades em relação a essas normas estão descritas mais detalhadamente na seção "Nossas responsabilidades" do relatório.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do Código de Ética Profissional do Contador e das Normas Profissionais (incluindo as Normas de Independência) emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) baseados nos princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência profissional e devido zelo, confidencialidade e comportamento profissional.

Nossa firma aplica a NBC PA 01 Gestão de Qualidade para Firmas (Pessoas Jurídicas e Físicas) de Auditores Independentes e o *International Standard on Quality Management (ISQM) 1, Quality Management for Firms that Perform Audits or Reviews of Financial Statements, ou Other Assurance or Related Services Engagements, emitidas pelo CFC e IAASB*, respectivamente. Essa norma requer que a firma elabore, implemente e opere um sistema de gestão de qualidade, incluindo políticas ou procedimentos relativos ao cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Acreditamos que as evidências obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar a nossa conclusão.

Responsabilidades da administração do BNDES pelo Relatório
A administração do BNDES é responsável pelo(a):

- desenho, a implementação e a manutenção dos controles internos relevantes para a preparação das informações constantes no Relatório que estão livres de distorção relevante, independente se devido a fraude ou erro;
- seleção dos critérios adequados para a preparação das informações constantes no Relatório e a referência apropriada aos critérios utilizados ou descrição desses critérios; e
- preparação e apresentação adequada das informações constantes no Relatório com base nos critérios.

Nossas Responsabilidades
Somos responsáveis por:

- planejar e executar o trabalho para obter uma asseguração limitada sobre se as informações constantes no Relatório do BNDES referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas com base nos Critérios estão livres de distorções relevantes, independentemente se devido a fraude ou erro;
- formar uma conclusão independente, de acordo com os procedimentos executados e nas evidências obtidas; e
- reportar nossa conclusão ao Conselho de Administração e Acionistas do BNDES.

Resumo do trabalho que executamos como base para nossa conclusão

Exercemos julgamento profissional e mantivemos o ceticismo profissional ao longo do trabalho. Desenhamos e executamos nossos procedimentos para obter evidência sobre as informações não financeiras constantes no Relatório do BNDES que é suficiente e apropriada para fornecer uma base para nossa conclusão. Nossos procedimentos selecionados dependem do nosso entendimento das informações não financeiras constantes no Relatório do BNDES e de outras circunstâncias do trabalho, além de nossa consideração das áreas em que é provável que surjam distorções materiais. Ao realizar o trabalho, nós:

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

a. planejamos os trabalhos, considerando a materialidade dos aspectos para as atividades do BNDES, a relevância das informações divulgadas, o volume de informações quantitativas e qualitativas e dos sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes no Relatório;

b. obtivemos o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de indagações e entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;

c. realizamos procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados no Relatório;

d. para os casos em que os dados não financeiros se correlacionem com indicadores de natureza financeira, realizamos a comparação desses indicadores com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis; e

e. avaliamos os processos para a elaboração do Relatório e da sua estrutura e conteúdo, com base nos Critérios.

Os procedimentos realizados em um trabalho de asseguração limitada variam em termos de natureza e época, e sua extensão é restrita (menos extensa) do que em trabalho de asseguração razoável. Assim, o nível de segurança obtido em um trabalho de asseguração limitada é substancialmente menor do que a segurança que teria sido obtida caso um trabalho de asseguração razoável tivesse sido realizado.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

FICHA TÉCNICA

Composição dos cargos em 31 de dezembro de 2024.

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

BNDES

Conselho de Administração [GRI 2-9]

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti (presidente)
Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz
Clarice Costa Calixto
Clemente Ganz Lúcio
Carlos Afonso Nobre
Izabella Mônica Vieira Teixeira
Jean Keiji Uema
Maria Laura da Rocha
Nelson Edgar Leite
Robinson Sakiyama Barreirinhas
Uallace Moreira Lima

Conselho Fiscal

Pedro Henrique Giocondo Guerra (presidente)
Suzana Teixeira Braga
Flávio José Roman
Antônio Simões Branco Junior (suplente)
Denis do Prado Netto (suplente)

Comitê de Auditoria

Marcos Tadeu de Siqueira (coordenador substituto)
Carlos Ahmar
Maria Salete Garcia Pinheiro
Nelson Edgar Leite
Waldemir Bargieri

Diretoria

Presidente

Aloizio Mercadante Oliva

Diretores

Alexandre Correa Abreu
Helena Tenório Veiga de Almeida
José Luis Pinho Leite Gordon
Luciana Aparecida da Costa
Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho
Maria Fernanda Ramos Coelho
Nelson Henrique Barbosa Filho
Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello
Walter Baère de Araújo Filho

TELEFONES E ENDEREÇOS

Central de Atendimento

0800 702 6337
www.bndes.gov.br/faleconosco

Ouvidoria

0800 702 6307 | Caixa postal: 15054
20031-120 | Rio de Janeiro | RJ
www.bndes.gov.br/ouvidoria

Escritórios

Edserj – Rio de Janeiro

Av. República do Chile, 100 | Centro
20031-917 | Rio de Janeiro | RJ

Brasília

Centro Empresarial Parque Cidade
Setor Comercial Sul – SCS
Quadra 9 | Torre C | 12° andar
70308-200 | Brasília | DF
Tel.: 61 3204 5600

São Paulo

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510
5° andar | Vila Nova Conceição
04543-906 | São Paulo | SP
Tel.: 11 3512 5100

Recife

Rua Padre Carapuceiro, 858 | 18° e 19° andares
Centro Empresarial Queiroz Galvão
Torre Cícero Dias | Boa Viagem
51020-280 | Recife | PE
Tel.: 81 2127 5800

EXPEDIENTE

Coordenação

Área de Relacionamento, Marketing e Cultura
Área de Controladoria
Área de Planejamento

Edição

Área de Relacionamento, Marketing e Cultura
Departamento de Relacionamento
Gerência de Editoração e Memória

Coordenação editorial

Luisa de Carvalho e Silva
Camila Braga Medina Marçal
Shirlene Linny da Silva

Equipe técnica

Camila Braga Medina Marçal
Fernanda de Souza Lima da Costa e Silva
Helena Werneck Guimarães Lontro
Isabela Damião Brum Moraes
Luisa de Carvalho e Silva
Marcia Paiva Braga
Paula Barreto de Figueiredo Barsted
Shirlene Linny da Silva

Projeto gráfico e diagramação

Refinaria Design

Copidesque e revisão

Tikinet

Editado pelo Departamento de Relacionamento da
Área de Relacionamento, Marketing e Cultura do BNDES

Maio de 2025

BNDES

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO